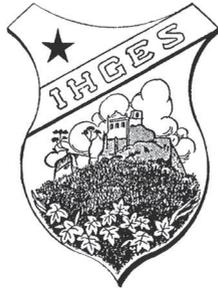


REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO





REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3.º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4.º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretário Geral: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Adjunto: Vinícius Muline dos Santos

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Tesoureiro-Adjunto: Diovani Favoreto Alves

Conselho Fiscal: Assunta Baliana Zamprogno; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Álvaro José dos Santos Silva e Karulliny Silverol Siqueira Vianna.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917- v. : il.  Anual; inicialmente irregular. ISSN 1981-9528  1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.  CDU: 94(815.2)(05)
------	--

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

## EDITORIAL

Este septuagésimo primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* vem a público na véspera do centenário do IHGES. Isto é, trata-se do último número publicado nos primeiros cem anos de existência da instituição.

Caberia, então, nos perguntarmos se a *Revista*, como veículo de divulgação das atividades da Casa e de sua produção científica, espelha com fidelidade o que vem sendo o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo ao longo de todo esse tempo em que tem circulado. Cremos que a resposta é positiva, e alguns estudos já realizados sobre o periódico confirmam essa opinião. A divulgação de relatórios de atividades e de listagem de associados, por exemplo, constitui registro perene do funcionamento da Casa.

Mas visto de outra maneira, a produção científica estampada em suas páginas espelha, em maior ou menor medida, o “estado da arte” dos estudos sobre História, Geografia e ciências afins no Espírito Santo, e principalmente sobre o Espírito Santo. Esta é a temática que, como dispõe o estatuto, deve dominar as matérias a serem publicadas.

Assim tem sido ao longo dos setenta números publicados e assim também acontece em mais este número, onde assuntos relacionados ao Espírito Santo correspondem à maior parte dos textos publicados. A produção aqui reunida, além da sua importância intrínseca, reflete, também, o que vem sendo realizado hoje em dia nos diversos centros de produção de cultura, já que grande número de pesquisadores, profissionais ou não, integra os quadros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

A diversidade temática tem sido, portanto, uma constante na história editorial da *Revista*. Da mesma forma que a pluralidade de abordagens, sem que se privilegie umas sobre outras. O que se

pode perceber dos artigos publicados neste número, que reúne estudos sobre metodologia, história política, das relações sociais, história institucional, entre outros. Também, e depois de algum tempo, transcrições paleográficas de documentos de interesse, reflexo do bem-sucedido curso de Paleografia ministrado no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pelo associado João Eurípedes Franklin Leal. Além dos discursos de posse e os proferidos na função de representação da Casa, como determina o estatuto.

Às portas do centenário, a pujança da *Revista* é um reflexo da trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Tudo o que fomos, tudo o que somos, pode-se ver destas páginas. O que produzimos, e continuaremos produzindo, temos mais uma vez o prazer de nestas páginas reunir e divulgar.

*Getúlio Marcos Pereira Neves*  
Presidente do IHGES

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

Documentos para nossa História | 9

*Eliana Barbosa de Souza*

Documentos Cartoriais: Leitura, Transcrição e Análise Paleográfica em Registros de Óbito de 1890 | 15

*Alexandre Faben Alves*

Domingos José Martins homenageado no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, por Alfredo Pacheco Barroca, ao ser empossado como membro correspondente | 27

*Aldo José Barroca*

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Historiografia das Identidades | 31

*Bruno César Nascimento*

O Teatro Ibérico nos séculos XV e XVI | 43

*Ester Abreu Vieira de Oliveira*

Corregência e preposição de herdeiros como instrumentos de manutenção de poder, exemplificados por alguns casos da XVIII dinastia do Egito Faraônico | 65

*Marcio Luiz Ramos D'Albuquerque*

A Conjuntura do Governo Francisco Alberto Rubim (Repercussões da Transmigração da Corte Portuguesa no Espírito Santo) | 81

*Gabriel Bittencourt*

As operações com cães na PMES: 45 anos de História | 95

*Gelson Loiola*

Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República: eleições e composição do Governo Municipal (1914-1930) | 129

*Adilson Silva Santos*

Interpretação das relações políticas no contexto local capixaba, a partir do enfoque culturalógico de Oliveira Viana | 161

*Aldieris Braz Amorim Caprini e Solange Faria Prado*

Notas históricas sobre linhagens ou genealogias mestiças na Capitania do Espírito Santo: a formação do universo colonial ibero-americano (1534-1640) | 183

*Juliana Sabino Simonato*

Lutas e solidariedade no fim gradual da escravidão. Comarca de Vitória, ES | 213

*Michel Dal Col Costa*

Porto da Pedra: Vida e Morte | 239

*José Carlos Mattedi*

Traduções, direito e criatividade em Lêda Boechat Rodrigues | 255

*José Octávio de Arruda Mello*

Estudos genealógicos sobre Vasco Fernandes Coutinho (c.de 1492-a. de 16.X.1561) | 279

*Paulo Stuck Moraes*

## DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Discurso de Posse | 287

Nas Comemorações da Colonização do Solo Espírito-santense – 2015 | 291

Memorial do Tribunal de Justiça | 295

Nos 160 anos da Biblioteca Pública Estadual | 297

## ARTIGOS

### DOCUMENTOS PARA NOSSA HISTÓRIA

*Eliana Barbosa de Souza\**

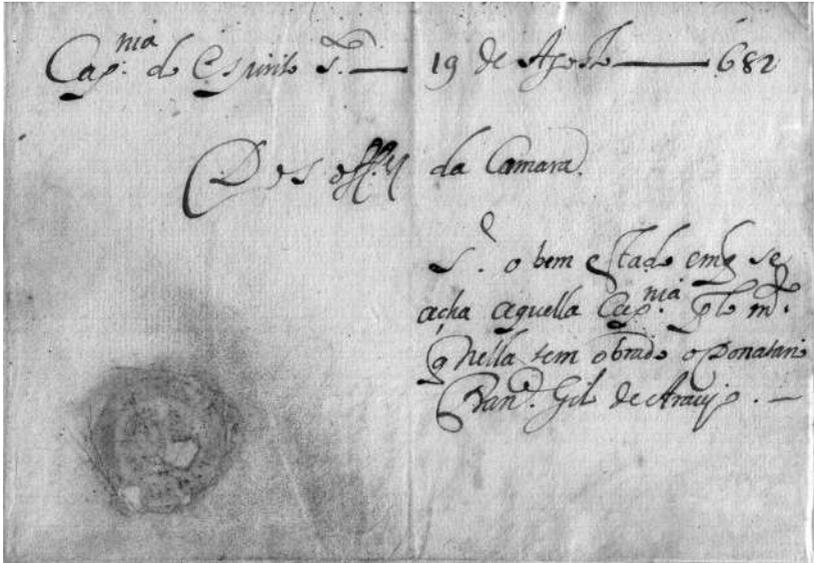
Em um Curso de Paleografia, ministrado pelo professor Doutor João Eurípedes Franklin Leal, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, realizado em Abril deste ano, estivemos com o original e obtivemos a cópia deste documento com a permissão do professor, seu proprietário, o qual representa um pouco da História do Estado do Espírito Santo.

O professor sugeriu transcrevê-lo para que possamos lembrar e marcar a importância do ilustre Donatário citado.

Após comprar a capitania do último membro da família de Vasco Fernandes Coutinho (1675), Francisco Gil de Araújo, um homem extremamente austero e dinâmico, transformou o lugar que até então estava em ruínas, em um lugar próspero. Levou o progresso também a Vila Velha, realizando muitas obras em prol dos habitantes e fundou a Vila de Nossa Senhora da Conceição (atual Guarapari) a primeiro de Janeiro de 1679, conforme citado pelo historiador José Teixeira de Oliveira, na sua obra História do Estado do Espírito Santo 3.<sup>a</sup> Ed. 2008, e vários destes fatos são comprovados com o presente documento paleografado.

---

\* Graduada em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, com Especialização em Educação. Associada efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha.



Cap<sup>nia</sup> do Espírito S. — 19 de Agosto — 1682

Dos Off<sup>es</sup> da Camara.

S. o bem estado em que se  
acha aquella Cap<sup>nia</sup> pelo m<sup>to</sup>.  
que nella tem obrado o Donatario  
Franc. Gil de Araujo. —

Capitania de Spirito Santo - 19 de Agosto - 682.

Dos officiais da Camara

Sobre o bem estado em que se  
acha aquella Capitania pelo muito  
que nella tem obrado o Donatario

Francisco Gil de Araujo



Senhor,

Humildes, e prostados aos pêz de V. A. lhes da  
mos, os officiais da Camera da Villa da Victo  
ria, na Capitania do Spirito Sancto, as graças  
5 da grande Merce, que V. A. foi servido fazer\_nos  
e nos dar por Donatario a Francisco Gil de  
Arahujo; sugeito digno de nosso sentimento pe  
la saudosa auzencia com que todos ficamos, assim  
pelo muito, que obrou nesta Sua Capitanã ali  
10 ando os moradores do miseravel estado em que  
as Muitas perdas occasionadas da guerra, e fal  
ta do Comercio nos tinhaõ posto; Como tambem  
fundando para sua defença em a Barra deste  
15 Rio huã grande fortaleza das Melhores des  
te estado e reedehificando duas imperfeitaz  
Na Villa do Spirito Sancto, por sua muita ruina, le  
vantou Igreja da Mizericordia Casa da Camera,  
Carcere e Pelourinho. Fundou a Villa da  
Concepção com Igreja Matriz, custozamente  
20 aparamentada, tambem com Pelourinho, Carcere  
e Passo do Conselho, tudo generozamente pago de  
sua fazenda; sem molestia alguma de seus moradores  
Instituhio nove Companhias em forma mellici  
ana, e reformou a Justiça sem agregação de pessoa  
25 motivo, que nos obriga a fazer a perpetua esti  
mação de suas heroicas acções ficando impressa  
em nossos coraçois esta merce, que Recebemos dele.  
V. A. que Deos garde feita em Camera aos  
19 de Agosto de 1682. Martinho da moura.  
30 escrivão da Camera a fiz escrever.  
Franciso Ribeiro Pinto Manoel de Torres de Saá.  
Manuel Cardozo Machado Fernão da Costa Silva Manoel  
Franciso Goiosa

Antonio Franciso Sequeiros

Capitania de Espírito Santo — 19 de Agosto de 1682.

Dos oficiais da Câmara

Sobre o bem estado em que se acha aquela Capitania pelo muito que nela tem obrado o Donatário Francisco Gil de Araújo.

Senhor,

Humildes e prostrados aos pés de V.A. lhes damos, os oficiais da Câmara da Vila da Vitória, na Capitania do Espírito Santo, as graças da grande mercê que V.A. foi servido fazer-nos e nos dar por Donatário a Francisco Gil de Araújo, sujeito digno de nosso sentimento pela saudosa ausência com que todos ficamos, assim pelo muito que obrou nesta sua Capitania aliviando os moradores do miserável estado em que as muitas perdas ocasionadas da guerra, e falta do comércio nos tinham posto, como também fundando para sua defesa na barra deste rio uma grande fortaleza das melhores deste estado reedificando duas imperfeitas.

Na Vila do Espírito Santo, por sua muita ruina, levantou Igreja da Misericórdia, Casa da Câmara, Cárcere e Pelourinho.

Fundou a Vila da Conceição com Igreja Matriz, custosamente aparamentada, também com Pelourinho, Cárcere e Paço do Conselho, tudo generosamente pago de sua fazenda, sem moléstia alguma de seus moradores.

Instituiu nove Companhias em forma miliciana, e reformou a Justiça sem agregação de pessoa, motivo que nos obriga a fazer a perpétua estimação de suas heroicas ações ficando impressa em nossos corações esta mercê, que recebemos dele.

V.A. que Deus guarde.

Feita em Câmara aos 19 de Agosto de 1682.

Martinho da Moura, escrivão da Câmara a fiz escrever.

Francisco Ribeiro Pinto

Manoel de Torres de Sá.

Manuel Cardozo Machado

Fernão da Costa Silva

Manoel Francisco Goiosa.

Antonio Francisco Sequeiros.

# DOCUMENTOS CARTORIAIS: LEITURA, TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA EM REGISTROS DE ÓBITO DE 1890

*Alexandre Faben Alves\**

**Resumo:** Este trabalho propõe realizar a transcrição e análise paleográfica nos registros de óbito do Cartório de Registro Civil e Tabelionato Sede da Comarca de Linhares, no Espírito Santo (ES). Tal proposta surgiu a partir do interesse em pesquisar documentos cartoriais, tendo em vista o potencial de informações presente nestes registros. Foram selecionados dois registros de óbito para que sejam transcritos e analisados conforme seus aspectos gráficos, materiais e complementares. Por meio deste trabalho foi possível o desenvolvimento de pesquisa, proporcionando um conhecimento sobre o município de Linhares, seus cidadãos e a valorização dos documentos cartoriais, que são culturalmente importantes.

**Palavras-chave:** Documentos cartoriais. Registros de óbito. Análise paleográfica.

## Introdução

Os livros de óbitos de cartórios constituem uma importante fonte de pesquisa histórica e arquivística. Com vistas nisso, este trabalho se desenvolveu com o intuito de realizar a leitura, transcrição e análise paleográfica dos registros manuscritos presentes no Cartório de Registro Civil e Tabelionato Sede da Comarca de Linhares (ES)<sup>1</sup>, utilizando técnicas paleográficas e tendo como objeto de análise registros de óbito.

---

\* Acadêmico do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: alexandrefaben@gmail.com.

<sup>1</sup> Linhares é um município litorâneo de cerca de 160 mil habitantes, distante 132 Km de Vitória, capital do Espírito Santo. Foi criado oficialmente em 22 de agosto de 1833 e hoje é considerado um dos principais municípios do norte capixaba, com alto índice de desenvolvimento. De acordo com o site da Prefeitura, “Linhares é uma bela cidade, com sua topografia plana e potencial paisagístico e ambiental”. (PREFEITURA, 2015).

A análise paleográfica é compreendida como uma apreciação do documento observando sua formatação, estrutura, tipo de escrita utilizada na época em que foi gerado. Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 107) a análise paleográfica “tem por objetivo informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes”.

Após a transcrição análise paleográfica, serão apresentados os aspectos gráficos, materiais e complementares e a seguir será apresentada a transcrição dos documentos sobre a morte escolhidos para serem analisados.

## **1. Documentos Cartoriais como Objeto de Pesquisa**

Este estudo está centrado em um objeto relacionado à morte: o registro de óbito disponível em cartório. Por meio da análise paleográfica serão observadas as características presentes nos documentos de duas pessoas falecidas em Linhares em 1890, especificamente no mês de março daquele ano.

A escolha dos dois registros partiu do óbito de Raphael Pereira de Carvalho, personalidade influente no Espírito Santo no final do século XIX devido ao título de Comendador que possuía. Ponderou-se o interesse de incluir na análise outro registro, que fossem cronologicamente próximos ao dele. Assim, foi selecionado o registro posterior ao de Raphael.

Sobre o título que a personalidade detinha, é preciso explicar que uma comenda é uma distinção honorífica, e é dada a pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o engrandecimento da sociedade, seja por influência social, política ou econômica. O comendador Raphael, teve uma importância significativa no contexto de Linhares, por isso é rememorado até os dias atuais. O túmulo

onde foi enterrado está preservado no Cemitério Municipal de Linhares, além disso, como forma de homenagem, uma rua da cidade possui o nome do Comendador Raphael.

São apresentadas cópias digitais dos registros de morte analisados que estão localizados nas folhas: 16v e 17f do Livro C2 no Cartório de Registro Civil e Tabelionato Sede da Comarca de Linhares, no Espírito Santo.

As cópias digitais foram adquiridas por meio de um *scanner* portátil de alta resolução, o que possibilitou realizar esta captura em boa qualidade. Sua inclusão neste trabalho tem o objetivo de ilustrar como está o registro no original, auxiliando, ainda, o trabalho de leitura, transcrição e análise.

## 2. O Registros de Óbito Selecionados

Nas próximas páginas são apresentadas cópias digitais (ou *fac-símiles*, como apontam Leal & Richter, 2000) dos registros de óbito selecionados que correspondem aos registros de números 306 e 307, encontrados nas páginas 16v e 17f do Livro C2 do Cartório de Linhares. O primeiro é de Raphael Pereira de Carvalho e em seguida o registro de óbito de Serafim.

O registro de óbito n.º 306 (Ilustrações 1) é o do comendador Raphael Pereira de Carvalho, natural do Rio de Janeiro, que faleceu com oitenta e dois anos e nove meses de idade, filho legítimo de Antonio José Pereira e Felícia Maria de Jesus Pereira, viúvo de Laura Josephina Nogueira da Gama Carvalho.

O registro de óbito n.º 307 (Ilustrações 2) é o de Serafim que faleceu com dezoito meses de idade, filho legítimo de Luiz Antonio Vieira Machado e Lysera Nogueira Machado.



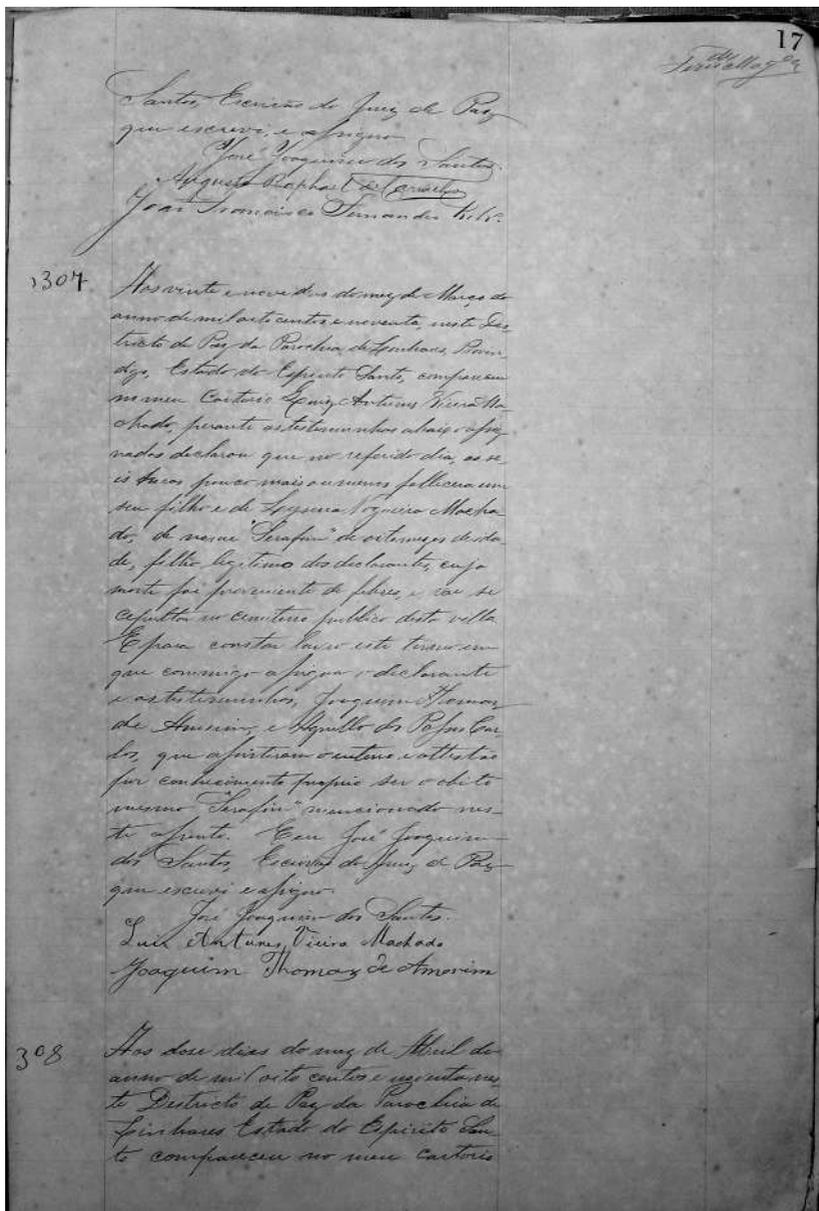


Ilustração 2 – Página 17f do Livro C2, com a continuação do registro de óbito n.º 306 e registro de óbito n.º 307

Como forma de apreender o máximo de informações sobre os documentos acima expostos (Ilustrações 1 e 2) e compreender sua produção e contexto social, são apresentadas, a seguir, as transcrições e a análise paleográfica, realizadas nesta sequência.

### 3. Transcrição e Análise Paleográfica

A atividade de leitura dos registros ocorreu em numerosas vezes ou, como dizem Leal e Richter (2000, p. 3), de forma “minuciosa”. Optou-se por apresentar, primeiramente, a transcrição dos registros para, só então, expor a análise paleográfica.

#### 3.1 Transcrições dos registros de óbito

A seguir são apresentadas as transcrições dos três registros tomados como objetos, correspondentes aos de números 306 e 307, nesta ordem.

- 1            306 Aos oito dias do mez de Março do  
              anno de mil oito centos e noventa nes-  
              te Districto de Paz da Parochia de  
              Linhares, Estado do Espirito San-  
5            to, compareceu no meu Cartório  
              Augusto Raphael de Carvalho----  
              Perante as testemunhas abaixo assi-  
              gnados declarou que no dia sete do  
              corrente mez as dose horas da noite  
10          fallecera o seu pae de nome Ra-  
              phael Pereira de Carvalho, natu-  
              ral do Rio de Janeiro de oitenta e dois  
              annos e nove mezes de idade, filho

legítimo de Antonio José Pereira  
15 e Felicia Maria de Jesus Pereira viu-  
vo de Laura Josephina Nogueira da  
Gama Carvalho, deixou oito fi-  
lhos, sendo o primeiro Augusto de  
quarenta e tres annos de idade, casa-  
20 do, Arthur com trinta e quatro annos  
de idade, casado, Lilia, vinteoito  
annos, cazado. Maria, vinte e seis  
annos, solteira. Christiano vinte  
e quatro annos, solteiro, Rufino  
25 vinte e um annos, solteiro, Felicia  
desoito annos, solteira, Honorina  
deseceis annos, solteira; a morte  
foi prol digo, natural, supprem-se  
ser de inflamação de figado, vae-se  
30 cepultar no cemitério público  
desta villa. E para constar lavro  
este termo em que comigo assigna  
o declarante e as testemunhas João  
Francisco Fernandes Ribeiro e Au-  
35 gusto Martins Pestana, que assis-  
tirão e verificarão a morte e o atestão  
por conhecimento proprio ser o--  
Obito mesmo Raphael mencio-  
nado neste assunto. E eu  
40 José Joaquim dos Santos, -  
Santos Escrivão do juiz de Paz  
que escreve e assigno--  
José Joaquim dos Santos  
Augusto Raphael de Carvalho  
45 João Francisco Fernandes Ribrº.

1 307 Aos vinte e nove dias do mez de Março do  
anno de mil oitocentos e noventa, neste Des-  
tricto de Paz da Parochia de Linhares, Provin-  
digo, Estado do Espirito Santo, compareceu  
5 no meu Cartório Luiz Antunes Vieira Ma-  
chado, perante as testemunhas abaixo assig-  
nadas declarou que no referido dia, as se-  
is horas pouco mais ou menos fallecera um  
seu filho e de Lyseria Nogueira Macha  
10 do, de nome “Serafim” de oito mezes de ida-  
de, filho legitimo dos declarante, cuja  
morte foi proveniente de febres, e vae se  
cepultar no cemiterio publico desta villa.  
E para constar lavro este termo em  
15 que comigo assigna o declarante  
e as testemunhas, Joaquim Thomaz  
de Amorim e Agnello dos Passos Car-  
los, que assistiram o enterro e atestado  
por conhecimento proprio ser o obito  
20 mesmo “Serafim” mencionado nes-  
te assunto. Eu José Joaquim  
dos Santos, Escrivão do Juiz de Paz  
que escrevi e assino.  
José Joaquim dos Santos  
25 Luiz Antunes Vieira Machado  
Joaquim Thomaz de Amorim

### **3.1.1 Observações sobre as transcrições**

Como dizem Leal & Richter (2000, p. 4) “O acontecimento é a causa determinante para a produção documental. Conhecer a ação é compreender o documento de uma forma abrangente e conectada com a realidade”. Assim, buscando conhecer mais sobre os documentos em questão, decidiu-se realizar algumas observações sobre os registros aqui enfocados.

Ao verificar o resultado das transcrições dos três dois registros de morte que são aqui trabalhados, nota-se, como elemento de destaque, a diferença na apresentação dos mesmos quanto ao tamanho do texto do registro. Esta verificação já era explícita na observação do original, mesmo sem haver identificado o número exato de linhas.

## **3.2 Análise paleográfica**

Para realizar a análise paleográfica, é preciso levar em consideração os “aspectos gráficos, materiais e complementares” presentes nos documentos conforme Berwanger & Leal (2008, p. 105-108).

Nos subitens que seguem são apresentados os aspectos já mencionados, que dizem respeito aos documentos escolhidos neste trabalho, e na sequência as observações pertinentes.

### **3.2.1 Aspectos gráficos**

A letra é humanística cursiva, usual no final do século XIX. A grafia nos três registros permanece com um traçado regular. A letra minúscula “o”, em alguns casos, apresenta-se com um traço linear prologado para a direita, assim como as últimas letras de determinadas palavras, com o intuito de utilizar toda a linha. O peso da escrita é médio do início ao fim do manuscrito. O módulo é mediano,

porém as letras maiúsculas apresentam um traçado maior, são as palavras que o calígrafo queria destacar, assim como as que iniciam as frases os nomes próprios e de pessoas e palavras. As relações maiúsculas e minúsculas, apresentam-se corretamente. O ângulo da escrita aparece com uma leve inclinação para a direita, sendo desta forma destrógena. A escrita é usual, tendo em vista que segue um padrão cartorial. O desmembramento das palavras é feito de forma correta respeitando o espaço da linha destinado ao manuscrito e a pauta correspondente. Nota-se o uso adequado de vírgulas e pontos finais. Há a utilização de sinais gráficos de entonação em algumas palavras, por exemplo, no próprio nome do Escrivão “José”. Os registros de óbitos são numerados conforme ordem crescente, esta numeração notada na primeira linha antecede os registros.

### **3.2.2 Aspectos materiais**

O suporte da escrita, papel, está em bom estado de conservação, trata-se de um livro de registro de óbitos, confeccionado de forma artesanal, encadernado com capa dura, encapada com tecido e costurado com barbante. As linhas das páginas possuem 270 mm que são divididos em quatro partes; sendo cada espaço com um propósito, da esquerda para a direita, a saber: a primeira parte, com 40 mm, onde é escrito apenas o número do registro. A segunda parte, que contém 130 mm, é o espaço destinado a registrar o óbito. A terceira parte, com 70 mm, é o campo para que sejam feitas anotações e averbações. A quarta parte possui três centímetros e é destinada ao número da página. Importante mencionar que próximo a este número está registrada uma rubrica “Fernandes Magalhães”, com o objetivo de dar autenticidade aos manuscritos registrados pelo Escrivão do Juiz de Paz.

### **3.2.3 Aspectos complementares**

Os dois registros foram produzidos em março do ano de 1890, na casa do escrivão, local onde funcionava o Cartório. O Escrivão do Juiz de Paz, José Joaquim dos Santos, era o responsável por registrar os acontecimentos sobre a morte. O documento é original sendo os registros n.º 306 e 307 autógrafos e heterógrafos. O acervo (livros) pertence ao Tribunal de Justiça/ES e o Cartório de Registro Civil e Tabelionato Sede da Comarca de Linhares no Espírito Santo detém a custódia. Tendo em vista que estes manuscritos foram registrados no mesmo suporte e os materiais utilizados também são iguais, a Análise Paleográfica dos três registros é a mesma visto que possuem aspectos idênticos.

### **3.2.4 Comentário Histórico**

O termo de abertura do livro de óbito número 2, ora os registros analisados, foi lavrado em cinco de Novembro de 1888, com o objetivo de lançamento de óbitos verificados na vila de Linhares, Província do Espírito Santo. Neste contexto o Brasil estava sobre um regime de governo monárquico. A partir do momento em que o Brasil, deixa de ser Império e torna-se República, os registros acompanham essa transição. É possível perceber como parte da estrutura padrão presente no registro de óbito nº306: “neste Destricto de Paz da Parochia de Linhares Estado de Espirito Santo”. Contudo, nota-se a força do hábito do Escrivão, ao acostumar-se com estas mudanças de nomenclaturas no registro n.º 307 no momento em que retifica o que escreve: “neste Destricto de Paz da Parochia de Linhares, Provin digo, Estado do Espirito Santo”.

## 4. Considerações Finais

Por meio da técnica ligada à paleografia é possível compreender os diversos caracteres que as escritas de diferentes épocas podem apresentar, bem como é possível fazer a fiel transcrição do manuscrito impedindo que possíveis mudanças aconteçam e se perca o sentido original.

O estudo feito teve por objetivo apresentar as características presentes nos documentos de morte do final do século XIX, como forma de compreender as informações contidas nestes registros de óbito e seus aspectos sociais. Para tanto, é necessário manter com fidedignidade o conteúdo do manuscrito original.

A leitura e transcrição de manuscritos são tarefas primordiais para entender os documentos e o que eles podem revelar. Extrair informações destes registros só é possível com o auxílio de técnicas paleográficas, que nos auxiliam a compreender os vínculos arquivísticos existentes.

### Referências

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil Colônia*. Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERWANGER, A. R. & LEAL, J.E.F. *Noções de paleografia e de diplomática*. 3. ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2010.

LEAL, J.E.F. & RICHTER, E.I.S. *Análise paleográfica de documentos relativos ao Rio Grande de São Pedro e à Colônia do Sacramento*. Santa Maria, RS: UFSM, 2000.

PREFEITURA de Linhares (ES). Home page. Disponível em: < [http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Dados\\_Gerais.htm](http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Dados_Gerais.htm) > Acesso: 18 jun. 2015.

DOMINGOS JOSÉ MARTINS HOMENAGEADO NO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, POR  
ALFREDO PACHECO BARROCA, AO SER EMPOSSADO  
COMO MEMBRO CORRESPONDENTE

*Aldo José Barroca\**

O Cel. PM-ES Alfredo Pacheco Barroca nasceu em Laranjal — MG, foi criado em Resplendor — MG, vindo para Vitória bem jovem, e não mais deixou a capital capixaba. Formado em Contabilidade, Direito e Assistência Social, entre outras atribuições foi Contador da Polícia Militar do Espírito Santo e da antiga LBA, Orador da PM, Professor, Regente de Banda de Música, Diretor da Receita da Prefeitura de Vitória e Presidente do Conselho Regional de Música do ES.

Ao ser empossado como membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em 1992, aproveitou o ensejo para prestar homenagem a Domingos José Martins, patrono do nosso IHGES, que em 2016 completará cem (100) anos de criação.

Abaixo, um resumo da homenagem prestada pelo Coronel Barroca ao nosso patrono:

“O cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Matos, em 1838, tiveram a ideia de criar, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta ideia luminosa deu origem aos diversos institutos históricos e geográficos pelas grandes cidades do Brasil.

Os mineiros não poderiam fugir à regra, vez que Minas Gerais é celeiro de grandes homens do Brasil, nos diversos setores da atividade humana, e criaram o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Eis que neste ano de 1992 estamos comemorando

---

\* Professor aposentado pelo INSS, escritor e jornalista (3385/ES – MTE), é associado ao IHGES.

os duzentos anos da Inconfidência Mineira, cujo gênio visionário, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi seu herói e mártir.

Tendo este Instituto me concedido a honra de integrar seus quadros, como membro correspondente, não poderia esquecer um gênio e mártir capixaba, por residir no Espírito Santo há mais de cinquenta anos. Trata-se de Domingos José Martins, herói e mártir da revolução pernambucana de 1817, o qual teve o mesmo pensamento e anseio de Tiradentes: liberdade.

Nasceu Domingos Martins nas proximidades de Itapemirim, antiga Caxangá, no ano de 1781, filho de Joaquim José Martins e Joana Luiza de Santa Clara Martins. Filho de pais ricos, foi estudar na Bahia, posteriormente em Lisboa, concluindo seus estudos em Londres. Dotado de invejável inteligência, tornou-se financeiramente independente por meio de trabalhos no comércio de grandes bases econômicas.

Face ao domínio imperial português, o brasileiro lutava como podia, cada qual com sua arma e a seu modo, pois havia o grande risco de ser descoberto, razão pela qual o povo era humilhado e massacrado em seu próprio solo. Domingos José Martins, homem idealista pela liberdade no seu mais profundo sentido, também se sentia humilhado e vivia o problema da opressão portuguesa na própria pele. Assim sonhava poder libertar sua terra do vergonhoso julgo estrangeiro.

De grande espírito, ilustrado por seletos convívios, brilhantemente educado na Inglaterra, de cuja história política e administrativa tomara conhecimento, de regresso ao Brasil fixou-se na cidade de Recife, Pernambuco. Eloquente, solícito e agradável, logo se tornou popular e amigo de todos, entrosando-se com patriotas pernambucanos.

Há muito se conspirava na sociedade dos chamados Pedreiros Livres, os maçons que sonhavam com a demolição da monarquia e

a construção de novo edifício social. Várias Lojas Maçônicas eram fundadas, notadamente na Bahia. Em 1816, já contava Pernambuco com umas quatro Lojas Maçônicas. Não hesita o sacerdote e historiador pernambucano Muniz Tavares em afirmar que às lojas maçônicas pertenciam ‘pessoas distintas por ciência e virtudes’.

A residência de Domingos Martins era ponto de alegres reuniões, onde se encontravam idealistas, patriotas, republicanos e maçons. Trocavam ideias e argamassavam planos de insurreição para transformar o país em uma República. Domingos Martins gozava de grande popularidade na alta roda pernambucana e no clero, onde as novas ideias conseguiram mais aderentes e partidários.

Os patriotas não dormitavam, não se cansavam na luta cerrada pela planejada liberdade do povo. Prestes a explodir a revolução libertadora, houve alguma falsidade, pois foram descobertos os planos traçados e de imediato os principais homens chaves do movimento foram detidos e aprisionados incomunicáveis. Mesmo assim, a revolução prosseguiu, explodindo e vencendo em Pernambuco.

Os idealistas revolucionários vencedores formaram um Ministério para a governança, cabendo a Domingos José Martins a Pasta do Comércio. A Corte Imperial reagiu violentamente, bloqueando com suas embarcações a cidade de Recife e aprisionando os líderes restantes. Domingos Martins foi preso, acorrentado e mandado para Salvador, sendo condenado à morte por arcabuzamento em praça pública.

Na manhã sombria de 12 de junho de 1817 a cidade de Salvador tinha os movimentos dos grandes dias, porém pairavam sobre os homens pesado silêncio de angústia — a multidão compacta que se acotovelava em frente à cadeia quase impedia o acesso à mesma. Com dificuldade, chegou o sacerdote encarregado de levar o último conforto que a religião leva aos condenados.

Os pesados portões da velha masmorra rangeram nos gonzos. Um retângulo escuro mostrou o lúgubre interior da prisão e na luz

indecisa destacavam-se as figuras das vítimas do despotismo, precedidas do Padre e entre duas filas de soldados da milícia imperial. Os espectadores presentes descobriram-se, respeitosamente. O cortejo sombrio movimentou-se vagarosamente, seguido da massa humana, em direção ao Campo da Pólvora.

Em um tablado adrede construído no meio do tétrico cenário, uma saraivada de fuzilaria tombava três corpos ensanguentados, servindo de ‘exemplo’ aos que não sabiam conter calados no coração o direito à liberdade. Três beneméritos transpunham os pórticos da imortalidade e da glória.

Herói, as últimas palavras de Domingos José Martins foram: ‘Morro pela liber...’

Não deixaram que completasse a frase!

Assim terminou a vida profícua e corajosa, profundamente patriótica, de Domingos José Martins, um dos heróis e mártires da nossa independência.

Esta é a síntese da vida de Domingos José Martins que, ao lado de Tiradentes, engrandece a História do Brasil, pois ambos desejavam um Brasil livre e soberano, o que trinta anos depois do enforcamento de Tiradentes e cinco do arcabuzamento de Domingos José Martins puderam os brasileiros cantar com o poeta: ‘Já podeis da Pátria livre, ver contente a mãe gentil, já raiou a liberdade no horizonte do Brasil’.

Saúdo a direção deste instituto e a todos seus íntegros membros, agradecendo penhorado a honra que me concedem, neste momento, de ser um de seus integrantes e novamente fazendo minha as palavras do poeta: ‘Se a tanto me ajudar engenho e arte’ tudo farei para não desmerecer a grande confiança em mim depositada.

Senhoras e senhores, sou muito grato pela atenção com a qual ouviram minhas palavras.

Muito obrigado!”

# O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO E A HISTORIOGRAFIA DAS IDENTIDADES

*Bruno César Nascimento\**

**Resumo:** A referida análise busca demonstrar que uma propositiva revisão historiografia e uma leitura mais apurada dos acontecimentos podem apontar diferenças sutis de perspectivas. Nesse caso mais especificamente buscar-se-á analisar os pontos comuns entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu congênere regional o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nos momentos de suas respectivas fundações e quais eram os seus principais anseios. Para traçar essa similaridade de princípios e de fundadores utilizaremos os discursos e estatutos publicados nas revistas das respectivas instituições por ocasião de suas fundações em 1838 o primeiro e em 1916 no segundo caso.

## História e Historiografia

Para além do conhecimento histórico, a Historiografia consiste em uma própria história da história, onde os estudos das formas narrativas e das correntes teórico-metodológicas se encontram para, em um contexto mais amplo, explicar e esclarecer o desenvolvimento dos estudos históricos, a análise dos fatos e a própria construção do saber.

O campo do estudo historiográfico é constantemente estigmatizado por estar intrinsecamente ligado a um pensar filosófico, um desenrolar epistemológico que lida com um saber além do objeto da história, e por ser uma fonte de debate complexa e mais que subjetiva, por ser abstrato.

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestrando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Entretanto, os estudos historiográficos possuem larga contribuição para a compreensão do sistema constitutivo do pensar História. É por meio dessa história da História que podemos compreender determinados comportamentos sociais e autorais, analisar a construção de modelos e até mesmo constituir narrativas sobre determinados momentos da História que foram mais complexos do que os construídos em estudos pontuais. Em suma, os estudos historiográficos, além de colaborar para a análise dos estudos históricos, contribuem significativamente para a ligação de elos da história que aparentemente, a muito, haviam se perdido.

Das inúmeras perguntas e problematizações historiográficas existentes, e que permanentemente retornam ao palco das discussões para brilhar sob os holofotes, estão três combates ferozes até mesmo hercúleos de nossa profissão, que estão muito bem explicados por Lucien Febvre<sup>1</sup>, que são: a História constitui-se ou não como ciência? Qual deve ser o objeto do historiador? E por fim Como se dará o registro da análise histórica?

Questionar o fato histórico ou os atores históricos, já prontamente definidos e desmembrados, parece ao mesmo tempo, gasto, repetitivo e injustificável. Será? O questionamento da mutável e constante pesquisa histórica se mostra cada dia mais necessário e coeso à luz de que nem sempre as verdades são absolutas ou apresentadas como se considera devido, e por esse motivo desenvolve-se essa análise, uma análise que busca revisar a perspectiva historiográfica e suas mutações, assistida por meio de periódicos, pois como dito com muita propriedade por Max Weber em *Ciência uma Vocação*:

Friso, no entanto, que no campo da ciência, não apenas nosso destino, mas também nosso obje-

---

<sup>1</sup> Refere-se à obra *Combates pela História* escrita pelo historiador Frances Lucien Febvre e com a sua primeira edição publicada no ano de 1953.

tivo é o de vermos, um dia, ultrapassados. (WEBER, 2001, P. 36)

Possuímos, certamente, nossas obras de arte, grandes obras historiográficas magnificamente escritas e possuidoras de uma gama de detalhes simplesmente ímpar, mas, dizer que o debate dessas inquietudes não é pertinente e que o assunto é desgastado é o mesmo que dizer que depois de décadas, finalmente, chegou-se a um consenso sobre o que é e para que serve a História, fato que não é assistido e até mesmo já fora afirmado por Lucien Febvre a décadas<sup>2</sup>.

No limiar de entrada de nossa ciência (?) estão ansiosos o Novo Historicismo de Stephen Greenblatt, o Desconstrucionismo de Jacques Derrida, uma forte adesão às perspectivas de Hayden White e suas categorias literárias. Enfim, seria necessária uma obra completa, extensa e complexa para a todos dignificar e debater as perspectivas metodológicas de cada um desses grandes historiadores, fator que não é de interesse desse trabalho, mas o que vale a pena destacar é o fato de que a História vem novamente passando por uma reestruturação, mesmo que não aceita por todos.

No Brasil o pensar a história é algo relativamente novo. A problematização dos escritos históricos e da metodologia utilizada na construção desse saber surge com um atraso significativo em relação ao debate construído na Europa quase cem anos antes<sup>3</sup>. Essa inser-

---

<sup>2</sup> “[...] assim se sentirá, ainda mais, irmã das outras ciências, de todas aquelas cujo o maior problema é hoje promover o acordo do Lógico e do Real – como é, para a História, promover o Acordo do Institucional e do Contingente. Tarefa difícil. Por toda a parte, em todas as ciências, não há hoje senão oposições, conflitos, antinomias.” (FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3 ed. Trad. Leonor M. Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editora Presença, 1989. P.26)

<sup>3</sup> Refiro-me a palestra Sobre a tarefa do historiador proferida por Wilhelm von Humboldt em 1821, quando tão digno palestrante, defendendo a tomada de rédeas metodológicas para a constituição da ciência história, cita: “Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultanea-

ção teórica metodológica brasileira, para Astor Antônio Diehl, estaria centralizada na obra e tentativa de Capistrano de Abreu de analisar a história sob a luz de novas ideias e teorias (DIEHL, 1999, 223).

O fato é que, durante décadas, a historiografia brasileira fora regida pelo o que José Honório Rodrigues denomina de história antiquária, e que determinou modelos de escrita, que mesmo de maneira indireta, reverberam significativamente até os dias de hoje nos debates históricos. Sendo assim, entender a constituição da historiografia brasileira é, em primeiro momento, entender a constituição do saber histórico no Brasil.

## A Intelectualidade Brasileira e o Saber Histórico

Para uma análise do saber histórico no Brasil deveremos levar em conta a nação brasileira constituída a partir da Independência em 1822, citar acontecimentos anteriores a essa data seria de análise equivocada, pois estaríamos contribuindo para uma historiografia portuguesa, visto que até este ano o Brasil era um Reino Unido a Portugal e Algarves.

A partir da independência, pensar o Brasil passou a ser uma das tarefas de primeira ordem para o governo imperial recém-constituído. Sistemas político, jurídico, civil, militar e social. Todas essas áreas careciam de atenção e de afirmação. Construir um imaginário em torno de todas essas questões fez-se extremamente necessária para a construção de uma ideia de nação, de povo brasileiro.

---

mente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento, há de se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado pelo primeiro meio.” (MARTINS, E. R (org). *A História Pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. Brasil: Ed. Contexto, 2010.)

Durante os anos iniciais da nação brasileira a constituição do aparato jurídico, sistemas organizacionais, Constituição Nacional, poderes e esferas públicas, estiveram na vanguarda das ações do Estado, pois ficou clara a demanda por ordem pós-independência. Escrever história dessa nova nação acabou ficando legada a viajantes, estudiosos estrangeiros, que posteriormente receberão o nome de *brasilianistas*, e autoridades influentes.

No entanto, algo irá inverter esse cenário. Dezesesseis anos após a independência, e em meio ao período Regencial brasileiro, o Brasil passou a possuir uma significativa população de intelectuais, composta principalmente de bacharéis formada em Direito e sob a égide de três principais centros: Coimbra em Portugal, Faculdade de Direito de São Paulo e Faculdade de Direito de Olinda. Esse grupo de intelectuais passa, gradativamente, a ocupar cargos de significativa influência política no Brasil, no entanto há algo a mais além da formação em direito que une essa classe, os locais em que foram formados. Com poucos centros de educação superior e baixa população que poderia realmente investir na formação intelectual, o curso de direito passa a ser o que José Murilo de Carvalho chama de ilha de letrados em um mar de analfabetos (CARVALHO, 1996, 55), pois a ligação entre os ex-alunos das Faculdades anteriormente citadas torna possível a criação de estreitos laços de fraternidade entre essa nova elite letrada.

Entre as inúmeras ferramentas constituídas visando a manutenção e fortalecimento dos laços da elite, está a instituição denominada Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (a partir daqui denominado IHGB), ou, como eles se auto denominaram, guardiões da história e da memória do povo brasileiro.

Instituição fundada em 1838, e com o primeiro volume de sua revista publicada em 1839, o Instituto buscou um enaltecimento da identidade nacional e das origens e formação do povo brasileiro. Esse discurso declamado na sessão inaugural da casa pelo Sr. Januá-

rio da Cunha Barbosa, secretário perpétuo dessa instituição, onde o mesmo utilizando de uma citação de Alexandre de Gusmão à Academia Real da História Portuguesa, afirmou que o IHGB “Procura... ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jaziam até agora” (IHGB, 1839, TOMO 1, p.9).

A composição inicial do corpo do citado instituto, fez-se por 27 membros, desses, somente três membros, Srs. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, doutor em medicina pela Faculdade de Paris e bacharel em Filosofia natural por Coimbra, Joaquim Caetano da Silva, Professor de retórica, Português e Grego do Colégio Pedro II e Joaquim Francisco Viana, bacharel em Matemática, estavam de alguma forma ligados ao cientificismo que era latente no século XIX e descolados do grupo hegemônico que colaborou para o surgimento do IHGB, os demais membros eram políticos ou advogados, até mesmo a comissão responsável pela Revista do IHGB não era composta por historiadores, mas sim por um advogado, o Sr. José Marcelino da Rocha Cabral, e um político, o Sr. Antônio José de Paiva Guedes de Andrada e a comissão de História por um médico e um advogado.

Esse processo de constituição e desenvolvimento do IHGB esteve ligado ao projeto da elite letrada brasileira de solidificação de uma identidade nacional e perpetuidade do poder político, além da permanência da unidade territorial brasileira<sup>4</sup>, era a tentativa de fazer o brasileiro se enxergar no outro.

A construção de uma História Brasileira fez-se necessária para a afirmação de uma identidade, de um povo, de um direito de existir, de uma nação. Por anos o IHGB preocupar-se-á exclusivamente

---

<sup>4</sup> “[...] a produção intelectual esteve profundamente associada ao Estado imperial, entendido como “a causa última da unidade política do país contra o espírito maligno da anarquia.” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

com essa tarefa, a de afirmar o Brasil como um povo, uma nação e de coletar e arquivar os documentos que para esse fim fossem interessantes, como está descrito no Art. 1.º do capítulo 1 do Estatuto datado do ano de 1838 dessa instituição:

Art. 1: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geographia do Império do Brazil; e assim também promover os conhecimentos desses dous ramos philológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcione essa despeza. (IHGB, 1839, p 18)

Durante um século o IHGB e suas sucursais espalhadas pelo país proveram recursos materiais necessários, naquele momento, à história do Brasil. Textos escritos e organizados pelos denominados diletantes, que buscavam algo a mais que o conhecimento histórico, a afirmação, construção e constituição da nação brasileira.

No entanto, até chegar nesse primeiro momento da sedimentação da disciplina história no Brasil a historiografia brasileira percorreu, durante séculos, diversos caminhos. Esteve nas mãos dos viajantes e diplomatas das primeiras viagens da colonização; passou para os burocratas e políticos buscando registrar uma história política, uma história oficial; posteriormente o eixo muda e os cronistas e memorialistas entrarão com força em cena registrando a história das províncias e de grandes personagens da “História do Brasil” e, por fim, com o advento da Independência irá surgir essa instituição que será maetrina da escrita da história brasileira, que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que, por mais surpreendente que pareça, coordenou por aproximadamente um século os modelos de escrita. Tal perspectiva é corroborada por Astrogildo Rodrigues de Mello em publicação nas páginas da *Revista de História*.

Destarte, no largo período colonial, a historiografia brasileira não poderia ser senão em função do acanhado campo cultural da colônia, onde a Metrópole afogava quase todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual. Sem imprensa nem tipografia, falta de Universidades, ficava a possessão portuguesa em evidente inferioridade em confronto com os domínios ingleses e espanhóis, bafejados desde o início com esses fatores indispensáveis de progresso. Donde a pobreza de informes dos cronistas, testemunhas oculares dos momentos culminantes de nossa história, que poderiam ter projetado maior luz sobre tais acontecimentos. (MELLO, 1951, p. 381)

O fato é que, se por diversos momentos o Brasil esteve com a sua história em mãos daqueles que pouco conheciam efetivamente o povo e sua formação, com os Institutos Históricos e Geográficos esse panorama ganha nova perspectiva.

**TABELA 1: Relação período e instituições dedicadas aos estudos históricos**

<b>Período Histórico</b>	<b>Instituição</b>
Brasil colônia	Reais Academias
Brasil Império	Institutos Históricos
Brasil República	Faculdades de Filosofia

Fonte: LAPA, 1981, p. 33.

No caso capixaba a historiografia seguiu o mesmo veio. Obras canônicas escritas sobre a Vila de Vitória, sobre o povo e costumes da Capitânia do Espírito Santo e posteriormente Província do Espírito Santo estiveram durante muito tempo legadas aos viajantes, aos estrangeiros e aos religiosos. Obras como a de Basílio Carvalho Daemon. Carioca por origem, Daemon dedicou grande parte de seu tempo vivido na Província do Espírito Santo (1872 – 1893) a redação de uma obra denominada A Província do Espírito Santo, uma efeméride que aponta acontecimentos ocorridos ao longo da história desse estado.

Porém, se no período imperial, e antes dele o colonial, a preocupação histórica está focada nos fatos exclusivamente, principalmente os políticos, com o advento da república a onda do nacionalismo, do brasilianismo, atinge finalmente o Espírito Santo. No entanto uma vertente ainda mais potente desse brasilianismo atinge esse estado, a vertente do federalismo.

Princípio amplamente difundido no início do período republicano brasileiro, o federalismo defendia uma maior autonomia político-econômica dos estados frente às perspectivas do poder central, entretanto outra corrente desenvolve-se paralela àquela esperada pelo poder político, a corrente cultural, a da identidade regional.

Apoiados nesses princípios de identidade, regionalidade, federalismo e de relativa independência é que não de florescer os Institutos Históricos e Geográficos regionais que tinham em vista, a partir desses elementos, não mais a visão de construção de uma identidade nacional como era anteriormente almejada pelo IHGB, mas demonstrar a pluralidade de elementos constitutivos da nação brasileira.

Foi então seguindo esses princípios (republicanismo, regionalismo, federalismo, autonomia) e aproveitando a força que esse movimento cultural tomou no período pós-proclamação da República que os Institutos Históricos e Geográficos rapidamente se disseminaram pelo território nacional, chegando definitivamente ao Espírito Santo no ano de 1916.

Fundado em 1916, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) tinha como objetivo principal a realização de estudos históricos e geográficos sobre o Brasil, porém, maior ênfase seria dada aqueles que se destinassem a promover o estado do Espírito Santo.

Como o IHGB, os fundadores do congênere capixaba não se diferenciaram socialmente em muito do perfil daqueles que 80 anos antes haviam fundado a instituição de caráter “nacional”. Reunidos

na Assembleia Legislativa estadual e composta por membros de relativo prestígio na sociedade capixaba daquele período, militares, políticos, juristas, desembargadores, advogados, alguns professores e religiosos<sup>5</sup>, esse grêmio destinou-se a afirmação da identidade capixaba. Segundo Arthur Lourenço de Araújo Primo (1917, p.5) o orador indicado, e um dos proponentes da fundação da referida instituição, Sr Carlos Xavier Paes Barreto efetua caloroso discurso exaltando os acontecimentos da terra capixaba e pede que sejam desenvolvidos novos estudos visando dar maior notoriedade aos fatos aqui ocorridos. Para Carlos Xavier (1917, p.12) “quase todos os estados possuem o seu Grêmio Histórico. No Espírito Santo há uma lacuna”. Nesse ponto é que se apoia o discurso desse valoroso proponente, o da necessidade de uma instituição que, aos moldes daquela fundada em 1838 e dos diversos similares que se espalham pelo Brasil, se atenha a pesquisa e estudo da história e geografia dessa terra, pois, para ele, “não é tão incolor como se supõe a história do Espírito Santo” (BARRETO, 1917, p.12).

Muitos foram os elogios declamados por Paes Barreto aos acontecimentos passados que em terras capixabas foram eternizados, desde a presença de figuras ilustres que aqui encontraram conforto na morte como José de Anchieta e Pedro Palácios até ações militares de relevante destaque que contou com contribuição dos moradores dessas paragens, tais como as ações contra holandeses, corsários ingleses e invasores franceses no Rio de Janeiro.

Apesar dos diversos apontamentos gloriosos destacados por Carlos Xavier nenhum da maior destaque a essa perspectiva de

---

<sup>5</sup> A lista completa com o nome de todos os membros que estiveram presentes na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pode ser acessada, além da ata, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n.º 1, p. 3 e 4, 1917. Nesse número há também informações sobre os primeiros membros da diretoria dessa Casa.

afirmação da identidade regional de que a escolha de um patrono herói. Tendo em vista a afirmação à liberdade (autonomia) escolheu-se como figura mor da representação do orgulho e da significativa contribuição do povo capixaba para com a nação brasileira Domingos Martins.

Enfim, o que se buscou demonstrar nessa breve análise é que a historiografia costuma legar aos Institutos Históricos um papel uniformizante, um papel aculturado e extremamente politizado. Podemos assistir claramente que as preocupações das sucursais regionais estavam muito mais focadas nas perspectivas locais de que uma unidade nacional, e vamos além, pode-se assistir sim, em diversos discursos que estão registrados nas páginas da revista dessa Instituição no Espírito Santo o viés político, mas é ainda mais pungente o vigor e busca por uma cultura e uma história que nos identifique como capixabas.

Assim, a proposição desse breve texto, está para além da publicação de um artigo técnico-científico, mas focada na historiografia e o papel que a esse Lugar fora legado por ela, ou seja, se repensamos nosso conjunto de práticas, métodos, ações e motivações que nortearam a fundação de tão importante Instituição para a história e cultura capixaba frente ao Instituto modelar, considero de fundamental importância novamente lançarmos mão dessa ferramenta para que nesse limiar de comemoração do Centenário dessa Ilustre Casa possamos compreender as suas efetivas e significativas contribuições para o povo capixaba, fazendo-nos compreender que não fazemos parte da sua história, mas sim de seu presente, afinal, estamos sempre vigilantes para que as tradições e a identidade não se percam.

## Referências

- BARRETO, Carlos Xavier Paes. Discurso pronunciado na sessão de fundação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO pelo orador Carlos Xavier Paes Barreto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 1, p. 7 – 14, 1916.
- CABRAL, José Marcelino da Rocha. Discurso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.1, 1839.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3 ed. Trad. Leonor M. Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editora Presença, 1989.
- LAPA, Jose Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: (a história em questão)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, E. R (org). *A História Pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. Brasil: Ed. Contexto, 2010.
- MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 6, p. 381 – 390, 1951.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WEBER, Max. *Ciência e Política duas vocações*. 3ed. Trad. Jean Malville. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

## O TEATRO IBÉRICO NOS SÉCULOS XV E XVI

*Ester Abreu Vieira de Oliveira\**

**Resumo:** Busca-se apresentar a relevância do teatro e do seu início, de uma maneira geral e na península Ibérica, bem como falar das representações teatrais dos séculos XV e XVI na Espanha, destacando-se a atuação de Lope de Rueda, no século XVI, pelo legado que proporcionou à evolução do teatro espanhol.

**Palavras Chave:** Teatro. Séculos XV e XVI. Lope Rueda.

Estou muito honrada por este convite que me fez o Presidente do IHG para falar sobre o teatro, o Ibérico dos séculos XV e XVI.

Alegra-me ter tido ele a lembrança de pôr destaque nesse tema, um pouco abandonado, mas muito importante, como escreve Cervantes, na segunda parte de sua obra *Don Quixote de la Mancha*, cap. XII, num diálogo entre Dom Quixote e Sancho Panza, quando o fidalgo explica a seu escudeiro “que se deve estimar [...] os que [as comédias] representam e os que as compõem, porque todos são instrumentos de fazer grande bem para a república, pondo-nos diante a cada passo um espelho, onde se vêem ao vivo as ações da vida humana, e nenhuma comparação há que tão bem nos represente o que somos e o que havemos de ser, como a comédia e os comediantes”.

O teatro é um processo de comunicação complexo, muito mais complexo que qualquer outra forma de manifestação linguística e literária. Nele, o signo se manifesta com maior plenitude, variedade e intensidade em sua realização cênica.

Um texto de teatro está composto por duas diferentes partes inseparáveis: os diálogos e as didascálias, que, em português, também são chamadas rubricas, e, em espanhol, *acotaciones* ou *anotaciones*.

---

\* Professora, membro do PPGL/UFES; da AEL; da AFESL; da APEES; e do IHGES, doutora em Letras Neolatinas: Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas.

O teatro é uma arte que sofre restrições em ser editada; outros gêneros, como a poesia e o romance, despertam mais interesses aos editores. Os autores dramáticos não são quase indicados nas divulgações das representações teatrais, mas somente os atores que atuam nas cenas. Entretanto, no teatro, espelha-se uma sociedade com seus conflitos, e o texto dramático — texto escrito — é um produto humano, logo histórico, cultural, de caráter artístico literário, disposto para a sua representação em um palco.

O teatro tinha, a princípio, um caráter ritualístico. A representação, primeiramente, ocorria nos movimentos de danças com a finalidade de alcançar um bem: a fecundidade da terra, a prosperidade da família, o sucesso em batalhas, o bem ou o mal de alguém. Depois adquiriu um caráter educativo, social e lúdico, e houve a introdução da temática de deuses e de heróis.

O teatro ocidental nasceu na Grécia, e suas manifestações dramáticas, tragédias e comédias decorreram de homenagens ao deus Dionísio ou Baco (para os latinos) para favorecer a colheita e tiveram início nas canções (ditirambos), de caráter alegre ou sombrio. O corifeu, cantor principal, fazia uma narração sobre o deus, e o coro era constituído de personagens vestidos de faunos ou sátiros, os companheiros do deus Dionísio, que participavam do ritual, dançavam e cantavam, tocavam tambores, liras e flautas em volta de uma esfinge do deus.

Aristóteles identifica como ditirambos a poesia épica de Homero e a mimesis. Os atores com máscaras imitavam heróis e anti-heróis de narrações orais, primeiramente, depois, das narrativas da *Ilíada* e da *Odisséia*, obras atribuídas a Homero.

Esquilo (525 e 456 a.C) deu o primeiro impulso reformador, indicando o uso do coturno e da máscara, de um segundo ator e reduziu a importância do coro, dando maior leveza ao desenvolvimento dos acontecimentos e ao diálogo. Apenas sete de suas peças chegaram com-



www.portalsaofrancisco.com.br

pletas ao nosso tempo. O mesmo aconteceu com algumas peças de Sófocles e Eurípides.

O surgimento do teatro na península Ibérica não diferenciou dos demais países europeus: nasceu no interior das igrejas. Os espetáculos obedeciam às cerimônias religiosas e seguiam os textos litúrgicos. Os atores eram os religiosos: canônicos, diáconos y subdiáconos. Aos poucos, foram-se enquadrando elementos profanos nas representações religiosas. Eram atos ou frases satíricas que levaram a ser proibidas as representações teatrais dentro das igrejas, passando o teatro a ser mostrado nos mosteiros, nas praças públicas e nos palácios.

A partir do século XV, devido aos estudos de eruditos humanistas, que buscavam o ideal clássico greco-latino, começaram a se desenvolver os gêneros dramáticos graças ao conhecimento dos manuscritos de Plauto e Terêncio e das tragédias de Sêneca. Para um novo público, o da burguesia, necessário tornou-se o estabelecimento de um lugar fixo e apto para a realização da encenação, e, para o teatro renascentista, expressão de um novo sistema de ideias, buscou-se um novo cenário. Assim, na Espanha, o teatro foi levado primeiramente aos pátios das casas e das congregações, e, depois, nos séculos XVI e XVII para as várias representações, foram construídos locais fechados, denominados “corrales”. Também porque, durante o século XVI, os temas religiosos, com alterações e inclusão de elementos profanos, eram representados sob a forma de Autos Sacramentais, representando-se, contudo, também égloga pastoril, farsas e alegorias, e, nesse teatro renascentista, o espectador não fazia parte da ação e se fez um espectador.

Mas, segundo Cervantes, as representações de Lope de Rueda, no princípio do século XVI, era de muita simplicidade, e assim Cer-

vantes o descreve, colocando em sua descrição uma velada crítica às representações de sua época, às pompas dos autos sacramentais de Calderón, com os anjos descendo de um falso céu, como as batalhas do teatro de Lope de Vega.

No tempo deste célebre espanhol, todos os apetrechos de um autor de comédias estavam em um saco e se reduziam a quatro abrigos de pele brancos guarnecidos de couro dourado e a quatro barbas e cabeleiras e a quatro cajados, mais ou menos isso. As comédias eram uns colóquios como églogas, entre dois ou três pastores e alguma pastora [...]. Não havia naquele tempo tramoias, nem desafios de mouros e cristãos, a pé nem a cavalo; não havia figura que saísse ou parecesse sair do centro da terra por uma abertura do palco. O espaço do teatro compunha de quatro bancos em quatro e quatro ou seis tábuas em cima, com que se levantava do chão quatro palmos; nem desciam do céu nuvens com anjos ou com almas. O adorno do teatro era um cobertor velho, preso com duas cordas de uma parte a outra, onde ficava o que chamam vestuário, detrás do qual estavam os músicos, cantando sem guitarra algum romance antigo. [...]<sup>1</sup>

A transição do teatro medieval, que se realizava ao ar livre, para o palco, num ambiente limitado, fechado, levou a uma transformação do estilo de interpretação teatral com movimentos, deslocações, mímicas, gestos que pudessem mostrar a idade, o sexo e a situação social dos personagens. Os movimentos eram da esquerda para a direita, e vice-versa, pois não havia, ainda, para o palco, a acepção de profundidade. Relevantes eram os trajes, pois o teatro na corte exigia, para reforçar o efeito, trajes coloridos, exóticos ou históricos.

---

<sup>1</sup> CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Entremeses*. Edición de Nicholas Spadaccini. 5. ed. Madrid: Cátedra, 1987. p. 91-92. (tradução desta autora)



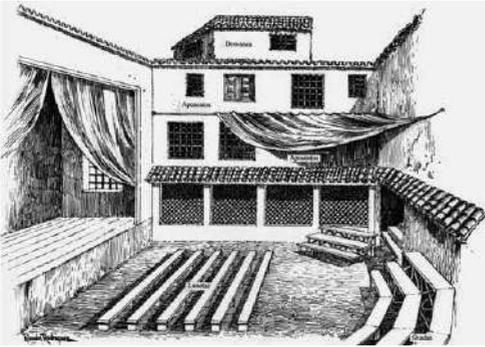
A temporada teatral começava no Domingo da Ressurreição e terminava na quarta-feira de cinza. As funções começavam às duas da tarde, nos dias mais frios, de

outubro a abril; na primavera, às três horas e no verão às quatro antes do entardecer. Durava cada espetáculo umas quatro horas. Entre um ato e outro, representavam-se obras menores (entremeses). Na abertura, havia a apresentação de uma Loa — objetivava-se chamar a atenção do público para a obra. Depois, representava-se o primeiro ato da peça teatral que se denominava “Comedia”. No entreato era representado um entremez (de tema cômico, para divertir a plateia). A seguir, o segundo ato da peça era representado e, no novo entreato, podia ser mostrado outro entremez ou uma peça de humor, por exemplo, uma “jácara” e depois o terceiro ato. No final podia haver um baile de máscaras, ou “mojiganga” (uma farsa). A seguir exemplos de como eram esses “corrales”:

Os “corrales”, a princípio, não tinham teto e eram aproveitadas as janelas e sacadas das casas vizinhas, como uma prolongação do teatro, as quais se tornavam uma espécie de camarotes. Quan-



Disponível em: [aulaccbb.files.wordpress.com](http://aulaccbb.files.wordpress.com)



Disponível em: [aulaccbb.files.wordpress.com](http://aulaccbb.files.wordpress.com)

do baixas, as altas janelas tornavam-se uma espécie de galeria. No pátio, o público assistia à peça de pé. Os homens que ficavam no pátio, os mais exigentes e barulhentos, eram chamados “mosqueteiros”. As mulheres ocupavam “las cazuelas”, uma galeria alta que ficava no fundo do teatro em frente do palco, erguido um pouco acima do chão. Na Espanha, desse período, admitiam-se atrizes. As representações eram simples e os atores anunciavam as mudanças de lugares.

A seguir uma representação atual em um antigo “corral”, em Almagro, em Castilla la Mancha, Espanha.



Corral de Almagro numa representação atual. Disponível em: [www.rutaalmagro.com](http://www.rutaalmagro.com)

O teatro espanhol que se desenvolve no século XVI continua com características medievais até o princípio do século XVII, mas

não deixa de ser um caminho para a modernidade, que ocorre em condições externas propícias e com a aparição de notáveis dramaturgos como Lope de Vega, Tirso de Molina, Calderón de la Barca, entre outros.

Da primeira metade do século XVI, damos como exemplo a obra dramática *Himenea* (1513), de Bartolomé Torres Naharro (1485-1540), em que se encontram ecos da obra de Fernando de Rojas, da segunda metade do século XV, *La Celestina*, (1499), primeiramente titulada *Comedia de Calisto y Melibea*, depois *Tragicomedia de Calisto y Melibea*, que teve a primeira edição, em 1499, na época correspondente ao reinado dos reis católicos, Fernando e Isabel. Existem duas versões sobre a composição dessa obra, que, de acordo com a terminologia clássica, se chama “Comedia”. Na primeira edição, na chamada “Comedia” havia 16 atos, e, na “Tragicomédia”, 21.

*La Celestina*<sup>2</sup> é uma obra de transição medieval/renascentista. Une-se à primeira época pelo objetivo de moralizar, indicando o perigo de amores ilícitos, nos quais a Justiça Divina intervém com rigor, e, à segunda, pela apresentação da crueldade da natureza humana, proporcionando uma cisão entre o natural e o sobrenatural e apontando uma nova mentalidade. No mapa de seus personagens, fazem parte os de classe social elevada (Calisto, Melibea e seus



<sup>2</sup> ROJAS, Fernando. *Celestina*. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01371630766703727432257/p0000002.htm>. >

pais, Pleberio y Alisa) e os de classe popular (Celestina, Areusa, Elicia, Centurio e os criados de Calixto, Pármemo e Sempronio).

Bartolomé Torres Naharro, poeta, dramaturgo e teórico do teatro espanhol de sua época, deixou-nos um total de nove obras dramáticas. Os dados que compõem a sua vida são hipóteses. Entre as suas obras de teatro, isto é, as **Comedias**, estão *Serafina*, *Soldadesca*, *Trofea*, *Jacinta*, *Tinelaria* e *Himenea* (1516?). Nelas, com um estilo rico e vigoroso, destacou o personagem criado, e, como correspondia ao cosmopolitismo linguístico de Roma, onde se encontrava, escreveu nas línguas portuguesa, italiana e francesa.

Em 1517, em Nápoles, Torres Naharro publicou, com o título de *Propalladia*, o conjunto de suas obras poéticas e as seis citadas peças, das oito que escreveu. O prólogo constitui a primeira reflexão estética teatral espanhola. Voltou à Espanha e escreveu as obras dramáticas *Calamitas* e *Aquilana*.

Nos textos de *Propalladia*, há um teor satírico e, por isso, em 1559, a obra ficou entre os livros proibidos. Um dos acertos dessa obra reside no sentido de humor. O prólogo traz considerações teóricas sobre o drama e a classificação de suas “comedias” em dois tipos: intriga de ficção (“a fantasía”) e de observação da realidade (“a noticia”). “Comedia”, na opinião do autor, é um habilidoso artifício de notáveis e de alegres acontecimentos. Para ele, a “comedia” pode trazer assuntos de caráter histórico em perfeita convivência com os enredos. Com esse proceder, ele se diferencia de muitos teóricos do Renascimento que consideravam essa inclusão exclusiva da tragédia. Para Naharro, não devem atuar em uma “comedia”, palavra compreendida como obra de teatro, muitos personagens. O ideal seria um número de seis ou doze, mas ele reconhece que determinado assunto pode obrigar uma introdução de um número maior, como aconteceu em *Tinellaria*, onde colocou vinte. Com esse procedimento, o autor mostra que deve predominar o sentido comum, e não a rigidez normativa.

Nos seus conceitos de dramaturgia, Naharro mantém os condicionantes da comédia latina, como a divisão em cinco atos, a que ele dá o nome de “jornadas”, e a *captatio benevolentiae* ou atração de interesse do público no começo da representação por meio de um “introito”, cuja função é explicar o argumento da obra, a mudança e a inclusão de uma cena de reconhecimento, acompanhada de peripécia e de modificação de incidente feliz. Nesta parte, a apresentação seria feita, no início da obra, por um personagem popular. Os títulos de suas “comedias” recebem o nome de personagens.

A poética de teatro de Naharro recebe a influência da *Poética* de Aristóteles, recém-traduzida em sua época. Ele avança em relação a seu tempo em sua proposta de renovação dramática, ainda que rudimentar, e apesar de, em muitos aspectos, estar ainda vinculado ao teatro medieval. *Himenea*, obra que se encontra em *Propalladia*, e está inserida, por sua trama, em sua classificação de “a fantasia”, em alguns aspectos, está ligada à tradição do teatro medieval, mas o ambiente cultural, a alusão satírica do tipo clerical e a alegre solução que dá ao conflito são renascentistas. A história de amores entre Himeneo e Febea, dois jovens de uma mesma classe social, vincula à obra *La Celestina*, mas difere desta por ter um final feliz. Nesse sentido de dar à obra uma visão otimista da vida, baseia-se em Horácio. Também se diferencia da poética aristotélica por conceber um final feliz para os amantes, não só para os personagens fidalgos (os notáveis), mas também para os criados e serventes.

Naharro exerceu influência na posterior evolução do teatro espanhol; talvez a extensão de sua autoridade tenha sido maior do que foi a de Gil Vicente ou a de Juan del Encina. Com sua perspectiva dramática, deu um passo decisivo para o aperfeiçoamento do teatro clássico na Espanha dos finais do século XVI. Cervantes em *Entremeses* destaca a importância de Naharro para a evolução do teatro e aponta os seus métodos inovadores:

[...] Navarro [...] foi famoso em fazer a figura de um rufião covarde, ele deu prestígio um pouco ao adorno das peças teatrais e mudou o saco dos vestidos para os cofres e os baús; retirou a música, que antes era cantada detrás dos cobertores, para o palco; retirou as barbas dos farsantes, que até então nenhum representava sem barba postiça, e fez que todos representassem sem adereços, se não fossem os que representariam os velhos ou outras figuras que necessitasse de mudança de rosto; inventou tramóias, nuvens, trovões e relâmpagos, brigas e batalhas; mas isto não chegou ao exagero em que agora está.<sup>3</sup>

Mas do século XVI destacamos o dramaturgo Lope de Rueda (1510 – Sevilha – 1566 – Córdoba), pois foi um dos primeiros atores profissionais espanhóis. De grande versatilidade escreveu comédias, colóquios pastoris, autos sacramentais, farsas e “pasos”, origem dos entremezes. Ele fundou uma companhia de teatro que representava peças em várias cidades espanholas. Cervantes, na introdução de seus “*Entremeses*”, fala sobre representação a que assistiu de Lope de Rueda, considerado o precursor do Século de Ouro do teatro espanhol. Suas obras dramáticas, ou “comedias”, conhecidas, foram escritas em prosa e sob a influência do estilo das comédias italianas. São quatro: *Eufemia*, *Armelina*, *Los engañados* e *Medora*. Elas se apoiam no teatro romano de Plauto e Terêncio, mas podem ser observados ecos de Boccaccio e de autores italianos contemporâneos dele. As “comedias” de cenas breves estão em verso. Elas são de variados tipos: *Comedia llamada Discordia y Cuestión de amor* e *La farsa del sordo*. A publicação das obras de Rueda se deve a uma edição póstuma organizada por Juan Timoneda que, na apresentação da carta ao leitor, elogia o valor das comedias desse

---

<sup>3</sup> CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Entremeses*. Edición de Nicholas Spadaccini. 5. ed. Madrid: Cátedra, 1987. p. 92. (tradução desta autora)

dramaturgo, critica a restrição “afetada” que algumas pessoas faziam delas e justifica que as ordenou para submetê-las à autoridade da Igreja, retirando algumas partes não “lícitas y mal sonantes”, ditas no tempo de Rueda.

Alguns escritores contemporâneos seus, que o viram atuar, como Antonio Pérez, Juan Timoneda, Juan Rulfo, Agustín Rueda e Miguel de Cervantes, falam sobre a importante atuação de Rueda para a evolução do teatro espanhol, sufocado em seu crescimento durante o período medieval. Cervantes, por exemplo, afirma, referindo-se às comédias de Rueda, no prólogo de seus entremezes, que ele foi o primeiro dramaturgo espanhol a retirar do esquecimento as “comedias” e de colocá-las em evidência (“[...] las sacó de mantillas y las puso em toldo y vistió de gala y aparência”).

Na opinião de Menéndez Pidal<sup>4</sup> Rueda é um bom adaptador de comedias italianas, às quais acrescenta episódios e caracteres cômicos próprios.

Ainda que tenhamos uma grande admiração por esse crítico espanhol e tenhamos apoiado muitos de nossos estudos em suas valiosas pesquisas, não concordamos com o menosprezo desse eminente escritor pela obra de Rueda, pois a lacuna que havia no teatro espanhol foi por ele preenchida, ou melhor, foram por ele dados os primeiros passos para o crescimento do teatro espanhol. Se Rueda se apoia nos textos de dramaturgos italianos, ele os supera, por incluir, nos textos de suas peças, diálogos graciosos, pequenas brincadeiras cômicas, de ascendência medieval espanhola, nas atitudes e falas dos pastores do teatro religioso ou nos temas das farsas do Teatro Profano, provocando o nascimento do “gracioso”, personagem típico criado no teatro do Século de Ouro. Os personagens criados

---

<sup>4</sup> PIDAL, Menéndez. Apud MONTOLIU, Manoel. *Manual de historia de la literatura castellana*. 5. ed. Barcelona: Cervantes, 1947. p. 628.

por Rueda são mais vivos que os do seu modelo; não são tipificados, têm mais relevos e, na comicidade, dão mais agudeza aos diálogos.

O grande mérito que se atribui a Lope de Rueda são os “pasos”. Esse gênero ruediano é uma série de breves cenas cômicas, introduzidas na ação central da obra, ou entre os atos ou entre as cenas da própria obra, com um tom e situações diferentes dos da história central. Em *Eufemia* (1567), por exemplo, ao lado de Eufemia, Leonardo e Valiano, personagens de características clássicas em uma tragédia, pois não têm vontade própria, porque a sorte ou o destino o querem, aparecem pequenas situações graciosas, os “pasos”, com diálogos e situações dos criados Polo, Vallejo e Grimaldo, personagens mais cheios de vida, que darão um descanso da tensão que a história central fornece e que trarão divertimento. A atuação dos personagens-criados não corresponde com a dramática história dos heróis.

O argumento é o seguinte: Leonardo, um cavalheiro, saiu de sua casa, separando-se de sua irmã, Eufemia. Na nova cidade, em Calábria, foi trabalhar para um rico senhor, Valiano, que se afeiçãoou por ele. Certo dia, ele lhe falou de sua irmã Eufemia e Valiano se interessou por ela. Porém, o criado ancião, Paulo, conseguiu falsas provas que maculavam a honra de Eufemia. Assim, Valiano, irritado por supor que Leonardo o houvesse enganado, o levou para a prisão, dando ordem para executá-lo. O criado de Leonardo, Melchior Ortiz, colocou Eufemia inteirada desse terrível castigo. Ela saiu com esse criado e sua criada, Cristina, para ver se conseguia salvar o irmão. Habilmente, ela provou a sua inocência e Valiano pôde constatar a veracidade dos elogios que o irmão lhe fazia e a perfídia de Paulo, que foi levado à pena de morte em lugar de Leonardo. Assim a história teve um final feliz.

[..] VALIANO — Ânimo! Tomem a este falso e pague pela pena de Talião, que eu bem sabia o que tinha de fiel o meu Leonardo. Tirem-no da prisão

e seja logo restituído em sua honra, e a este traidor cortem-lhe logo a cabeça no lugar que ele, para meu Leonardo, tinha preparado.

VALLEJO — Que se faça, senhor meu, logo o seu ordenamento.

VALIANO — Y a esta senhora nobre, pois tão bem soube salvar a vida de seu irmão, fique em nossas terras e como senhora d'elas e minha, que também penso pagar-lhe toda aquela tribulação que padeceram seu irmão na prisão e ela por salvar-lhe.

VALLEJO — Senhor, está preso; já está o levantador de falsos testemunhos, o desventurado de Paulo, em poder do prefeito com todos aqueles mandados que vossa mercê me mandou..

VALIANO — Ânimo! Dê liberdade a todos os criados de minha casa; e vós, senhora minha, dai-me a mão e entremos para jantar, que eu quero que vós e vosso irmão comais juntamente comigo por tão grande alegria, e depois fazer o que devo, em cumprimento do que a Leonardo tinha prometido.

EUFEMIA — Como tu, senhor meu, mandares, serei eu feliz.

VALLEJO — Abraçado vai meu amigo com a moça; mas eu sou o melhor livrado d'este negócio, pois me escapei de arrebatar uma centena de testemunho falso; eu vou, que farei falta em casa. [**Ao público.**] Auditores, não façais senão comer e dai a volta à praça, se quereis ver descabeçar um traidor e libertar um leal e premiar a quem em desfazer tal trama foi solícita e avisada e diligente [...]<sup>5</sup>

Com a obra *Eufemia*, diferentemente de outras peças teatrais que tinham como recorrência imediata obras do teatro escrito por

---

<sup>5</sup> RUEDA, Lope. *Eufemia*. Disponível em: [http://www.cervantesvirtu-al.com/obra-visor/comedia-eufemia--0/html/fef90722-82b1-11df-acc7-002185ce6064\\_1.htm](http://www.cervantesvirtu-al.com/obra-visor/comedia-eufemia--0/html/fef90722-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.htm). Acesso em 29/09/2014. (8.ª cena – tradução desta autora).

autores italianos, Rueda se apoiou na Segunda Jornada do *Decameron*,<sup>6</sup> de Boccacci, uma obra em prosa, no estratagema usado pelo caluniador para ganhar uma aposta, fingindo ter conseguido os favores da inocente mulher de seu amigo, e no segundo conto de *Patrañuelo*, de Timoneda.

Na história central, Rueda segue os delineados caminhos da tragédia de Aristóteles de imitar uma “ação nobre” em linguagem agradável, com a atuação de “atores”, operando a *kátharsis* das paixões, por meio de um processo de piedade e terror, usando a técnica da *anagnorisis*<sup>7</sup> no eficiente final. Assim, o núcleo dramático de *Eufemia* está precisamente na difamação e nos meios do qual se vale o difamador: o de ir à cidade onde estava a mulher por quem estava interessado o seu senhor, e trazer falsas provas (fios de cabelos que disse ter retirado do ombro esquerdo da moça) e apresentá-las ao seu senhor que, contrariado com a suposta falsidade do amigo nos elogios que fez da honra da irmã, lhe mandou cortar a cabeça.

Ainda que a contradição entre o “interior” e o “exterior”, não fosse uma característica só do Renascimento, foi nessa época que se

---

<sup>6</sup> BOCCACCIO, Giovanni.. Novela nona. In: \_\_\_\_\_. *Decamerone*. 2. ed. Roma: Cozzani [s/d] p 171-182

<sup>7</sup> A palavra *ANAGNORISIS*, em grego quer dizer “reconhecimento”. Aristóteles utilizou esse termo na sua Poética para se referir à tomada de consciência por parte do herói trágico de um erro que ele próprio teria cometido num passado mais ou menos remoto e que o teria conduzido à perdição presente. Esse procedimento serve para revelar as limitações do ser humano e a sua incapacidade para se libertar do imediato. O herói trágico acaba sempre por agir contra si próprio; apesar de se convencer de que domina a situação em que se encontra, só mais tarde toma conhecimento do fato que o abatia. Nesse momento é que ocorre o “reconhecimento”, a passagem do ignorar para a do reconhecer, que resulta em amizade ou inimizade dos personagens e, portanto, na precipitação de outro elemento característico da tragédia, “a catástrofe”, de acordo com os cânones aristotélicos. O centro da tragédia não é a procura da verdade, mas a admissão que se incorreu num erro. A técnica do reconhecimento pode ser usada, também, em narrativas e na poesia lírica.

deu mais ênfase à hipocrisia e ao comportamento do indivíduo de acordo com o seu estrato social, na vida cotidiana como na política. Fingir e ocultar a identidade são antigos procedimentos. Na Bíblia mesmo encontramos Jacó dissimulando e ocultando sua identidade para receber a bênção de Isaac, e José, no Egito, dissimula sua identidade para receber os seus irmãos. Contudo, esses disfarces não implicavam uma contradição ética, como ocorria no Renascimento, quando os homens manifestavam comportamentos diferentes do autêntico proceder. Lembramos dois personagens de obras de Shakespeare, um que se faz passar por louco (Hamlet) e outro que se finge ser bom (Henrique IV). Mentir ocultando as suas intenções e mostrando outras diretamente opostas a seus fins era uma forma normal de comportamento de personagens renascentistas. A dissimulação fez surgir o tema naturalista verdade/mentira, ou real/falso, que resultou no tema da mulher vestida de homem ou da que faz passar por outra para defender a sua honra e salvar o seu irmão, como acontece com Eufemia, personagem da obra *Eufemia*, de Rueda, ou com Viola, personagem da obra *Noite de Reis*, de Shakespeare, que, procurando o irmão, se passa por um rapaz.

O fato de uma mulher ocultar a própria identidade aparece também nas obras cervantinas, tanto em *Don Quijote de la Mancha* como em *La ilustre fregona* e outras obras mais. Algumas vezes o personagem não sabe a sua verdadeira origem, mas o mais frequente é querer ocultá-la. Essa incógnita aparece nas obras dramáticas, principalmente nas do século XVI, que continham duas classes de conteúdos e de finalidade: a do ofensivo e a do defensivo. A classe do ofensivo era própria do hipócrita ativo, que procurava tirar proveito dos outros para alcançar os objetivos de seus planos, como foi o comportamento de Paulo, o criado de Valiano, que buscou, por meio de uma mentira, conquistar a estima de seu senhor prejudicando Leonardo, por causa da inveja que sentia da estima que seu senhor

tinha por Leonardo e pelos favores que este recebia dele. A classe do defensivo era própria daquele que não era simulador nem hipócrita, mas se protegia para evitar que os outros zombassem dele. O defensivo atuava como em legítima defesa; de modo semelhante ao atuar de Eufemia, na comédia *Eufemia* de Rueda, ou ao atuar do personagem Don Gil, de Tirso de Molina, em *Don Gil de las calzas verdes*.

No núcleo dramático de *Eufemia*, a ação é lenta, o plano é monótono e a trama é rudimentar. Porém, as cenas intercaladas burlescas dos diálogos graciosos entre personagens de classe humilde a elevam, mostrando a habilidade artística do dramaturgo.

O talento realista de Lope de Rueda o limita para a representação de fatos da vida cotidiana, sem preocupar-se com a fantasia poética. Esta é uma tendência genuína da literatura espanhola. A semente se encontra em obras de escritores medievais como Juan Ruiz, El Arcipreste de Hita; El Arcipreste de Talavera e Fernando Rojas, entre outros.

Os diálogos<sup>8</sup> episódicos, cômicos, de ação independente, como o diálogo entre Polo e Eulalla, na 7.<sup>a</sup> cena, no qual se pode observar a hipocrisia de um, o interesse do outro e a linguagem vulgar, permitem mudar o tom grave, que vêm dando os diálogos entre os senhores, para um graciosos, sem prejudicar a ação principal. Segue um exemplo de um fragmento de um diálogo da 2.<sup>a</sup> cena em que se pode observar o desempenho dos criados<sup>9</sup>.

[...] EULALLA.- ¿Quién esa ahí? ¡Jesús! O la voz me la miente o sa aqueya que yama mi señor Pollos.	EULALLA - Quem essa aí? Jesús! Ou a voz me mente ou é aqueia que jama mim senhor Polhos.
---	--

<sup>8</sup> Os diálogos são chamados “pasos”. Estes antecipam os entremezes, gênero literário difundido no Século XVII.

<sup>9</sup> A fala da negra Eulalia contém distorções linguísticas, frases feitas, provérbios e refrãos, como característica de sua classe social da época de Lope de Rueda. Fizemos uma tentativa de adaptação dessa linguagem para um leitor brasileiro.

POLO.- ¡Oh, bendito aquel que te dejó entender!

EULALLA.- ¡Ay, señor míos, a taloras!

POLO.- Señora mía, por una pieza como vuesa merced aún es temprano para servilla.

EULALLA.- Pues a bona fe, que sa la persona de mala ganas.

POLO.- Que la guarde Dios, y ¿de qué?

EULALLA.- Señor, presentame la señora que depares mi Dios marido a mí contentos.

POLO.- Anda, señora; ¿y cómo agora haces aqueso? ¿No me has prometido de salirte conmigo?

EULALLA.- ¿Y cómo, señor, no miras más qu'ésos? ¿Parécete a voz que daba yo bon jemplo y cuenta de mi linaje? ¿Qué te dirá cuantas señoras tengo yo por mi migas en esta tierras?

POLO.- ¿Y la palabra, señora, que me has dado?

EULALLA.- Señor, o na forza ne va, nerrechos se pierde; honra y barbechos doñaldoza un prima mía una hojetas de lejiás para rubiarme na cabeyos, y como yo sa tan delicara, despojame na cabeza como nas ponjas; pienso que tenemos la mala ganas.

POLO.- ¡Válame Dios! ¿Pues no hay remedio para eso?

EULALLA.- Sí, sí, guáreme Dios; ya m'envía a visitar la señora nabadesa la monja sancta Pabla, y me dice que m'enviará una malacina para que me le quita como la manos.

POLO.- ¿Pues agora te pones a enrubiar?

EULALLA.- Sí, ¿por qué no? ¿No tengo yo cabeyo como la otro?

POLO.- Sí cabellos, y aun a mis ojos no hay brocado que se le compare.

EULALLA.- Pues buena fe que ha sinco noche que face oración a señor Nicolás de Tramentinos.

PÓLO - Oh, bendito aquele que te deixou entender!

EULALLA - Ai, senhor meuss, a talhoras!

PÓLO - Senhora minha, por uma peça como vossa mercê ainda é cedo para servi-la.

EULALLA - Pois a boa fé, que sou pessoa de maus desejos.

PÓLO - Que Deus a guarde, e de qué?

EULALLA - Señor, mostra-me a sinhora donaldoza un prima mfinha pouquinho de lexívias para alourar-me os cabelos, e como eu sa tan delicara, despoja-me minha cabeça como as esponjas; penso que temos mau desejo.

PÓLO – Valha-me Deus! Pois não h'pa remédio para isso?

EULALLA - Sim, sim, guarda-me Deus; já m'enví para visitar a señora abadesa a monja santa Pabla, e me disse que m'enviará uma medicina para que me recupere.

PÓLO - Pois agora te pões a alourar?

EULALLA – Sim, por que não? Nao tenho eu cabeio como a outro?

PÓLO - Sim cabelos, e também e meus olhos não há brocado que o compare.

EULALLA - Pois boa fé que ha sinco noite que faci oração a senhor Nicolás de Tramentinos.

PÓLO - São Nicolás de Tolentino, querres dizer. E para quê rezas, senhora?

EULALLA - Quere casar mi amos, e para que conceda meu Deus marido que me satisfaça.

POLO.- Olha, señora; e cómo agora fazes aquilo? Não me premetestes sair comigo?

EULALLA - E como, senhor, não vê mais qu'isso? Pariste a voz que eu dava bom xemplo e cuenta de mia origem? Que te dirá quantas sinhoras

<p>POLO.- San Nicolás de Tolentino, querrás decir. ¿Y para qué haces la oración, señora?</p> <p>EULALLA.- Quiere casar mi amos, y para no caben la sacos.</p> <p>POLO.- Pues, ¿qué deshonras pierdes tú, señora, en casarte conmigo?</p> <p>EULALLA.- Ya yo lo veo, señor; mas quiere hoz sacarme na pues perdida na tierra que te conosco. [...]</p>	<p>tenho eu por mia migas nesta terras?</p> <p>PÓLO - E a palavra, senhora, que me deste?</p> <p>EULALLA - Senhor, cum força o direito se perde; honra e proveitos num cabem em um saco.</p> <p>POLO.- Pois, que desonras perdes tu, senhora, en casar-te comigo?</p> <p>EULALLA – Já eu vejo, senhor; mais quiere vós retirar-me perdida na terra que te conheço.</p>
---	--

Como o teatro sempre responde a uma sociedade atual, presente, é possível que Rueda fizesse essas inovações para agradar os seus espectadores, não muito atraídos pela pouca vivacidade do teatro clássico, preferindo acontecimentos mais próximos do cotidiano deles.

A obra *Eufemia* está dividida em oito cenas (quadros), e não “actos” ou “jornadas”, como vamos ver em obras do Século de Ouro do teatro espanhol. Seus doze personagens poderiam, em uma representação, ser reduzidos a oito intérpretes pela identidade psicológica. Entre eles, destacam-se, pelas suas atitudes pitorescas, Pólo, o lacaio de Valiano, e Melchior Ortiz, o simples. A história se passa em Calábria.

Em Melchior se encontram pegadas do pícaro Lázaro, personagem do *Lazarillo de Tormes* (Séc. XVI – 1554?), introdutor de toda uma série de novelas do gênero picaresco. Há, neles, identidade na genealogia, modelo das futuras genealogias em outras novelas picarescas. A intertextualidade está bem clara na técnica do engano. Assim, no Tratado Primeiro de *Lazarillo*, o protagonista conta a sua vida e, ao falar sobre seu pai e sobre a causa do falecimento, dá importância a ele, dando-lhe ações próprias de um médico, retirar sangue, e de um escudeiro, cuidar da cavalaria, e diz, do pai, que fazia:

[...] sangrías mal hechas en los costales de los que allí a noche venían, e [...] en esto tiempo se

hizo cierta armada contra moros, entre los cuales fue mi padre que a la sazón estaba desterrado por el desastre ya dicho, con cargo de acemilero de un caballero que allá fue, y con su señor, como leal criado, fenesció su vida.<sup>10</sup>

Com essas explicações, Lázaro dissimula que seu pai era ladrão e foi para as galeras como prisioneiro. O que diz Lázaro não é chave para o conhecimento da pessoa ou da conduta de quem ele descreve. De sua desonesta mãe, o personagem elogia a sua honestidade. Melchior, por sua vez, também, para não falar de sua origem humilde e querer elevá-la, mente que descende de uma alta linhagem e quer um “don” antes do seu sobrenome Ortiz e, com dissimuladas explicações, fala de seus pais. De sua mãe (ladra, prostituta e bêbada), diz que era uma mulher de muita fama: “[...] no aver hombre ni mujer en todo mi pueblo que abriendo la boca no diga más bien della tan sola una mácula”. Justifica a fama da mãe em três pontos básicos de conduta: “un poco ladrona [...] y algo desonesta de corpo [...] y borracha”. Sobre seu pai, que foi, segundo ele, excelente verdugo, diz e, para enaltecê-lo, que exercia o ofício de Oficial de Justiça: “[...] miembro [...] de Justicia en Constantina de la Sierra”<sup>11</sup>: “Alonso Ramplón, hombre allejado que era a la justicia [...]. Verdugo era, se va a decir la verdad, pero un águila en el oficio. Vérsese hacer daba

---

<sup>10</sup> ANÔNIMO. *Lazarillo de Tormes*. In: VALBUENA PRAT, Ángel. *La novela picaresca española. 2ª. reimpressão*. Madrid: Aguilar, 1986. Tomo 1, p. 101.

<sup>11</sup> ANÔNIMO. *Lazarillo de Tormes*. In: VALBUENA PRAT, 1986. Tomo 1, p. 102. Também cf. em *Historia de la vida del Buscón llamado don Pablos*, de Francisco de Quevedo, o protagonista, o Buscón, que enaltece o ofício de seu tio. (tradução nossa do fragmento: “[...] sangrias mal feitas nas costas dos que ali de noite vinham, e [...] neste tempo se foi organizada certa armada contra mouros, entre os quais foi meu pai que neta época estava desterrado pelo desastre já dito, com cargo de arrieiro de um cavalheiro que foi lá, e com o seu senhor, como leal criado, acabou sua vida”.

a uno de dejar ahorcar.” Tanto Lázaro como Melchior usam figuras de retórica para enganar.

O tema de viagem, já explorado na antiga Grécia (lembramos aqui a de Ulisses), foi muito explorado no Renascimento e está relacionado com o relato utópico, oferecido pelo desenvolvimento científico e pelos relatos dos exploradores europeus. Esse tema influenciou o pensamento utópico da época, que o concebeu como partida e percurso para alcançar outro lugar e, também, como a própria experiência de vida. Em *Eufemia*, esse tema aparece várias vezes: na noite que antecedeu os preparativos para a saída cedinho, na 1.<sup>a</sup> cena, a chegada à nova cidade, as peripécias ocorridas na cidade, o encontro das novas amigadas, o novo trabalho, a ascensão na vida da nova sociedade (3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> cenas).

Nos diálogos, encontramos os estratos da representação teatral de *Eufemia*, de ação, espaço e tempo. Por meio deles podemos saber em qual espaço ocorre a ação, que, em geral, é, no exterior, o pátio da casa de Eufemia (1.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> cena), a rua (2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> cenas). O interior da casa de Eufemia só é indicado na 5.<sup>a</sup> cena. Os diálogos, também, indicam as horas de espera, as entradas e saídas dos personagens, as saídas apressadas, os trajés, a diferença social e as orientações para o tom da palavra que o ator deve usar para indicar tristeza, raiva, idiotices, piadas e fofocas, pois não existem didascálias.

Rueda recolheu a castiça tradição humorística da raça hispânica, de origem literária, vinda, principalmente, do Arcipreste de Hita para levar para os seus diálogos, proporcionando a oportunidade de um conhecimento da linguagem de sua época, devido às intuições linguísticas correspondentes às diversas esferas sociais e às diferentes atitudes dos personagens. São dignos de destaque os jogos de palavras que servem para caracterizar o personagem simples, como “soportativo” por superlativo; “mácua” por mácula, ou a rudeza de expressão masculina como a palavra que Valiano diz na

8.<sup>a</sup> cena: “Voto a tal, que la delantera parece moça de chapa”, ou o jogo com o corpo fônico dos vocábulos, que faz aparecer o yeísmo andaluz “cabayo” e mudanças de sons como o do linguodental por vibrantes; “turo parerosos criaron.

A canção sem acompanhamento (a capela), no final da comédia, e os “pasos” pela viveza do diálogo enriquecem o singelo argumento de *Eufemia*. A paralinguística e a valorização da linguagem, adornada com os recursos que a língua cotidiana oferece, fazem da obra de Rueda um presente para nossos dias e uma contribuição para o aperfeiçoamento da arte teatral.

Concluindo, Lope de Rueda, sem dúvida, produz uma obra literária que é o documento de vida cotidiana, de atividade doméstica, em que se reflete as tensões da sociedade de seu tempo, sua fala, seus costumes, suas gentes, suas necessidades e preocupações. Mas o destaque de sua criação é a comicidade. Por meio dela inclui a maldade e os problemas sociais com um ar jocoso e, lendo uma de suas obras o leitor poderá extrair conclusões da vida urbana da Espanha do século XVI.

## Referências

- ANÔNIMO. *Lazarillo de Tormes*. In: VALBUENA PRAT, Ángel. *La novela picaresca española*. 2.<sup>a</sup> reimpresión. Madrid: Aguilar, 1986. Tomo 1,
- BOCCACCI, Giovanni. Novela nona. In: \_\_\_\_\_. *Decamerone*. 2. ed. Roma: Cozzani [s/d].
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Edición y notas de Francisco Rico. San Pablo (Brasil): Real Academia Española. Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.
- \_\_\_\_\_. CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Entremeses*. Edición de Nicholas Spadaccini. 5. ed. Madrid: Cátedra, 1987.

PIDAL, Menéndez. Apud MONTOLIU, Manoel. *Manual de historia de la literatura castellana*. 5. ed. Barcelona: Cervantes, 1947.

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de Oliveira. “*Ensaio sobre a dramaturgia do clássico ao contemporâneo*”, 2015, 350 p. (inédito)

ROJAS, Fernando. *Celestina*. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01371630766703727432257/p0000002.htm>. >

RUEDA, Lope. *Eufemia*. Disponível em: [http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comedia-eufemia--0/html/fe90722-82b1-11df-acc7-002185ce6064\\_1.htm](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comedia-eufemia--0/html/fe90722-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.htm). Acesso em: 23 abr. 2014.

# CORREGÊNCIA E PREPOSIÇÃO DE HERDEIROS COMO INSTRUMENTOS DE MANUTENÇÃO DE PODER, EXEMPLIFICADOS POR ALGUNS CASOS DA XVIII DINASTIA DO EGITO FARAÔNICO

*Marcio Luiz Ramos D'Albuquerque\**

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo destacar algumas das ocorrências inerentes ao controle do poder no estado faraônico, particularmente na XVIII dinastia, e que envolvem a realeza e o clero como agentes efetivos desse controle. Questões como a corregência, a regência de rainhas com atributos de faraó, o apontamento de herdeiros reais, tornando-os faraós prepostos, serão mostradas como elementos de manutenção do poder nas mãos da realeza, em que pese a participação do clero de determinados deuses na legitimação do soberano no trono do Egito.

O trabalho aponta, também, para discussões que estão em curso no meio da Egptologia, face a novas descobertas arqueológicas no Vale dos Reis, referentes ao período estudado.

**Palavras-chave:** Egito. Corregência. Amarna. Akhenaton. Nefertiti. Tebas. Amon.

## Introdução

A XVIII dinastia egípcia é tradicionalmente considerada como o corte temporal no qual se pode observar o ápice da civilização faraônica. É nela que se vai sentir, por exemplo, um grande impulso nas relações de trocas com outros centros do Oriente Próximo da Idade do Bronze, um outro grande impulso na produção artística e de outros elementos de cultura material, no pensamento e no trato das relações políticas. É nessa dinastia, particularmente, que a força

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor de História Antiga e de História Medieval na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Campus São Gonçalo – RJ; endereço eletrônico: markalbuquerque@ig.com.br; Facebook: Marcio Albuquerque.

de um clero específico vai ser mais bem notada de forma a se poder perceber uma interferência grande dos homens do templo nos negócios do Estado. E o apoio desses homens à casa real será de suma importância, levando-se em consideração que são eles que promovem a legitimação de um rei ou de uma rainha com atributos de rei, como será visto adiante, no trono das Duas Terras<sup>1</sup>.

Uma das considerações a serem lançadas aqui, de imediato, para que se entenda o que ocorre na dinâmica da política do Egito faraônico, é o fato da instituição “Religião” não ser dissociada do “Estado”<sup>2</sup>. Uma outra consideração, que remete forçosamente à anterior, é o fato do rei (o faraó) ser considerado uma “divindade encarnada” (o Hórus vivo), tendo, portanto, o direito divino de estar sobre o trono do Egito<sup>3</sup>.

Há que se entender, também, alguns costumes que implicam renovação entre os que exercem e efetivam as relações políticas do Egito faraônico. Um deles diz respeito à procedência geográfica da família reinante que, sem dúvida, tem o apoio legitimador de um clero local cujo deus assume a importância de um “deus do reino” (ou do império, conforme o caso)<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup>O termo “Duas Terras” vai acompanhar a titulação dos faraós desde o período da Unificação (3.300 – 3.100 a.C.) até o final do período Ptolomaico (43 a.C.). Tem a ver com a reconhecida dualidade presente no aspecto físico e geográfico do Egito: Sul contraposto ao Norte, bem como deserto contraposto às planícies ribeirinhas férteis. Tem a ver com as duas federações, do Sul e do Norte, que deram origem ao Estado faraônico com a junção das suas duas coroas, tronos e territórios. (N.A.)

<sup>2</sup> SAUNERON, Serge. *The priests of ancient Egypt*. New York: Grove Press, 1980, p.171.

<sup>3</sup> De acordo com a lenda de Osíris, que serve como um dos principais mitos legitimadores do poder da realeza faraônica, Hórus, filho de Osíris e Ísis, herda do pai, morto por seu próprio irmão Seth, o direito de governar sobre toda a terra (o Egito). Há algumas considerações sobre essa condição divina ser mais bem observada e entendida no trono, no cargo, não no indivíduo. (N.A.)

<sup>4</sup> SAUNERON, *Op. Cit.*, pp. 171-2

No Novo Império (ou Reino Novo, como querem alguns), a supremacia divina que se nos apresenta é a do deus Amon da localidade de Tebas. Sua emergência como divindade principal e a importância que atinge o seu clero no Estado egípcio revelam um trato antigo com essas questões e que atingem períodos anteriores ao Novo Império.

## Desenvolvimento

Entenda-se que os chamados Antigo Império, Médio Império e Novo Império são períodos de grande estabilidade política, econômica e social no Egito, entremeados pelos chamados Períodos Intermediários, nos quais há uma pulverização do poder (que deveria estar centralizado nas mãos de um único soberano) entre os governantes de várias localidades ou de grupos destas. Para o que interessa a este trabalho, notamos que desde o Médio Império pode ser observado que os cleros da região tebana exerciam uma grande influência na construção de uma realeza da qual vão extrair privilégios em troca, claro, de apoio e legitimação dos soberanos das dinastias em que se fizeram presentes como força de bastidores.

No Egito faraônico observamos duas práticas ligadas à sucessão do trono que vão ser complementares algumas vezes, de forma a garantirem a colocação de um determinado indivíduo à frente do governo como faraó: a indicação pelo faraó reinante de um príncipe (ou nobre, como em um caso do final da XVIII dinastia) como herdeiro do governo egípcio, tornando-o, dessa forma, um herdeiro preposto e a corregência, com a divisão da administração do reino entre o rei e aquele que futuramente herdará o trono das Duas Terras.

A realeza egípcia, salvo as exceções (as que envolvem ocupações estrangeiras, por exemplo), estava ligada a lideranças regio-

nais nas quais os príncipes ou os governantes acessavam o poder através de acordos nos quais a legitimação lhes era conferida pela ação de certas classes sacerdotais. Exemplo disso está no próprio ato da “Unificação das Duas Terras” no qual Nar-Mer (ou Menés) é apoiado como soberano por um grupo denominado “Seguidores de Hórus”<sup>5</sup>. O mesmo tipo de apoio ocorreria nas dinastias subsequentes, mudando-se os cleros de acordo com a região de proveniência dos governantes.

A linha de sucessão, de forma geral, era definida pelas mulheres, sendo de suma importância que fizessem parte do harém real, tanto como rainha, tanto como esposa secundária. Muitas dessas esposas secundárias eram princesas estrangeiras casadas com o faraó por motivos políticos, como são vários os casos ao fim da XVIII dinastia e ao longo de toda a XIX<sup>6</sup>.

Nos casos em que a esposa principal dava filhos varões ao faraó, de forma geral estava assegurada a sucessão que poderia não necessariamente obedecer a ordem de primogenitura, com o rei apontando o seu herdeiro para o trono<sup>7</sup>. Se a esposa real não tivesse dado filhos varões ao faraó mas, sim, uma de suas esposas secundárias, estes poderiam ser colocados no trono, apontados pelo rei como sucessores, tendo como um dos fatores de legitimação o casamento do futuro rei com uma princesa real, filha de faraó (daí sempre se ter tido a impressão, algumas vezes errônea, de que os reis só casavam com suas irmãs).

---

<sup>5</sup> Existem discussões sobre se esses “Seguidores de Hórus” seriam membros de um clã cujo totem era o falcão Hórus, ou se já está se tratando com um grupo de sacerdotes daquele deus. (N.A.)

<sup>6</sup> NOBLECOURT, Christiane Desroches. *La femme au temps des pharaons*, Paris, Éditions Stock, 1986, pp. 43-96.

<sup>7</sup> Acreditamos que a ordem era respeitada por motivos práticos, entre eles a baixa expectativa de vida no Egito antigo. (N.A.)

O instituto do apontamento de um herdeiro, tornando-o preposto no trono do Egito, visava garantir a sucessão por um filho do rei pois se uma rainha viúva se casasse novamente, o consorte automaticamente seria entronizado como faraó, servindo o casamento como principal e fundamental fator de acesso ao trono das Duas Terras.

Com relação à preposição de herdeiros, a prática é observada em vários momentos da XVIII dinastia e em alguns deles levam ao segundo instituto, levam à corregência, à divisão de poder com o faraó reinante, sob supervisão deste. O primeiro caso aqui destacado é o de Amenhetep I, apontado como herdeiro possivelmente após a morte de um irmão mais velho. Sem idade para assumir o trono de forma definitiva, pode ter havido um período de corregência com seu pai de forma a assegurar uma transição tranquila e pacífica na dinastia recentemente constituída<sup>8</sup>. Alguns casos do final da dinastia, particularmente a partir de Amenhetep III, também levam ao segundo instituto — o da corregência. Em outros casos quando há, por exemplo, a morte prematura do faraó e o herdeiro não tem condições de assumir o trono, uma vez apontado como herdeiro preposto haverá a necessidade de um regente. Há dois casos claros na XVIII dinastia nos quais essa regência foi passada para as mãos da rainha viúva, até que o herdeiro real tivesse condições de assumir o trono<sup>9</sup>.

No entendimento de Cyril Aldred, “a razão para o instituto da corregência parece ser o de evitar disputas pelo firme estabelecimento de um parceiro aprovado sobre o trono de forma que a sucessão possa ser reconhecida sem ambiguidade”<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> BRIAN, Betsy M. The 18th dynasty before the Amarna Period. In *The Oxford history of ancient Egypt*. Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 223.

<sup>9</sup> São os casos específicos das rainhas Hatshepsout e Nefertiti e que serão discutidos mais à frente. (N.A.)

<sup>10</sup> ALDRED, Cyril. *Akhenaten, king of Egypt*. London, Thames & Hudson, 1988, p.170.

Relacionado à corregência com sucessão de filhos varões, os casos mais interessantes talvez sejam os de Tutmés IV (sucessor de Amenhetep II) e Amenhetep IV — Akhenaton (corregente e sucessor de Amenhetep III).

Em ambos os casos existem outros príncipes que participariam da sucessão. Cada caso a seu tempo.

Para o que diz respeito a Tutmés IV, conforme nos informa Betsy M. Brian, sua colocação no trono “parece não ter tido total reconhecimento por Amenhetep II, nem através da corregência nem por intenção anunciada” (preposição de herdeiro)<sup>11</sup>. Há a menção, em vestígios da época, de um outro príncipe real de nome Webensenu, mas que são tão fracas que não se poderia negar nem afirmar que Tutmés IV lhe teria usurpado a sucessão. O fato é que a sua legitimação como herdeiro real está documentada na estela da esfinge de Gizeh na qual é relatado que, após uma caçada, o príncipe adormeceu à sombra da grande estátua que lhe aparece em sonho na figura do deus Horemakhet-Kepri-Rá-Atum<sup>12</sup>. A esfinge estava coberta de areia até o pescoço e promete ao seu filho Tutmés o trono do Egito caso fosse desenterrada.

Ainda é Betsy M. Brian que nos informa que “o interesse do rei em deuses solares pode ser documentado através das suas campanhas de construção, tanto quanto pelas suas inscrições”<sup>13</sup>. No início de seu reinado ignora o nome de Amon, privilegiando as entidades solares do norte, denotando que a omissão teria sido proposital, com uma crescente influência política daquela região como centro administrativo do Egito. Entretanto, durante o seu jubileu, erigiu no

---

<sup>11</sup> BRIAN. *Op. cit.*, p. 254.

<sup>12</sup> Cada um dos nomes que compõem o dessa divindade, representa uma entidade solar, vinculada às concepções religiosas de divindades criadoras e suporte da realeza no norte do Egito, das regiões de Heliópolis e Mênfis. (N.A.)

<sup>13</sup> BRIAN. *Op. cit.*, p. 255.

templo de Amon, em Karnak, paredes que o mostravam realizando generosas oferendas ao deus de Tebas. De qualquer forma, importante aqui é o fato de haver uma aproximação da realeza com Mênfis e Heliópolis, em detrimento de Tebas, inicialmente fomentado por um príncipe real que havia sido treinado na região daquelas duas cidades do norte do Egito<sup>14</sup>.

Para o que diz respeito a Amenhetep IV — Akhenaton, havia também um outro herdeiro real, este na linha direta de sucessão, chamado Tutmés, apontado como herdeiro preposto e, por decisão do faraó Amenhetep III, seu pai, mandado a Mênfis para inteirar-se dos assuntos administrativos do Egito<sup>15</sup>.

Assim, temos a capital norte do Egito servindo como uma verdadeira escola de administração do reino, não deixando de influenciar os futuros soberanos com ideias religiosas, todas com uma considerável tradição na cultura egípcia e no seu relacionamento com o poder real, apoiando-o e legitimando-o. O príncipe Tutmés morreu antes que pudesse assumir uma corregência efetiva com seu pai. Seguindo-o na linha de sucessão estava o príncipe Amenhetep que imediatamente assume a corregência do Egito, instituto este que durou cinco ou seis anos. Já no trono do Egito, no sétimo ano de reinado, Amenhetep IV mudou o seu nome para Akhenaton e instituiu um culto solar cujas bases há muito estavam presentes nos templos do norte. A entidade solar apareceria com uma nova roupagem mas com um nome não tão novo assim: Aton, o disco solar.

---

<sup>14</sup> O jubileu do faraó, ou “festival Sed”, realizado em Mênfis, capital norte do Egito, tinha como objetivo ser um ritual de morte simbólica no qual o faraó renasce com poderes revigorados para continuar a sua governança sobre a terra (o Egito). O primeiro jubileu de um faraó comemorava, comumente, trinta anos de reinado. Não havia prazos determinados para a realização de outros jubileus para o mesmo rei. (N.A.)

<sup>15</sup> Se o príncipe Tutmés (Djehutyvés) houvesse subido ao trono, teria sido o quinto rei com este nome, associado ao deus Thot, uma divindade do norte. (N.A.)

Há uma discussão antiga, já apontada por Cyril Aldred em uma sua obra de 1968, sobre a deificação post mortem de Amenhetep III a partir da junção da alma do soberano com o sol e dele fazendo parte como entidade viva<sup>16</sup>. Essa discussão foi retomada a partir de trabalhos de Donald B. Redford em Karnak, num templo destinado a essa nova entidade, encravado nos domínios de Amon na região de Tebas, e nos dão conta de uma deificação do soberano Amenhetep III ainda em vida, continuada e fomentada por seu filho Akhenaton<sup>17</sup>. Segundo Nicholas Reeves, Akhenaton teria visto no Aton toda a ancestralidade faraônica, sendo a própria divindade o local que o faraó ocuparia quando da sua morte<sup>18</sup>. Desta forma o faraó, ainda em vida, fazendo parte da divindade, estaria legitimando cada vez mais o seu poder divino.

Com relação aos casos das rainhas que governaram com atributos de rei, como mencionado antes, os dois casos mais interessantes são o de Hatshepsout (amplamente divulgado nas obras sobre o Egito mas raramente considerado com cuidado) e o de Nefertiti (esta com várias frentes sendo abertas para discussão, frentes essas que também merecem o maior cuidado possível).

Hatshepsout deu ao seu marido, o faraó Tutmés II, uma filha — a princesa Neferure. Com uma rainha secundária de nome Ísis, o faraó teve um filho varão, também de nome Tutmés. O faraó morreu com aproximadamente 30 anos de idade, deixando o filho bem pequeno e sem condições de assumir o trono do Egito. Aparentemente

---

<sup>16</sup> ALDRED, Cyril. *Akhenaten, pharaoh of Egypt*. London: Thames & Hudson, 1968. É preciso salientar que Aldred repete essa ideia na sua obra de 1988, já referenciada neste trabalho, na qual o soberano junta-se ao disco solar, ideia que não é nova para o Novo Império pois em textos do Médio Império há a franca menção de que a alma do faraó se juntaria ao Aton no céu. (N.A.)

<sup>17</sup> REDFORD, Donald B.. *Akhenaten, the heretic king*. Princeton, Princeton University Press, 1984, pp. 34-54.

<sup>18</sup> REEVES, Nicholas. *Akhenaten, false prophet of Egypt*. London, Thames & Hudson, 2001, pp. 162-166.

sem hostilidades, Hatshepsout assumiu o trono com atributos de faraó para servir como regente até o príncipe poder assumir o trono. Tomou, no entanto, a iniciativa de afastá-lo de Tebas de modo que o seu governo não sofresse interferências do príncipe herdeiro.

Pelo que nos dá a entender a cronologia dos reinados da XVIII dinastia, Hatshepsout passou demasiado tempo no trono, chegando a ter comemorado um jubileu, isto não sem o consentimento, o apoio e a legitimação do clero do deus Amon de Tebas, de quem se torna “filha” através do recurso da teogamia. Na ponta de um seu obelisco no templo de Amon em Karnak, a rainha aparece como “filha muito amada” de Amon, após sua mãe ter sido visitada à noite pelo próprio deus, na forma do faraó para que os dois a concebessem<sup>19</sup>.

Essa relação filial da rainha para com o deus Amon se nos apresenta com a força de um mito legitimador, categorizando a natureza divina do governante e elevando o prestígio do deus e do clero que estão envolvidos no processo<sup>20</sup>.

Obviamente ocorre todo um circuito de trocas nesse contexto. Hatshepsout implanta uma política externa que leva produtos egípcios para fora do vale do Nilo, bem como traz produtos estrangeiros para a corte das Duas Terras. O templo de Amon, seu pai, sofre grandes obras e recebe muito do que entra no país como tributos ao deus. O Egito está em paz sob o seu governo. O que há de estranho é que somente após decorrido o seu jubileu o príncipe Tutmés se manifeste para assumir o trono. Em que pese a história tradicional marcar essa assunção do trono como um período violento, com tentativas de apagamento do nome de Hatshepsout da memória do Egito, alguns egiptólogos não o interpretam dessa forma.

---

<sup>19</sup> ALDRED, Cyril, *Op. cit.*, p.140, 160.

<sup>20</sup> No caso dessas rainhas governantes com atributos de rei, há um outro instituto por trás dessa questão que as considera “Esposas do deus (Amon)”, mas que não está contemplado neste trabalho, embora mereça ser discutido futuramente. (N.A.)

Após assumir o trono, Tutmés restaurou muitos monumentos erigidos por Hatshepsout. A perseguição à memória da rainha foi, portanto, posterior ao momento de subida ao trono. O que teria havido? Alguma dissensão com o clero de Amon por parte de Hatshepsout? Não o sabemos. O fato é que, respeitando a tradição, com a existência de um príncipe herdeiro, apontado como tal, Hatshepsout não se casou novamente (supõe-se que o arquiteto da corte, Senemut, tenha sido seu amante mas jamais sentaria no trono do Egito)<sup>21</sup>.

Considerações recentes argumentam um motivo “mágico” para a obliteração do nome e das imagens de Hatshepsout como faraó: o trono do Egito teria de ser ocupado por um homem pois o faraó, com a sua virilidade e potência sexual, representaria o provedor da fertilização do vale do Nilo. Por mais que a colocação de uma mulher no trono como faraó fosse legítima, atendendo a necessidades de continuidade de governo, isso significava uma quebra na ordem natural que mantinha o universo em equilíbrio (Maat). A obliteração, portanto, não representaria uma perseguição pessoal a Hatshepsout, mas, sim, um aspecto ritualístico que proveria o retorno à ordem natural das coisas no universo.

O outro caso, e que está suscitando várias discussões, é o da rainha Nefertiti, esposa de Akhenaton.

Ela desapareceu subitamente dos registros da corte egípcia por volta do ano 15 do reinado de seu marido. O casal real, já vivendo na cidade de Akhetaton (atual Tell el- Amarna) e com o novo culto solar em pleno funcionamento, teve várias dificuldades na administração do país em função do abandono no qual Akhenaton o deixou, tanto relacionado à política interna quanto à externa.

---

<sup>21</sup> Modernamente tem se aventado algumas outras possibilidades frente ao fato de se ter encontrado, em 2007, no Museu do Cairo, a múmia de Hatshepsout. É o corpo de uma mulher já idosa, passada dos cinquenta anos de idade e que veio a óbito por causa de tumores cancerígenos, o que aponta que seu desaparecimento político nada tem a ver com a sua morte. (N.A.)

Muitas dessas dificuldades por um longo tempo estiveram associadas exclusivamente à sanha de Akhenaton para promover as mudanças religiosas que queria ver implantadas no Egito. Há um certo arrefecimento na consideração de que o projeto de mudança da capital para o Médio Egito exigiu um esforço sobre-humano dos dirigentes do país, o que obviamente minou uma série de questões de estado.

Ao que consta, perto do fim da sua vida, Akhenaton colocou ao seu lado um corregente de nome Semenkhará. Este nome nunca havia sido mencionado antes como pertencente à família real ou à corte de Akhenaton. De onde surge essa personagem? Durante muito tempo pensou-se tratar de um irmão “esquecido” de Akhenaton, provavelmente filho de Amenhetep III com alguma rainha secundária. Da mesma forma pensou-se, durante muito tempo, que Tutankhamon fosse um irmão mais novo de Akhenaton e que sucedeu Semenkhará.

Apesar dessas duas questões ainda não estarem muito bem resolvidas, estão abertas, hoje, novas possibilidades de interpretação sobre Semenkhará e Tutankhamon.

A discussão sobre esses dois reis foi levantada pelo Dr. Nicholas Reeves, que percebeu indícios de formas demasiadamente femininas na utensilagem funerária de Tutankhamon, provocando a idéia de que, por ser necessário um rápido enterro do chamado faraó-menino, morto com cerca de 18 ou 19 anos de idade, aquela utensilagem havia sido usurpada de outra tumba real. Mas uma tumba que havia sido ocupada por uma mulher com atributos de rei. Sabe-se que alguns desses utensílios são provenientes da tumba de Semenkhará.

Voltamos à questão: quem foi Semenkhará? As evidências levantadas pelo Dr. Reeves apontam para Nefertiti. Um corregente que, ao lado de Akhenaton, leva o nome Nefer-Neferu-Aton e que adiciona o de Semenkhará como nome de coroação<sup>22</sup>. Alguém que é representado

tão próximo a Akhenaton em algumas cenas que denota uma relação homossexual, em se acreditando que Semenkará fosse um homem. Cenas de um cotidiano carinhoso somente presentes entre Akhenaton e Nefertiti e mais tarde entre Tutankhamon e Ankhseamun<sup>23</sup>.

Semenkará ainda reinou por mais uns dois anos após a morte de Akhenaton, quando Tutankhamon foi entronizado aos oito anos de idade. O importante aqui é o fato de não ser estranho para a corte egípcia se ter uma rainha assumindo o trono com atributos de rei. Hatshepsout já havia feito isso na mesma dinastia. Há quem aponte que Ahmés-Nefertari também tenha passado um período no trono do Egito como regente, corroborando o instituto da regência por uma rainha com atributos de faraó.

Ainda relacionado a Tutankhamon, embora ainda não haja consenso sobre o fato, deixa-se de pensar nele como irmão de Akhenaton e se o vê como um filho daquele faraó com uma esposa secundária de nome Kiya. Dessa forma, a esposa e rainha de Tutankhamon seria sua meio-irmã, uma vez que era filha de Akhenaton e Nefertiti. Tutankhamon teria o seu direito ao trono legitimado por vários institutos: por ser filho de faraó, por ter sido apontado como herdeiro preposto e por ter se casado com uma filha de faraó, “favorecida princesa hereditária”.

---

<sup>22</sup> Os nomes da rainha Nefertiti eram: *Nefer-Neferu-Aton* (a bela das belas de Aton) e *Nefert-ity* (a bela que chegou). (N.A.)

<sup>23</sup> REEVES, Nicholas. *Op. cit.*. O Dr. Reeves, do Eton College, na Inglaterra, em 1998, produziu um documentário para a BBC no qual expõe resumidamente suas teorias. São de certa forma bem aceitas no círculo da Egiptologia, porquanto conseguiu junto ao governo egípcio uma concessão para escavação no Vale dos Reis, sendo a primeira concedida após a exploração da tumba de Tutankhamon ter sido encerrada. Um dos objetivos do projeto de escavação é procurar a tumba de Nefertiti que deve ter sido sepultada no vale como rei, não como rainha. O projeto pode ser conhecido de forma mais bem detalhada no “site” <http://www.valleyofthekings.org/vofk/> (N.A.)

Para o que diz respeito ao entendimento das ações de obliteração dos nomes e imagens de Akhenaton e Nefertiti após o final da XVIII dinastia, os motivos, no nosso ponto de vista, remontam aos mesmos já apontados para os casos da rainha Hatshepsout, ou seja, uma volta ao equilíbrio do universo.

Como última consideração podemos observar que apesar das obliterações de nomes e de imagens das rainhas que estiveram no trono do Egito com atributos de faraó, ressalva-se o fato daquelas mulheres terem conseguido o acesso ao trono por uma evidente consideração ao papel da mulher na sociedade egípcia que estava em pé de igualdade com o do homem.

Esse fato, inclusive, causou estranhamentos em Heródoto quando o “pai da História” fez uma viagem À terra dos faraós. Comparada à situação social da mulher junto ao mundo helênico, a mulher egípcia era muito mais livre, com uma série de direitos assegurados, como o de herança direta, o de poder ser proprietária de terras e de negócios, de ser agraciada com títulos, etc.

## **Conclusão**

O objetivo deste pequeno trabalho foi o de mostrar alguns itens (uns bem conhecidos da historiografia para questões sobre o Egito faraônico, outros nem tanto, novos e polêmicos) que dizem respeito à dinâmica do poder das famílias governantes do Egito faraônico. Dinâmica essa que implica desmembrar os institutos que a alimentam, bem como à circulação do poder nas mãos dos reis do Egito.

Sem qualquer sombra de dúvida, o apontamento de um herdeiro por parte do faraó reinante visava manter no mesmo círculo familiar, e isto é bem claro, o poder real, sem dar solução de continuidade para a dinastia. A corregência, associada àquele apontamento,

também é de importância vital para que o trono passe das mãos de um governante para o outro com o mínimo de traumas, tanto para o Estado como para a própria casa real que mantém, assim, a sua hegemonia.

A questão da rainha regente com atributos de rei, como mencionado retro, embora esteja vinculada a outros institutos não discutidos neste trabalho, visa assegurar a passagem do poder para o herdeiro real que terá salvaguardadas as suas prerrogativas de acesso ao trono das Duas Terras. Novamente a importância está em se manter a continuidade do poder nas mãos da dinastia reinante.

Mesmo quando do encerramento da XVIII dinastia, com Horremheb no trono do Egito, o instituto do apontamento do herdeiro foi respeitado. Passa-se a uma nova dinastia mas sem solução de continuidade no governo do Egito, mesmo com uma nova família no trono.

Essas soluções mostram que as relações de poder no Egito faraônico não envolviam apenas os cleros e a realeza. Foi necessária a criação de institutos complexos, da mesma forma que a sociedade egípcia se apresenta com características complexas, e que carecem de um estudo mais cuidadoso de forma a não se realizar generalizações e reduções que possam levar qualquer pesquisador ou estudioso a observações incompletas ou viciadas por extrema simplicidade ou negligência.

## Referências

ALDRED, Cyril. *Akhenaten, pharaoh of Egypt*. London, Thames & Hudson, 1968.

\_\_\_\_\_. *Akhenaten, king of Egypt*. London, Thames & Hudson, 1988.

BRIAN, Betsy M. *The 18th dynasty before the Amarna Period*. In *The Oxford history of ancient Egypt*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

*Corregência e preposição de herdeiros como instrumentos de manutenção de poder, exemplificados por alguns casos da XVIII dinastia do Egito Faraônico*

NOBLECOURT, Christiane Desroches. *La femme au temps des pharaons*, Paris, Éditions Stock, 1986.

REDFORD, Donald B.. *Akhenaten, the heretic king*. Princenton, Princenton University Press, 1984.

REEVES, Nicholas. *Akhenaten, false prophet of Egypt*. London, Thames & Hudson, 2001.

SAUNERON, Serge. *The priests of ancient Egypt*. New York: Grove Press, 1980.

### **Sítios em Internet**

ANE List – Discussion list for the study of the Ancient Near East  
Oriental Institute – Chicago University

Disponível em <http://oi.chicago.edu/research/library/ane/>  
Egypt Exploration Society

Disponível em <http://www.ees.ac.uk/>

Valley of the Kings Foundation

Home of the Amarna Royal Tombs Project

Disponível em <http://www.valleyofthekings.org/vofk/>



A CONJUNTURA DO GOVERNO FRANCISCO ALBERTO RUBIM  
(REPERCUSSÕES DA TRANSMIGRAÇÃO DA CORTE  
PORTUGUESA NO ESPÍRITO SANTO)

*Gabriel Bittencourt\**

Ao findar o período colonial a economia brasileira já ultrapassara a da metrópole lusitana. As exportações de Portugal eram constituídas, na sua maioria, de produtos reexportados sem qualquer beneficiamento na metrópole. A própria população da colônia, três milhões e 500 mil habitantes, já era superior à de Portugal (3.000.000) que passara a desempenhar o papel de intermediário entre o Brasil e o mercado internacional, sobretudo a Inglaterra.

À medida que findava o século XVIII o Brasil foi palco de uma recessão igual à que atravessara no final do século anterior. O declínio da exploração do ouro aluvional era responsável por esse declínio, que afetou sensivelmente o nível das atividades econômicas do centro dinâmico do Brasil. Igual desempenho atribuía-se às exportações de açúcar, ante a concorrência francesa do Haiti. Quando tudo parecia caminhar para uma longa época de estagnação, porém, acontecimentos fortuitos mudaram completamente a situação.

Em princípio, o crescimento cada vez mais acelerado da procura de matérias-primas pelos países europeus em industrialização, principalmente a Inglaterra cujo setor têxtil exigia cada vez mais algodão indiano, pelo que os preços subiam estimulando a produção brasileira; depois a redução da produção ou a interrupção das exportações de economias coloniais concorrentes como a do Haiti que, com a revolta dos escravos, em 1791, inicia um período de doze anos de

---

\* Professor-Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (apos.), ex-prof. da UFES. Doutor em Ciências Jurídicas e Livre Docente em História pela UGF. Sócio Correspondente do IHGB, Presidente de honra do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.

luta contra os franceses, paralisando quase completamente as exportações de açúcar; ou ainda a guerra pela independência dos Estados Unidos, que, reduzindo as exportações de fumo, arroz, anil, das colônias britânicas, amplia as perspectivas à produção brasileira desses produtos. Acrescente-se, também, o estado de guerra constante que caracterizou a Europa entre 1792 e 1815, a necessidade de manter forças armadas consideráveis e de compensar as perdas de guerra.

Tudo isso contribuiu para que a economia brasileira ampliasse momentaneamente seu mercado e se recuperasse da recessão em que caíra com o esgotamento da mineração aurífera desde os fins dos anos 1770. Em 1780 as exportações do Brasil não ultrapassavam a £ 3.000.000. Em 1815, porém, seu valor corresponde a mais de £ 4.000.000, cabendo ao açúcar 37%, 20% ao algodão e menos de 8% do total ao ouro. No entanto, já na primeira década do século XIX, esta situação começa a mudar não em razão de movimentos internos, mas reflete acontecimentos externos, sobre os quais, mais uma vez, nem Portugal ou o Brasil teriam quaisquer influências, cessando os estímulos ao fomento da economia brasileira desse período, com a recuperação da concorrência internacional.

O açúcar ainda manteve sua posição de principal produto da exportação brasileira, pois teve que incrementar a concorrência de outros produtores, como a Índia, o Egito e, posteriormente, Cuba, que entram no mercado lentamente; além do que o açúcar de beterraba só teria sua expansão acelerada após 1840. Já com o algodão, cessada a guerra da independência dos Estados Unidos, a expansão da produção meridional norte-americana, reduz espetacularmente as exportações brasileiras. O mesmo ocorrendo com as exportações de arroz e anil.

Visto por outro ângulo, a invasão francesa a Portugal, incluída no contexto das guerras napoleônicas, provocaria a vinda da corte para o Brasil, conforme provocou, com mais de 15.000 emigrados,

aumentou ainda mais as importações brasileiras que, inevitavelmente, ocorreram com a internacionalização do Brasil; isto é, com a “Abertura dos Portos”. O resultado foi um acúmulo de déficits na balança comercial brasileira, que seria agravado com a guerra da Independência, no período que compreende os anos 1820 a 1850.

Assim sendo, o Império do Brasil nascerá em meio a uma recessão econômica, que se prolongará ainda por muitos anos, e que explica bastante as crises que sobrevêm a Independência e que quase retalha o país. Seria o café, a partir dos anos 1830, que teria a hegemonia das exportações, deixando todos os demais produtos, inclusive o açúcar, em plano bastante secundário; permanecendo, porém, a mesma estrutura econômica — monocultora e escravista — e, ainda, estreitamente vinculada ao setor externo.

A abertura dos portos “ao comércio dos países amigos”, aprovada por D. João pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, por sugestão de José da Silva Lisboa (leitor de Adam Smith e futuro barão e visconde de Cairu), beneficiava, particularmente aos ingleses. Tanto pelo poder naval que reuniam capaz de defender sua marinha mercante, quanto pela habilitação à produção em série, que lhes assegurava posição relevante na “divisão internacional do trabalho”. Mas, sobretudo, pela redução dos direitos de aduana sobre seus produtos, fixados em 15%, enquanto as mercadorias dos demais países pagavam 24% (16% para os produtos portugueses). Conforme ficou fixado nos tratados de 1810, de **Aliança e Amizade de Comércio e Navegação**. Um contrato leonino que transformará o Brasil numa colônia econômica da Inglaterra.

Mas os efeitos do estabelecimento do Estado português no Brasil não se resumiram na consolidação do domínio inglês. Com a abolição do **Pacto Colonial**, a estrutura administrativa da colônia teria que ser totalmente reformulada, passando a funcionar aqui órgãos que anteriormente só existiam em Portugal.

Ainda na Bahia, o príncipe regente aprovou a criação da primeira companhia de seguros no Brasil, a abertura de estradas da antiga capital ao Rio de Janeiro, e a instalação de fábricas; revogando, posteriormente, o Alvará de 1785, concedendo liberdade de indústria no Brasil e Domínios Ultramarinos. Instituiu o ensino superior de Medicina em Salvador (Decreto de 18 de fevereiro de 1808) e a Cadeira de Economia Política, com sede no Rio de Janeiro, para a qual nomeou José da Silva Lisboa para regê-la.

A presença da Corte no Rio de Janeiro, a seguir, e os atos administrativos de D. João, criaram uma estrutura autônoma, de caráter metropolitano, que irá promover, do ponto de vista jurídico, o encerramento da fase colonial; nomeando o príncipe regente o primeiro gabinete no Brasil.

Com o ministério criou-se o Conselho de Estado e, logo após, em um de abril de 1808, o Supremo Conselho Militar e de Justiça no Rio de Janeiro. Atos administrativos que demonstram a preocupação de reformular a estrutura administrativa da colônia, dotando-a de condições de exercer sua nova qualidade.

Destarte, tratou-se de transferir toda uma máquina administrativa com todo seu corpo de funcionários. Para muitos, a transposição do “gigantismo português”, como forma de justificar a presença de tantos fidalgos aqui aportados. Como foi o caso da instituição no Brasil da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens (Alvará de 22 de abril de 1808) ou do Conselho da Fazenda do Rio de Janeiro (28 de junho de 1808), que nunca se reuniram ou decidiram.

Muitas dessas iniciativas, como a Real Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro ou a Escola Anatômica, Cirúrgica, no Real Hospital Militar (Decreto de cinco de novembro), visavam, como a Academia da Marinha e a Academia Militar, a resolução de problemas de segurança. Da mesma maneira que a elevação da Relação do Rio de

Janeiro à Casa de Suplicação, como última instância judicial, a agilidade da justiça. Entretanto, terminaram por contribuir para o dinamismo de várias atividades importantes, especialmente na Corte.

Não foram, estas, porém, as únicas medidas adotadas. Proviencia-se a regulamentação do Corpo da Brigada Real do Brasil, enquanto uma política de fiscalização e de estímulo à colonização e ao povoamento foi ensaiada. Neste sentido, um novo regulamento das sesmarias autoriza sua concessão a estrangeiros. Destarte, além da conhecida ocupação da Colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, não se deixou de tentar ressuscitar, no período joanino, a experiência com açorianos para o Rio Grande e Santa Catarina no século XVIII, encetando-se a criação de núcleo de povoamento com ilhéus, no Espírito Santo e, sobretudo, a distribuição de terras uruguaias entre desertores inimigos e soldados brasileiros, depois da ocupação de Montevidéu, em 1817.

Nos anos seguintes, inúmeras medidas de administração judiciária, financeira ou econômica alcançaram as mais diversas regiões brasileiras, entre estas a ampliação dos quadros de juízes-de-fora, ouvidores, escritvãs e meirinhos; desmembramento e criação de novos juizados e de capitânias (Piauí do Maranhão), e até autorização para cunhagem de moedas. As unidades políticas do Brasil, em geral desarticuladas do governo colonial, passaram a gravitar em torno de um centro de poder.

Em 1815, com a derrota de Napoleão, a elevação do Brasil a Reino Unido (Carta de Lei de 16 de dezembro), permitiu a Portugal figurar como grande potência no Congresso de Viena (que reuniu as forças mais retrógradas na tentativa de restaurar o que sobrou da “velha ordem” europeia, abalada pelas revoluções burguesas). Para Portugal, “consciente de suas dificuldades, o reino unido deveria ser apenas uma fachada, com restabelecimento do monopólio do comércio, com a reabertura do mercado exclusivo e com a disso-

ciação do centro de poder em territórios americanos autônomos.” Para o Brasil, porém, o fato só irá contribuir para o fortalecimento do núcleo brasileiro. A supremacia portuguesa, em vigor até 1808, fora suplantada com a quebra do estatuto colonial e a concentração dos instrumentos fiscal-administrativos no Rio de Janeiro. Portugal necessitava do Brasil para reanimar sua economia, mas a recíproca não era verdadeira.

A ausência de realismo do plano restaurador, que se sucede, conforme Raymundo Faoro, não se evidencia apenas com o fortalecimento e a homogeneidade do núcleo brasileiro, “o capitalismo industrial, conduzido hegemonicamente pela Inglaterra, fizera da ex-colônia um elo internacional de um movimento econômico irreversível, indestrutível.” Fato já compreendido pôr D. João VI, que prolongará sua permanência no Brasil certo de que sua ausência do Rio de Janeiro precipitará a separação.

Assim sendo, quer pelo impacto da máquina administrativa portuguesa, que provocou a “inversão brasileira”, conforme assinou Sílvio Romero, quer pelo alcance das providências tomadas no período joanino — um processo de autonomização econômica e de formação de quadros de dirigentes no Brasil — apressou-se o lançamento das bases da independência política.

A eclosão da Revolução do Porto, em 1820, repercutiu fortemente no Brasil. O duelo entre o Rei e as Cortes do Reino, denominação eufêmica que tomou a Assembléia Constituinte portuguesa de inspiração liberal, agrava-se numa dualidade de centros — Lisboa e Rio de Janeiro. O triunfo do constitucionalismo português no Brasil resultou em duas conseqüências imediatas: o retorno do rei à Lisboa e a eleição de deputados brasileiros à Corte (que não tardaram em compreender as tendências recolonizadoras das Cortes). A recusa de D. Pedro de retornar à Europa e a exclusão dos brasileiros dos postos chaves na administração do Brasil, resultou em

enérgicas reações do príncipe e do grupo que o apoiava, encetando o “Fico” e, posteriormente, o “Grito do Ipiranga”, que marcaram a ruptura política com Portugal.

Do ponto de vista da política financeira, a transmigração da corte portuguesa para o Brasil representou, também, a transposição de gastos e abusos praticados em Portugal. A receita pública que em 1808 não ultrapassava de 2.250 contos, subiu a mais de 9.715 em 1820. Ao regressarem em 1821, cerca de três mil pessoas, os mais graduados servidores da monarquia, com a retirada dos fundos do Banco do Brasil, reduziram as moedas de ouro e prata, de um só golpe, de 1.315:439\$000 para 200:000\$000. Fato que contribuirá decisivamente para sua falência, em 1829. A despesa pública, orçada em 5 mil contos, só poderá contar, de fato, com a receita do Rio de Janeiro, avaliada em 2.400 contos.

Assim, as finanças públicas brasileiras já nascerão numa situação desfavorável, cujos déficits eram cobertos pelo Banco do Brasil. Em 1822 o débito do governo para com o banco já era superior a 8 mil contos. Os frequentes déficits do Estado encetaram a contratação de constantes empréstimos externos em condições extremamente desvantajosas, e que deixarão o país de ‘mãos atadas’ em relação aos financistas internacionais. Chegando a tal ponto que o serviço da dívida externa, amortização do capital e dos juros, alcançará cerca de 40% da receita governamental, pôr volta de 1850. Tudo isso só fez contribuir para a instabilidade política interna que caracterizou o país na primeira metade do século XIX, somente superada no segundo reinado quando o café já se tornara o principal esteio do sistema brasileiro.

Visto pelo ângulo da conjuntura local e regional, o século XVIII trouxe um contexto adverso ao Espírito Santo, que ficou sob o governo dos capitães-mores, como que transformado em posto militar, isolado do crescimento regional, embora sob o domínio da Coroa (que

adquiriu a Capitania, pôr 40 mil cruzados, dos herdeiros de Francisco Gil — conforme escritura lavrada em 6 de abril de 1718). Situação adversa que só será revertida na conjuntura de transmigração da Corte, sobretudo com o redirecionamento da política joanina, preocupada em favorecer o povoamento e melhorar as comunicações.

Por isso é que, dado o baixo desempenho do Espírito no século XVIII, cunhou-se a idéia de que a viabilidade econômica da terra capixaba dependia, fundamentalmente, da ligação do seu litoral às Minas Gerais. Isto é, à antiga hinterlândia da primitiva capitania de Vasco Fernandes Coutinho, onde se localizaram os principais focos da mineração.

A proibição de abrir caminhos para o interior, renovada sucessivamente de 1725 a 1758, embora ficasse superada desde 1786, manteve seus efeitos até a virada do século; quando o rio Doce, oficialmente, começou a ser experimentado como via natural de comunicação, já no governo Silva Pontes.

Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, oficial de marinha, bacharel em matemática, astrônomo e professor da Academia de Lisboa, mas nascido em Mariana (MG), foi o primeiro a tomar posse como governador do Espírito Santo (29 de março de 1800), em substituição a Manuel Fernandes da Silveira, que encerrou a era dos capitães-mores. Em outubro do mesmo ano, depois de vencer 40 léguas, a canoa e cavalo, chegou a cachoeira “das Escadinhas”, assinando ali o histórico ato com vistas ao estabelecimento da navegação pelo rio Doce. Ato este que teve também o efeito nefasto da “cessão de centenas de milhares de km<sup>2</sup> a Minas Gerais”, embora o documento firmado pelos governantes não se destinasse a definir as fronteiras geográficas das capitanias em questão.

De qualquer forma, a abertura do rio à navegação, considerada imperativa do povoamento do médio e alto vale do Doce, estacionou ou, até mesmo, decaiu, com a recessão da mineração.

Silva Pontes foi substituído pelo fidalgo, major Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, que continuou concentrando esforços estatais na ilusória navegação, ante a recomendação de d. João que determinara aos governantes da capitania abrissem estradas e tornassem navegável aquela artéria. Assim sendo, limitou-se este a reconstruir a aldeia de Coutins, antes destruída pelos indígenas, rebatizando-a com a denominação de Linhares, toponímico também em homenagem a d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares. De volta a Lisboa, Tovar terminou sendo nomeado governador de Angola.

A decisiva ligação do Espírito Santo–Minas Gerais, só ficará concretizada no governo Rubim (1812-1819), considerado o mais operoso administrador militar da capitania no período. Capitão de mar-e-guerra, com relevantes serviços prestados à Marinha nas possessões afro-asiáticos, Francisco Alberto Rubim, valido da Corte, íntimo do conde de Linhares e sobrinho do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, muito bem explorou essa circunstância em benefício de sua administração, no exato momento da separação oficial do Espírito Santo do governo da Bahia.

Foi nesse governo que se iniciou, de fato, o movimento migratório sistemático para a região capixaba; com a instalação dos 30 casais de açorianos mandados virem pelo intendente Viana para a “Colônia de Santo Agostinho”, depois Viana; e dos primeiros imigrantes ibéricos de origem espanhola, fixados estes às margens do rio Doce.

A Rubim não deve ter escapado que o problema da colonização estava intrinsecamente ligado à solução da infraestrutura viária. Depois de exaustivos estudos, muitos realizados pelo próprio governador, em agosto de 1814, dá início a construção da estrada para Minas, no escopo da ligação Vitória–Mariana e Vila Rica, na extensão de 72 léguas. Foi este, aliás, o mais importante empreendimento da metrópole portuguesa na capitania do Espírito Santo.

Designou ele o capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, oficial da tropa de pedestres sediada em Vitória, a execução do projeto. Matas fechadas, serras íngremes, vales profundos e retorcidos, trihhados pôr botocudos, tudo foi superado pela Comissão da Estrada — que a concluiu em 1820, quando desceu a primeira boiada de Minas Gerais, em 22 de julho daquele ano.

Embora despertasse entusiasmo pela aspiração secular da sua realização e apesar dos incentivos concedidos pela Coroa, a “Estrada Nova do Rubim”, denominação que tomou então, não conseguiu atrair a preferência do comércio mineiro. O alto custo operacional da mesma estrada, que exigia guarnições militares a cada três léguas para “defesa contra os botocudos”, terminou pôr inviabilizar o projeto de manutenção, ao menos nos moldes em que fora proposto. Além do que, não havia consumo para todo gado descido de Minas Gerais; contando Vitória, em 1818, apenas 4.245 habitantes. Tanto que, uma década depois, em 1830, o governo provincial do Espírito Santo desativou as guarnições que mantinha nos quartéis, pelo movimento reduzido daquela artéria.

Rebatizada para S. Pedro de Alcântara, depois da independência, a via não deixou de cumprir importante papel na marcha para o oeste espírito-santense, na justa medida da dinâmica cafeeira provincial.

Ao contingente populacional capixaba juntar-se-ão outras vertentes pioneiras, verdadeiros novos desbravadores do Espírito Santo. Foi pela Estrada do Rubim ou, ainda, pelas picadas paralelas, que desceram os mineiros, em busca de homizio ou atraídos pelas terras incultas e disponíveis nas áreas de Alegre, Guaçuí e Castelo, todas, de uma certa forma, tributárias de Cachoeiro de Itapemirim; seguidos pelos fluminenses e paulistas, pelo sul, à proporção que as melhores terras de suas províncias iam se tornando domínio particular dos grandes senhores do café (Bittencourt, 1978, p. 156-157). Enquanto os baianos, ao norte, de longa data, desde a extensão da

Ouvidoria de Porto Seguro até a zona do Rio Doce no século XVIII, com seus escravos, ocuparam o Vale do Cricaré (São Mateus. Este quadro ficará completado, também, a partir do meado do século, com a imigração sistemática europeia das mais diversas origens. Como fruto de um vasto programa de incremento da mão-de-obra substitutiva do trabalhador escravo, a tentativa da solução da questão de braços como ficou conhecida, trouxe para o Espírito Santo formidável enriquecimento étnico de sua população, com amplas repercussões na economia local, particularmente para o café.

A esses verdadeiros desbravadores do interior capixaba juntou-se, mais tarde, o imigrante europeu não lusitano, em um vasto programa de incremento à mão de obra e ao povoamento, reiniciado em 1846. Ano em que ficou instalada a Colônia de Santa Isabel, com 163 prussianos, justamente às margens da Estrada São Pedro de Alcântara.

A antiga “Estrada do Rubim”, ao lado de outras artérias secundárias e de vias naturais de comunicação incrementadas ao tempo dos últimos governos portugueses, tornou-se importante fator infraestrutural ao projeto de colonização do solo capixaba. Tanto que passou a figurar no orçamento geral do império que a subvencionava.

Em que pese a Independência política nesse período, esse movimento poucas modificações trouxe para o Espírito Santo, que permanecera como que transformado em posto militar, e apresentando um quadro demográfico e econômico fortemente atrofiado. A ligação do Espírito Santo à economia cafeeira foi decisiva para a modificação desse panorama, na medida em que a agricultura de exportação continuava sendo, praticamente, a única perspectiva de sobrevivência da economia provincial.

Foi nesse governo que se iniciou, de fato, o movimento migratório sistemático para a região capixaba, com a instalação dos 30 casais de açorianos mandados virem pelo intendente Viana para

a Colônia de Santo Agostinho, depois Viana; e dos primeiros imigrantes ibéricos de origem espanhola, fixados estes às margens do rio Doce.

A Rubim não deve ter escapado que o problema da colonização estava intrinsecamente ligado a solução da infra-estrutura viária. Depois de exaustivos estudos, muitos realizados pelo próprio governador, em agosto de 1814, dá início a construção da estrada para Minas, no escopo da ligação Vitória-Mariana e Vila Rica, na extensão de 72 léguas. Foi este, aliás, o mais importante empreendimento da metrópole portuguesa na capitania do Espírito Santo. Lamentavelmente, quando a fase cíclica da exploração predominante do ouro já havia passado. Designou ele o capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, oficial da tropa de pedestres sediada em Vitória, a execução do projeto. Matas fechadas, serras íngremes, vales profundos e retorcidos, trilhados por botocudos, tudo foi superado pela Comissão da Estrada — que a concluiu em 1820, quando desceu a primeira boiada de Minas Gerais, em 22 de julho daquele ano. Embora despertasse entusiasmo pela aspiração secular da sua realização e apesar dos incentivos concedidos pela Coroa, a “Estrada Nova do Rubim”, denominação que tomou então, não conseguiu atrair a preferência do comércio mineiro. O alto custo operacional da mesma estrada, que exigia guarnições militares a cada três léguas para “defesa contra os botocudos”, terminou por inviabilizar o projeto de manutenção, ao menos nos moldes em que fora proposto. Além do que, não havia consumo para todo gado descido de Minas Gerais; contando Vitória, em 1818, apenas 4.245 habitantes. Tanto que, uma década depois, em 1830, o governo provincial do Espírito Santo desativou as guarnições que mantinha nos “quartéis”, pelo movimento reduzido daquela artéria.

Rebatizada para S. Pedro de Alcântara, depois da independência, a via não deixou de cumprir importante papel na marcha para

o oeste espírito-santense, na justa medida da dinâmica cafeeira provincial. Foi pela antiga “Estrada do Rubim”, que desceram boa parte dos mineiros em busca de homizio na floresta ou, ainda, atraídos pelas terras virgens agricultáveis; enquanto os baianos, com seus escravos, já haviam se localizado, em épocas bem anteriores, às margens do lendário Cricaré (São Mateus); seguidos pelos fluminenses e paulistas, pelo sul, à proporção que as melhores terras de suas províncias iam se tornando domínio particular dos grandes senhores.

A esses verdadeiros desbravadores do interior capixaba juntou-se, mais tarde, o imigrante europeu não-lusitano, em um vasto programa de incremento à mão-de-obra e ao povoamento, reiniciado em 1846. Ano em que ficou instalada a Colônia de Santa Isabel, com 163 prussianos, justamente às margens da Estrada São Pedro de Alcântara.

A antiga “Estrada do Rubim”, ao lado de outras artérias secundárias e de vias naturais de comunicação incrementadas ao tempo dos últimos governos portugueses, tornou-se importante fator infra-estrutural ao projeto de colonização do solo capixaba. Tanto que passou a figurar no orçamento geral do império que a subvençionava. Hoje, a atual BR 262, Vitória a Belo Horizonte, está superposta em muitos pontos ao seu histórico traçado.



# AS OPERAÇÕES COM CÃES NA PMES: 45 ANOS DE HISTÓRIA

*Gelson Loiola\**

**Resumo:** Objetivo o presente reconstruir a trajetória da aplicação de cães nas atividades operacionais da Polícia Militar do Espírito Santo e toda a sua evolução histórica desde a sua implantação na década de 70, até a atuação da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da Corporação capixaba nos dias atuais, e prestar uma homenagem a todos os policiais militares e seus dedicados cães que executam na atividade operacional da Corporação Policial Militar de nosso Estado, a difícil tarefa de descobrir, resgatar, e proteger os integrantes a sociedade capixaba dos diversos delitos que interferem na segurança pública. A introdução dos cães na PMES consiste em um marco de grande importância no contexto contemporâneo das transformações operacionais necessárias a excelência na qualidade dos serviços policiais.

**Palavras-chave:** Polícia Militar: Operações, cães, canil, criação, integrantes, composição, qualificação, adestramento, história e memória.

## Introdução

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – PMES foi criada pelo Conselho de Governo capixaba conforme comprova a Ata da sessão do dia 12 de dezembro de 1831 (LA 134, p.119-21, APE-ES), constante dos Fundos de Governadoria 751, n.º 196, ocasião em que é nomeado para comandá-la, o Alferes de 1.ª Linha do Exército Brasileiro, Antonio Ferreira Rufino, sendo a criação ratificada pela tabela de vencimentos mensal da Companhia de Permanentes do Espírito Santo (p. 39).

Com o advento da criação das Assembleias Provinciais que passam a exercer as atribuições do Conselho de Governo, se inicia

---

\* Coronel da Reserva da PMES, escritor, pesquisador, bacharel e professor de Direito, especialista em Docência do Ensino Superior, efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

uma maior autonomia as províncias, inclusive para deliberar sobre as polícias, então, o legislativo capixaba faz publicar a Lei n.º 9, de 6 de abril de 1835, que substitui o Corpo de Permanentes capixaba pela Guarda de Polícia Provincial.

Ao longo dos seus 184 anos de existência, a PMES sempre se destacou pela participação em fatos importantes da história do Brasil e principalmente do Estado do Espírito Santo, eternizando uma bela história produzida pelos dedicados Policiais Militares integrantes de seus quadros, os quais passaram a contar a partir da década de 70, com a participação de cães treinados por policiais militares especializados em suas atividades operacionais preventivas e repressivas bem como em atividades socioculturais, os quais merecem este registro histórico como forma de lhes prestar uma homenagem e o reconhecimento pela incontestável participação nas atividades da segurança pública realizada pela Biosa Corporação Policial Militar capixaba, assim como preservar a memória e suas realizações.

## 1. Os Cães e as primeiras vinculações com os Humanos

Segundo a enciclopédia Barsa (1997), o cão, cujo nome científico é *canis familiaris*, consiste em um mamífero carnívoro da família dos *canídeos*, com os sentidos de olfato e audição extremamente desenvolvidos que no Brasil compõe-se do guará ou lobo brasileiros. É o primeiro animal a ser domesticado pelo ser humano, graças a sua diversidade de aptidões, principalmente a afetividade e inteligência, daí, ser considerado o melhor amigo do homem. Ao longo da história da humanidade segundo pinturas pré-históricas encontradas em cavernas na Espanha, os primeiros cães foram domesticados há cerca de sete mil anos.

Ao longo dos anos foram surgindo diversas raças, assim subdivididas: cães de caça e tiro ( capazes de encontrar caças que não deixam rastros); cães de caça e presa (persegue a caça e a abate); cães de guarda e utilidade (usados como guardas, operações de guerra e policiais); cães *terrier* (caçadores de animais pequenos e nocivos); cães de luxo (geralmente de pequeno porte e dotados de beleza); e cães de companhia (sociáveis e calmos).

O ensinamento a ser ministrado aos cães consiste em dois pontos básicos de apoio: a educação, que se destina a ensinar ao cão a se comportar sem necessidade de comando, e, o adestramento, que consiste em fazer o cão a obedecer às ordens que lhe são dadas.

## **2. A utilização dos Cães em Operações Militares**

No artigo intitulado “Cães de Guerra”, consta que há relatos que na antiguidade havia utilização do cão em operações militares pelos egípcios, pelos sumérios, nos exércitos de Ciro e Alexandre em suas batalhas, posteriormente pelos romanos em suas legiões. No século XVI, constata-se o uso de cães na guerra franco-britânica, por Henrique VIII, rei da Inglaterra contra Carlos V, rei da França, e na América os cães foram utilizados pelos espanhóis na conquista dos impérios maia, astecas e incas.

No século XX, o cão foi amplamente utilizado na 1.ª Guerra Mundial, dados revelam que cerca de 40.000 (quarenta mil) cães da raça pastor alemão, foram utilizados pelo exército germânico, que já estariam sendo incorporados nas forças armadas desde 1883, e nas forças aliadas, foram utilizados pelos franceses cerca de 250 cães, denominados de “cães sanitários”. Esses cães foram utilizados para transportar mensagens, comida, medicamentos, munições, vigiar campo instalações militares e de prisioneiros de guerra, e como guia de soldados que ficavam cegos por ferimentos em combate.

Em 1939, ao ser deflagrada a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, os cães foram amplamente utilizados, inclusive com critérios suicidas para fins de sabotagem, pois recebiam treinamento pelas tropas russas, para transportar explosivos nas coleiras se colocarem embaixo dos tanques da divisão *panzer* alemã e explodir, que resultou no extermínio de cerca de 40.000 (quarenta mil) cães suicidas.

Os cães também foram utilizados pelos Estados Unidos da América na Guerra da Coreia e no Vietnã, com a missão de preceder as patrulhas, onde segundo dados estatísticos, evitaram cerca de sessenta por cento das baixas nessas missões.

Com o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial em 1945, ficou claro que a utilização de cães nas operações policiais militares seria de grande utilidade, e a melhor opção seria as das raças inclusas como “cães de guarda e utilidades”, em razão de suas qualidades.

### **3. A inserção do Cão nas Operações Policiais Militares no Brasil**

Segundo Ribeiro (2005), A Bélgica foi a primeira a utilizar o cão em operações policiais, e no Brasil, o primeiro Canil criado em Polícias Militares brasileiras, foi na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), no dia 15 de setembro de 1950, passando a ser o primeiro centro de treinamento do país, a preparar os integrantes das demais polícias brasileiras na arte de educar e adestrar cães para a atividade operacional nas ações policiais militares.

A segunda Corporação Policial Militar a implantar o policiamento com cães no Brasil, de acordo com Valle (2009), foi a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com a criação do Canil da Polícia (CP), em novembro de 1955, e segundo o citado autor, que no Brasil, a PMERJ é a autora da doutrina inédita que orienta “o

uso do cão como ferramenta de resolução de ocorrências” de alto risco, tendo como base a técnica utilizada pelo *Le RAID (Recherche, Assistance Intervention et Dissuasion)*<sup>1</sup>, porém, com adaptações bem mais importantes, as quais são utilizadas também, no plano internacional e que foram absorvidas até mesmo pelo *Le RAID* francês.

#### 4. Nasce o canil na história da PMES

O início da implantação do projeto de criação de um Canil na Polícia Militar do Espírito Santo ocorre na gestão de comando geral do coronel em comissão Hilton do Valle, e a área escolhida para a implantação das instalações do Canil da PMES, conforme publicação em Boletim Diário de 1970, instalado na área onde na época encontravam-se situa-

dos o Armazém Reembolsável da PMES (Cantina) e a loja do Clube Militar (COPM), mais claramente demonstrados na fotografia adiante inclusa.



Foto 1 - Área onde se instalou o Canil da PMES – (Doação Cel RR PMES Paulo José Soares Serpa, acervo do Cel RR PMES Loiola)

<sup>1</sup> *Le RAID* Unidade de elite da Polícia Nacional da França e responsável pelo atendimento de ocorrências críticas naquele país. As iniciais RAID em português refletem a função – Investigação, Assistência, Intervenção e Dissuasão. Os conhecidos “homens de preto” atuam também com cães em ocorrências críticas, mas, diferentemente da doutrina criada no Brasil (PMERJ), não expõe(m) o(s) refém(ns) ao contato com os cães, tendo em vista que a doutrina francesa não fixa na memória dos cães a capacidade de distinguir o provocador do evento crítico (PEC) dos demais envolvidos na crise (reféns e policiais).

A esquerda onde se encontra o automóvel são as antigas instalações do Armazém Reembolsável da PMES – Cantina, e direita abaixo, a antiga loja do Clube Militar (COPM). Na fotografia, ainda é possível ver por trás das palmeiras imperiais, local indicado pela seta, uma parte das baias onde ficavam os cães, que posteriormente foi sede da Companhia de Rádio patrulhas e atualmente, após reformulações no local é a sede do 1.º Batalhão de Polícia Militar da PMES.

Pelos registros, após um contato do coronel em comissão e comandante geral da PMES Hilton do Valle, com o comando geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) visando à criação de um Canil na PMES é enviado à capital paulista, o capitão Djalmir Carlos Hooper Borges (filho do coronel Djalma Borges), no dia 2 de junho de 1970 (BD 090), com o objetivo de manter contato e acertar todos os detalhes sobre o assunto, em virtude deste empenho, as instalações do Canil da PMES ficam prontas e recebe o nome de Canil “Cmt. Hilton do Valle”.

O capitão Hooper após informar ao comando todos os detalhes sobre o “Curso de Cinofilia” e a doação de cães que seria feita a PMES pela Polícia Militar paulista, retorna do Estado de São Paulo no dia 15 de junho de 1970 (BD 099), já preparado para retornar imediatamente para o citado Estado, onde faria o citado curso naquela Corporação.



Foto 2 – Sede Administrativa do Canil “Cmt. Hilton do Valle”

## 5. A qualificação dos Policiais Militares para o canil da PMES

O envio dos policiais militares para fazerem o curso de Cinofilia na PM do Estado de São Paulo, previsto para 30 dias, ocorre no dia 16 de junho de 1970 (BD 103/104), quando seguem para aquele Estado os seguintes indicados: capitão Djalmir Carlos Hooper Borges, o aspirante a oficial Alvim José Costalonga, o 3.º sargento Jair Duque, 3.º sargento Valdevino Guimarães, soldado Jairo Antonio Paterline, soldado Nelcy Mendes de Souza, soldado Cely Neves Corrêa, soldado Carlos Antônio Rodrigues e soldado Licínio Vieira, de onde retornam no dia 3 de agosto de 1970 (BD 125/128), devido à prorrogação do curso.

Todos os policiais militares capixabas inclusive a capitão Hooper e o aspirante Alvim concluem o curso com aproveitamento, é só encontramos a publicação referente às praças com a obtenção das seguintes notas:

GRADUAÇÃO	NOME	NOTA
3.º Sgt. ....	JAIR DUQUE.....	9,5
3.º Sgt. ....	VALDEVINO GUIMARÃES.....	8,5
Soldado .....	JAIRO ANTONIO PATERLINE.....	7,5
Soldado.....	NELCY MENDES DE SOUZA.....	5,5
Soldado.....	CELY NEVES CORREA.....	5,5
Soldado.....	CARLOS ANTÔNIO RODRIGUES.....	5,3
Soldado.....	LICÍNIO VIEIRA.....	5,3

(Boletim Diário n.º 136, de 20.08.1970)

### PRAÇAS PRECURSORES DO CANIL DA PMES



Foto 3 - A partir da esquerda: 3.º Sgt. PM Jair Duque, 3.º Sgt. Valdevino Guimrães, Sd. PM Jairo Antonio Paterline, Sd. PM Nelcy Mendes de Souza, Sd. PM Cely Neves Corrêa, Sd. PM Carlos Antonio Rodrigues, Sd. PM Licínio Vieira.

Assume o comando do Canil da PMES, o capitão Djalmir Carlos Borges Hooper, tendo como subcomandante o aspirante a oficial Alvim José Costalonga. A partir do dia 7 de agosto de 1970, os policiais militares qualificados em cinofilia, começam a cumprir as escalas de serviço no Canil da Corporação, no horário das 7 às 18 horas, sendo no dia 7.08 (sexta) – 3.º Sgt. Valdevino Guimarães e Sd. Cely Neves Correa. 8.08 (sábado) – 3.º Sgt. Jair Duque e Sd. Jairo Antonio Paterline. 9.08 (Domingo) – Sd. Carlos Antônio Rodrigues. 10.08 (segunda) 3.º Sgt. Valdevino Guimarães e Sd. Nelcy Mendes de Souza, e assim sucessivamente.

## 6. A ampliação do efetivo e a evolução do canil

Com criação do Canil na PMES, outros policiais militares interessados em trabalhar com cães começam a integrar os seus quadros, soldado Aldacy Antônio da Conceição, soldado Hermes Pacheco Velasco, soldado José Carlos Lima e soldado Izidoro Zanneti dos Reis.

O fato de trabalhar com adestramento dos cães, a princípio parecia uma tarefa fácil, mas na verdade não é bem assim, e o primeiro acidente em serviço com a atividade envolvendo um canino, ocorre no dia 10 de agosto de 1970 (BD 131), quando o capitão Hooper comunica ao comando, para efeito de emissão do atestado de origem, que o soldado Aldacy Antônio da Conceição fora mordido pelo cão denominado de “Ringo”, quando estava treinando o animal, e o fato foi testemunhado pelos 3.º sargentos Jair Duque e Valdevino Guimarães, competente “Atestado de Origem.

A atividade sociocultural do Canil é realizada no dia 12 de outubro de 1970 (BD 163), no QCG, em Maruípe, Vitória-ES, por ocasião das comemorações da “Semana da Criança”, com a apresen-

tação dos cães e suas habilidades para um grande número de alunos de diversas escolas da Grande Vitória, encerrada a apresentação com muitos aplausos e elogios e razão do encantamento por parte das crianças com os animais.



Foto 4 – Exibição do Canil da PMES na Semana da Criança, no pátio do QCG de Maruípe, Vitória-ES, simulação onde o cão “Alex de Guarapari” (adestrado do, soldado PM Paterline, de jaleco branco à esquerda), salta para alcançar um suspeito na árvore.

A instrução referente ao assunto é expandida na Corporação, e no dia 13 de outubro de 1970, o capitão Hooper é designado para ministrar uma instrução para oficiais, no QCG de Maruípe, das 13h30min às 17h30min, na disciplina de Cinofilia, com o tema: “O Canil da

PMES”, e o contingente do Canil a fazer uma apresentação para os alunos de escolas da Grande Vitória.

Conforme depoimentos prestados nas entrevistas realizadas, filmadas e fotografadas pelo cabo PM José e a soldado PM Fem Cleida<sup>2</sup>, com o coronel PM Alvim, capitães PM Duque, Guimarães e Hely Gama, sargentos PM Marcos, Hermes e Paterline, todos da Reserva remunerada da PMES, os entrevistados afirmaram que de certa forma, todos os adestradores, em algumas situações foram mordidos, levemente sem gravidade, mais houve alguns casos mais graves.

<sup>2</sup> Cb. PM José Maria Gonçalves da Cunha e Sd. PM Fem Cleida Vieira Pereira, integrantes do canil do BME da PMES coletaram fotos, dados e realizaram visitas e entrevistas com os ex-integrantes e precursores da criação do canil em 1970, atos imprescindíveis a composição deste artigo.

Dentre os casos de ataques por cães aos seus adestradores, o mais grave ocorreu no dia 10 de novembro de 1970, conforme comunicação o capitão Hooper, comandante do canil da PMES, onde relata que o soldado Jairo Antonio Paterline fora atacado e mordido pelo seu cão “Alex de Guaraparí”, em fato presenciado pelo 3.º Sgt. Jair Duque, 3.º Sgt. Waldevino Guimarães e o soldado Hermes Pacheco Velasco, sendo conduzido ao Pronto Socorro de Vitória, capital do ES, sendo-lhe concedida em razão do fato, uma convalescência na residência por um período oito dias amparado pelo atestado de origem, publicado no dia 16 de novembro de 1970, onde constam as seguintes lesões: “(1) ferida perfuro-cortante na região parietal esquerda de cerca de 06 cm, saturada com fios de algodão. (2) Idem na região occipital de cerca de 04 cm. (3) Idem na região da nuca cerca de 02 cm”. (BD 186). Mesmo com os riscos, os entrevistados disseram que nunca desistiram, e que lidar com esses animais, depois de adestrados é simplesmente maravilhoso.

## 7. A carga do canil e a prestação de serviços a particulares

Em cumprimento a determinação superior realiza-se o levantamento da carga do Canil da PMES, e em parte datada de 9 de fevereiro de 1971, é comunicada pelo 2.º tenente Alvim José Costalonga, já como comandante do Canil, onde informa a seguinte carga referente aos caninos:

NOME	RAÇA	IDADE	VALOR
Mug X. V. Viking	Doberman Pincher	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Daphne do Edinburg	Doberman Pincher	5 anos	Cr\$ 800,00
Alex de Guaraparí	Pastor Alemão	2 anos	Cr\$ 1.000,00
Ringo	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 400,00
Duque	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 400,00

Friga	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.500,00
Aladim	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Icarai de Parnapuan	Fila Brasileiro	3 anos	Cr\$ 1.000,00
Karina	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Cabeção	Dinamarquês	9 meses	Cr\$ 500,00
Gária do Colorado	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 1.500,00
Kenia	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 500,00
9 filhotes	Pastores Alemão	11 dias	Cr\$ 3.100,00
<b>TOTAL .....12 cães adultos e 9 filhotes - VALOR TOTAL Cr\$ 13.700,00</b>			

Fonte: Aditamento n.º 06, ao BD 032, de 26.02.1971

No mesmo documento anteriormente citado, também consta o material carga relacionado com a atividade desenvolvida em adestramento e manutenção de cães os seguintes equipamentos:

MATERIAL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Guia júnior	6	Cr\$ 20,00	Cr\$ 120,00
Guia oficial	13	Cr\$ 28,00	Cr\$ 364,00
Colar de espinho	10	Cr\$ 20,00	Cr\$ 200,00
Enforcador	8	Cr\$ 22,00	Cr\$ 176,00
Escova	2	Cr\$ 10,00	Cr\$ 20,00
Rasqueadeira	2	Cr\$ 15,00	Cr\$ 30,00
Comedor	10	Cr\$ 30,00	Cr\$ 300,00
Obstáculo escada dupla	1	Cr\$ 15,00	Cr\$ 15,00
Obstáculo barreira	2	Cr\$ 10,00	Cr\$ 20,00
Obstáculo com suporte/ pneu	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00
Obstáculo com arco p/ fogo	1	Cr\$ 20,00	Cr\$ 20,00
Esterilizador pequeno	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00
Esterilizador médio	1	Cr\$ 15,00	Cr\$ 15,00
Seringa 20 cc	1	Cr\$ 8,00	Cr\$ 8,00
Seringa 10 cc	1	Cr\$ 5,00	Cr\$ 5,00
Agulhas	4	Cr\$ 0,50	Cr\$ 2,00
Depósito de lixo	1	Cr\$ 5,00	Cr\$ 5,00
Bandeja esmaltada	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00

Mangueira 30 m	1	Cr\$ 25,00	Cr\$ 25,00
Luva	1	Cr\$ 50,00	Cr\$ 50,00
Máquina de moer carne	1	Cr\$120,00	Cr\$ 120,00
<b>VALOR TOTAL.....</b>			<b>Cr\$ 1.525,00</b>

Fonte: Aditamento n.º 06, ao BD 032, de 26.02.1971

Em razão do nascimento dos filhotes, logo é dada algumas destinações para estabelecimento de relações públicas, como a exemplo a doação de dois filhotes pastor alemão, filhos da cadela “karina”, aos Sr.s Antonio Rhodi e Benevides, engenheiros do Departamento de Edificações e Obras do Espírito Santo (DEO/ES), os quais são descarregados do Canil, no dia 26 de fevereiro de 1971 (BD 32), juntamente com outros três filhotes, também da cadela “Karina”, em virtude de terem sido mortos pela mãe.

Em virtude da Lei n.º 2.529, de 2 de março de 1971, segundo obra deste autor (2009), a Polícia Militar do Espírito Santo é reorganizada com a transformação do Batalhão de Polícia em 1.º Batalhão de Polícia Militar, e a criação dos 2.º e 3.º Batalhões, e o todos os integrantes da Corporação capixaba são reclassificados dentro das novas Unidades, e o pessoal do Canil da PMES que continuam pertencendo a Companhia de Polícia Especial do 1.º BPM, passam a compor o Pelotão de Policiamento Geral, onde identificamos:

3.º Sgt. Jair Duque, 3.º Sgt. Valdevino Guimarães, Sd. Izidoro Nazette Reis, Sd. Licínio Vieira, Sd. Carlos Antônio Rodrigues, Romildo Silva, Serlon Rodrigues de Souza, Hermes Pacheco Velasco, Custódio Matias, Nilo Costa Penha, José Carlos Lima, Adalcyr Antonio da Conceição, Jossemiro Alexandre Rocha Filho, Nelcy Mendes de Souza, Cely Neves Corrêa e Elias Garcia Ramos Dal’Orto. (BD n.º 046, de 17.03.1971)

A PMES começa a prestar serviços relacionados ao adestramento de cães particulares, conforme consta do aditamento n.º 09,

ao BD n.º 048, de 19 de março de 1971, onde o 2.º tenente comandante do Canil informa que foi internado em 12 de março do ano citado, o cão particular, de raça pastor alemão de nome “Gerd do Cruzeiro do Sul”, de propriedade do Sr. Lacine Tápias, e foi desligado o cão particular de nome “Ketti” de propriedade do Sr. Luiz Renato beleza, e no dia 13 de março, foi internado o cão particular de raça pastor alemão de nome “Holff”, de propriedade do Sr. Fernando Cesar Mota, para fins de adestramento e alimentação.

## **8. As primeiras apresentações do canil da PMES e outros fatos**

Em 24 de março de 1971, o Canil da PMES realiza o seu primeiro desfile, sob o comando do tenente Alvim José Costalonga, em cumprimento a Nota de Instrução nº 01, da PM/3, na solenidade de “Passagem de Comando” do tenente-coronel do EB, Hilton do Valle, em comissão no cargo de coronel comandante Geral da Corporação, ao major do EB, Humberto Vieira Lima.

O comandante substituído, coronel Hilton do Valle em seu pronunciamento de despedida fez um relato sobre as suas realizações, e dentre as mesmas, aborda a implantação e a importância da criação do Canil para PMES com as seguintes palavras:

As mais modernas e avançadas Corporações quer militares, quer policiais-militares, têm em seu efetivo orgânico, determinada fração de tropa que emprega o grande amigo do homem: o cão. A PMES em visível e franca fase de desenvolvimento e aprimoramento nos campos intelectual, humano e material, jamais poderia prescindir do emprego de cães, no combate, prevenção e repressão à delinquência.

Por esta razão, recuperamos uma área, construímos e criamos um canil que, embora modesto e singelo, propiciar-nos-á, em futuro bem próximo, um rendimento e uma utilidade bastante eficazes. Contamos, para a formação do canil, com o decisivo apoio, ajuda e colaboração de nossa co-irmã bandeirante que, além de preparar, sem qualquer ônus para o estado, seus atuais integrantes, através de um estágio de cerca de 30 dias, doou-nos 16 cães, que se constituem o núcleo inicial de nosso canil.

(Boletim Especial n.º 1, de 26.03.1971).

O efetivo do Canil da PMES, a partir daí, passa a compor as tropas de desfiles da PMES, a sua segunda participação é em cumprimento a Ordem de Serviço PM/3, n.º 09, de 4 de abril de 1971, por ocasião das solenidades de comemoração do 136.º aniversário da Corporação, onde os integrantes do mesmo, que fazem parte do efetivo da Companhia de Polícia Especial do 1.º BPM desfilam com seus uniformes específicos composto pelo uniforme de instrução cinza chumbo (chumbão), boina azul, braçadeira PM branca, co-urnos pretos com cadarços brancos, e todos os PM conduzindo o seu adestrado cão, bastante aplaudidos pelos convidados assistentes.

Como todo ser vivo, o cão também apresenta problemas de saúde, e como consequência desses danos, às vezes temos que descartá-los, e a primeira baixa é registrada no dia 24 de setembro de 1971 (Adt. 28), com a descarga dos cães de nome “Clavius” e “Cabeção”, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada um, e na mesma data temos o internamento do cão da raça pastor alemão de nome “Atos”, de propriedade de Edmilson Firme Simão.

Em 26 de outubro de 1972 (BD 191), assume o comando do Canil da PMES, exercido cumulativamente com outro cargo, o capitão PM Silvestre Ezequiel Celante, em substituição ao 1.º tenente PM Alvim José Costalonga. O capitão Ezequiel iria permanecer na gestão

do Canil da PMES até o dia 25 de março de 1974, é o último registro que muito embora continuasse colaborando com setor nos anos subsequentes, e ao deixar a chefia mantém contato com o aspirante oficial PM Mauro Nunes Pereira e sugere que este assuma a chefia do Canil, porém o aspirante afirmando não ter qualquer afinidade com os cães declina do convite, então o aspirante oficial PM Rubens Pereira da Silva, adido a Cia de Polícia Especial do 1º BPM, é classificado como subcomandante da SU e chefe do Canil em 25 de abril de 1974 (BD 077), permanecendo na função até o dia 19 de dezembro do mesmo ano (BD 240), sendo substituído no dia 8 de janeiro de 1975 (BD005), pelo aspirante oficial PM Êlvio Silva Rebouças que passa também a responder pela chefia do Canil da Cia de Polícia Especial do 1.º BPM.

No dia 6 de fevereiro de 1976, tendo em vista as solicitações de particulares para adestramento de seus cães, o comandante geral resolve fazer publicar as seguintes normas:

CANIL DA POLÍCIA MILITAR – Prestação e serviços particulares:

I – Será cobrada mensalmente, a taxa de Cr\$ 1.200,00 para adestramento de cães particulares, incluindo na mesma alimentação e pernoite no Canil.

II – Será cobrada, mensalmente, a importância de Cr\$ 900,00 para quem desejar eixar o cão alojado no Canil, inclusive alimentação.

III – Será exigida uma taxa de Cr\$ 20,00 para particular que desejar adestrar o seu cão no Canil da Corporação, em hora previamente marcada, tendo somente direito à aula a se ministrada. A importância supra será cobrada por hora. (BD 025, de 6.02.1976).

No dia 28 de julho de 1976 é publicado no BD 138, que o dia 3 de agosto do ano citado haverá o sorteio no âmbito da PMES do cão “*Emperor of Golden Tower*” da raça collie, de pelo longo, e que

os interessados em participar do evento poderiam se inscrever para o sorteio, com o capitão PM Baptista.

O resultado do sorteio é publicado pelo BD n° 150, de 13 de agosto de 1976, onde o 1.º tenente PM José das Graças Pereira comunica que fora promovido o sorteio na sala da PM/4, às 13 horas o dia 3 do mesmo mês, o sorteio do cão de raça *collie*, disputado por 19 policiais militares inscritos, que contou com a presença de todos, e o ganhador do prêmio foi o coronel Antonio Orlando de Queiroz Macedo, o subcomandante e chefe do EM da Corporação.

## 9. A desativação do canil da PMES

Conforme constam das publicações, o Canil da PMES foi desativado no final do ano de 1976, para relacionarmos as publicações sobre o mesmo nós vamos encontrar no citado ano algumas movimentações como as do Aditamento do Serviço de Finanças da PMES n.º 039, ao BCG n.º 197, de 22 de outubro de 1976, feito pelo serviço de contabilidade da Diretoria de Finanças, onde consta:

BALANCETE [...] REFERENTE AO PAGAMENTO DE PESSOAL – SET 76

D É B I T O      C R É D I T O

05. CREDORES DIVERSOS..... [..]

[..].....

002. – CANIL DA PMES..... 28.013,46

QCG em Maruípe, 12 de outubro de 1976.

GUILHERME RODRIGUES DOS SANTOS –

CAP PM CONTADOR

E a última publicação que encontramos a respeito de despesas com o Canil da PMES, publicada pelo Aditamento do Serviço de Finanças da PMES n.º 003, ao BCG n.º 25, 4 de fevereiro de 1977, é a seguinte:

BALANCETE [...] REFERENTE AO PAGAMENTO DE PESSOAL – DEZ 76

	DÉBITO	CRÉDITO
05. CREDORES DIVERSOS.....		[..]
[..].....		
002. – CANIL DA PMES.....		28.013,46

QCG em Maruípe, 13 de janeiro de 1977.  
GUILHERME RODRIGUES DOS SANTOS –  
CAP PM CONTADOR

O balancete é referente ao pagamento do pessoal da PMES no mês de dezembro de 1976, encerra os registros referentes ao canil da PMES, concretizando a sua extinção, na gestão de comando geral do coronel PM em comissão, Hugo de Castro Eiselhoer. E de acordo com os depoimentos apresentados por ocasião das entrevistas procedidas pelo soldado PM Fem Cleida, todos são unânimes em afirmar que a alegação para a extinção do canil foi de que, a manutenção com os cães era muito dispendiosa.

#### COMANDANTES DO CANIL DA PMES



Foto 5 - A partir da esquerda: Cap. PM Djalmir Carlos Hooper Borges (1970-71), 1.º Ten. PM Alvim José Costalonga (1971-72), Cap. PM Silvestre Ezequiel Celante (1972-74). 2.º Ten. PM Rubens Pereira da Silva (1974). 2.º Ten. PM Elvio Silva Rebouças (1975-76).

## 10. A reativação do canil da PMES

A idéia de reativar o Canil a PMES após a sua desativação demorou bastante, e para comprovar, temos a edição o Decreto n.º 3.410, de 14 de setembro de 1992, pelo governador Albuíno Aze-

redo, que dispõe sobre a compra de animais para a PMES, onde claramente pelo art. 4.º, dispõe: “*Os preços de compras normais, bem como os especiais serão julgados por comparações com a média dos preços correntes no comércio de cavalos, dentro do território nacional.*” (grifei), ou seja, se destina somente a aquisição de equinos, nenhuma referência a caninos.

Posteriormente, a princípio poderíamos relacioná-la com a edição da Lei n.º 4.705, de 9 e dezembro de 1992, que cria na PMES, o 1.º Esquadrão de Polícia Montada, denominado de “*Esquadrão Minas Gerais*”, porém, a legislação também não faz qualquer alusão à reativação do Canil na PMES, mas seria o 1.º Esquadrão de Polícia Montada da PMES o seu berço de ressurgimento, pois foi durante uma palestra da empresa de rações “Purina”, no citado Esquadrão sobre o tema: “Nutrição animal: equinos e caninos”, e quando o assunto abordou a parte relacionada com cães, o 2.º sargento PM Valtemir Rodrigues de Paula integrante do citado Esquadrão, que residia na década de 70, no bairro do Itararé, ao lado do Canil da PMES, relembrou o fato e sugeriu aos presentes a reativação do Canil na Corporação, tendo a idéia prontamente acolhida.

Pelos diversos documentos pesquisados, o coronel PM Edilson Neves de Carvalho, comandante geral da Corporação capixaba além de liberação de verbas para aquisição de cães e instalações, incumbiu ao tenente PM Sergio Alves Pereira, auxiliado pelo 2.º sargento Valtemir e pelo cabo PM Licínio Vieira um dos precursores do Canil criado em 1970, a missão de reativar o Canil da PMES, para funcionar na sede do 1.º Esquadrão de Polícia Montada, com sede no Parque de Exposição de Carapina, município de Serra-ES.

Inicialmente foram adquiridos 20 cães da raça pastor alemão e 2 da raça *springer spaniel*, em Minas Gerais, pela equipe composta pelos PM 1.º tenente Sérgio, sargentos Valtemir e Jefesson, cabos Licínio e Adonias, que se deslocaram até aquele Estado a bordo das

viaturas TE – 73 (Cia P Ch) e TNE – 110 (Esq P Mont), de onde retornam com os referidos cães e alguns equipamentos.

Visando ampliar o efetivo do Canil com soldados recém formados, o tenente PM Sérgio emite a parte n.º 322, de 22 de dezembro de 1994, endereçada diretamente, ao comandante geral com o seguinte teor: “*Conforme determinação de V. Ex<sup>a</sup>, encaminho-vos a relação nominal dos policiais militares recém formados que foram voluntários para comporem o efetivo do CANIL*”, sendo transferidos os seguintes PM:

Da DE para o I Esq P. Mont., Sd. PM VALFRIDO CHIEPPE DIAS, SILVANO LIMA SILVA, CLEODON MEDEIROS DE ALMEIDA, JORGE LÚCIO VIRGILINO, ROBSON SOARES BASTOS, DENER LUIZ SILVEIRA DA SILVA, MARCIO ANTONIO BARBOSA SOUZA E JOSÉ LINS RIBEIRO. (Adit.º DP, n.º 097, de 27 de dezembro de 1994).

Na lista anexa ao documento constam 14 (quatorze) nomes, porém, somente são transferidos para o Canil da PMES os 10 (dez) primeiros soldados indicados na solicitação. No dia 3 e janeiro de 1995 (Adt.º 001), ocorrem novas transferências para o Esquadrão de Polícia Montada, e dentre os transferidos o cabos Cláudio Ribeiro de Souza, Carlos Roberto Maciel Gomes e soldados Ozéias Ribeiro Corrêa, Lucio Augusto dos Santos e José Maria da Cruz são inclusos no efetivo do Canil.

Assim o recriado Canil da PMES é inaugurado no dia 31 de dezembro de 1994, ainda no comando geral do coronel PM Edilson Neves de Carvalho, em solenidade que contou com a presença do governador do Estado Albuíno Azeredo.

## 11. A inserção do canil da PMES na Companhia de Polícia de Choque

Em virtude da intensa participação da Companhia de Choque da PMES, sob o comando do capitão Juarez Monteiro da Silva nas atividades do Canil, o primeiro passo para a inclusão do mesmo na citada subunidade vai surgir na gestão de comando geral da Corporação, do coronel Alvim José Costalonga, um dos precursores da criação do canil em 1970, ao incluir no detalhamento interno do Quadro de Organização Básica da PMES, na Companhia de Polícia de Choque, o Pelotão do Canil, com 1 tenente comandante, 4 sargentos, 4 cabos e 24 soldados, e no dia 21 de março de 1995, através do adt.º n.º 022 da Diretoria de Pessoal (DP), transfere do Esquadrão de Polícia Montada para a Companhia de Choque, o 1.º tenente PM Sérgio Alves Pereira, designando-o para assumir a função de comandante do Pelotão de Cães da SU.

No dia 4 de maio de 1995, o major PM Antonio Carlos Rocha Loureiro, Cmt do Esquadrão de Polícia Montada da PMES, através da parte n.º 122, enviada ao Diretor de pessoal da Corporação, assim diz: *“Considerando a criação do Canil da PMES, na Cia P. Choque utilizando o efetivo do 1.º Esq P. Mont, solicito a vossa senhoria que seja publicada a transferência dos seguintes policiais militares constantes da relação anexa, do 1.º Esquadrão de Polícia Montada para a Cia P. Choque”*. A solicitação é atendida, com a transferência dos seguintes policiais militares:

Do Esq P Mont para a Cia P Choque dos servidores públicos militares o 2.º Sgt. Valtemir Rodrigues de Paula, 3.º Sgt. Flávio Mattos Gandini, 3.º Sgt. Marcelo Mattos Gandini, Cb. Carlos Roberto Maciel Gomes, Cb. Cláudio Ribeiro de Souza, Sd. José Antonio Ferreira de Souza, Lucio Augusto dos Santos, Sd. Carlos Roberto Caeta-

no, Sd. Antonio Angeli, Sd. Ozéas Ribeiro Corrêa, Sd. José Maria da Cruz, Sd. Jackson Chaves Gomes, Sd. Valfrido Chieppe Dias, Sd. Jailson Amaral Ramos, Sd. Jorge Lúcio Virgilino, Sd. Sergio dos Santos, Sd. Wanderson Santana Souza, Sd. Marcelo Soares Falcão, Sd. Silvano Lima da Silva e Sd. Denner Luiz Silveira da Silva.

Do Esq P Mont para a Cia de Comando e Serviço (CCS) do servidor públicos militar, St João Manoel Duarte. [que por falta de previsão de vaga para subtenente PM no quadro do Pelotão de Cães, fica adido a Cia P Choque]. (Adt.º DP, n.º 037, de 16 de maio de 1965).

Assim são transferidos para compor o Pelotão de Cães da Companhia de Policiamento de Choque da PMES, que continua instalado no Parque de Exposição de Carapina, município de Serra-ES, 22 policiais militares contando com o 1.º tenente PM Sergio Alves Pereira que o comandaria até o dia 28 de agosto de 1996, quando então, passa o comando ao 1.º tenente PM Eduardo Nunes.

Em 7 de julho de 1997, o major PM Juarez Monteiro da Silva, Cmt da Cia de Polícia de Choque, através da parte n.º 402, encaminha ao coronel PM subcomandante e chefe do Estado maior Geral da PMES (EMG), para análise e aprovação, as primeiras “*Normas para Organização do Canil da PMES*” e “*Regulamentação e suas atividades*”, as quais são aprovadas e publicadas.

## **12. A criação da Companhia de Operações com Cães**

Coube ao governador do Estado do Espírito Santo, Vitor Buaziz, através do Decreto n.º 4.328-N, que retroage seus efeitos a contar de 7 de julho de 1998, promover a extinção da Companhia de Policia de Choque e a criação o Batalhão de Missões Especiais (BME) na

PMES, e com o novo detalhamento interno da Unidade, que permanece sob o comando do major PM Juarez Monteiro da Silva, é extinto o Pelotão de Cães e instituída a Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães). Feita a transição, é classificado no comando da citada Companhia, o capitão PM Eduardo Nunes.

É no ano de 1999 que se realiza o primeiro Curso de Cinofilia da PMES, com carga horária de 240 horas, no período de 14.09 a 5.11.99, onde concluem com aproveitamento os seguintes PM, em ordem de graduação:

Asp. Of Charles Souza da Silva, Asp. Of Carlos Magno de Oliveira Silva, 2.º Sgt. Wildson Nascimento de Faria, 3.º Sgt. Anthony Moraes Costa, 3.º Sgt. Marcelo Assis Batista, 3.º Sgt. Carlos Thiers do A. Rodrigues, 3.º Sgt. Josué Facundes, Sd. Fabrício Oliveira Mendes, Sd. Jean Ramalho Andrade, Sd. Marcelo de Jesus Falcão, Sd. Silvano Lima da Silva, Sd. André Montibeller Sextaro, Sd. Jaelson Amaral Ramos, Sd. Maurício Rodrigues Lauriano, Sd. Antônio Carlos Favoretti Trabach, Sd. Geomar Martins Medeiros, Sd. Denílson Fiorane, Sd. Marcelo Severino, Sd. Erick Rosa da Silva, Sd. Valter Araújo Sampaio, Sd. Cristiano Rafael, Sd. João Paulo de Jesus, Sd. Wanderson Santana de Souza, Sd. Sílvia Batista Marques, Sd. Valdeci Có, Sd. Norberto Guimarães Rodrigues, Sd. Simar Rufino Santana, Sd. Antônio Angeli, Sd. Ozéas Ribeiro Correa, Sd. Paulo César da Silva e Sd. Ivan de Jesus. (BI /BME n.º 047, de 25.11.1999).

Os 1.º e 2.º colocados respectivamente, no Curso de Cinotecnica, aspirantes a oficial PM Charles Souza da Silva e Carlos Magno de Oliveira Silva são transferidos para o BME, completando o efetivo de oficiais da Cia Op Cães. No final do ano de 1999, conforme ofício nº 045, do capitão Eduardo Nunes, Cmt da Subunidade, datado de 9 de dezembro do ano citado e encaminhado ao consultor da

Telemar, Francisco Pinheiro, onde solicita a transferência do telefone 228.4001, da antiga sede do canil da PMES para a nova sede da Companhia de Operações com Cães do BME, situada na Avenida Norte Sul, próximo ao Terminal de Transporte Coletivo Urbano de Carapina (entre os bairros Manoel Plaza e São Geraldo), no mesmo município de Serra-ES, confirma a mudança de sua sede.

A mudança segundo consta do “Manual de Cinotecnia Policial” do BME (2008), foi ocasionada pelo arrendamento da área onde se encontrava no Parque de Exposição de carapina (Serra-ES), pela empresa *Multi Service*, o que levou a PMES a firmar um contrato de comodato com a empresa Vale do Rio Doce, dona da área.

Dentre os principais fatos no ano de 2000, temos a realização do Estágio de Cinofilia, com a participação de diversos policiais militares, o qual depois de concluso resulta em um marco histórico importante na história do BME, que é o ingresso da primeira integrante feminina da PMES, soldado PM Silvia Batista Marques, no efetivo do Batalhão de Missões Especiais e da Companhia de Operações com Cães da Polícia Militar do Espírito Santo, se constituindo na quebra de um paradigma, no que diz respeito às Unidades de Operações Especiais, na época.

A nova sede do canil da Companhia de Operações com Cães do BME é inaugurada pelo major PM Monteiro, comandante do BME, em dezembro de 2000, e recebe o nome “Canil Licínio Vieira”. O homenageado, cabo PM RR Licínio Vieira, natural de Vitória – ES, filho de Joaquim Vieira dos Santos e Odete Vieira, ingressou na PMES, em 5 de maio de 1962, promovido a cabo PM, em 3 de março de 1989, sendo transferido para a reserva remunerada da Corporação capixaba, em 12 de março de 1991. Foi um dos precursores do Canil da Policial Militar, em 1970, que quando requisitado pelo sargento Valtemir, a partir de 1994, mesmo na reserva Remunerada da PMES, não mediu esforços para auxiliar na reativação do

Canil da Corporação, prestando-lhes brilhantes serviços, o que lhe rendeu a merecida e louvável homenagem.

Em 19 de julho de 2001 (adt.º 029), assume o comando da Companhia de Operações com Cães do BME, o capitão PM Alessandro Juffo Rodrigues, e tem início no BME o 2º Curso de Cinotecnia da PMES, com carga horária de 320 horas, no período de 19.08 a 11.10. 02, onde concluem com aproveitamento os seguintes PM:

2.º Ten. Nilda Dummer, 2.º Ten. José Antônio Lopes Cardoso, Asp. Of André Nascimento Honorato, 2.º Sgt. Robson de Souza Sueth, Cb. Márcio de Oliveira, Cb. Silayr Pedra Ribeiro, Sd. Jorge Lúcio Virgilino, Sd. Juliano César Salles, Sd. Cleida Vieira Pereira, Sd. Elisângela Sandrelli do Nascimento, Sd. Edney Martins de Souza, Sd. Silvanoy Costa de Almeida, Sd. José Paulo de Souza Basílio, Sd. Celço Gonçalves de Oliveira, Sd. Denílson Nunes de Freitas, Sd. Júlio César Bruno Souza, Sd. Cleib Portela Jorge, Sd. André Pedra Ribeiro, Sd. Gildo Gomes e Sd. Joadir Apolinário dos Anjos Júnior. (Livro P/3 – BME).

O capitão PM Juffo permanece na função e comando da SU, até o dia 7 de novembro de 2002 (adt.º 042), quando é substituído pelo capitão Alexandre Ofranti Ramalho.



Através do Aditamento da Diretoria de Ensino e Instrução da PMES, n.º 047, de 12 de novembro de 2002 (DEI) é homologado o distintivo do “Curso de Cinofilia Básica” da PMES (ao lado), elaborado por integrantes da Cia Op Cães do BME, e o Canil do BME e objeto de reportagem pelo Jornal *A Gazeta*, do dia 9 de dezembro de 2002, quando aborda o adestramento de cães na PMES, onde consta “*Cães foram atração em evento no quartel da Polícia Militar, Grande Vitória, pág. 14*”.

O Capitão Ramalho o qual permanece por pouco tempo no comando, sendo substituído no dia 30 de janeiro de 2003 (adt.º 005), pelo capitão Geovanio Silva Ribeiro, e mais uma vez o canil da PMES é notícia, conforme publica o jornal *A Gazeta* do dia 8 de setembro de 2003, com a manchete “*Eles são policiais militares bons para cachorro*” (p.18), e fala do treinamento dos animais realizado no Canil da PMES, em carapina, Serra-ES.

No dia 31 de outubro de 2003, encerra-se o primeiro estágio de “Detecção de Entorpecentes com Cães” do BME, que se iniciará em 6 de outubro, com carga horária de 120 horas, e o concluem com aproveitamento em ordem de posto e graduação, os seguintes PM:

2.º Ten. Ronaldo Raimundo, 2.º Ten. José Antônio Lopes Cardoso, Sub Ten. Rachel Montimor Brandão, Cb. Marcos Jorge de França, Cb. Márcio de Oliveira, Cb. João Paulo de Jesus, Sd. Silvano Lima Silva, Sd. Edney Martins de Souza, Sd. Geziel Reis Andrade, Sd. Valter Araújo Sampaio, Sd. André Pedra Ribeiro, Sd. Roberto Ferreira Ventura, Sd. Gedilson Ramos, Sd. Simar Rufino Santana, Sd. Jorge Lúcio Virgilino e Sd. Walter Ferreira Júnior. ( P/3 – BME).

Em 7 de novembro de 2003, o jornal *A Tribuna* sob a manchete “Universitária é seqüestrada” (p.16), aborda o uso de cães farejadores da PMES na ação que culminou com a prisão de um dos delinquentes.

Em 8 de março de 2004, “Dia Internacional da Mulher”, o jornal *Notícia Agora* do ES, com a manchete “Elas não têm medo do Perigo”, de Ana Paula Mill, (p. 9), aborda a atuação das mulheres na Companhia de Operações com Cães do BME/PMES, relatando a experiência do tenente PM Nilda Dummer, a primeira oficial feminino a ingressar na Unidade, abordando ainda o nome da soldado PM Cleida Vieira Pereira, mulheres que atuam no Batalhão de Missões Especiais integrando o Canil da Corporação capixaba.

Nova mudança no comando da Companhia de Operações com Cães ocorreria em 9 de junho de 2004 (adt.º 023), quando assume a função o capitão Marcelo Tavares de Souza, em substituição ao capitão Geovanio, e é sob o seu comando que a subunidade do BME transfere-se em 2005, da sede da Avenida Norte Sul, distrito de Carapina, município de Serra-ES, para a sede do comando Batalhão de Missões Especiais, em Maruípe, Vitória-ES.

O Quartel do Batalhão de Missões Especiais (BME) da PMES encontra-se situado à Rodovia Serafim Derenzi, n.º 11.240, Bairro Santa Martha – Vitória-ES, atrás da Corregedoria e anexo ao Quartel do Comando Geral (QCG) da PMES.

Um novo curso de Cinotecnia se inicia no BME/PMES, em 28.02 se encerrando em 25.04.2005, com uma carga horária de 362h/a, sendo que o concluem com aproveitamento em ordem de antiguidade os seguintes servidores públicos militares: PMES, três 2.º tenentes, dois aspirantes a oficial, dois cabos e doze soldados, e do Corpo de Bombeiros Militar ES, um 2.º tenente e um soldado.

No dia 25 de agosto de 2005, em que se comemora nacionalmente o “Dia do Soldado”, o jornal *Notícia Agora* do ES, com a manchete “Mulheres encaram a vida militar” (p.9), faz uma reportagem abordando, mais uma vez, as Policiais Militares femininas integrantes da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Espírito Santo, onde são citadas com destaque fotográfico, as Integrantes da Cia Op Cães do BME/PMES, a tenente PM Nilda Dummer, subcomandante da subunidade e a soldado PM Cleida Vieira Pereira.

Outro Curso de Cinotecnia do BME, com carga horária de 260 horas, tem início em 28.04, se encerra no dia 3 de junho de 2008, com destaque por ter integrantes de outras coirmãs, Cap. BM Maurício Ferro Corrêa (Rio Grande Do Sul), 1.º PM Ten. Arquimedes A. Pereira e 2.º Ten. PM Clariça M. dos S. França (Pernambuco), 3.º

Sgt. BM Sandro Ferreira da Silva e Sd. BM Fabrício Salles (Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo). Da PMES Cap. PM Márcio Vieira Hollanda, 2.º Ten. PM Stefan de Oliveira Pimenta, Subten. PM Arnaldo José de Souza, Cb. PM Luciano Ribeiro Corrêa e Flávio Gomes Barros, Sd. PM Márcio Leandro Fagundes, katiúcia Ahnert, Luciano Matheus de Assis, Diego D'Ávila Franco, Luciano da Silva Abreu e Marcelo Leite Rigo (Livro P/3 – BME).

O capitão PM Marcelo Tavares de Souza permaneceria no comando da SU até o dia 6 de setembro de 2007 (adtº 036), quando é substituído pelo capitão Paulo Rogério do Carmo Barbosa, e no dia 28 de agosto de 2008, o jornal *A Tribuna* publica uma matéria com a manchete “Dark, o terror dos bandidos” (p. 17), onde aborda o cão “Dark”, da raça pastor alemão que atua no Canil da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES na captura de delinquentes.

A fé também faz parte da rotina de todos nós em nossas atividades, principalmente, as policiais militares, onde as situações de risco são eminentes e constantes, daí, o Manual de Cinotecnia policial do BME (2008), inserir a seguinte oração:

ORAÇÃO DA TROPA DE OPERAÇÕES COM  
CÃES

Pai nosso, obrigado

Por agraciar-nos com a sabedoria

Que nos rege em nossas decisões

E sustenta nossa excepcional conduta

Pai nosso, obrigado

Pela fibra e pela força que os concede

Que desfaz a afronta adversa

E faz prevalecer a ordem e a justiça

Pai nosso, obrigado

Pelo orgulho viril encerrado

Em nossas fardas camufladas

Sinônimo de respeito e de moral Pai nosso, obrigado

Por ensinar-nos a disciplina

E por armar-nos no adestramento  
A garantia da coesão que nos faz ELITE  
Por ti, Oh Pai!  
Fomos constituídos Tropa de Operações com Cães  
Excelentes Soldados de Ortiz  
Que jamais se dobram ao erro a à injustiça  
Faz-nos, portanto sempre triunfantes  
E fiéis cumpridores de nossas MISSÕES ESPE-  
CIAIS.  
CÃES!!!  
(Manual de Cinotecnia Policial – BME, 2008)

No que diz respeito as instrução e qualificação para os integrantes da Companhia de Operações com Cães, temos as seguintes disciplinas: Obediência Básica para Cães (130 h), Faro (68 h), Busca e Captura (72 h), Treinamento Físico Militar (68 h), Técnicas de *Agility* (20 h), Tiro Policial (20 h), Operações em altura (6 h), Nós e amarrações (4 h), Figuração de Formação para Cães (48 h), Patrulha com Cães (8 h), CDC com cães (2 h), Procedimento Operacional (2 h), Defesa Pessoal (8 h), Educação Física com Cães (10 h) e Noções de Veterinária (4 h), com carga horária total de 470 horas.

No dia 2 de agosto de 2009, o jornal *A Tribuna*, com texto de Luciana Almeida e arte gráfica de André Felix, tendo como fonte o tenente PM José Antonio Lopes Cardoso da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES, com a manchete “Treinamento especial para os cães heróis” (p. 24), mais uma vez homenageia a subunidade, abordando a história, atividades radicais, treinamento, características, raças e sinais para cada situação envolvendo os cães da Corporação capixaba. O capitão Rogério permanece na função de comando da Cia Op Cães do BME, até o dia 13 de agosto de 2009 (BI 032), quando é designado e assume o cargo, o 1.º tenente Marsuel Botelho Riani, que promovido a capitão permaneceu no comando da subunidade até 29 de junho de 2012, quando foi substituído pelo capitão PM Carlos Magno de Oli-

veira Silva, que comandaria a Companhia de Operações com Cães do BME/PMES até 21 de agosto de 2014, ocasião em que passou o comando ao capitão PM Felipe Pratti Orlandi, atual comandante (10.07.2015).

A partir da reativação em 1994 com a denominação de Canil, no Esquadrão de Polícia Montada, depois, Pelotão de Cães na Companhia de Polícia de Choque, e finalmente, Companhia de Operações com Cães, do Batalhão de Missões Especiais da PMES, comandaram a organização policial militar (OPM) vinculada ao Canil da Corporação, os seguintes oficiais:

1.º Ten. PM Sérgio Alves Pereira (1994-96), Cap. PM Eduardo Nunes (1996-2001), Cap. PM Alessandro Juffô Rodrigues (2001-02), Cap. PM Alexandre Ofranti Ramalho (2002-03), Cap. PM Geovanio Silva Ribeiro (2003-04), Cap. PM Marcelo Tavares de Souza (2004-07), Cap. PM Paulo Rogério do Carmo Barboza (2007-2009), Cap. PM Marsuel Botelho Riani (atual 2009-2012), Cap. PM Carlos Magno de Oliveira Silva (2012-2014). Cap. PM Felipe Pratti Orlandi (2014 – atual 07/2015).

### **13. Os atuais integrantes do canil do BME da PMES**

Em de julho de 2015, o Batalhão de Missões Especiais da PMES sob o comando do tenente-coronel PM Jocarly Martins de Aguiar Júnior, tem o efetivo da Companhia de Operações com Cães da OPM composto pelos seguintes Policiais Militares:

Cap. PM Felipe Pratti Orlandi, 1.º Ten. PM Reinaldo José Conte, 2.º Ten. Clayton Soares de Souza, Subten. PM Joscimário Araújo Santa Rosa, 1.º Sgt. PM Jaelson Amaral Ramos,

1.º Sgt. Everton **Moraes** Concha, 1.º Sgt. **Silvano** Lima da Silva, 1.º Sgt. Edvilson de **Menezes**, 1.º Sgt. PM Leandro Ferreira **Felix**, 2.º Sgt. PM Washington dos **Santos**, 2.º Sgt. PM Wander-son **Santana** de Souza, 2.º Sgt. PM **José** Maria Gonçalves da Cunha, 2.º Sgt. PM João **Paulo** de Jesus, 2.º Sgt. PM Oséas Ribeiro **Corrêa**, 2.º Sgt. PM Juliano Cezar **Salles**, 2.º Sgt. PM **Joelton** Ulbano Manoel, Cb. PM Walter Ferreira **Júnior**, Cb. PM **Sérgio** dos Santos, Cb. PM Adeildo Feliciano **Vital** da Silva, Cb. PM **Edney** Martins de Souza, Cb. PM Daniel **Gregório** Borges, Cb. PM Ediomar **Tavares** de Lima, Cb. PM André **Pedra** Ribeiro, Cb. PM Orlando **Cardoso** Silva, Cb. PM Amilson **Schneider**, Cb. PM Fábio **Ramos** de Alvarenga, Cb. PM Wellington Fraga **Garcia**, Cb. PM Tadeu **Rodrigues** Pimenta, Cb. PM **Evelin** Cristiane C. de Oliveira, Cb. PM Anderson **Rosário** de Oliveira, Cb. PM Katiúcia **Ahnert**, Sd PM Rodrigo Miranda **Pinheiro**, Sd. PM Rafael Gonçalves **Zanelato**, Sd. PM Jonathan **Borghi** Almeida, Sd. PM **Josué** Natã Sampaio Monteiro, Sd. PM **Raimir** Pereira da Silva, Sd. PM **Andressa** **Breda** Nascimento, Sd. PM **Elves** Barbosa da Silva, Sd. PM George Ribeiro **de Faria**, Sd. PM Max **Thadeu** Correa, Sd. PM **Weverton** Carlos de Oliveira, Sd. PM Luiz Paulo de Jesus **Bitarães**, Sd. PM **Rafaela** Garbelotto de Ávila, Sd. PM **Ravena** Lahass, Sd. PM **Sidney** Couto dos Santos, Sd. PM Ricardo **Arthur** A. de Araujo, Sd. PM Sergio Luiz da Costa **Karninke** Junior, Sd. PM Diego Carlini **Zanotti**, Sd. PM Rodolfo Rocha **Barreiros**, Sd. PM **Tiago** Gomes Batista, Sd. PM Tharlan **Vieira** Chaves, Sd. PM Francisco **Djalma** de Oliveira Neto.

Fonte: P/1 – BME, 10 de julho de 2015.

Em 10 de julho de 2015, a Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Espírito Santo (Cia Op C/BME/PMES), conta com os seguintes cães:

IANIK Br Caraibas, EUDIS br Caraibas, ISACK Br Caraibas, KILLER (filhote), KATE (filhote), KIRA (filhote), KENIA (filhote) (pastor belga malinois). EVA e IRON (labrador- SDR). THABITA Phagnmen, FRISIAN do Caio Work Dog's, URAS VLAD das Colinas Negras, JHINGO (filhote), JAFFAR (filhote), JUMPER (filhote), JACK (filhote), JAYSON (filhote), JADY (filhote), JESSE (filhote), JESSE (filhote), JHOY (filhote), LUNA (filhote) E LOGAN (filhote (pastor alemão)).

Fonte: Cia de Operações com Cães/BME/PMES.

O Batalhão de Missões Especiais desenvolve através da Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães) da Unidade Especial, as ações de operações de busca, resgate e salvamento, ocorrências em estabelecimentos penais, demonstrações de cunho educacional/recreativo, policiamento em praças desportivas, controle de distúrbios civis, reintegração de posse, detecção de entorpecentes, contra guerrilha urbana e rural, ocorrências com reféns, policiamento ostensivo motorizado e a pé com cães.

Considerando a sua reativação em 1994, a Companhia de Operações com Cães do BME/PMES, completou em 13 de dezembro de 2014 seus 20 anos de existência, com centenas de excelentes serviços prestados a sociedade capixaba.

A importância da utilização de cães nas diversas atividades policiais militares tem sido destaque constante na mídia capixaba, a última foi registrada no dia 17 de julho de 2015:

Na manhã desta terça-feira (14.7.2015), policiais da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais apoiaram o cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão no município de Vitória. A ação resultou na apreensão de um revólver, drogas e munições. Os locais da abordagem foram os bairros Nova

Palestina e Resistência, no município de Vitória. Após buscas em uma área de mata, os cães Iron e Eva localizaram um total de 179 buchas de maconha, 90 papéletes de cocaína, 18 pedras de crack, além de 01 revólver calibre.38 e 06 munições intactas do mesmo calibre. A ocorrência foi conduzida pelos policiais do 1.º BPM.

Fonte: 5.ª Seção do BME/PMES – Disponível em: [www.pm.es.gov.br](http://www.pm.es.gov.br)

É justamente com esta bem sucedida operação, que encerramos a nossa prazerosa pesquisa que permitiu contar mais uma parte importante da nossa briosa Polícia Militar do Espírito Santo.

## 14. E a história continuará

A história dos pioneiros que compuseram o primeiro quadro do Canil da Corporação capixaba se constitui em um marco importante para a história da Polícia Militar do Espírito Santo, pois, deram início a partir de 7 de agosto de 1970, a uma nova modalidade de ação policial com o emprego de cães, que já em 7 de agosto de 2015, completou 45 anos de sua história, apesar de sua desativação equivocada em 1976, o que levou ao poder público a reativá-lo em 1994, por entender a necessidade da utilização de cães para melhor execução da árdua e difícil arte de mediar os conflitos sociais resultantes da violência que assola a sociedade capixaba.

E, sem qualquer sombra de dúvida, os cães e todos os seus adestradores que hoje integram a Polícia Militar do Espírito Santo, a quem dedico esta obra, merecem as nossas homenagens por construir e continuar a construir a importante história de suas participações no sucesso das Corporações Policiais Militares ao longo de suas existências, e por ser eterna, a história continuará.

## Referências

- A CAUSA foi modificada. Disponível <http://acausafoimodificada.blogs.sapo.pt/351823.html>
- CÃES de Guerra. Disponível: <http://www.animalworld.com.br/caes/ver.php?id=215>.
- CÃO. *Enciclopédia Barsa*. V. 3. São Paulo: Britânica do Brasil, 1997, p.395-98.
- COMPANHIA Policial de cães. Disponível em: <http://www.pmerj.org/companhia-policial-de-caes/>. acesso em 19 nov. 2010
- DEPOIMENTOS, Policiais Militares componentes do primeiro efetivo do Canil da PMES. *Informações pessoais*. Vitória – ES, 2010.
- ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar), *Aditamentos, Boletins Diários, Especiais e Assentamentos*, 1970 – 2015. Vitória: Arquivo Geral da PMES, QCG.
- \_\_\_\_\_. (Batalhão de Missões Especiais). *Livro de registro de Cursos e estágios*. P/3 – BME, Vitória-ES.
- \_\_\_\_\_. *O Batalhão de Missões Especiais*. Disponível em: [www.pm.es.gov.br](http://www.pm.es.gov.br), 2015.
- LOIOLA, Gelson. *A evolução histórica do Primeiro Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo – 1.º BPM*. Vitória: GSA, 2009.
- RIBEIRO, Alessandro Frankie Borges. *A valorização do trabalho com cães e sua influência na melhoria da segurança pública*. Monografia (Curso Especial de Segurança Pública) – APMBB/PMESP, São Paulo, 2005.
- VALLE, Vitor Batista do. O uso de cães como Ferramenta na resolução de ocorrências críticas. *Série Práticas e Saberes Policiais*, n. 1, ano I, abril de 2009. Disponível em <[http://www.policiasysociedad.org/user-files/vitor\\_batista.pdf](http://www.policiasysociedad.org/user-files/vitor_batista.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2014.



# CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ELEIÇÕES E COMPOSIÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL (1914-1930)

*Adilson Silva Santos\**

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar as eleições e a composição do governo de Cachoeiro de Itapemirim entre os anos de 1914 e 1930, partindo da primeira eleição para prefeito até o fim da Primeira República. Objetiva analisar, também, em que medida a política municipal refletiu a política estadual e federal, no momento de consolidação e do posterior racha na oligarquia Monteiro. Entre as fontes utilizadas estão os jornais *O Cachoeirano*, *O Momento*, *O Município*, *O Progresso e Diário da Manhã*, além das Atas da Câmara Municipal. A hipótese levantada é a de que os prefeitos e vereadores eleitos em Cachoeiro de Itapemirim nesse período serão aqueles alinhados com a oligarquia detentora do poder em âmbito estadual. A partir de 1920, depois da cisão intraoligárquica, Bernardino Monteiro passa a chefiar a oligarquia capixaba e os políticos eleitos para o governo de Cachoeiro serão aqueles que estiveram alinhados a esse político.

**Palavras Chave:** Primeira República. Oligarquia Monteiro. Cachoeiro de Itapemirim. Eleições municipais.

## Introdução

Cachoeiro de Itapemirim figurou como uma das regiões mais importantes do Espírito Santo, no último quartel do século XIX e boa parte da Primeira República. Local de grandes propriedades de terra produtoras de café em franca expansão, Cachoeiro desfrutava de posição geográfica favorável porque localizava-se no último trecho navegável do rio Itapemirim. Portanto, boa parte do café da região sul era escoado por esse porto para a Barra de Itapemirim para, então, ser enviado ao Rio de Janeiro, depois ao exterior.

---

\* Mestre em História (UFES). Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. Associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Por desfrutar de condição econômica privilegiada dentro da realidade capixaba, Cachoeiro exerceu grande importância política, particularmente durante a Primeira República. Entre 1908 e 1928, dos cinco governadores estaduais<sup>1</sup> — presidentes estaduais, como se dizia à época — todos ou eram naturais da cidade ou tinham vínculos econômicos, políticos e/ou familiares com ela, sem contar os deputados estaduais e federais, senadores, secretários estaduais etc.

O objetivo desse artigo é tratar das eleições e da composição do governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim entre 1914 e 1930. Além disso, visa analisar as relações de poder que se estabeleceram nesse período, as facções e grupos que se digladiaram pelo poder, as rixas e as alianças políticas costuradas para obtenção ou permanência no poder.

As fontes utilizadas são as Atas da Câmara Municipal de Cachoeiro, além dos jornais *Diário da Manhã*, *Cachoeirano*, *O Município*, *O Momento* e *O Progresso*. Essas fontes permitiram elencar as posições políticas de cada grupo, as facções políticas que brigam pelo poder, a trajetória de alguns desses políticos, as discussões que eram feitas na Câmara Municipal, entre outras coisas.

## O sistema político da Primeira República

Para compreender a Primeira República brasileira é preciso entender como funcionava o sistema político desse período. Uma das principais lutas das elites brasileiras durante o Império era a favor do federalismo porque ele confere aos estados, enorme soma

---

<sup>1</sup> Jerônimo Monteiro (1908-1912), Marcondes Alves de Souza (1912-1916), Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920), Nestor Gomes (1920-1924) e Florentino Avidos (1924-1928).

de poder, que se distribuiu entre o estado e o município. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis em nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. Esse poder conferido aos estados se dá em detrimento dos municípios.

Para a manutenção das oligarquias estaduais é preciso entender outro fenômeno característico desse período: o coronelismo. Para Leal (1975, p. 20), o coronelismo é o:

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

O título de coronel teve origem com a Guarda Nacional, criada no Período Regencial por Diogo Antônio Feijó, e era a mais alta patente dessa instituição. Aos poucos, esse título foi sendo dado a chefes políticos locais de maior prestígio, principalmente grandes fazendeiros, além de médicos, farmacêuticos, advogados, comerciantes, entre outros.

Eram os coronéis que exerciam grande poder nos municípios, pois como os municípios viviam em situação econômica precária, os chefes políticos locais, em consonância com as oligarquias estaduais, conseguiam melhorias para as localidades, como escola, estrada, saúde, hospital, luz elétrica, ferrovia, telégrafo, o que contribuía para sua posição de liderança no âmbito de seu domínio. Por isso, era interessante estar em sintonia com a oligarquia estadual detentora do poder. Fazer-lhe oposição poderia representar, em caso do legis-

lativo estadual e/ou federal — mas não apenas nesses níveis de poder — a impossibilidade de retorno a esses ambientes, além da falta dos recursos necessários para serem aplicados nos municípios.

A primeira constituição republicana, a de 1891, fundamentou-se nos princípios da Constituição dos Estados Unidos e foi elaborada sem levar em consideração as realidades sociais, políticas e econômicas brasileiras. Ela ateu-se basicamente nos direitos individuais e, entre eles, o mais importante direito político: o voto. O critério para ser eleitor passa a ser a alfabetização e, não mais, a propriedade. Assim, pobres (pela exigência da alfabetização), mulheres (reafirmando a posição da mulher como ente da vida privada e não da pública), mendigos, menores de idade, membros de ordens religiosas, entre outros, ficam de fora do processo eleitoral e, conseqüentemente, da cidadania (Resende, 2002). Mais: de acordo com Carvalho (1987) ao Estado, não era imputada a responsabilidade de fornecer instrução primária, ou seja, exigia-se que a pessoa soubesse ler e escrever para votar, mas o Estado não lhe fornecia condições para aprender a ler e escrever.

Outra característica do sistema político da República Oligárquica é a fraude eleitoral: eleições a “bico-de-pena”, em que um preposto do coronel preenche o livro de atas em que votam vivos e mortos, dualidade das eleições, o que gera atas falsas, duplicatas de câmaras municipais ou Assembleias Legislativas. Além disso, os coronéis ensinam seus dependentes a assinarem o nome para, no dia da votação e sob pressão dos capangas, desenhá-lo, o que é favorecido pelo voto aberto.

Para garantir a governabilidade para implementação de políticas econômicas indigestas, Campos Sales, presidente do Brasil entre 1898 e 1902, criou a política dos governadores, ou política dos estados. Essa política garantia ao governo federal o apoio necessário no fornecimento de uma base eleitoral, enquanto oferecia,

em troca, apoio político e reconhecimento dos deputados eleitos pela oligarquia nos estados. Em caso de necessidade, o mecanismo da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional se encarregava de corroborar os resultados eleitorais, impedindo a titulação dos eleitos.

Todo esse jogo de poder que envolvia oligarcas, coronéis, voto de cabresto, fraudes eleitorais e governabilidade acontecia de norte a sul do país, com maior ou menor intensidade. Também ocorria no Espírito Santo e, especialmente, em Cachoeiro de Itapemirim, terra de grandes coronéis, de grandes oligarcas e da oligarquia que dominou a cena política capixaba entre 1908 e 1930, os Souza Monteiro.

Outro aspecto importante que será visto ao longo do texto relaciona-se a uma pequena biografia, quando possível, dos políticos que participaram do governo de Cachoeiro. Isso porque, a:

[...] menção feita a essas famílias, às suas principais atividades econômicas e aos laços matrimoniais e profissões de seus componentes é fundamental para o entendimento acerca da formação da oligarquia que dominou a cena política do Espírito Santo, particularmente na Primeira República. Os vínculos com famílias importantes, do ponto de vista econômico e político, determinam e/ou influenciam o destino político de alguns indivíduos, bem como afetam a manutenção do poder nas mãos de certos grupos em níveis municipal e estadual. (Santos, 2012, p. 36-37).

## **A composição do governo municipal depois da consolidação dos Monteiro (1914-1920)**

Até 1914, em Cachoeiro de Itapemirim, não havia o cargo de prefeito municipal. Entretanto, a Lei n.º 894, de 30.12.1912, que en-

trou em vigor em 23 de maio do ano seguinte, criou as Prefeituras Municipais e, conseqüentemente, o cargo de prefeito, que seria eleito a partir de 1914 para um mandato de dois anos, podendo ser reeleito (Cachoeiro de Itapemirim: Edição Histórica, 1976). A partir daí, as eleições para esse cargo ocorreriam de dois em dois anos, no que residem dois complicadores: primeiro, a logística para organizar eleições em espaços tão curtos de tempo, num momento histórico de grandes dificuldades de comunicação e deslocamento; segundo, gerir uma cidade em um período de dois anos.

O primeiro prefeito de Cachoeiro de Itapemirim foi Francisco de Carvalho Braga, eleito no dia 23 de março de 1914, pelo Partido Republicano Espírito-Santense. De acordo com o *Cachoeirano*, a oposição se absteve numa eleição em que votaram, nas secções da cidade, apenas 182 eleitores (*Cachoeirano*, 29-03-1914). Ainda segundo esse jornal, duas outras candidaturas teriam sido fomentadas, as de Felinto Elísio Martins e Reinaldo Souto Machado, mas foram afastadas para não contrariar Marcondes Alves de Souza, à época o governador do estado. O *Cachoeirano* afirma que um:

Gentil anonymo informa-nos a razão pela qual foram afastadas as candidaturas dos srs. Felinto Martins e Reinaldo Machado. [...] Vem o Sr. Bernardino, e segundo ainda o mesmo informante, teria dito ao sr. Reinaldo que sua candidatura seria afastada para evitar a luta aberta com o sr. Marcondes (*Cachoeirano*, 29-03-1914)

Moreira (2004, p. 213) afirma que Felinto Elysió Martins desistiu da candidatura para que não perdesse a vaga no congresso estadual, deixando-a para o suplente, já que não poderia acumular a função de deputado estadual e prefeito, concomitantemente. Já Reynaldo Souto Machado teria sido dissuadido da candidatura por Bernardino, e Francisco Braga aparece, então, como candidato de consenso.

Provavelmente, essa questão é um desdobramento da ação de Marcondes em relação aos problemas deixados por Jerônimo ao término de seu mandato. De acordo com Saletto (2008, p. 44), Marcondes assume o estado em grave crise financeira e precisou rescindir contratos assinados durante o governo de seu antecessor, Jerônimo Monteiro. Não obstante isso, o estado enfrentava problemas com o banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo e na Companhia Industrial. Marcondes, então, precisava tratar essas questões, mas como devia sua carreira política aos Monteiro, fazê-los críticas “[...] seria visto como traição, pecado muito grave segundo os padrões da época, na qual as relações pessoais e familiares baseavam a atividade política” (Saletto, 2008, p. 44-45). Apesar de buscar apoio externo do senador Pinheiro Machado, de quem se aproximou durante seu governo, e com a situação financeira agravada pela Primeira Guerra Mundial, Marcondes não conseguiu solucionar essas questões (Saletto, 2008).

Na apuração dos resultados da eleição para prefeito, feita pela Câmara Municipal, em 04 de abril do mesmo ano, Francisco Braga teria alcançado um total de 563 votos, contra 133 de Aguilar Freitas e 1 de Felinto Martins. Os votos de Aguilar e Felinto não quer dizer que eles tenham se candidatado, pois não era preciso candidatar-se para ser votado (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 04-04-1914).

Francisco de Carvalho Braga nasceu em Guaratinguetá, em São Paulo e viveu parte da juventude no Rio de Janeiro, transferindo-se para Cachoeiro. Aqui, casou-se com Rachel Coelho Braga, filha de um conceituado fazendeiro. Além de fazendeiro, exerceu as funções de tabelião e escrivão no cartório do 1.º Ofício. Era pai de Newton e Rubem Braga (Cachoeiro de Itapemirim, Edição Histórica, 1976, p. 31). Ele assumiu o cargo em 23 de maio de 1914 e, na posse, fez o seguinte juramento:

Prometto amor e dedicação ao meu município, consagrar-me ao seu bem estar, manter a sua autonomia constitucional, esforçando-me para que elle contribua com a sua prosperidade para o engrandecimento do Estado e da Republica, devolvendo as minhas funções ao povo, logo que não puder desempenhal-as condignamente. (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 23-05-1914)

Ao que parece, a carreira de Francisco Braga inicia-se aqui já que não havia exercido cargos políticos nas três esferas de poder. Portanto, não era daqueles indivíduos de grande lastro, tampouco se reelegeu. Sua escolha por parte de Bernardino Monteiro e a de outros indivíduos que disputarão o cargo de prefeito pelo PRES tem como propósito o controle do poder por parte desse oligarca sobre os destinos do município.

No mesmo dia em que foi empossado, foram eleitos o presidente e o vice-presidente da Câmara, Manoel Alves de Barros Júnior e Felinto Elysio Martins, respectivamente.

Em 1916, na sucessão de Marcondes, o Espírito Santo foi o cenário da mais séria crise política que o estado já enfrentara. É importante ressaltar que as sucessões presidenciais e/ou para governadores estaduais sempre se apresentaram como momentos de conflito durante a Primeira República, pois o poder se concentrava no executivo, “[...] não havia partidos programáticos [...] e as oposições tinham poucas possibilidades de atuar fora dos períodos eleitorais, já que os legislativos eram majoritariamente ou unanimemente governistas” (Saletto, 2008, p. 43).

O Partido Republicano Espírito-Santense, presidido por Jerônimo, indicou Bernardino Monteiro para suceder Marcondes, o que inflamou a oposição que via nessa candidatura o desejo de continuidade do domínio dos Monteiro no poder. Entretanto, di-

versos líderes oligárquicos se rebelaram, lançando a candidatura de José Gomes Pinheiro Jr. e Alexandre Calmon, membro de poderosa família de Linhares, conhecido como Coronel Xandoca. Esse episódio ficou conhecido com a Revolta de Xandoca<sup>2</sup>. Ao final, “[...] as duas chapas foram proclamadas eleitas e empossadas por suas facções, criando-se uma duplicata de governador e outra do legislativo estadual” (Saletto, 2008, p. 47-48). Esse episódio só teve fim com a decisão do Congresso Nacional em favor de Bernardino Monteiro.

Essa situação vai resvalar nos municípios e em Cachoeiro a oposição representada pelo Partido Liberal Espírito-Santense, lança uma chapa para o governo municipal. Para prefeito, o candidato foi o comerciante Alziro Vianna. Para vereadores: o médico José Teixeira de Mesquita, os fazendeiros João de Souza Moura, Francisco Antônio de Moraes, Emiliano Bello de Amorim e Francisco Corrêa de Sá. Em artigo intitulado “Ao eleitorado e ao povo”, assinado por Alziro Vianna, Anacleto Ramos, João Cândido Borges de Athayde, Joaquim Teixeira de Mesquita e Fernando de Abreu, a oposição afirma que “Na escolha e indicação acima teve o directorio por único objetivo entregar os cargos representativos do município a pessoas dignas de nossa cultura e adiantamento e cujo character e independência nos assegurassem a ordem e a prosperidade do Estado e do municipio” (*Cachoeirano*, 11-03-1916).

Já o Partido Republicano Espírito-Santense também apresentou a sua chapa ao governo municipal. Para prefeito, Reynaldo Souto Machado. Para vereadores, Felinto Elysio Martins, José Alves Rangel, Carlos Augusto da Assumpção e Silva, Rodolpho Gomes Penna Forte, Emygdio de Vargas Correa e Alpheu Moreira da Fraga

Em artigo publicano no jornal *Diário da Manhã*, de 01-02-1916, órgão da situação, intitulado “Como Procede o Governo.

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o tema, remeto os leitores a Bou-Habib Filho, Namy Chequer. *A Revolta de Xandoca*.

Garantias não faltam. A oposição não pôde se queixar”, há uma situação bastante interessante envolvendo Anacleto Ramos, político da oposição:

Estando o dr. Pinheiro Junior de viagem marcada para o Cachoeiro de Itapemirim, o velho amigo e intransigente correligionário sr. Anacleto Ramos telegrafou a s. ex. o presidente do Estado communicando-lhe que, devendo chegar áquella cidade a 4 ou 5 do mez corrente o sr. Pinheiro Junior, os seus amigos pretendiam fazer-lhe manifestação receando porém qualquer perturbação da ordem. S. ex. respondeu nos seguintes termos: “Anacleto Ramos. Cachoeiro de Itapemirim. – Nesta data telegrapho ao dr. juiz de direito e ao delegado de policia com quem deveis vos entender sobre o assumpto de vosso telegrama. – Marcondes Souza.

A reportagem mostra o diálogo entre Marcondes, o juiz de direito e o delegado através do telégrafo em que aparece um “esforço” dos situacionistas em garantir a segurança de Pinheiro Jr. em sua visita a Cachoeiro (*Diário da Manhã*, 01-02-1916). Como se sabe, os problemas que envolveram as eleições de 1916 em âmbito estadual vão resvalar nos municípios de norte a sul do estado. Em Cachoeiro, reduto político dos dois grupos, as eleições municipais vão demonstrar a complexidade e violência que se verificou em nível estadual e o texto anterior mostra bem isso. Com essa declaração, o governo Marcondes queria mostrar que à oposição seria garantido segurança e liberdade, inclusive de manifestação. Todavia, a própria solicitação do opositor Anacleto Ramos demonstra o clima de hostilidade e tensão a que estavam submetidos os envolvidos no pleito eleitoral, particularmente a oposição.

Há outras demonstrações disso. Em artigo intitulado “A ordem é matar”, de 23-05-1916,

Corre com insistência que na capital do Estado foi assentado um plano covarde para o assassinato dos nossos amigos e distintos companheiros políticos Fernando de Abreu, Heitor Coutinho, Alziro Viana, Francisco de Assis Pereira (Xicão), José Luiz da Costa, Arthur Bello de Amorim e outros. Ao que parece dizem foram escalados e armados os necessários braços para o apreendimento da grande obra. (*Cachoeirano*, 23-05-1916)

Assim como em nível estadual Bernardino Monteiro e um congresso situacionista foram reconhecidos e empossados, em Cachoeiro de Itapemirim não foi diferente. Embora a oposição tenha dito que sua chapa foi eleita em sua totalidade, nenhum de seus candidatos assumiu o poder. Reynaldo Souto Machado foi eleito prefeito com 1045 votos, contra 169 de Alziro Vianna. Já os vereadores eleitos foram: Felinto Elysio Martins, com 935 votos, José Alves Rangel, com 903, Carlos Augusto da Assumpção e Silva, 791, Antônio da Silva Marins<sup>3</sup>, 766 votos, Rodolpho Gomes Penna Forte, 583, João Alarico Leal, 562 e Emygdio de Vargas Correa, com 516 votos (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 14-05-1916).

Reynaldo Souto Machado nasceu no dia 04 de outubro de 1870 e era filho do português Manoel José de Araújo Machado, comerciante e um dos primeiros habitantes de Cachoeiro, e Aurélia Pinho Souto. Reynaldo era casado com Ormindá Lima Machado, filha

---

<sup>3</sup> Segundo Moreira (2004, p. 281), Antônio da Silva Marins era filho de Antônio das Neves Marins e Rita Carolina da Silva Marins. Nascido em Santa Anna, Rio de Janeiro, chegou em Alegre, sul do Espírito Santo, por volta de 1880, onde foi comerciante, proprietário de terras e vereador. Ali casou-se com Belarmina Gonçalves Ferreira, em maio de 1890. Em 1896 mudou-se para Cachoeiro, cidade em que comprou imóveis e dedicou-se ao comércio, além de vereador, pintor e dedicado às pesquisas históricas. Antônio Marins faleceu no dia 04 de setembro de 1920.

Luiz Siqueira Lima, neta do Barão de Itapemirim. Além disso, foi proprietário da fazenda Fruteira (Maciel, 2001; Moreira, 2004).

Sobre essa eleição mantêm-se a lógica predominante na Primeira República: a ascensão ao poder — ou a permanência nele — dos que estavam alinhados à oligarquia estadual. Inclusive, Antônio Marins, eleito vereador, em artigo de 23 de janeiro de 1916, publicado no *Diário da Manhã*, em 02-02-1916, intitulado “A Minha Atitude. Ao publico e particularmente aos meus amigos desta cidade”, declarou apoio à candidatura de Bernardino Monteiro seguindo a mesma senda de Moniz Freire, chefe de seu partido, o Partido Liberal. Sua adesão à candidatura de Bernardino, certamente, contribuiu e/ou foi decisiva para sua ascensão ao poder municipal. Em novembro do mesmo ano o *Cachoeirano* deixa a oposição e passa à situação, sendo órgão do Partido Republicano Espírito-Santense, dirigido por um membro da família Monteiro, Alfredo Monteiro.

Se a eleição municipal de 1916 mostrou-se extremamente re-nhida, a de 1918, para prefeito, foi muito tranquila e, segundo a situação, a oposição, agora enfraquecida, não compareceu ao pleito, abstendo-se, portanto. O candidato do Partido Republicano Espírito-Santense foi Luiz Tinoco da Fonseca. Ao lançar essa candidatura, afirma que ela tem a aprovação tanto de Jerônimo, chefe do PRES, quanto de Bernardino Monteiro, governador do estado (*Cachoeirano*, 24-03-1918). Em função da abstenção da oposição, Luiz Tinoco da Fonseca foi eleito para o biênio 1918-1920. Ele era médico e nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1887. Formou-se e veio residir em Cachoeiro, casando-se com Jacyra Vieira (Moreira, 2004, p. 276).

## **Do racha na oligarquia Monteiro à Revolução de 1930**

Assim como ocorrera em 1916, em 1920 o Espírito Santo vivenciou outra grave crise política, agora, no seio da própria família Monteiro. De acordo com Saletto (2008, p. 50),

[...] Bernardino chefiando uma facção, da qual fazia parte seu irmão José, que elegeu Nestor Gomes para o governo do estado, e Jerônimo encabeçando outra, que recusou o reconhecimento da eleição do candidato do PRES, dividiu em dois o Congresso Legislativo, e empossou o presidente de 'seu' Congresso, Francisco Etienne Dessaune, como governador. A facção bernadista empossou Nestor, no Palácio do Governo fortificado e ameaçado. O caso chegou à luta armada e à intervenção federal no estado, terminando com a vitória de Bernardino e Nestor em decisão tomada pelo Congresso Nacional.

O jornal *Cachoeirano* encampa a candidatura de Luiz Tinoco à reeleição e, diferente de outros pleitos municipais em que o cargo de prefeito está em jogo, o jornal faz uma grande propaganda dos “feitos” desse candidato como prefeito, antes mesmo de lançá-lo como candidato ao cargo.

S. Ex. em dous anos de administração, ainda não vencidos, executou uma serie de melhoramentos tão gigantescos, que não parece ser possível ser executados em um período tão curto [...]. No dia 2 do corrente, S. Ex. dirigiu-se ao districto de Varginia levando em sua comitiva o Vereador Rodolpho Gomes Penna Forte e o fiscal, Joaquim Moreira de Andrade. [...] S. Ex., na passagem teve ocasião de verificar a necessidade de uma estrada, ligando Prosperidade á Vargem Grande. Para executar o caminho, S. Ex. resolver abrir uma boa estrada, servindo-se do traçado em grande par-

te feito pelo Cel. Antonio Alves da Cunha”. [...] No dia 3, logo pela manhã, S. Ex. seguiu para alto Fructeiras [...], resolveu [...] a construção de uma grande estrada ligando a Prosperidade ao lugar denominado Itaquarussú (*Cachoeirano*, 10-01-1920).

Ao que parece, o jornal faz uso de um marketing político do candidato o que, segundo as regras do jogo político vigente, oligárquico e coronelista, não funcionaria, conforme veremos. Luiz Tinoco, ligado a Jerônimo, faz parte da oposição. Já para vereadores na chapa de Luiz Tinoco, os candidatos são: José Alves Rangel, Emygdio de Vargas Corrêa, Rodolpho Gomes Penna Forte, Joaquim Antônio Caiado e José Maria Gomes (*Cachoeirano*, 21-03-1920).

Em 21 de janeiro de 1920, começa a circular em Cachoeiro, outro periódico: *O Município*. O jornal era um órgão do PRES, e tinha como colaboradores Attilio Vivacqua, Augusto Emílio Estellita Lins, Fernando de Abreu e Francisco Gonçalves. Era gerenciado por Armando Braga e o secretário era o ex-prefeito Francisco Braga (Moreira, 2004, p. 279). Esse periódico apresenta outro candidato que, segundo o *Diário da Manhã*<sup>4</sup>, é José de Souza Monteiro, irmão de Bernardino e Jerônimo, e para vereadores os candidatos são Ricardo Gonçalves, negociante, os fazendeiros Rodolpho de Salles Pinheiro, José Joaquim Cerqueira e Souza e Joaquim de Souza Pinto, além do advogado Attilio Vivacqua (*O Município*, 17-03-1920).

A polarização que se verificou nessa eleição entre Luiz Tinoco, candidato de Jerônimo, e José Monteiro, candidato de Bernardino

---

<sup>4</sup> Diz o artigo do jornal: “Um Candidato”: Um dos órgãos do Partido Republicano Espírito Santense, editado na florescente cidade do sul, Cachoeiro de Itapemirim, que tem por título *O Município*, acaba de lançar na chapa de seu prefeito para o biênio 1920 a 1922 o nome do respeitável cavalheiro sr. José de Souza Monteiro. Não podia ser de maior felicidade a escolha dos dirigentes da política de Cachoeiro de Itapemirim (*Diário da Manhã*, 21-03-1920).

reflete bem a atual situação política capixaba representada pelo racha intraoligárquico, situação que se repete nos municípios, exasperada nos pleitos eleitorais em que o poder municipal estava em jogo.

A guerra travou-se na imprensa, prática bastante comum na Primeira República. O *Cachoeirano* atacando a situação, tratava das manobras que o grupo bernadinista fazia para impedir a vitória dos seus candidatos. O *Município* defendia seus partidários, bem como a lisura do processo eleitoral. Um dos episódios narrados dá conta de um português que não sendo naturalizado, não tendo mulher nem filhos nascidos no Brasil, que não poderia votar de acordo com a lei, que votaria se estivesse disposto a votar nos adversários do Cel Rangel, em Castelo. Um funcionário afirma: “É’s um homem trabalhador e ainda podes ter muitos predios. E’s moço e poderás casar, podendo crescer e multiplicar, como ordenou o Creador. Eu, funcionario publico, homem que não posso, conscientemente, fraudar a lei, dou-te a boa nova de que vaes ser eleitor” (*Cachoeirano*, 14-03-1920).

Apurados os resultados, outras práticas comuns eram a afirmação de que teria havido fraudes e violências nas eleições, além de defenderem a vitória de todos os seus candidatos. De acordo com o *Cachoeirano* teria havido, inclusive, invasão da residência de um deputado estadual, Cel José Maria Gomes (*Cachoeirano*, 02-05-1920).

Nenhum dos seus candidatos de Jerônimo Monteiro e de Luiz Tinoco foi eleito. Foram eleitos para o governo municipal os partidários de Bernardino Monteiro: José de Souza Monteiro, para prefeito, Álvaro Ramos, Antônio Alves da Cunha, Antônio Fernandes de Medeiros (foi eleito depois, em 10/10/1920), Atílio Vivacqua, Joaquim de Souza Pinto, Lucídio Machado Martins e Raphael Di Martino (Moreira, 2004, p. 280).

Embora tenha sido eleito, José de Souza Monteiro não aparece no dia da posse e, por isso, o presidente da Câmara Municipal,

Atílio Vivacqua assume o cargo até a nova eleição para prefeito, ocorrida em 10 de outubro daquele ano (*O Município*, 25-05-1920). O resultado dessa eleição deu a vitória a Luiz Antônio Monteiro Lindenberg, candidato do PRES, com um total de 622 votos, aliado a Bernardino Monteiro. Nessa mesma data há uma eleição para preenchimento da vaga de um vereador, vencendo Antônio Fernandes de Medeiros, pelo mesmo partido, com 579 votos, contra Anísio Ramos, 41 votos, Orlando Guimarães, que alcançou 2 votos (*Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim*, 30-10-1920; *Cachoeirano*, 16-03-1922).

Sobre a candidatura de José Monteiro é importante ressaltar que foi uma manobra de Bernardino contra Luiz Tinoco da Fonseca. Um exemplo disso é que José Monteiro diz aceitar essa candidatura na véspera da eleição, dia 24 de março. Depois, não compareceu à posse, ficando no cargo de prefeito um candidato do próprio grupo situacionista. Além disso, a candidatura de Luiz Lindenberg, sobrinho de Jerônimo e Bernardino, visava impedir a reação de Jerônimo a um candidato do grupo de Bernardino.

Na posse, em 30 de novembro de 1920, Luiz Lindenberg, faz um importante discurso depois do juramento em que promete trabalhar para o desenvolvimento da cidade e mantê-la como liderança no estado. Engrandece a lavoura, critica o custo aos cofres públicos da criação de fábricas e a introdução de estrangeiros no país em detrimento do trabalhador nacional (*Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim*, 30-11-1920).

A menção de Luiz Lindenberg feita às fábricas é uma crítica às tentativas de industrialização da Jerônimo à frente do executivo estadual. Depois, o presidente da Câmara, Atílio Viváqua, membro também do PRES, diz que lamentava ter de discordar do prefeito, pois para ele a cidade deve boa parte do seu desenvolvimento a essas fábricas. Também protesta contra o Prefeito quando fala do

estrangeiro que para ele (Atílio) “[...] representou fator precípua, indispensável até, do engrandecimento nacional”, citando outros estados como Paraná e Rio Grande do Sul. Atílio opina, aqui, em causa própria já que é descendente de imigrantes italianos (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 30-11-1920).

Luiz Antônio Monteiro Lindenberg nasceu na fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro. Era filho de Carlos Adolpho Lindenberg e Bárbara Monteiro Lindenberg, filha de Francisco de Souza Monteiro, irmã de Jerônimo e Bernardino. Era médico, assim com seu antecessor, Luiz Tinoco da Fonseca. Foi incentivado pelo tio Bernardino e por Pinheiro Jr. candidatar-se (Moreira, 2004, p. 280).

A partir dos anos 1920, o Brasil assiste a um período bastante conturbado na história da Primeira República, conhecido como a Crise dos Anos 1920, em que os elementos constitutivos desse sistema político descrito até aqui serão veementemente contestados. Entre os episódios dessa crise, destacam-se a Reação Republicana, o tenentismo, a criação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna entre outros, assim como a Revolução de 30 que resultou na ascensão e Getúlio Vargas ao poder como presidente da república (Ferreira & Pinto, 2006).

Com a Reação Republicana os estados de segunda grandeza, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, lançaram a candidatura de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da república em oposição à candidatura de Artur Bernardes e Urbano Santos, candidatos apoiados pelas oligarquias mineira e paulista. Ferreira & Pinto (2006, p. 399)

A Reação Republicana resultou da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas e São Paulo. A resistência dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal não era um fenômeno novo, pois em várias ocasiões

pôde-se detectar uma busca de articulação entre essas oligarquias estaduais com o objetivo de aumentar seu poder de negociação ante os estados dominantes.

Dos movimentos que caracterizam a Crise dos Anos 1920, a Reação Republicana foi a que teve reflexos diretos no Espírito Santo. Para Saletto (2008, p. 29), com a cisão na oligarquia Monteiro, em 1920, “Jerônimo foi o grande derrotado, sem dúvida, mas [...] no ano seguinte, tentou recuperar as perdas apoiando a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da república, no movimento intitulado Reação Republicana, que provocou intensa agitação no país, mas foi derrotado”.

O *Cachoeirano* que em 1920 estava alinhado ao grupo jeronimista e que encampara a candidatura de Luiz Tinoco da Fonseca à reeleição, não apoiou a Reação Republicana, pelo contrário, encampou a candidatura de Arthur Bernardes, opondo-se a Nilo Peçanha e, conseqüentemente, a Jerônimo Monteiro. Inclusive, em artigo de 11-11-1921, reverberou que “Do imo de nossa alma não regatearemos entusiasticos applausos ao Sr. Peçanha si sua attitude de propagandista o fizesse merecedor de respeito e não fosse simplesmente a attitude truanesca de desengonçado palhaço de circo da roça” (*O Cachoeirano*, 11-11-1921)<sup>5</sup>.

Após a turbulência do início da década, a política capixaba, ao longo dos 1920 apresentou um clima de serenidade em contraposição à situação política nacional. Os governos estaduais e as sucessões ocorreram em clima de tranquilidade tanto na transferência de Nestor Gomes para Florentino Avidos, em 1924, quanto de Florentino para Aristeu Borges de Aguiar, em 1928, depois de duas grandes crises políticas já comentadas aqui, em 1916 e 1920.

---

<sup>5</sup> Artigo intitulado Campanha Presidencial II.

Uma das razões para essa calma política, segundo Wanick (2008), foi o bom comportamento da economia capixaba. Para ele, a economia capixaba e a tranquilidade política andaram de braços dados, embora o autor advirta que não só em momentos de crise econômica há crise política. É possível ter momentos de prosperidade econômica acompanhado de graves problemas de ordem política.

Ainda segundo Wanick (2008, p. 47), o estado “[...] se beneficia dessa elevação continuada e consistente do preço do café e aproveitada para pagar antigos empréstimos inadimplentes e realizar importantes inversões”. Aproveita-se da elevação continuada dos preços do café durante quase toda a década de 1920, além do [...] aumento considerável da apropriação de parte do excedente da produção capixaba dentro das fronteiras do Estado”. (Wanick, 2008, p. 48). Isso porque o café do sul era exportado quase que na totalidade pelo porto do Rio de Janeiro, passou a ser exportados em quantidade crescente, pelo porto de Vitória, antigo projeto dos governos Afonso Cláudio e Moniz Freire, concluído na década de 1920.

Em Cachoeiro, em 1922, Luiz Lindenberg aparece como candidato do PRES à reeleição. Entretanto, esse pleito ainda guarda resquício da situação capixaba da cisão entre Jerônimo e Bernardino. Pouco tempo depois, sua candidatura é retirada e outro candidato aparece concorrendo ao cargo pelo PRES: Augusto Emílio Estellita Lins. Ele seria, então, um candidato da conciliação, além de ser um indivíduo de fora, alheio às disputas políticas locais porque os aliados de Bernardino se opuseram à reeleição de Luiz Lindenberg. Segundo *O Momento* (23-03-1924)

É do domínio publico a divergencia existente no seio da politica municipal, entre os elementos do nosso partido. Essa divergencia teve eclosão, ha dois annos passados, quando o exmo. sr. Senador Bernardino Monteiro pleiteou junto aos vereadores a reeleição, no cargo de prefeito, do

seu sobrinho dr. Luiz Monteiro Lindenberg, a qual foi impugnada pela maioria composta dos vereadores drs. Atílio Vivacqua e Antonio Fernando de Medeiros, Lucidio Martins e Raphael Di Martino.

Conforme previsto, ele é eleito com 1445 votos e, ao que parece, não houve candidato de oposição. Entre 1922 e 1923 a Câmara Municipal foi presidida por Antônio Fernando de Medeiros, membro do PRES, e o vice-presidente, foi Raphael Di Martino do mesmo partido, aliados de Bernardino (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 14-04-1922 e 23-05-1922).

Diante da retirada da sua candidatura, Luiz Lindenberg resolve deixar a vida política e “[...] recolher-se definitivamente ao exercício de minha profissão, arrependido e convencido de que não possui, nem desejo possuir, as qualidades necessárias ao bom político (*Cachoeirano*, 16-03-1922). O que significava ser um bom político na Primeira República? Entre outras coisas, descender de família importante política e/ou economicamente, estar alinhado com a oligarquia que dominava o poder em âmbito estadual e federal, ter uma base eleitoral consistente que sustentasse as candidaturas, fazer parte das fraudes eleitorais, ser bacharel etc. Luiz Lindenberg possuía tudo isso, no entanto, parece que decepcionou-se profundamente ao ponto de lagar a política.

Augusto Emílio Estellita Lins nasceu em Recife, em 13 de maio de 1882. Era filho de um juiz federal, Pedro Carneiro Estellita Lins e da professora Francisca Sampaio Lins. Fez o ginásio em Santa Catarina e o curso de Direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, em 1915. No Espírito Santo, fixou-se em Castelo, em Cachoeiro em 1916, foi prefeito de Muniz Freire, em 1921, e, em Cachoeiro, foi eleito prefeito para o biênio 1922-1924 (Moreira, 2004, p. 282). Seu governo foi beneficiado pelo bom resultado da economia prove-

niente, como já foi dito, pelo crescimento dos preços do café e pela superação de crises econômicas anteriores.

Entre 1924 e 1928 o Espírito Santo foi governado por Florentino Avidos. Florentino era engenheiro, casado com uma das irmãs de Jerônimo e Bernardino, Henriqueta. De acordo com Franco & Hess (ano, p. 63), a “[...] escolha de Florentino Avidos pegou a todos de surpresa e serviu para unir os Monteiro e evitar uma disputa entre eles para indicar um candidato”. Portanto, a crise sucessória verificada em 1916 e 1920 não se verificou em 1924, pois Florentino era um candidato de consenso. Seu governo foi um dos mais prósperos do Espírito Santo. Beneficiado pelos preços do café, pôde empreender importantes obras públicas, muitas das quais iniciadas no governo de seu antecessor.

A eleição de 1924 para prefeito e vereadores mostra bem a divisão de forças existentes no município. De um lado aparece Augusto Seabra Muniz, genro e candidato de Bernardino Monteiro; de outro, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, irmão do ex-prefeito, Luiz Lindenberg, apoiado por Jerônimo; um terceiro candidato era Marcondes Alves de Souza, antigo aliado dos Monteiro, agora apoiado por Pinheiro Jr. Por que Marcondes aliara-se a Pinheiro Jr.? Marcondes não fora perdoado quando trouxera à tona informações relativas à gestão de Jerônimo Monteiro à frente do executivo estadual.

Para vereadores, a chapa de Marcondes Alves de Souza traz como candidatos Atílio Vivacqua, Antônio Fernando de Medeiros, não mais do lado de Bernardino, Anacleto Ramos, Adolpho Vieira da Cunha e Aldo Pinheiro. Um texto indicando o sufrágio dessa chapa é assinado por importantes lideranças municipais e estaduais, tais como Pinheiro Jr., deputado federal, Atílio Vivacqua, Mário Imperial e Fernando de Abreu, deputados estaduais. Na chapa de apoiada por Jerônimo só foi possível apurar a candidatura de Luiz Tinoco da Fonseca como candidato a vereador (*O Momento*, 23-03-1924).

Essa chapa traz à tona a permanência de uma grande divergência existente no PRES, em Cachoeiro de Itapemirim. Uma ala ligada a Pinheiro Jr., aqueles que estiveram ao seu lado no fatídico episódio da Xandoca, tais como Anacleto Ramos e Fernando de Abreu, demonstram profunda insatisfação com relação à indicação da chapa governista aos cargos de prefeito e vereador. Segundo esse grupo, é Bernardino Monteiro o causador dessa divergência, ao indicar aos cargos, políticos ligados a ele (*O Momento*, 23-03-1924).

Augusto Seabra Muniz, candidato de Bernardino e Nestor, foi eleito<sup>6</sup>. Para vereadores foram eleitos: Ricardo Gonçalves<sup>7</sup> (presidente), Alpheu Moreira da Fraga, Aldo Pinheiro, Anacleto Ramos, Pedro Moreira, Anísio Ramos e José Joaquim Cerqueira e Souza (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 16-08-1927). Deve-se ressaltar, no entanto, que dois candidatos da chapa de oposição foram eleitos: Anacleto Ramos e Aldo Pinheiro, do grupo de Pinheiro Jr. Forma-se, assim, um governo de composição de forças bernardinistas e pinheiristas.

Essa eleição demonstra bem como se faziam as eleições durante a República Velha, no Espírito Santo, sob o controle dos Monteiro. Para ilustrar, Achiamé (2009, p. 95) apud Gurgel (2000, p. 52-53) apresenta uma situação bastante elucidativa de como os resultados

---

<sup>6</sup> *Diário da Manhã*, de 29 de março de 1924, apresenta o resultado parcial da eleição para prefeito e vereadores de Cachoeiro. Prefeito: Dr. Augusto Seabra Muniz – 168 votos; Dr. Carlos Lindenberg – 138 votos; Cel Marcondes de Souza – 38 votos. Para vereadores: Ricardo Gonçalves – 172 votos, Pedro Moreira – 172 votos, Dr. Anísio Ramos – 170 votos, Alpheu Fraga – 164, Cerqueira Souza – 155, Dr. Luiz Tinoco – 129, Agliberto Moreira – 123, José Alves – 120, José Cordeiro – 119, José Rangel – 119, Adolpho Cunha – 80, Anacleto Ramos – 75, Dr. Attilio Vivacqua – 74, Aldo Pinheiro – 73, e Dr. A. F. Medeiros – 72. (*Diário da Manhã*, 29.03.1924)

<sup>7</sup> Segundo Moreira (2004, p. 258), Ricardo Gonçalves era comerciante, sócio da Malharia Ita.

se faziam em consonância com a situação dominante no estado, às vezes sem a ocorrência efetiva da eleição.

Na véspera do pleito, Carlos estava na fazenda Monte Líbano quando apareceu o escrivão de Pindobas, Agostinho Alves dos Santos. O candidato opositorista o recebeu:

— “Seu” Agostinho, o ser por aqui hoje?

— É, vim dormir aqui na fazenda. Amanhã preciso ir bem cedo para o Cachoeiro.

— Mas o senhor não será escrivão na eleição de amanhã?

— Ora, a eleição já está aqui na garupa da mula.

— E eu?

— Você não passou em branco. Tem uma meia dúzia de votos.

O candidato do presidente Nestor Gomes venceu o pleito. Carlos ficou em segundo lugar.

Para os biênios 1927-1929 e 1929-1931 o candidato do Partido Republicano Espírito-Santense é Francisco Alves Athayde, eleito para os dois mandatos. Francisco Athayde nasceu em Rio Novo do Sul, em 03 de dezembro de 1882, filho Estanislau Borges de Athayde, grande fazendeiro, e Maria Joaquina Alves de Athayde. Era fazendeiro, além de tabelião e escrivão do cartório do 2.º ofício, em Cachoeiro, casado com Maria Assunção Athayde, filha de João Cândido Borges de Athayde. Foi também deputado estadual e vice-governador no governo Jones dos Santos Neves (Cachoeiro de Itapemirim. Edição Histórica, 1976, p. 32; Ribeiro, 1929).

Já a próxima eleição para preenchimento da vaga de vereadores para o quadriênio 01-01-1928 a 31-12-1931, ocorreu, excepcionalmente, em 15 de novembro de 1927. Foram eleitos os seguintes vereadores: Francisco Gonçalves<sup>8</sup>, presidente, Brício de Moraes Mes-

---

<sup>8</sup> Advogado, diretor de O *Cachoeirano*.

quita<sup>9</sup>, vice-presidente, Jarbas Alves de Athayde, advogado e irmão de Francisco Alves de Athayde, o farmacêutico Fernando de Abreu, Antônio Alves da Cunha, Elias Mussi e Álvaro Ramos.

No dia da posse, 01 de janeiro de 1928, Brício Mesquita recebeu a palavra e fez moção de solidariedade a Bernardino Monteiro, presidente do PRES, moção que foi unanimemente aprovada. Fernando de Abreu faz moção de apoio a Francisco Athayde, prefeito. Jarbas Alves faz moção de apoio à escolha do PRES às candidaturas de Aristeu Borges de Aguiar e Joaquim Teixeira à presidência e vice-presidência do estado, respectivamente. Já Elias Mussi fez moção de apoio a Washington Luiz, Presidente da República. Todas as moções são aprovadas pela Câmara Municipal (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 01-01-1928). Essa Câmara Municipal era uma composição de forças em que pinheiristas e bernardinistas, que militaram em lados opostos durante muito tempo, agora haviam selado a paz e faziam parte do mesmo governo.

Não obstante ter apresentado os políticos vitoriosos na eleição para prefeito e vereador, entre 1927 e 1931, ressalto que não foi possível aprofundar a análise das eleições porque não há fontes disponíveis. As atas da Câmara Municipal aparecem apenas a partir de 1927, pois desapareceram, o *Cachoeirano* termina sua publicação em 1923, de *O Município* só encontramos as edições dos anos de 1920 e 1921, *O Momento* só tem um exemplar, de 1924. Do jornal

---

<sup>9</sup> Brício de Moraes Mesquita era filho do médico e importante político Joaquim Teixeira de Mesquita, e Maria Júlia de Moraes Mesquita. Nasceram em Cachoeiro no dia 06 de novembro de 1896 e, terminando o ensino primário, em Cachoeiro, foi para o Rio de Janeiro onde frequentou o Ginásio Pio Americano, graduando-se, em 1919, pela Faculdade Nacional de Medicina. Começou a carreira política em 1926, onde foi vereador e, depois, deputado estadual, deixando a política em 1937 para dedicar-se à medicina, depois de ser prefeito de Cachoeiro por indicação de João Punaro Bley, com a saída de Fernando de Abreu. (Cachoeiro de Itapemirim: edição histórica. 1976, p. 32-33.

*Correio do Sul*, que começou a circular em 1928, os exemplares dos anos de 1928 e 1929 encontram-se no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo em processo de digitalização, não sendo possível a consulta a tempo. Nas edições do jornal *O Progresso* (1926 e 1927) não existe referência elucidativa sobre aspectos da política local.

*O Progresso*, por exemplo, de 24 ou 27 de janeiro de 1927, traz uma notícia no artigo “Está organizado o Directorio”, de que o diretório do PRES em Cachoeiro tem como lideranças Ricardo Gonçalves, Fernando de Abreu e Reynaldo Machado. Ele foi organizado visando às próximas eleições estaduais para sucessão de Florentino Avidos, e o jornal faz grandes elogios à administração desse presidente estadual.

A ata da Câmara Municipal de 01-01-1929 traz a sessão de posse do novo prefeito para o biênio 1929-1931, Francisco Alves Athayde, além de trazer a eleição para presidente e vice-presidente da Câmara. Francisco Gonçalves é eleito presidente e Brício de Moraes Mesquita, o vice. Na mesma sessão o vereador Jarbas Athayde faz um discurso aplaudido de voto de solidariedade a Aristeu Borges, presidente do estado, ao prefeito eleito, Francisco Athayde, ao PRES, a Bernardino Monteiro, chefe da comissão executiva do PRES. (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 01-01-1929). Já a sessão da câmara de 25-01-1929 foi suspensa pela visita de Aristeu Borges a Cachoeiro. Uma comissão é formada para introduzi-lo no recinto da câmara, composta por Brício Mesquita, Jarbas Athayde e Álvaro Ramos. Aristeu e Joaquim Teixeira de Mesquita participam da sessão da Câmara e Fernando de Abreu faz discurso enaltecendo a presença de Aristeu no município (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 25-01-1929).

Em âmbito federal, as eleições presidenciais para sucessão de Washington Luiz, em 1930, selaram o destino da Primeira República brasileira. A Revolução de 1930 foi o evento responsável pela der-

rubada da República Oligárquica e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Já no Espírito Santo, as forças políticas dividiram-se entre os partidários de Washington Luiz e os da Aliança Liberal. Segundo Achiamé (2009, p. 98), a corrente “[...] majoritária, congregava os políticos que apoiavam o situacionismo nas esferas estadual e federal, ou que se alinhavam com Washington Luiz [...]”. Dessa corrente faziam parte indivíduos ligados à administração Aristeu Borges de Aguiar, a Bernardino Monteiro e alguns seguidores de Jerônimo. À Aliança Liberal integrou-se a corrente minoritária e era composta pelo deputado estadual Fernando de Abreu<sup>10</sup>, “[...], um dos participantes da “revolta contra a eleição de Bernardino em 1916 e que apoiou Nestor em 1920; o advogado Afonso Correia Lírio, antijeronimista extremado; o deputado federal Geraldo Viana [...]; o juiz de direito João Manuel de Carvalho, filiado intransigente à corrente jeronimista” (Achiamé, 2009, p. 99).

Alguns fatos marcam o fim da Primeira República no Espírito Santo: o fatídico comício da Aliança Liberal, em fevereiro de 1930, no largo do Carmo, em Vitória em que a repressão brutal das forças policiais resultou em cinco mortos, muitos feridos e no desgaste da administração Aristeu Aguiar; e o empastelamento das oficinas tipográficas do jornal *A Gazeta* também pelas forças policiais<sup>11</sup>. Esses episódios apresentaram-se como atentatórios à liberdade de expressão da oposição e contribuíram para desgastar a imagem do governo.

Ainda de acordo com Achiamé (2009, p.109), desde 1929 Fernando de Abreu, por exemplo, já discursava da tribuna parlamentar contra os governos federal e estadual. Além disso, “A partir de setembro de 1930 não mais comparece às sessões do Congresso

---

<sup>10</sup> Fernando de Abreu nasceu em Arraial de Areia Branca, Minas Gerais, no dia 05 de dezembro de 1884. Fez curso secundário na Bahia, indo depois para o Rio de Janeiro onde cursou a Faculdade Nacional de Farmácia.

<sup>11</sup> Remeto os leitores a Achiamé, 2009, p. 104-106.

Legislativo — certamente intensificou os contatos com adeptos do movimento que logo iria acontecer”. Vitoriosa a Revolução, colunas revolucionárias concentravam-se nas fronteiras do Espírito Santo com Minas Gerais e a “[...] principal delas tomou caminho do vale do Rio Doce, pelo leito da estrada de Ferro Vitória a Minas”. (Achiame, 2009, p. 112). Ainda segundo Achiamé (2009, p. 112-113),

O sul do estado — região economicamente importante na época — foi controlado por outra coluna militar que, a partir de Carangola, Minas Gerais, e seguindo o traçado ferroviário da Leopoldina, entrou no Espírito Santo e ocupou Guaçuí [...], Alegre, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Mimoso [...]. Era comandada pelo major Joaquim Magalhães Barata [...]. Dela faziam parte alguns “chefes civis, Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Dermeval Amaral, Adílio Valadão e outros.

No dia 16 de outubro do mesmo ano Cachoeiro de Itapemirim é ocupado pelas forças revolucionárias sem oferecer resistência e com grande público à espera dos aliancistas. No dia seguinte, 17 de outubro, reunidos em sessão, estando presente o prefeito, Francisco Athayde, e muitas pessoas, Fernando de Abreu, em nome de Joaquim Magalhães Barata, comandante das forças revolucionárias no sul do Espírito Santo, disse assumir o governo porque o mesmo está ocupado pelas forças revolucionárias. Ele tece diversos elogios a Ricardo Gonçalves, presidente da Câmara, referindo-se à sua inteligência e patriotismo e preocupação com a cidade. Ricardo agradece os elogios e diz que mais do que glamour e aplausos, ressalta a dignidade do homem público. Fernando de Abreu elogia a Câmara falando que são homens dignos e representantes de uma cultura. O título dado à ata redigida nesse dia é bastante emblemático: ata de entrega da cidade às forças revolucionárias. O governo de Cachoei-

ro de Itapemirim, agora, era o troféu pela vitória, o coroamento de um movimento vitorioso. (Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 17-10-1930).

Em 23 de outubro, ocorre a primeira reunião da Junta Governativa que passaria a governar a cidade de Cachoeiro. Essa junta era composta por Fernando de Abreu, o prefeito, Maurílio Fernandes Bastos e Gilson Vieira de Mendonça, os dois últimos indicados por Fernando de Abreu cujos nomes foram ratificados pelo major Joaquim de Magalhães Barata. Terminava, assim, a Primeira República em Cachoeiro de Itapemirim.

### **Considerações finais**

Os primeiros anos da República no Espírito Santo e em Cachoeiro de Itapemirim foram bastante conturbados, seguindo os reflexos da política nacional, só alcançando certa estabilidade com a ascensão de Moniz Freire ao poder, em 1892. Depois, verificou-se tanto em âmbito estadual quanto municipal a preponderância dos candidatos do Partido Construtor, partido que representava a oligarquia estabelecida em nível estadual, mas com forte oposição encabeçada pela União Republicana Espírito-Santense. Essa oposição manifestava-se, particularmente, nos períodos eleitorais uma vez que sua atuação era muito difícil em outros momentos.

A partir de 1908 o que se observa é a ascensão de Jerônimo Monteiro ao governo estadual e, a posteriori, a consolidação dos Monteiro, oligarquia de tipo familiar que permanecerá no poder até a Revolução de 1930. A subida desse grupo ao poder enfraquece definitivamente a oposição que, ao não se eleger e ao verificar as manobras fraudulentas dos Monteiro vai, aos poucos, desanimado, especialmente depois da Xandoca, quando alguns de seus membros

acabam se aliando aos Monteiro. Assim, a composição do governo de Cachoeiro de Itapemirim seguirá o mesmo caminho que se verificou em âmbito estadual quando a maior parte dos eleitos para vereador e, a partir de 1914, para prefeito, estão alinhados com a oligarquia estadual.

O perfil dos prefeitos eleitos a partir de 1914 é diferente daqueles antigos coronéis do início da República, embora possuam algumas características desses, pois não estão vinculados à grande propriedade, não possuem carreiras longas, não são tão dependentes dos coronéis como na fase inicial da república no Espírito Santo.

Dos sete prefeitos eleitos entre 1914 e 1930, dois eram médicos: Luiz Tinoco da Fonseca e Luiz Antônio Monteiro Lindenberg; um era advogado, Augusto Emílio Estellita Lins; um era engenheiro, Augusto Seabra Muniz; três eram fazendeiros, Reinaldo Souto Machado, Francisco de Carvalho Braga e Francisco Athayde, os dois últimos também eram tabeliães. A maior parte, então, incluindo os profissionais liberais e os fazendeiros, não tinham grande tradição política, nem longas trajetórias políticas. Apenas um se reelegeu no período: Francisco Athayde.

Em 1920, com a cisão no seio da família Monteiro que colocou em lados opostos Jerônimo e Bernardino, ocorre aquilo que asseverou Saletto (2005, p. 29)

Desse episódio surgiu uma nova configuração política, pois teve fim a concentração de poder na família Monteiro, que caracterizara a política capixaba desde a eleição de Jerônimo, em 1908, apesar da contestação manifestada em algumas ocasiões, mas sempre vencida. Bernardino tornou-se o mais poderoso político do estado, chefiando a máquina do partido único, o PRES, porém se fortaleceu o tradicional adversário dos Monteiro, Pinheiro Jr., que militara na condição de oposição, difícilíssima na época, durante todo

aquele período, e passou a membro da executiva do partido..Jerônimo foi o grande derrotado, sem dúvida, mas não perdeu inteiramente o poder, pois manteve muitos aliados, alguns deles poderosos em diversos municípios, além do mandato de senador. No ano seguinte, tentou recuperar as perdas apoiando a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da república, no movimento intitulado Reação Republicana [...].

Bernardino passa a ser o chefe da oligarquia e todos os prefeitos e a maior parte dos vereadores cachoeirenses serão aqueles do grupo desse político, apesar de em alguns momentos a oposição conseguir eleger um ou outro vereador. A Revolução de 1930 põe fim a esse domínio quando a cidade é entregue às forças revolucionárias sob a liderança de Fernando de Abreu, antigo adversário dos Monteiro.

## Referências

### Periódicos

*O Cachoeirano* – Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1914-1923.

*O Momento* – Cachoeiro de Itapemirim, ES, 23-03-1924.

*O Município* – Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1920 e 1921.

*O Progresso* – Cachoeiro de Itapemirim, ES, 24 e 28-01-1927.

*Diário da manhã* – Vitória, ES, 1914 a 1930.

### Atas

Atas da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, 1914 a 1930.

### Obras de Apoio

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do estado do Espírito Santo, 2010.

*Cachoeiro de Itapemirim: uma publicação diferente*. Cachoeiro de Itapemirim, 1938-1939.

*Cachoeiro de Itapemirim: edição histórica*. Cachoeiro de Itapemirim. 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Leandra Passini de. *Fraga, fragata, fragou*. A família Fraga em Muqui, mais de um século de história. Vitória: Artgraf, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 30. In: FERREIRA, Jorge et. al.. *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.387-415.

FILHO BOU-HABIB, Namy Chequer. *A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no Espírito Santo (1916)*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2007, 110p.

FRANCO, Sebastião Pimentel, HESS, Regina. *A república e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MACIEL, Manoel Gonçalves. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2001. (vol. 1)

MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920. (mimeo)

MOREIRA, Evandro. *Cachoeiro: uma história de lutas. 1539-1930*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004. (vol 1).

NOVAIS, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge et. al.. *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 89-119. (vol 1).

RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. *O município de Cachoeiro de Itapemirim*. S. L., 1929.

SALETTTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República*, 2005. (inédito)

\_\_\_\_\_. *A política capixaba na Primeira República*, 2008. (inédito)

SANTOS, Adilson Silva. *Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)*. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012.

WANICK, Flávio. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história*. Vitória: Flor&Cultura, 2008.

ZANDONADI, Máximo. *Venda Nova do Imigrante: 100 anos de colonização italiana no Sul do Espírito Santo*. Venda Nova do Imigrante, 1992.

# INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS NO CONTEXTO LOCAL CAPIXABA, A PARTIR DO ENFOQUE CULTUROLÓGICO DE OLIVEIRA VIANA

*Aldieris Braz Amorim Caprini\**

*Solange Faria Prado\*\**

**Resumo:** O artigo discute a organização política brasileira a partir do trabalho de Oliveira Viana enfocando o que se denominou por culturologia do Estado. A partir de sua análise sobre a formação das oligarquias e a cultura política presente na estrutura de poder, concretizando-se por meio dos complexos familiares e instituições sociais delas advindas, apresentaremos a realidade política da vila de Iconha, município do sul do Espírito Santo no período de 1879-1915 que apresenta um cenário político de clientelismo e oligarquias em que figuram tipos, instituições e complexos verificados no trabalho de Viana. Nesta perspectiva, as discussões conceituais nos possibilitam compreender a realidade política brasileira e a formação do Estado brasileiro tomando uma realidade regional para demonstrar as concepções de Viana.

**Palavras-chave:** Oliveira Viana. Cultura política. Iconha. Estado brasileiro.

## Introdução

Resultado dos estudos sobre “Estado e Políticas Públicas”, o trabalho que ora se apresenta promove uma reflexão a partir das análises de trabalhos de Oliveira Viana sobre a organização política do país. O principal enfoque se dará a partir da história local do município de Iconha, sul do Espírito Santo no período de 1879 a 1915 buscando estabelecer uma relação entre a teoria e os fatos políticos nesse tempo e nesse espaço.

---

\* Doutor em Educação – PUC/SP. Mestre em História – UFES. Professor do IFES. Membro do IHGES.

\*\* Mestre em Educação – UNINCOR. Doutorando em História – UFES. Bolsista da FAPES.

A tônica empregada por Oliveira Viana está pautada na concepção de que a formação sociocultural do Brasil deve ser considerada para entendermos as instituições políticas brasileiras. Buscando compreender essa realidade a partir de um modelo nacional que a explicasse política e socialmente, Oliveira Viana em *Instituições políticas brasileiras*, nos apresenta a maneira como a organização da política brasileira se deu a partir de identificação de valores, os quais as elites lançaram mão para nortear suas ações e a preconizar a condição subalterna da população, chamada por ele de “povo-massa”.

Observa-se que as teses defendidas por Viana partem de análises da política local e, que juntamente com o memorialista Idalgiso Simão, José Murilo de Carvalho e Joaquim Araújo, nos proporciona uma reflexão acerca da política brasileira num todo.

Para fins deste trabalho, dividiremos as análises em três momentos: uma análise da culturologia do Estado em Oliveira Viana, o processo político do município de Iconha durante o século XIX e princípios do XX e, finalmente, teceremos algumas considerações buscando ampliar os estudos e reflexões sobre a política capixaba e brasileira.

## I – O pensamento de Viana e a culturologia do Estado

José Francisco Oliveira Viana, sociólogo e jurista que viveu na primeira metade do século XX é considerado um dos grandes interpretes da vida brasileira. Analisando as mudanças de comportamento apreendidos pela população e elite brasileira desde os tempos coloniais a partir das mudanças de regime, sua obra é considerada um divisor de águas, marcando uma nova fase na interpretação dos estudos brasileiros.

Para o autor, no começo da vida política do Brasil não havia pessoas preparadas para construir e consolidar o Estado Nação e, acostumados como estavam a resolver suas questões de maneira autônoma, a elite fundiária tornava privado aquilo que deveria ser *res publico*. Daí concordarmos com Anderson (2008) quando sopesa que as comunidades nacionais nas antigas colônias europeias foram inventadas, imaginadas...

O pensamento de Oliveira Viana consiste, de forma simplificada, na centralização política do Estado para romper com as oligarquias e conduzir ao verdadeiro Estado democrático e representativo, livre da interferência de grupos que visavam aos interesses individuais em detrimento do coletivo.

Segundo José Murilo de Carvalho (1991, p. 87), Viana, na esteira de Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, acreditava que o Estado era um agente de transformação política, pois “onde não há tradição de *self-government* (sic) cabe ao Estado desenvolvê-la. O Estado protege a liberdade, cria o espírito público, molda a nação”.

Ressalta-se ainda que, para alcançar esse objetivo, na visão de Oliveira Viana, seria necessário romper com modelos políticos estrangeiros e buscar modelos nacionais, observando a trajetória política do Brasil nos últimos séculos. Nas palavras de Paim (1987, p. 176),

Oliveira Viana formulou uma proposta inteiramente original e que de certa forma correspondia a uma grande síntese da tradição política nacional, considerados os cinco séculos de sua existência e não apenas o último deles, a partir da independência, como veio a tornar-se praxe. A modernização do país deve abranger o plano das instituições políticas, como pretenderam nossos liberais desde a Independência. Mas essa modernização institucional, para deixar de ser um simples voto, exige transformação da sociedade que só o Estado pode realizar.

Viana destaca, em seu texto, a existência de um clã político oriundo de um processo histórico-político iniciado na montagem do engenho e da casa grande e, que para nos livrarmos dessa instituição política e alcançarmos uma verdadeira sociedade democrática, participativa e liberal, como já salienta José Murilo de Carvalho (1991) deveríamos passar pela mão poderosa do Estado para “ensinar” o povo e nele desenvolver um sentimento nacionalista que deveria se relacionar ao aspecto ético dos costumes da sociedade.

No entanto, é importante salientar a origem do pensamento de Viana, muito bem relatado nesse fragmento de Carvalho (1999, p. 208) ao apresentá-lo:

Pretendo argumentar que vários pontos centrais do pensamento de Oliveira Viana enraizavam-se na tradição brasileira e não na estrangeira. Ele mesmo reconhecia sua dívida com alguns de seus predecessores, particularmente com Alberto Torres e Silvio Romero. Mas creio que deita raízes numa família intelectual que antecede muito Silvio Romero e que tem longa descendência. Falo de uma linha de pensamento que começa com Paulino José Soares de Souza, o visconde de Uruguai, passa por Silvio Romeo e Alberto Torres, prossegue com Oliveira Viana, e vai pelo menos até o Guerreiro Ramos. Vou deter-me em deter-me em Uruguai, o patriarca da família, que Oliveira Viana conhecia e citava, embora dele não se declarasse seguidor.

Interpretando a sociedade brasileira como sendo um emaranhado de ajustes realizados pelas elites que segue na contramão das revoluções europeias, a análise de Oliveira Viana da história política social brasileira, parte de um modelo nacional próprio sem recorrer aos modelos teóricos europeus

Primeiro, devemos esclarecer que Viana considera a cultura política brasileira, conformada e expressada pelas oligarquias ou

pela constituição de clãs, como sendo resultado do processo histórico brasileiro ao longo dos séculos, que desenvolveu na sociedade determinados valores que se tornaram concretos e corporificados por meio de complexos e instituições.

Para Viana, a sociedade que aqui se desenvolveu, devido ao seu isolamento, a dispersão espacial e a dependência do senhor da terra, articulava entre si uma concepção própria de mundo e de laços sociais que eram legitimados pelos usos e costumes criados pela realidade vivida, constituindo assim, diversos complexos manifestados em tipos sociais, instituições sociais até hoje presentes em nossa sociedade. O conjunto social que daí surge produzirá, na classe de tipos sociais, tanto governados quanto governantes que em seu espaço de vivência e convivência busca articular a lei com seus usos e costumes. Desses tipos, dos quais:

podemos contar, por exemplo: o 'oligarca'; o 'coronel'; o 'manda-chuva'; o 'potentado do sertão'; o 'caudilho da fronteira'; o 'oposicionista sistemático'; o 'governista incondicional'; o 'genro'; o 'sobrinho' e o 'afilhado'; os 'encostados' da burocracia; o 'político profissional'; o 'presidente-soldado de partido'; o juiz 'nosso'; o 'eleitor de cabresto'; o 'capanga; o 'cangaceiro; o 'coiteiro', etc. (VIANA, 1987, p. 186)

Das instituições sociais políticas, segundo Viana (1987), poderemos citar: os partidos nacionais, partidos dos governadores (provincial ou estadual) e os partidos dos coroneis. Além desses, podemos englobar o fanatismo religioso e o banditismo ou outra organização, que tenha sua formação com objetivos políticos que, para validar o poder político dos senhores, cometiam assassinatos de adversários, promoviam o voto de cabresto, além de construírem atas falsas garantindo uma vitória no processo eleitoral e a partir disso, angariavam postos de confiança na engrenagem administrativa municipal.

Esse conjunto apresentado, formado pelos complexos e instituições, é assim sintetizado por Viana (1987, p. 154):

Como quer que seja, instituições, e tipos, e usos, e costumes, tudo isso constitui, no seu todo, uma trama de fatos interdependentes que tem uma explicação histórica e uma razão científica de ser: a culturologia, a sociologia genética, a história social nos dão a razão de sua existência na nossa sociedade atual.

Em cinco séculos, a trajetória política do Brasil esteve atrelada a grupos ou elites que tiveram seus interesses alcançados em detrimento do povo. No Brasil Colônia, verificamos o poder dos donatários e grandes fazendeiros. No Império, prevalece o grande latifundiário e comerciante, sem muita alteração com relação à colônia, porém agora há disputa eleitoral que conduzirá as práticas eleitorais para manter-se no poder. Na República, há rupturas em alguns aspectos com relação ao Império, mas também permanências, já que o poder agora não está nas mãos do poder hereditário, e sim, do voto. Singular em toda a história está o povo que não participa ativamente e garante a perpetuação de interesses particulares.

A conceituação e a identificação dos clãs são importantes para compreendermos o pensamento de Viana, uma vez que ele defende o fim das oligarquias, para constituirmo-nos como uma sociedade de fato democrática.

O clã feudal consiste, conforme Viana (1987, p. 161),

[...] nos elementos materiais, espirituais e humanos, que se prendem à propriedade da terra e à sua condição de força produtiva [...] em suma, o domínio do fazendeiro, considerado no seu aspecto geográfico, econômico, social, religioso, artístico, jurídico e político.

Esse complexo representa a dominação no Brasil Colônia, embora mantenha resquícios posteriores, porque até a independência não havia necessidade de manter um eleitorado, importante era dominar sua propriedade, garantindo a ordem, a obediência e a posse de suas terras. O engenho de açúcar é um importante símbolo desse cenário, no qual o senhor dominava além de seus escravos, sua família e seus agregados. De acordo com Viana (1987, p. 162), o objetivo de manter esse clã feudal era garantir a defesa do domínio senhorial ou manter o prestígio do proprietário.

Quanto aos clãs parentais, é importante esclarecer que no Brasil a organização da família não seguiu a organização romana ou celta que compunha, respectivamente, milhares de pessoas e a relação com várias gerações. Esse complexo tinha como função a solidariedade parental, a proteção e assistência aos membros. Assim, podemos afirmar que na época colonial, a família senhorial tinha a função de assegurar e aumentar o poder das famílias, por meio da obtenção e proteção das terras e de seus agregados, o que não foi excluído no Império, pois a partir dessa mudança do regime, o clã passa a ter uma finalidade eleitoral, formando oligarquias e agregados fiéis. O poder político deveria ser mantido pela grande família.

Dessa forma, o clã feudal e o clã parental, formados no Brasil, demonstram a cultura política dos três primeiros séculos, que ainda se mantiveram no quarto século através do clã eleitoral. Este foi o resultado do processo político de 1822 e a fusão dos clãs feudal e parental. Isso ocorre porque ambos formavam um poder privado com a necessidade de organizar-se politicamente fazendo-os se fundir e daí, o clã eleitoral definido por Viana (1987, p. 220) é o que

chamamos a essas novas e pequenas estruturas locais, aqui surgidas no IV século — de clãs eleitorais. Por que são tanto clãs como são os feudais e os parentais, já anteriormente estudados,

tendo a mesma estrutura, a mesma composição e a mesma finalidade que estes; apenas com uma base geográfica mais ampla — por que compreendendo todo o município, e não apenas a área restrita de cada feudo (engenho ou fazenda). Por sua vez, esses pequenos agrupamentos locais, depois de 1832, passaram a filiar-se a associações mais vastas, que são os Partidos Políticos, de base provincial primeiro e, depois, de base nacional — o Partido Conservador e o Partido Liberal, com sede no centro do Império e tendo como chefes províncias os Presidentes de Província.

Nesse cenário sócio-político eleitoral, após a Independência, ganha espaço tipos sociais como o coronel ou mandão local, além de instituições partidárias e usos e costumes como o mandonismo e o voto do cabresto, presentes no Império e, principalmente, na Primeira República.

A oligarquia rural formada por grandes fazendeiros é laureada pelo Estado através do título de coronel, juízes municipais e juízes de paz. Estes cargos eram importantes para o clã eleitoral, ou melhor, para determinado grupo no poder. Obter esses cargos era sinônimo de poder e meio para garantir votos e perpetuação no comando. O clã que tivesse entre seus membros um cargo de juiz deixava a população em suas mãos, inclusive seus adversários tornando-se o senhor do município ou regiões.

Também surgem as fraudes eleitorais e toda sorte de artimanhas para manter-se no poder local e, assim formar uma rede que ligava o poder municipal ao poder estadual e ao poder federal. Não é o objetivo de esse trabalho descrever o contexto político do Império e especialmente da Primeira República, e sim, demonstrar a cultura que os sustentavam a partir do pensamento de Oliveira Vianna. Todavia, é interessante a descrição que o autor faz sobre esse cenário político:

É que do Governador da província dependia a designação das autoridades municipais: e compreende-se o porquê destes grupamentos de clãs que se iam formando em torno dele. No fundo, eram grandes senhores dominiciais, chefes de vastos clãs parentais, que disputavam, através dele, o mando local; quer dizer: o direito de oprimir rivais, de aconchegar parentes e amigos nos pequenos ofícios locais — o que era um meio, praticamente, de assegurar-se contra a possibilidade de perseguições partidárias dos funcionários e autoridades locais [...] (VIANA, 1987, p. 222).

E continua,

Na verdade, foi a Guarda Nacional um dos fatores que mais concorreram para a fusão *in loco* dos antigos clãs feudais e parentais na unidade do 'clã eleitoral' (partido do Barão ou do Coronel), que era uma organização de base mais ampla do que a do clã feudal e do clã parental- por que municipal e não mais dominical ou latifundiária. (VIANA, 1987, p. 224)

O clã eleitoral surge por necessidade. A partir de 1822 não bastava ter domínio sobre suas terras, escravos e pequenos proprietários e uma base aristocrática familiar, era necessário dominar a massa de eleitores. A dependência foi obtida através da reorganização da instituição: os grupos formados por clãs feudais e parentais vão unir-se para constituir o clã eleitoral e usar novas práticas como o voto do cabresto, fraudes e clientelismo. O fazendeiro vai tornar-se coronel fazendeiro e, além dos latifundiários, surgem políticos com título de coronéis que são comerciantes ou profissionais liberais que vão dominar um município ou região.

Essa é a estrutura política nos quatro primeiros séculos e início do quinto, uma cultura política baseada em clãs que se adequavam

ao processo histórico. Para expurgar essa realidade e trazer a verdadeira democracia política, seria necessário, na visão de Oliveira Viana, um Estado centralizador que pudesse conduzir o povo para uma sociedade liberal e democrática com sentimento de pertencimento e ética social, através de um modelo político nacional e não estrangeiro, tendo por base a nossa realidade vivida.

todavia, nos adverte Oliveira Viana (1987, p. 193) de que,

Estes usos, estes costumes, estes tipos, estas instituições, formando o complexo da nossa cultura política, ‘penetram’ [...] a psique dos nossos ‘cidadãos’, principalmente nos campos, e constituem-se em motivos determinantes da sua conduta quotidiana na vida pública, não só no povo-massa, como mesmo nas elites superiores.

Na concepção de Viana, não poderíamos explicar nossa política com olhares europeus porque aqui não houve o feudalismo, nem mesmo revoluções como a Revolução Francesa, ou ainda uma aristocracia formada por condes, duques e barões, com exceção da peculiaridade da nobiliarquia do Segundo Império. Houve a existência de donatários, senhores de engenho, coronéis e outros tipos sociais nascidos e conformados à peculiaridade de nossa sociedade, de nosso processo histórico.

Para acabar com a política de clãs, especialmente na Primeira República, seria necessário rever a cultura política, posto que:

o problema fundamental de uma reforma política em nosso povo, fundada em bases realísticas — dizia eu em 1922 — será organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios vê contrafeios, que — além dos fins essenciais e toda organização política — tenha também por objeto: a) neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito do clã do nosso organismo político-administrativo;

b) quando não seja possível neutralizá-las, reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade (VIANA, 1987, p. 125).

Disto decorre a característica marcante do pensamento de Oliveira Viana em defender uma reestruturação política com modelos nacionais, visto que não há como usarmos o ideal descentralizador inglês ou norte-americano para acabar com esse mal da política brasileira: os clãs. Somente um Estado centralizador, tendo em vista que a sociedade aqui desenvolvida não se permitiu criar um sentimento de nacionalismo com comportamentos éticos visando o bem comum, teria sido capaz de eliminar esse contexto político, fruto de quatro séculos em que os clãs feudais e parentais deram origem ao clã eleitoral, oriundo de um contexto histórico.

O meio, para tanto, segundo o autor, seria seu modelo de Estado centralizado em que a sociedade se transformaria, acabando com os clãs valendo-se do autoritarismo que ensinaria o povo-massa a verdadeira democracia para que então fosse “emancipada” com o pleno exercício da democracia.

Essa maneira de pensar, fez com que Oliveira Viana fosse considerado um dos mentores do governo de Vargas já que, segundo o próprio autor (VIANA, 1987, p. 135), a solução de um Estado centralizado seria uma:

Das soluções possíveis para o nosso problema da administração local, a única solução, que pode conciliar o princípio da unidade e da autoridade política nacional com o imperativo da descentralização administrativa, imposta pela nossa desmedida extensão territorial, é — não a descentralização política (municipalismo, Federação ou Confederação): mas, pura e simplesmente, aquilo que os estadistas chamam “desconcentração”! — solução intermédia, em que a unidade política do Poder central — condição essencial da unida-

de nacional — se mantém inatingida em face da descentralização administrativa.

Assim, Viana mostra que a Cultura Política do nosso Estado é resultado da nossa condição social expressa pelos complexos de clãs feudais, parentais e eleitorais e suas instituições que devem ser eliminadas através do governo centralizado e autoritário, sem utilizar os modelos estrangeiros para, assim, alcançarmos um verdadeiro estágio democrático.

No contexto apresentado acima é visível e concretizado em nossa História Política, entretanto, para aprofundarmos a reflexão sobre o pensamento de Viana, vamos conhecer e analisar os aspectos políticos de determinada região para em seguida, a partir de suas concepções relacioná-las com a de cultura política aqui desenvolvida.

## **II – Política na Vila de Iconha: 1879-1915**

Compreender a formação política do município de Iconha requer uma análise da estrutura econômica e social que se formou no findar do Império e início da República. Até 1879, a região que hoje compreende o município de Iconha era habitada por forasteiros, em número de 4 ou 5 casas que, segundo Simão (1991, p. 21), viviam da agricultura de subsistência. Nesse ano, o imigrante português Antônio José Duarte abre uma casa comercial na referida vila e logo recebe como sócio o comerciante José Gonçalves da Costa Beiriz, que possuía negócios na vila de Piúma, denominando-se Casa Comercial Duarte e Beiriz.

A Casa Comercial Duarte e Beiriz tornou-se uma das maiores do estado e foi responsável pela transformação de uma região praticamente desabitada em um município sem infraestrutura. Os proprietários da firma, especialmente Antônio José Duarte, tornaram-se gran-

des chefes políticos locais, chegando a ostentar o título de coronel. No entanto, esse desenvolvimento comercial não ocorreu por acaso ou sorte, nem as obras públicas realizadas pela firma foram fruto da caridade, antes um evergetismo<sup>1</sup>, bem como o poder político obtido pelos comerciantes não foi resultado de seus méritos espontâneos na urna.

Quando foi criada a casa comercial, a vila era praticamente desabitada, o que do ponto de vista comercial não é lucrativo, mas os comerciantes tinham outro objetivo. A região consistia em terras virgens e, a partir de 1877, chegavam imigrantes italianos em busca de terra para o plantio do café. Os comerciantes compraram as terras, que hoje compõem o município, e dividiram em grandes lotes e eram vendidos aos imigrantes na condição de pagarem através das futuras colheitas de café.

Nesse contexto, os imigrantes, despossuídos de tudo, adquiriam produtos alimentícios e ferramentas na casa comercial, já que tinham uma floresta a desbravar e deveriam partir do nada e, assim, a “venda” fornecia tudo de que precisavam. Os comerciantes vendiam “fiado” com a promessa de liquidarem a dívida com a colheita do café. Importante salientar que, além das terras, os imigrantes também deviam os bens adquiridos. Quando era época da colheita, o agricultor levava a produção até a casa comercial para vendê-la. Contudo, era descontado o que devia e continuava a dever, afinal continuava a comprar e havia juros, sem falar que as terras adquiridas levavam anos para serem pagas.

Desse modo, a firma Duarte e Beiriz atuava na venda de produtos e na compra e exportação do café, conforme comprova Saletto (1996, p. 42):

---

<sup>1</sup> Cunhado por A. Boulanger, historiador francês, o termo designa os feitos aparentemente desinteressados pelos ricos para a cidade. Durante o período republicano de Roma Antiga, a prática do evergetismo era vista como uma obrigação social para com a cidade, pois ela era vista como uma extensão da família e da *gens*.

O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da 'venda', que comprava seu café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus 'fregueses', que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café na época da colheita. O sitiante em débito ficava 'preso' à venda, isto é, obrigado a vender-lhe seu café.

Assim, os comerciantes não tinham o trabalho de derrubar a mata e plantar o café para depois colher e exportar. Todo o trabalho na lavoura ficava por conta dos imigrantes que ainda compravam na sua venda. Os comerciantes tinham somente que exportar.

Para tanto, montaram uma infraestrutura comercial para dar condições aos negócios. O café era levado de barco, através do Rio Iconha, da vila de Iconha até Piúma, onde era depositado na filial, um trapiche, dali era exportado para o Rio de Janeiro e Vitória. Além dos barcos, também possuíam uma rede telefônica entre filial e matriz, isso no começo do século XX. A firma chegou a ser correspondente bancária de agências do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Paralelo ao desenvolvimento comercial, o coronel Antônio Duarte foi ganhando espaço político. A vila de Iconha pertencia ao município de Piúma, mas com seu crescimento tornou-se a sede do poder municipal e tinha no coronel sua força maior.

A firma comercial doou terreno para que fossem feitas ruas, cemitérios, igrejas e escola. Inclusive o coronel Antônio Duarte fundou a biblioteca municipal. Para dar suporte ao poder público, foi construída a delegacia, a prefeitura e o posto do correio. Quanto mais se desenvolvesse a vila, mais a população aumentaria atraída pela infraestrutura e as possibilidades de trabalho. Assim, automaticamente, haveria mais compradores para a casa comercial e as obras realizadas na cidade pelo Cel. Duarte criavam uma imagem

de benfeitor que deveria ser recompensado nas urnas. Desse modo, o coronel conseguia manter-se como o chefe político do clã eleitoral.

Seu poder político advinha também da dependência dos imigrantes com a casa comercial, pois quem não estivesse com o coronel não tinha para quem vender a produção e teria as dívidas cobradas. Assim, em época de eleições, a população conduzia seu voto conforme as necessidades econômicas. O poder político era construído a partir das necessidades essenciais da sociedade, uma vez que não havia alternativa para saná-las. Todos estavam presos ao coronel, ou seja, as instituições apresentadas por Viana, especialmente os usos e costumes aqui se representam.

A casa comercial polarizava a vida da vila, era o vendeiro que, por estar próximo do produtor e ser único com instrução, estabelecia vínculos com as pessoas. Era responsável por dar conselhos, ajuda econômica e apadrinhar os filhos dos agregados. Como o comerciante também era o político, arrumava empregos públicos e fazia a lei do município.

Desse modo, o comércio foi o sustentáculo de poder política à medida que por meio dele, o coronel manteve a sociedade atrelada à sua casa comercial. Salienta-se que a firma financiava as obras que, para a população dominada, era um ato de bondade, mas simbolizava, na verdade, o poder do coronel na região.

A escalada ao poder foi resultado das condições de dependência de imigrantes para com um coronel na aquisição das terras, na falta da ação do governo estadual e federal na construção de obras públicas que deu espaço para o poder privado apropriar-se e torna-se o senhor do município, isso sem citar pormenores que mereceriam um estudo aprofundado.

Assim, verificamos que a política na vila de Iconha nos proporciona um confronto da teoria de Oliveira Viana com a realidade política para que não nos limitemos a estudos teóricos sem sistema-

tizar com a prática. Após apresentarmos o pensamento de Viana e a realidade política em Iconha, partimos para a sistematização.

### **III - O pensamento de Viana em uma realidade política: sistematizações**

O contexto político apresentado anteriormente demonstra a cultura política brasileira no final do Império e início da Primeira República e concretiza a concepção de Viana sobre a organização política de nosso país. Portanto, se fazem necessárias algumas sistematizações sobre esse cenário à luz do pensamento de Oliveira Viana.

Primeiramente, analisamos como a posse de bens, não nos limitando somente a terra, e a família (clã feudal e o clã parental, respectivamente) conduziriam ao clã eleitoral. Salientamos que não houve em Iconha esses complexos em sua essência clássica do Brasil Colônia e Império, e sim, seus resquícios que levaram a uma nova forma de poder, via eleições.

O coronel Duarte e seu sócio Beiriz adquiriram terras na região e as revendiam para imigrantes. Dessa forma, não se tornaram coronéis fazendeiros, mas as pessoas que compravam as terras ficavam dependentes deles porque as compravam a prazo. Viana mostra que o poder dos clãs eleitorais era oriundo, em grande parte, da dependência dos trabalhadores do seu patrão, os fazendeiros. Em Iconha, a terra também foi o mecanismo de dominação, porém sem a característica de fazenda.

Viana afirma (1987, p. 162) que o interesses no domínio (terras) e a relação com a população consistiam na “defesa do domínio ou prestígio do proprietário.” Sem analogismos, mas verificando a permanência do prestígio que a terra dava no Brasil Colônia e Império e ainda no contexto da Primeira República para obter votos, em Iconha, esse foi um dos mecanismos de dependência eleitoral.

É interessante ressaltar também que o comércio foi fator importante para alcançar o poder político. As pessoas compravam fiado na casa comercial e estavam presas a ela, principalmente os imigrantes, que dependiam dela para vender a produção de café, para pagar as terras e os gêneros adquiridos. Ressalta-se a casa comercial que, durante o ano, socorria os pequenos proprietários com gêneros alimentícios e objetos para pagarem essas despesas com a colheita anual do café.

Ressalta-se também que as famílias Duarte e Beiriz estavam unidas nas relações econômicas e políticas. Esse poder, oriundo da posse de bens e união de famílias, vai resultar num poderoso clã eleitoral dos Duarte e Beiriz, que segundo Viana (1987, p. 228) “formado da fusão de duas organizações privadas — o clã feudal e o clã parental — o clã eleitoral foi uma consequência lógica do critério majoritário”.

A vila de Iconha torna-se o domínio do coronel Antônio Duarte, chefe político do clã eleitoral, formando um cenário onde podemos verificar nitidamente as instituições apresentadas por Viana, pois o coronel é um exemplo de tipo social, caracteriza-se por instituições sociais ao se tornar chefe do partido republicano e, quanto aos usos e costumes, os mandões de Iconha valeram-se do clientelismo, voto do cabresto entre outros.

Duarte torna-se um coronel vendeiro que possui as características apresentadas por Viana, pois

[...] podemos afirmar que o coronel vendeiro apresenta as características clássicas desse tipo político, como o clientelismo e o mandonismo entre outras, presente no coronel latifundiário, farmacêutico e até padres. Mas, essas características possuem peculiaridades onde o poder político é resultado dos favores que o coronel consegue fazer através do comércio, como o vender fiado. A dependência dá-se por outra via que não é o emprego no latifúndio. São os bens e a infra-

-estrutura comercial os meios para chegar ao poder político. Além de ser um tipo de coronel típico de áreas de pequena propriedade, onde o eleitor tem a terra, mas está preso na compra dos bens e na venda dos seus produtos. Assim, essa dependência devia ser revertida em votos e lealdade política. O voto de cabresto, o clientelismo e o mandonismo local, usos e costumes, segundo Viana, foram os meios que os coronéis usaram para alcançar e manter o poder em Iconha, sendo esse uma característica do clã eleitoral. (CAPRINI, 2007, p. 126)

Era o clã político que conduzia a vida política na vila de Iconha, uma vez que os poucos empregos públicos eram distribuídos pelo coronel e a justiça estava em suas mãos. A casa comercial doou terras para construir ruas, cemitérios e igrejas e aos poucos construiu-se o município e, Duarte se tornou senhor dele.

Além do poder local, o coronel tinha relações com o poder estadual. O deputado estadual Virgílio Silva, de Iconha, era apoiado pelo clã do Duarte e fazia a ligação da esfera municipal com a estadual, o que exemplifica o cenário político nacional assim apresentado por Viana (1987, p. 227) “[...] todo o empenho desses chefes de clãs rurais, quando associados em clã eleitoral, era obter o apoio do Governador — e cada um deles só assentia congregar-se num clã eleitoral para esse efeito, e só para este efeito; nada mais”.

Com a população dependendo economicamente do coronel, os órgãos públicos em suas mãos, sendo considerado o grande benfeitor do município e ainda com apoio estadual, o clã da família Duarte e Beiriz, representado pelo coronel Duarte, é a clara expressão do clã eleitoral de Oliveira Viana.

Iconha era um núcleo, uma parcela, do sistema político nacional que, em seu conjunto, formava uma nação dominada por oligarquias, clãs, que visavam aos interesses individuais em lugar do

coletivo. A cultura política do país estava formada por clãs feudais e parentais que se fundiram no clã eleitoral. O fragmento de Viana (1987, p.158) sintetiza esse ponto:

Estes grandes partidos [partidos nacionais] — se porventura os submetemos a uma análise sociométrica da sua estrutura, decompondo-se nos seus elementos celulares — verificamos que todos eles se reduzem a estas unidades primárias. Microorganizações de tipo exclusivamente personalista, nelas vemos agrupada e arregimentada a população rural, tendo sempre à frente um grande proprietário rural ou um importante comerciante [caso de Iconha], hoje e, na Monarquia, um ‘senhor de engenho’, um grande proprietário de fazendas de café ou de açúcar — coronel, comendador ou barão.

Esse sistema político demonstrado por meio de uma política local é o que Viana aponta como resultado do nosso processo sócio-político-cultural através de séculos vida autônoma de grupos que segundo Viana, deve ser expurgada através do Estado forte.

### **Considerações finais**

No estudo sobre a política é comum ocorrer a dicotomia entre teoria e realidade, isso porque não se busca, muitas vezes, explicar os fatos e propor soluções a partir de pensamentos acadêmicos. Com relação a Oliveira Viana, temos um excelente trabalho sobre a cultura política do Brasil e muitos ainda falam de coronelismo e oligarquias como elementos aleatórios, fora de um contexto teórico.

Verifica-se, após o estudo do texto “Culturologia do Estado”, de Oliveira Viana, que o autor apresentou a cultura política do Brasil desde o período colonial através da nossa condição social e não por

modelos estrangeiros. No período Colonial, verificamos a força do poder através da posse de terras, o clã feudal, já que as elites estavam preocupadas em manter seu domínio porque não havia partidos políticos, assim o poder não era simbolizado pela política e sim por bens fundiários Outra forma de demonstrar poder era a família que formava uma “aristocracia” rural. Assim, temos dois clãs, o feudal e o parental, que surgem na Colônia e se mantêm no Império; mas, com a Independência, vão transformando-se no clã eleitoral.

A partir de 1822 não bastava ter terras e uma família de prestígio, era necessário ter os votos, daí a nova configuração política que começa com o Império e consolida-se com a República. Embora os mecanismos de poder sejam diferentes, ocorre uma singularidade: um grupo domina a sociedade de desvalidos e despossuídos.

Essa síntese da cultura política brasileira nos quatro primeiros séculos a partir da nossa realidade é a grande contribuição de Viana para o estudo da sociologia política brasileira. Numa linha cronológica, podemos dizer que ele nos mostra o Brasil desde a chegada dos portugueses até o Governo de Vargas, que seria a transição da política de clãs para uma sociedade liberal e democrática, via autoritarismo.

Ainda que suas obras apresentem pontos a serem questionados e que após 1945 seu pensamento tenha sofrido duras críticas, devemos reconhecer que seu trabalho não se limita somente à teoria e ideias sem fundamento prático. Seu trabalho, *Instituições Políticas Brasileiras*, teoriza nossa cultura política e proporciona a compreensão de fatos, além de conduzir-nos a uma análise e reflexão.

Comprovamos esse argumento ao demonstrar, na realidade política de Iconha as análises de Oliveira Viana, verificando como se forma e atua um clã eleitoral. O poder do coronel Duarte exemplifica claramente o complexo de clã eleitoral apresentado por nosso autor.

Ao sistematizar a teoria com a realidade política de Iconha e identificarmos as concepções de Viana nos fatos políticos, conclui-

-se que seu trabalho não se limita a idéias. Suas concepções vão ao encontro à realidade e nos ajudam a compreendê-la e buscar soluções para nossa cultura política.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Boottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim, et al. *Iconha: nosso município*. IHGI: Iconha, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Comércio como propulsor político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Programa de Pós-Graduação em História da UFES, Vitória, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p.82 -99. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310/1449> Acesso em 13 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PAIM, Antonio. Oliveira Viana e o pensamento autoritário no Brasil. In VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: USP, 1987.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*: EDUFES: Vitória, 1996. SIMÃO, Idalgiso. *História de uma colonização*. Ed. Frangraf. Cachoeiro de Itapemirim, 1991.

SIMÃO, Idalgiso. *História de uma colonização*. Ed. Frangraf. Cachoeiro de Itapemirim, 1991.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: USP, 1987.



## NOTAS HISTÓRICAS SOBRE *LINHAGENS OU GENEALOGIAS MISTIÇAS* NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO: A FORMAÇÃO DO UNIVERSO COLONIAL IBERO-AMERICANO (1534-1640)

*Juliana Sabino Simonato\**

**Resumo:** O presente ensaio se propõe a refletir sobre as dinâmicas de mestiçagens como um processo de organização do mundo ibero-americano, utilizando-se como referência espacial a Capitania do Espírito Santo, a Audiência de Charcas (La Plata) e Buenos Aires. O intuito é demonstrar como estratégias matrimoniais foram utilizadas na construção e hierarquização da sociedade colonial, interligando diferentes partes do mundo, e vislumbrar como essas conexões forjadas contribuíram para as atividades de ocupação territorial e dos negócios no universo ibero-americano. O período sobre o qual nos debruçamos, corresponde ao momento de constituição dos primeiros núcleos de povoamento do mundo colonial português, entre os anos de c.1534 a c.1640, com ênfase ao período da União Ibérica. O estudo procura analisar o conceito de dinâmicas de mestiçagens por meio da formação de linhagens ou genealogias mestiças no seio das elites e dos grupos sociais mais poderosos das sociedades ibero-americanas. Tal conceito não será apenas aplicado na sua concepção biológica, mas, sobretudo, cultural. Além disso, procuraremos analisar o surgimento dos mestiços, com evidência aos nascidos de relações extraconjugais, ou seja, aqueles indivíduos que possuíam uma condição jurídica de ilegitimidade.

**Palavras-chaves:** Dinâmicas de Mestiçagens. Famílias. Ilegitimidade. Linhagens ou Genealogias Mestiças. História Comparada.

Os estudos preliminares do presente artigo, sobre a formação do mundo colonial na Capitania do Espírito Santo, respaldam-se na análise

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência do Espírito Santo (FAPES), Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

referente a constituição de famílias. A composição familiar é evidenciada como estratégia de formação de redes de parentesco, alianças e solidariedades, nos primeiros tempos do povoamento da Ibero-América<sup>1</sup>.

O uso do conceito de Ibero-América, adotado em nossa análise, justifica-se em decorrência da presença de portugueses e espanhóis em territórios, inicialmente fragmentados por acordos territoriais, como o Tratado de Tordesilhas (1494). Contudo, anos mais tarde unificados, em virtude de questões políticas que deram origem ao período denominado União Ibérica (1580-1640). Em ambas as partes, durante a conformação desses territórios, podemos perceber a presença dos léxicos e traços culturais semelhantes, o que nos demonstra a ocorrência de um intenso e constante trânsito de muitas pessoas, de diversas “qualidades” e “condições” no Novo Mundo.

A conformação de *linhagens ou genealogias mestiças*<sup>2</sup> foram responsáveis pelo processo de ocupação e povoamento do espaço territorial ibero-americano, configurado a partir das misturas biológicas e culturais.

---

<sup>1</sup> O conceito de Ibero-América, empregado na investigação, será utilizado no sentido de entender e explicar o empreendimento colonial como um fenômeno impulsionado pelos reinos ibéricos, Portugal e Espanha, como os agentes históricos responsáveis pela primeira globalização moderna. Contudo, ressaltamos que o uso do conceito não exclui outros sujeitos históricos que também atuaram de forma intensa no processo de dinâmicas de mestiçagens ocorrido na América ao longo da colonização, dentre eles os índios, africanos, holandeses, franceses e outros agentes da conquista. Ademais, tornar-se fundamental ressaltar que no período de estudo as fronteiras geopolíticas, principalmente na Península Ibérica, não estavam tão rigidamente definidas como as entendemos na contemporaneidade, haja vista, o período compreendido entre os anos de 1580 a 1640, nomeadamente designado União Ibérica.

<sup>2</sup> A genealogia mestiça é entendida como as parentelas formadas, durante o período colonial, a partir das dinâmicas de mestiçagens, isto é, das mesclas biológicas e culturais, ocorridas no novo mundo, nas quais os sujeitos, que se tornaram troncos de famílias, não são descendentes apenas do elemento europeu.

O intuito de nosso estudo é refletir e, ao mesmo tempo, operacionalizar o conceito de dinâmicas de mestiçagem, e não apenas em seu produto: o mestiço<sup>3</sup>. A proposta perpassa em analisar o conceito como processo, a fim de averiguar os desdobramentos ocorridos no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, marcado pela conquistas ibéricas do Novo Mundo.

Durante o período que compreende o período da chegada dos ibéricos, nas terras que mais tarde seriam denominadas como América, até o início do século XIX, as mesclas produzidas no Novo Mundo foram constituídas, pelos sujeitos históricos, com o objetivo de identificar, nomear, valorar, classificar e desqualificar os indivíduos. Os léxicos produzidos nesse contexto foram amplamente empregados e evocados por todos os grupos sociais, e, principalmente, representadas e explicadas na literatura e na produção historiográfica do período. Como afirma o historiador Eduardo França Paiva:

A história da formação do léxico das mestiçagens associadas às formas de trabalho foi resultado de dinâmicas sociais similares e, muitas vezes, únicas, que se espraiaram pela extensa área sob os domínios lusitanos e castelhanos nas Américas. Os vocábulos que o conformaram, assim como os sentidos atribuídos a eles, circularam e foram (re)produzidos nessas áreas de maneira continuada, tornando o processo, em boa medida, um só ou, pelo menos, um processo de desenvolvimento com muitas partes em comum<sup>4</sup>.

Ao que nos parece, nessas sociedades o uso desses léxicos eram “naturalmente” empregados como meio de distinção, identificação,

---

<sup>3</sup> PAIVA, Eduardo, França. *Dar Nome ao Novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII — As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

<sup>4</sup> PAIVA, Eduardo França. Op. cit. 2015, pp. 25-26.

classificação de si próprio e do “outro”. Esse processo de organização deu origem a categorização de diferentes “qualidades” (índio, branco, preto, negro, crioulo, pardo, mulato, cabra, mameluco, mestiço, zambo, etc...), em consonância com as “condições” (livre, liberto ou escravo) de cada indivíduo e de cada grupo existente no Novo Mundo. No entanto, cabe ressaltar que tais distinções não apresentavam, para aqueles sujeitos históricos, diferenciações de caráter evolutivo e degenerador de “raça”, conceito conformado posteriormente, na cultura da sociedade que se desenvolveu na segunda metade do século XIX e XX.

As pesquisas genealógicas e historiográficas recentes sobre a formação de famílias na Capitania do Espírito Santo colaboram para a aplicação do conceito de dinâmicas de mestiçagens. Não apenas por demonstrarem a mistura de pessoas de diversas “qualidades” e “condições”, mas por evidenciarem as trocas culturais ocorridas na convivência e coexistência de diferentes costumes morais, sexuais e familiares no Novo Mundo.

A complexidade social do universo colonial, originária da mistura de matrizes culturais distintas (índios, europeus e negros), o movimento das mesclas e de seus produtos, propiciaram a formação de variadas organizações familiares, com práticas culturais distintas.

A historicidade do processo de formação das famílias possibilita ao pesquisador ser capaz de perceber as *nuances* das relações sociais, inseridas nesse contexto plural, heterogêneo, social e culturalmente diversificado. Ao que tudo indica as possibilidades de mobilidade e ascensão social, acabaram por subverter, do ponto de vista normativo e moral, as tradições de uma sociedade de Antigo Regime, caracterizada por ser estamental e constituída por garantir privilégios a alguns indivíduos. A análise do universo colonial nos permite afirmar que ocorreu no Novo Mundo a criação de um novo

tecido social, mestiço, constituído por hierarquias, contudo distinto no mundo europeu.

Dentre primeiros percalços encontrados nesse momento de formação da sociedade colonial, e de certa forma também um problema, eram os contatos entre conquistadores e as mulheres indígenas. A ausência de mulheres ibéricas nas terras coloniais, ocasionou dificuldades desde o princípio do empreendimento, pois os homens procuravam esposas ou concubinas<sup>5</sup> entre as mulheres locais, inicialmente indígenas, e posteriormente mestiças e negras.

Na América Hispânica, a necessidade de regulamentar tal situação impulsionou os Reis Católicos, Fernando e Isabel, a estabelecerem um decreto de validação dos matrimônios entre homens castelhanos e mulheres indígenas. Dessa forma, o decreto da Real Cédula de 1514 estabeleceu a possibilidade de casamentos mistos no universo colonial, garantindo as relações de parentela e a organização de um estatuto jurídico para os indígenas.

Portanto, a principal característica da referida normativa foi regulamentar o processo das dinâmicas de mestiçagens, reconhecendo essa realidade conformada nas relações sociais relativas ao contexto do Novo Mundo<sup>6</sup>.

Os enlaces matrimoniais mistos eram entendidos como uma questão política, pois possibilitavam que muitos colonos espanhóis desposassem as filhas dos caciques locais, no intuito de herdar ter-

---

<sup>5</sup> As relações de convivência variavam entre colonos ibéricos e mulheres locais, algumas poderiam ser apenas companhia durante o tempo de permanência em terras do Novo Mundo e outras recebiam o status de esposa. Quando da ocorrência de casamentos, eram os ritos indígenas utilizados nas celebrações, em supressão ao católico. Em relatos sobre o cotidiano colonial, Frei Bartolomé de Las Casas afirmava que o grau de amancebamento era tal que alguns colonos denominavam suas mulheres com o termo “criadas”.

<sup>6</sup> ARMAS, Antônio Rumeu de. *A Política Indigenista de Isabel La Católica*. Valladolid: Instituto “Isabel La Católica” de História Eclesiástica, 1969.

ras e utilizar-se da mão de obra indígena. A existência de tais casamentos, proporcionou a formação de uma nobreza da terra, reconhecida pelos nativos, no entanto comandada pelos europeus.

Essa prática de enlaces matrimoniais, responsável pela formação de um elite colonial no Novo Mundo, foi interpretada pelo terceiro governador da ilha A Espanhola, Frei Nicolás de Ovando<sup>7</sup>, como uma questão política a ser controlada administrativamente. Em decorrência de tal fato, o governador tratou de limitar os casamentos mistos, por meio da criação de licenças matrimoniais e *encomiendas* aos espanhóis que haviam se casado com filhas de caciques em territórios afastados das tribos as quais pertenciam.

Ademais, a validade dessas uniões afetou a questão do estatuto jurídico dos índios, no que se referia a possibilidade de sua escravização. Até o ano de 1500, havia uma ambigüidade na política da Coroa Hispânica com relação a possibilidade dos colonos utilizarem o índio como mão de obra escrava. Somente nesse ano, os reis criaram um decreto regulamentando a proibição de escravização dos nativos. No caso português tal ocorrência só se efetuou enquanto determinação régia em 1570, por ordem do rei D. Sebastião. No entanto, os colonos continuaram por um longo período a utilizarem o trabalho compulsório indígena, como comprovam alguns documentos relativos à Capitania do Espírito Santo<sup>8</sup>.

A política com relação aos índios foi continuada no ano de 1512, pelo rei Fernando através da promulgação da Lei de Burgos, complementada em 1513, pela Lei de Valladolid. Tais normativas

---

<sup>7</sup> Frei Nicolás de Ovando foi nomeado governador da Índias em 1501, para onde foi enviado pelos Reis Católicos para restabelecer a ordem e a autoridade real.

<sup>8</sup> As primeiras peças de negros foram introduzidas na Capitania do Espírito Santo no ano de 1621, os escravos eram trocados pelo açúcar produzidos nas terras capixabas. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, Volume II, p. 193 e 225.

procuraram suprimir os abusos dos colonos espanhóis nas terras de ultramar, e ao mesmo tempo, viabilizavam a conversão dos indígenas e sua sujeição à administração espanhola.

A importância da Real Cédula de 1514, permitindo a possibilidade de casamentos mistos, insere-se nesse contexto, como decisão administrativa relevante. A legislação permitiu a afirmação do direito dos índios, ao caracterizar-se como medida proteção à segurança jurídica, garantindo igualdade e legitimidade aos descendentes dessas uniões mistas, em relação aos indivíduos nascidos de casamentos ocorridos em territórios espanhóis.

A regulamentação desses casamentos mistos também serviu como instrumento de conversão dos índios. Mas, por contraponto, também de integração biológica e cultural por meio da possibilidade de dinâmicas de mestiçagens.

Na América Portuguesa, no início do século XVI, as práticas de concubinato e mancebia, entre os colonos e as indígenas, eram práticas descritas em diversos relatos, tanto de agentes administrativos como dos jesuítas que encontravam-se em território colonial. O padre Manuel da Nóbrega, em suas cartas argumenta que tal realidade devia-se ao fato dos colonos portugueses não estarem acompanhados de suas esposas legítimas; ou de os solteiros não terem mulheres com quem se casarem. Em virtude desse argumento, escreve como sugestão ao rei D. João III, o envio de mulheres, mesmo que meretrizes, para a instituição de casamentos com colonos<sup>9</sup>.

No caso da Capitania do Espírito Santo, o casamento do sertanista Manuel Ramalho com a índia Antônia Paes ilustra as ocorrên-

---

<sup>9</sup> Carta do Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues, escrita de Porto Seguro em 06 de janeiro de 1550, in *ibid.*, p. 165-166. Proposta esta de imigração feminina que fez ao rei Dom João III em Carta escrita em Olinda em setembro de 1551. LEITE, Serafim, SJ, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Coimbra, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956, vol. I.

cias dos casamentos mistos em áreas lusitanas. Dessa união nasceu o mestiço e cônego Jácome de Queiróz, um mameluco que assume um cargo eclesiástico nesse universo marcado pelas misturas<sup>10</sup>.

Apesar dos argumentos do jesuíta Manoel da Nóbrega, seus esforços não foram suficientes para diminuir a motivação dos colonos portugueses. Eles continuavam a preferir se amancebar com as índias, pois mesmo com a chegada de mulheres brancas órfãs, essa prática continuou a fazer parte do cotidiano colonial.

O imaginário construído, pelos próprios colonizadores, a respeito das mulheres indígenas, destacando sua sensualidade em decorrência das diferenças de tradições culturais, como expor o corpo nu, teriam despertado o interesse do europeu por manter relações íntimas com as indígenas ou mestiças. Tais situações, originavam o aumento de práticas de concubinato e mancebia, apesar da proibição e de sua classificação como pecado mortal, ratificado pelo Concílio de Trento (1545-1563).

No próprio relato das autoridades e dos jesuítas percebe-se um discurso de desclassificação dessas mulheres, tanto pelo comportamento cultural quanto pela possibilidade de serem escravizadas. A desqualificação da honra ou da condição social da mulher colonial, habilitava o homem português a relacionar-se livremente com a mulher sem cometer pecado. O fato era compreendido como “natural em decorrência da transposição de valores portugueses para o mundo colonial. A tradição popular portuguesa interpretava o contato físico entre um homem e uma mulher solteira como algo “natural”, nos casos em que essa não fosse virgem<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> O cônego foi acusado pelo Santo Ofício de manter relações carnavais com uma mameluca, escrava de Ana Carneira, e uma outra menina, sua escrava, ambas menores de idade. VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Confissões da Bahia*: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 102-103.

<sup>11</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família*: concubinato, igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Dessa forma, os colonos reservavam o casamento legítimo para as “raparigas livres e castas”. Os poucos casos de casamentos, registrados pelos cronistas da época, que envolviam mulheres indígenas, estavam associados a uma política de alianças com os gentios da terra. Dessa forma, podemos verificar que a política de conquista e ocupação territorial hispânica possui similitudes com a dos colonos portugueses. Em ambos os casos, os conquistadores procuraram formar alianças de solidariedade e parentesco para legitimar seu poder diante das autoridades indígenas e submetê-las ao seu domínio, ao criarem laços afetivos com as filhas de caciques das tribos existentes em território colonial<sup>12</sup>.

Com o crescimento do empreendimento colonizador, entre a segunda metade do século XVI e todo o século XVII, o casamento, organizado pela Igreja como prescrito pelo Concílio de Trento e regulado pelo Direito Canônico, foi institucionalizando-se e incorporando-se ao cotidiano colonial, principalmente no seio das famílias mais abastadas. Além disso, a presença cada vez mais forte da Igreja, com a criação do Arcebispado da Bahia em 25 de fevereiro de 1551, facilitou a difusão, o processo e a celebração do sacramento do matrimônio.

Em termos econômicos, a formalização do casamento, pelo qual constituía-se a formação de patrimônio comum, ordenado por regulamentações jurídicas, possibilitava a transmissão dos bens por meio da sucessão legítima. Portanto, o patrimônio e os vínculos construídos no casamento consolidavam a posição das famílias envolvidas nos enlances e fortaleciam as redes de solidariedade. O casamento, por vezes, era demorado, burocrático e um processo custoso, todavia um mecanismo de controle do patrimônio familiar.

---

<sup>12</sup> Ver SCHUARTZ, Stuart B., *Segredos Internos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 33. O caso do português Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, ilustra a prática de formação de uma *nobreza da terra* no território lusitano.

Nesse contexto, nos territórios ibero-americanos os filhos e filhas de famílias da elite foram atores históricos relevantes para a formação dessas parentelas. Tal prática matrimonial, era forjada como uma estratégia para o fortalecimento de alianças, no intuito de construção e hierarquização da sociedade, que contribuiu para as atividades de ocupação territorial e dos negócios no universo colonial.

Diante da realidade de ocupação territorial foram os filhos, oriundos da mistura biológica e cultural, entre os europeus ibéricos e os nativos, ou seja, os primeiros “americanos”, responsáveis por produzir riquezas e garantir a posse do território colonizado pelas Coroas Ibéricas. Alguns eram filhos legítimos e outros nascidos de uniões ilícitas, contudo desempenharam funções administrativas importantes no Império controlado por Portugal e Espanha, e alguns foram enviados para a Europa no intuito de aprimorar seus estudos e garantir a manutenção do poder de suas famílias.

Eram os mestiços, conjuntamente com os europeus, os filhos de ibéricos nascidos na América (os chamados *criollos*) e os indígenas (pertencentes a linhagem dos grandes caciques) os indivíduos que compunham a elite colonial do Novo Mundo.

Entretanto essas sociedades ibero-americanas mestiças também se constituíram por aqueles sujeitos que vivam em condições subalternas. Eram filhos ilegítimos de soldados ibéricos, naufragos, degredados e pessoas ocupantes de cargos de baixo escalão que haviam desposado as índias na América. Esses foram os colonos responsáveis pela execução das atividades econômicas, principalmente braçais, que promoveram a produção da riqueza no Novo Mundo.

Ao nos debruçarmos sobre essa conjuntura histórica podemos perceber, por meio análise dessas dinâmicas de mestiçagens, a presença no universo colonial de comportamentos e práticas antagônicas aos ensinamentos cristãos. A mancebia, o concubinato, as relações efêmeras e os filhos ilegítimos eram experiências predomi-

nantes nesse ambiente mestiço, conformado pelas mesclas provocadas pela circulação de gente e de culturas.

Essa intensificação de contatos, entre colonizadores ibéricos, portugueses e espanhóis, e o gentio da terra deu-se de forma mais intensa com a união das duas Coroas, ocorrida no ano de 1580, potencializando a circulação, as adoções e adaptações dos léxicos que procuravam, como assevera o historiador Eduardo França Paiva, nomear o novo mundo em conexão direta com as outras partes do planeta.

Esses contatos em territórios ibéricos também provocaram um processo de diminuição do número de nativos, mas concomitantemente ao fenômeno ocorria o incremento populacional de mestiços. A proximidade entre os aldeamentos, os empreendimentos agrícolas e vilas favoreceu a aproximação e a maior integração dos colonos com os indígenas, o que resultou nos enlaces entre os europeus e as índias, favorecendo o aparecimento de uma significativa população mestiça.

Os casamentos realizados entre pessoas de diferentes origens, de um lado brancos e cristãos, e de outro, nativos ou mamelucos, proporcionou a formação de *linhagens ou genealogias mestiças* que dominou o contexto político e econômico da Ibero-América durante o século XVI e XVII. Esse processo de misturas biológicas e culturais, foi incrementado a partir da entrada, cada vez mais significativa, de negros africanos escravizados no mundo do trabalho dessa nova sociedade.

Dentre as principais estratégias empregadas no processo de ocupação do espaço ibero-americano encontram-se esforços e ações administrativas que garantissem a organização jurídica, militar, religiosa e civil do universo colonial. Os mecanismos de poder e controle, como a organização de alianças entre famílias poderosas das novas terras, garantiu a formação de um vasto império ibérico na América, que exerceu controle sobre o uso da mão de obra, garantindo a perpetuação de interesses econômicos.

O trânsito de culturas e pessoas, oriundo do processo de mundialização, proporcionou uma intensa fluidez nas relações sociais ibero-americanas, além das possibilidades de mobilidade, numa sociedade com moldes hierárquicos de Antigo Regime.

Tais particularidades, captadas no cotidiano colonial nos permitem afirmar que havia uma inexistência de rigidez nas áreas limítrofes entre os territórios dominados tanto por portugueses como por espanhóis. O fato deve-se, principalmente, devido a decorrência da atividade comercial conformada por redes controladas por homens de negócios provenientes da Península Ibérica, mas que atuavam em diversas partes do mundo<sup>13</sup>.

As alianças matrimoniais, em nome dos reis ibéricos e da fé de Roma, garantiam o fortalecimento de famílias poderosas que haviam se instalado no mundo colonial, por meio da ocupação de cargos administrativos importantes e acúmulo de bens e riquezas.

Os matrimônios proporcionavam a interligação dos engenhos de produção de açúcar, a extração de prata e o uso da mão de obra escrava (indígena e negra) e livre (mestiços) no espaço ibero-americano. Nesse contexto, acordos e enlaces matrimoniais aproximaram a Capitania do Espírito Santo, a Audiência de Charcas (La Plata) e Buenos Aires.

Os estudos genealógicos e as fontes documentais sobre o Espírito Santo tem nos demonstrado a ocorrência dessas práticas de perpetuação de poder e riqueza no universo colonial.

A Capitania do Espírito Santo, localizada no litoral Atlântico das terras atualmente denominadas Brasil, foi doada, por Carta Régia em 01 de junho de 1534<sup>14</sup>, ao fidalgo da Casa Real, Vasco Fernandes

---

<sup>13</sup> VENTURA, Maria das Graças A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidade e vivências*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

<sup>14</sup> Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho. Évora, 1.º de junho de 1534. Do Desembargo do Paço – Cód. 44 – XVI

Coutinho, que aportou na costa capixaba em 23 de maio de 1535, quando se comemora a Festa Católica do Divino Espírito Santo.

A Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, a décima primeira, era constituída por 50 léguas de terras, e passou a compreender as terras situadas entre a Capitania de Ilhéus (Pedro de Campos Tourinho) e São Tomé (Pero Góes).

Os estudos genealógicos sobre as famílias portuguesas radicadas no Novo Mundo, de Felgueiras Gayo<sup>15</sup>, e nomeadamente as referentes a Capitania do Espírito Santo, compiladas pelo genealogista e historiador Paulo Stuck Moraes<sup>16</sup>, fazem menção sobre a ascendência, o casamento legítimo e a existência de um filho ilegítimo do nobre colonizador do território espírito-santense.

Em consonância com esses estudos genealógicos, Vasco Fernandes Coutinho, era filho de dom Jorge de Melo, o Laje, Alcaide-mor de Serpa, no Baixo Alentejo, fronteira com a Espanha, região de antigo domínio mouro, e Branca Coutinho. Seus irmãos foram Martim Afonso de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho e Manoel de Melo.

O nobre português, entre os anos de 1510 a 1526/7, prestou serviços militares ao rei de Portugal nas Índias, sob as ordens do governador das Índias Dom Afonso de Albuquerque. Foi nomeado Alcaide-mor em Ormuz, e lutou em Goa, Málaca e na China, antes de se restabelecer em Portugal, de onde saiu para se dirigir ao Brasil, mais especificamente a Capitania do Espírito Santo, em 1534.

---

– 6, fls. 61 a 77 v. Arquivo da Biblioteca Real da Ajuda, Lisboa, Portugal. Fonte: Espírito Santo – *Documentos Coloniais* – Série Documentos Capixabas. Volume II.

<sup>15</sup> FELGUEIRAS GAYO, Manoel José da Costa. *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da “Pax”, 1938.

<sup>16</sup> MORAES, Paulo Stuck. Sucessão de donatários do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 62, Vitória, 2008.

Os serviços na Índia rendeu-lhe uma pensão anual, concedida pelo rei, como mercê pelos bons serviços prestados. Em Portugal, adquiriu uma quinta, espécie de fazenda, na vila de Alenquer, e teve propriedades em Santarém<sup>17</sup>.

Desse patrimônio se desfez Vasco Fernandes Coutinho quando se tornou donatário da capitania do Espírito Santo no Brasil, com o objetivo de obter os recursos necessários para a colonização de suas terras<sup>18</sup>.

Um documento administrativo, o alvará datado de 11 de junho de 1534, comprova que a pensão real foi trocada por um navio e provisões que foram utilizados para viabilizar o empreendimento colonizador do Novo Mundo sob os auspícios da Coroa Portuguesa.

Em Portugal casou-se com lusitana Maria do Campo, com quem teve os filhos Jorge de Melo Coutinho, Antônio de Melo Coutinho e Martim Afonso de Melo Coutinho.

Além desse casamento legítimo, manteve relações ilícitas com outras mulheres, sobre as quais não temos comprovações documentais de suas origens. A historiografia capixaba afirma que uma de suas concubinas foi Ana Vaz, que o historiador José Gonçalves Salvador diz possuir o sobrenome “de Almada”<sup>19</sup>. Qual a procedência da amásia de Vasco Fernandes Coutinho? Em que local teria vivido com o donatário?

---

<sup>17</sup> Uma propriedade rural adquirida por Vasco Fernandes Coutinho com os recursos oriundos de suas atividades durante sua carreira militar, que lhe concedeu prestígio e mercês, dentre elas uma pensão vitalícia. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3.<sup>a</sup> ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008, pp. 28.

<sup>18</sup> FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Flor & Cultura, 2006. pp. 43.

<sup>19</sup> SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*. Vitória: UFES: Departamento Estadual de Cultura, 1994.

Infelizmente, até o momento não foram apresentados registros documentais que provem que a concubina do primeiro donatário residiu na Capitania do Espírito Santo ou dados referentes a sua origem. Sobre o assunto temos apenas registros dos memorialistas que versam sobre a existência de uma ilha, na costa da Capitania, que recebera seu nome, Ana Vaz<sup>20</sup>.

O segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho Filho, fruto da união ilícita de Vasco (Pai) com Ana Vaz de Almada, assumiu a administração da Capitania do Espírito Santo, em decorrência da morte dos filhos legítimos, governando durante os anos de 1573 a 1589<sup>21</sup>. Além desse filho, segundo donatário, o casal também teve outros três filhos: Catarina de Melo, Yamar (Guiomar) de Melo e Jorge de Melo Coutinho<sup>22</sup>.

O segundo donatário, Vasco Fernandes Coutinho Filho, foi casado com Luiza Grimaldi, que nasceu em Nice (hoje cidade fran-

---

<sup>20</sup> Em seu livro *História do Estado do Espírito Santo*, o historiador José Teixeira de Oliveira faz menção ao testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, afirmando que nele o donatário agraciara, por herança, sua mãe, Anna, com uma tença. No entanto, ao consultamos o testamento que encontra-se publicado no Série Documentos Capixabas, identificamos que a Anna, referida pelo donatário é sua sobrinha, e não mãe como afirmara o historiador. Dessa forma, permanece a incógnita sobre a possibilidade de Ana Vaz de Almada ter resido na Capitania do Espírito Santo e sobre sua origem. OLIVEIRA, José Teixeira de. *Op. cit.*, pp. 117 (Nota 40). *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones do Santos Neves. Agosto de 1978, pp. 26-37.

<sup>21</sup> No testamento analisado de Vasco Fernandes Coutinho Filho há uma informação sobre a feitura do documento. Em consonância com o donatário, o testamento foi elaborado quando da sua viagem ao Brasil, mais precisamente a Capitania do Espírito Santo, para sua posse enquanto capitão-donatário. O documento foi registrado em Lisboa no dia 19 de abril de 1573. Testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, em Lisboa, 19 de abril de 1573. Códice 44, XIV, 6, folha 68, Arquivo Real de Ajuda, Lisboa, Portugal. Ver *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones do Santos

cesa), em 1541, filha de Pedro Álvares Corrêa e Caterina Grimaldi, e veio para o Espírito Santo em companhia do marido, em 19 de abril de 1573. Após a morte de Vasco Filho, no ano de 1589, na atual cidade de Vila Velha, primeira sede da Capitania do Espírito Santo, D. Luiza Grimaldi ou Grinalda, esteve à frente da administração da Capitania, entre os anos de 1589 a 1593, pois o casal não tinha filhos. Tal fato, registrado pela historiografia, fez de D. Luiza a primeira mulher ocupante de um cargo de alto comando nos primórdios da história espírito-santense, em pleno século XVI<sup>23</sup>. Para auxiliar a administração foram seus adjuntos Miguel Antonio de Azeredo, capitão de Ordenanças, e Marcos de Azeredo, parente do primeiro donatário, pois era casado com a sua neta Maria de Melo Coutinho.

A “capitosa”, como era nomeada D. Luiza, permaneceu na Capitania do Espírito Santo até o ano de 1593, quando dirigiu-se para Portugal, recolhendo-se no convento dominicano do Paraíso, em Évora<sup>24</sup>,

---

Neves. Agosto de 1978, pp. 26-37. Outros documentos administrativos devem ser revisitados para que possamos compreender como ocorreu a administração da Capitania entre o período de 1561 a 1573.

<sup>22</sup> No que se refere a morte de Vasco Fernandes Coutinho há uma divergência entre os historiadores quanto a possível data em tenha ocorrido. O historiador José Texeira de Oliveira, compilando seus antecessores, afirma que foi 1561, no entanto o professor Estilaque Ferreira dos Santos, pautado em documentos da época, uma carta do jesuíta Padre Antônio Rocha, apresentada pelo historiador Serafim Leite, afirma que Vasco Fernandes Coutinho teria falecido em fevereiro de 1571. Segundo o memorialista Brás da Costa Rubim (p.221), no ano de 1563 o segundo donatário encontrava-se exercendo seus direitos administrativos na Capitania. No entanto, o testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, transcrito na Série Documentos do Espírito Santo, comprova que o segundo donatário dirigiu-se para tomar posse da Capitania em 19 de abril de 1573, e não 1563, como afirmou José Teixeira de Oliveira em sua obra *História do Estado do Espírito Santo*, dessa forma comprovando a hipótese de Estilaque Ferreira dos Santos. Ver: SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A morte de Vasco Fernandes Coutinho: uma controvérsia historiográfica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 63, Vitória, 2009. RUBIM, Brás da Costa. *Memórias pra servir a história da Capitania*

onde faleceu em 1626<sup>25</sup>. Para a administração das terras capixabas foi nomeado a Miguel de Azeredo, com patente de capitão-mor.

Em consonância com o testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, a Capitania do Espírito Santo seria entregue ao filho de seu primo Ambrósio de Aguiar. O sucessor do segundo donatário foi Francisco de Aguiar Coutinho, que tornou-se o terceiro donatário, e governou a Capitania durante os anos de 1593 a 1627, quando veio a falecer. Assim dispunha o testamento:

[...] se  
eu fallecer sem haver filho de Dona  
luiza minha molher deixo por suces-  
sor da dita Capitania a hum filho de  
Ambrosio Aguiar coutinho meu primo  
que não seja o morgado, mas o segundo,  
e fallescendo o segundo apos elle  
de modo que venha a hum seu filho  
não sendo morgado. Mas vindo  
a fallescer todos e que fique soo hum  
que herde seu morgado<sup>26</sup> em tal caso

---

*do Espírito Santo*. Lisboa, 1840; Testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, em Lisboa, 19 de abril de 1573. Códice 44, XIV, 6, folha 68, Arquivo Real de Ajuda, Lisboa, Portugal. *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones do Santos Neves. Agosto de 1978, pp. 26-37.

<sup>23</sup> Com relação a presença de mulher junto ao governo das Capitânicas podemos destacar em território português os casos de Leonor Teles, em São Paulo e Dona Brites, em Pernambuco.

<sup>24</sup> O segundo donatário informa em seu testamento que as outras irmãs de Dona Luiza eram freiras em Évora. A informação nos permite concluir que ela, com o falecimento do marido, e depois da conclusão da transmissão da Capitania, dirige-se para Évora para, como suas irmãs, viver como freira. Ver: *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones do Santos Neves. Agosto de 1978, pp.26-37.

<sup>25</sup> FREIRE, Mario Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores*. 2.<sup>a</sup> ed. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

este que o herdar herde e succeda  
na dita capitania, com tal condi-  
ção e declaração que o que ouver [...]

A historiografia capixaba ressalta que teria ocorrido um litígio entre a “capitão”, Dona Luíza, e Francisco de Aguiar Coutinho pela posse da Capitania do Espírito Santo. Tal fato, explicaria o espaço temporal entre a morte do donatário, em 1589, e o início das atividades administrativas de Francisco Aguiar Coutinho em 1593.

No entanto, as formas de sucessão das terras capixabas e a partilha dos bens do segundo donatário são esclarecidas pelo testamento. Os estudos de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro<sup>27</sup> nos auxiliam a compreender o documento. Em consonância com os historiadores a divisão de patrimônio, em grupos familiares em fase de implantação de trajetórias ascendentes, dava-se por meio de estratégias que garantiam a divisão dos bens aos descendentes. Ou seja, os grupos familiares em busca de ascensão, que procuravam-se fortalecer-se socialmente nesse contexto do século XVI, evitavam a concentração da transmissão dos bens a um único herdeiro.

O primeiro donatário, apesar do título de fidalguia, descendia de um ramo secundário da linhagem portuguesa, como nos informa Maria José dos Santos Cunha<sup>28</sup>, Vasco Fernandes Coutinho era:

---

<sup>26</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa elaborado pelo padre D. Rafael Bluteau, o morgado pode ser definido, no século XVIII, como bens vinculados em certas sucessões de uma família, e por isso transmitidos, mas que não poderiam ser divididos ou vendidos. O morgado era herdado pelo filho primogênito. Essa estratégia de formação de morgados foi utilizada, entre os séculos XVI e XVII, por grupos familiares que se estabilizavam e, a partir desse momento, passavam a concentrar suas riquezas em torno de um único sucessor. Ver CUNHA, Mafalda Soares da & FRANCO, Juan Hernández (Org). *Sociedade, família e poder na Península Ibérica*: Elementos para uma história comparada. Edições Colibri: Lisboa, 2010.

<sup>27</sup> CUNHA, Mafalda Soares da & FRANCO, Juan Hernández (Org), *Op. cit.*, 2010.

[...] pertencente ao grupo da pequena nobreza, era um dos fidalgos da Casa Real cuja passagem pelas terras do Império funcionou como potencial meio de promoção social e econômica, respaldado pela teia de relações familiares que o ligavam a algumas das linhagens mais proeminentes da época: Melos, Coutinhos, Limas, Barretos e aparentado com Cunhas, Sás, Britos e Henriques.

As estratégias utilizadas por grupos familiares em ascensão, como o caso dos Fernandes Coutinho, poderiam ser muito variadas, e geralmente aplicadas: na formação de dotes matrimoniais das herdeiras; na transmissão de cargos de juro e herdade; na formação de comendas para segundo filho; e na criação de vínculos para secundogênitos<sup>29</sup> ou descendentes femininos.

A leitura do testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, nos permite verificar a aplicação dessas estratégias, pois: para a esposa Dona Luíza foi deixada uma tença de dez mil reis pelos rendimentos da Capitania, a metade das terras de sua fazenda<sup>30</sup> e a herança a ele transmitida de Diogo Fernandes; a Anna, que ele declara ser sua sobrinha, uma tença de dez mil reis a ser paga da mesma forma e a outra metade da fazenda; as terras da Capitania, bens doados de “juro e herdade” ao primeiro donatário, foram destinadas ao segundo filho de Ambrósio de Aguiar Coutinho.

Até o momento, não foram apresentados documentos que expliquem a demora na sucessão da Capitania. Mas, acreditamos que,

---

<sup>28</sup> CUNHA, Maria José dos Santos. *Vasco Fernandes Coutinho*: notas históricas e genealógicas. Revista Dimensões, vol. 31, Vitória, 2013, pp. 105-126.

<sup>29</sup> Diz-se de indivíduos que foram gerados em segundo lugar, ou seja, o segundo filho.

<sup>30</sup> O segundo donatário declara-se dono da metade dos rendimentos de um engenho denominado *Taquary*.

possivelmente, os motivos estejam ligadas ao processo de inventário para o cumprimento das ordens testamentárias deixadas por Vasco Filho, em decurso dos trâmites processuais exigidos. Além disso, Francisco de Aguiar Coutinho era filho primogênito. O segundo filho de Ambrósio de Aguiar Coutinho era uma mulher: Maria de Castro Coutinho Câmara, casada com Antônio Gonçalves da Câmara, que veio a ser o quarto donatário, entre os anos de 1627 a 1644. D. Luiza Grimaldi não teria assumido como “regente” a Capitania do Espírito Santo durante as demandas de sucessão entre os filhos herdeiros de Ambrósio de Aguiar Coutinho?

No entanto, além dos herdeiros legítimos, o segundo donatário da Capitania, Vasco Fernandes Coutinho Filho, como o pai, também se amancebou com outra mulher, de nome Antônia Escobar, com quem teve vasta descendência ilegítima: Frederico de Melo Coutinho, Pedro de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho e Manoel de Melo Coutinho.

Os filhos ilegítimos de Vasco Fernandes Coutinho Filho com Antônia Escobar, ao que tudo indica, traçaram como estratégia social e econômica uma atuação pautada nas atividades como sertanistas, participando de expedições organizadas em busca de metais preciosos e captura de mão de obra indígena nos sertões. O historiador Mário Aristides Freire<sup>31</sup> afirmou que Frederico de Melo Coutinho atuou em expedições ao sertão e dirigiu-se a São Paulo onde passou a residir. Em sua obra sobre os bandeirantes paulistas, Francisco de Assis Carvalho Franco<sup>32</sup> também faz menção aos filhos do segundo donatário, Frederico, Manoel e Diogo, como atuantes em expedições ao sertão. Através do Projeto Compartilhar, foi

---

<sup>31</sup> FREIRE, Mario Aristides,. *Op Cit.*, 2006, pp 119.

<sup>32</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Itatiaia Editora: São Paulo, 1989.

possível ter acesso ao inventário e o testamento de Pedro de Melo Coutinho, que segundo os Anais do Museu Paulista, participou da bandeira de Antonio Raposo Tavares, que conquistou a redução de Guairá (1628)<sup>33</sup>. O inventário<sup>34</sup> foi lavrado na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáí, termo da Vila de Santa Ana da Paranaíba, certifica Pedro de Melo Coutinho faleceu, aproximadamente, em julho de 1653, quando dirigia uma bandeira no sertão de Suburuçu<sup>35</sup>. Segundo o documento, ele deixou aos herdeiros, a mulher Maria Luiz Grou (Maria de Pinha) e o filho menor Francisco de Melo Coutinho, uma fazenda no valor de 39\$300 reis.

A história de nosso ilustre segundo donatário demonstra como as mesclas biológicas e culturais, e as práticas de mancebia, concubinato e ilegitimidade ocorridas no universo colonial descritas ao longo do texto.

A sua trajetória foi marcada pelos processo de dinâmicas de mestiçagens, uma vez que seu nascimento deu-se a partir de um união ilegítima ocorrida nesse ambiente de trânsitos e trocas culturais, promovidos pela expansão comercial e marítima dos Impérios Ibéricos. Contudo, sua qualidade de mestiço, pois acreditamos na hipótese de que sua mãe não era portuguesa, e de ilegítimo não foi obstáculo para que ele assumisse o poder imaterial do pai e as terras que lhe pertenciam no território do Novo Mundo. Por outro lado, em terras coloniais ele assumiu o comportamento social de muitos portugueses, ao casar-se com uma europeia, filha de importante rede familiar de comerciantes vinculados ao capital flo-

---

<sup>33</sup> Anais do Museu Paulista, Volume II.

<sup>34</sup> Projeto Compartilhar. Coordenação Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. <<http://www.projetocompartilhar.org/SAESPp/perodemellocoutinho1653.htm>> Acesso: 10 de julho de 2015.

<sup>35</sup> ELLIS Jr., *Meio século de bandeirantismo (1590-1640)*. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

rentino e genovês. Além disso, enquanto indivíduo desse “mundo misturado”, manteve uma relação ilícita, fora do casamento legítimo, o que lhe possibilitou a perpetuação de uma numerosa linhagem mestiça e ilegítima.

Com relação a sua descendência de Vasco Fernandes Coutinho (Pai) com Ana Vaz de Almada, no intuito de comprovar o processo de dinâmicas de mestiçagens, daremos ênfase a história de Catarina de Melo Coutinho, irmã do segundo donatário, casada com Manoel Fernandes, que teve dois filhos: Maria de Melo Coutinho e João de Melo Coutinho.

O neto materno do primeiro donatário do Espírito Santo, João de Melo Coutinho, nasceu em Vitória, provavelmente entre 1565 e 1570. Segundo o genealogista argentino, González Bonorino<sup>36</sup> e Paulo Stuck Moares<sup>37</sup>, o capixaba teria dirigido-se ao território hispânico acompanhado de sua tia Yamar (Guiomar) de Melo, outra filha de Vasco Fernandes Coutinho e Antônia Escobar, que foi casada com Ruano Telleo, fiscal da Real Audiência de Charcas, em La Plata<sup>38</sup>.

O marido de Yamar (Guiomar) teria vindo das Ilhas Canárias, em 1581, para assumir seu cargo de fiscal, e realizado uma pequena passagem por Vitória, onde conheceu e casou-se com a filha do do-

---

<sup>36</sup> GONZÁLEZ BONORINO, Jorge F. Lima. Dom Juan de Melo Coutinho y D. Juana Houguin de Ulloa. In: *Boletín 191*, do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas, p. 40-46.

<sup>37</sup> MORAES, Paulo Stuck. Alguns aspectos da descendência de Vasco Fernandes Coutinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 56, Vitória, 2002.

<sup>38</sup> O genealogista e historiador Paulo Stuck de Moraes transcreve: Em Buenos Aires, 10.II.1638 – “Declaro que o licenciado Ruano Tello, fiscal que foi da Real Audiência de La Plata, foi casado com Yamar (Guiomar) de Melo, tia de meu pai João de Melo...”. Archivo General de La Nación, Sala IX, 48-4-1, Fls.189. Ver MORAES, Paulo Stuck. Alguns aspectos da descendência de Vasco Fernandes Coutinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 56, Vitória, 2002, p. 9.

natário do Espírito Santo. A documentação da época comprova que o dito cônjuge de Yamar (Guiomar), no ano de 1583, encontrava-se no efetivo exercício do cargo, na Audiência de Charcas (La Plata).

As pesquisas dos genealogistas afirmam que João de Melo Coutinho passou sua juventude na Audiência de Charcas (La Plata), onde acaba se casando com Juana Holguin de Ulloa. Entretanto, quem era a esposa do neto do segundo donatário?

O historiador Paulo Stuck Moraes, em artigo para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, apresenta os dados genealógicos sobre a esposa de João de Melo Coutinho por meio de um contrato de casamento. Segundo o documento, Juana Holguin de Ulloa, era neta de um dos conquistadores do Alto Peru (atual Bolívia) Pedro Alvarez Holguin e Beatriz Tupac Yupangui, princesa inca, sobrinha de Atahualpa (décimo terceiro Inca), foi acertado no dia 07 de Maio de 1590, em La Plata.

O enlace matrimonial configura como uma nítida estratégia de conformação e ampliação da rede de solidariedade que visavam fortalecer a influência política da ilustre família capixaba em territórios hispânicos dinamizados pela economia extrativista de prata e sua exportação para a Europa. O intuito era formar vínculos com uma mestiça, que possuía em sua linhagem o sangue do conquistador espanhol e da nobreza inca, o que permitiria dessa maneira sua inserção naquele meio social hispânico.

A historiadora Maria das Graças A. M. Ventura comprova, por meio de um riquíssimo trabalho de pesquisa, como os portugueses, e seus descendentes, estiveram envolvidos no circuito comercial ultramarino espanhol, principalmente durante o período da União Ibérica. Para a autora, os interesses econômicos que orbitavam em torno da prata, do uso do trabalho compulsório indígena e do tráfico negreiro foram, na fase de expansão territorial do Novo Mundo, a razão que justificou amplamente as iniciativas individuais de pe-

netração dos colonos portugueses, do Brasil ao Alto Peru, sobretudo a partir de Buenos Aires e da fronteira com o Paraguai<sup>39</sup>.

Em seus estudos a pesquisadora evidencia que durante a União Ibérica, a região platina constituiu-se o segundo destino dos viajantes portugueses. Nesse contexto, Buenos Aires situava-se como a segunda cidade de maior população portuguesa, após a capital do vice-reino.

A historiadora assevera também que na rota que interligava Buenos Aires ao Potosí, os portugueses se fixaram e foram adquirindo propriedades fundiárias. Dessa forma, promoveram socialmente como *encomenderos*, ainda nos finais do século XVI. A dinâmica comercial do Potosí incitava-os a praticar uma economia mista, mas era a sua ligação à aristocracia local, através do casamento com filhas e netas de conquistadores, ou pela obtenção de mercês, que possibilitava a sua ascensão social.

Como exposto anteriormente, no mundo colonial os casamentos eram utilizados, por parte dos ibéricos, como estratégias de fortalecimento social, principalmente com o intuito de criar mecanismos de controle e poder. Essa prática era perceptível quando eles formavam alianças com as famílias abastadas do Novo Mundo, estabelecendo hierarquias e reconhecimento, sobretudo no sentido de garantir seu empoderamento sobre os indígenas.

Um exemplo dessa política foi empregada por Cortés no período da conquista com os herdeiros de Montezuma II. Sua filha Isabel de Montezuma, nasceu como o nome Tecuichpo Ixcazochitzin, mas posteriormente adotou um nome cristão. Quando criança foi desposada por um nobre Atlixcatzin, que morreu em 1520.

Depois da morte de Montezuma, casou-se sucessivamente com dois imperadores, Cuitláhuac e Cuauhtemoc, tornando-se Impe-

---

<sup>39</sup> VENTURA, Maria das Graças A. Mateus. *Op. cit.*, 2005.

ratriz Asteca. Com a conquista de Tenochtlán pelos espanhóis, a Imperatriz para manter-se no governo, converteu-se ao catolicismo e passou a chamar-se Isabel.

Em 1526 foi desposada por Alonso de Grado, um dos oficiais de Cortés. O enlace matrimonial insere-se dentro da política de dominação pretendida pelo conquistador. Dessa modo, a estrutura de poder asteca era incluída na administração forjada pelos espanhóis no Novo Mundo. Concomitantemente, os espanhóis legitimavam sua dominação sobre o México através da autoridade de seus próprios governantes astecas.

O casamento entre Alonso e Isabel incluía uma *encomienda* na cidade de Tacuba, a maior propriedade no vale do México. O espanhol morreu sem deixar descendência. Por sua vez, Isabel de Montezuma casou-se outras vezes, e inclusive deu a luz a um herdeiro ilegítimo de Hernáz Cortés. Mais tarde, foi desposada por Juan Cano, com quem teve cinco filhos, uma descendência que deu origem aos Duques de Miravalle, título ainda existente, herdado desse período da conquista do México.

Durante sua trajetória foram seis casamentos, tornando-se viúvas três vezes antes dos dezoito anos, por isso é considerada um símbolo feminino da conquista e da mestiçagem no México colonial.

Outros exemplos dessas estratégias matrimoniais podem ser encontradas na historiografia hispânica sobre o período colonial. O espanhol Martín García Onez de Loyola, sobrinho neto de San Ignacio de Loyola, nomeado governador de Chile, desposou a princesa inca Beatriz Clara Coya, sobrinha de Túpac Amaru, último descendente dos incas que mantinha resistência contra o domínio espanhol.

Assim como os casos expostos, o casamento de João Coutinho de Melo ilustra as práticas comuns em todo espaço ibero-americano, no intuito de consolidação do poder pelas estratégias matrimoniais. Tal processo de dinâmicas de mestiçagem, com trocas e mes-

clas culturas, propiciaram a convivência e coexistência de costumes distintos e que foram misturados no universo colonial.

Nesse período sobre o qual nos debruçamos, caracterizado pelo momento político de união da duas coroas ibéricas, ou seja, da União Ibérica (1580-1640), fato que ampliou de forma latente a presença de portugueses nesses territórios hispânicos, podemos verificar a inviabilidade de respeito com relação ao limite imposto pelo Tratado de Tordesilhas (1494). No período anterior, os limites territoriais eram pouco respeitados pelos colonos ibéricos que circulavam e transitavam no universo colonial, contudo, com a União das Coroas não haviam motivos para exigir-se o respeito aos limites de fronteiras que sempre foram fluídas.

Muitos comerciantes portugueses procuraram enriquecer-se com atividades comerciais oriundas, principalmente, da venda do açúcar e do tráfico de escravos, consoante com a historiadora Maria das Graças A. M. Ventura. Por isso, procuravam ampliar sua rede de negócios em busca de lucros provenientes da extração da prata.

A ocorrência dessa prática torna-se evidente ao verificarmos que o neto do primeiro donatário certamente deixou a Capitania do Espírito Santo com o objetivo de fazer parte nessa conjuntura de rede de negócios. Para tanto, utilizou-se do casamento com a princesa inca para inserir-se socialmente no território de domínio hispânico. De certa maneira, a entrada do capixaba na sociedade favoreceu os interesses dos próprios parentes que residiam na Capitania, ao ampliar o limite de atuação da rede de negócios, haja vista o intenso contato comercial do território capixaba com a Região do Rio da Prata, como destacou em sua obra o historiador José Gonçalves Salvador<sup>40</sup>.

No ano de 1594, consta que João Coutinho de Melo já residia em Buenos Aires, fato comprovado por um registro na planta da

---

<sup>40</sup> SALVADOR, Jose Gonçalves. *Op. cit.*, 1994.

cidade, no qual aparece seu nome como proprietário de uma morada nessa cidade. A sua presença na foz do Rio da Prata, corrobora por demonstrar que o capixaba tinha negócios vinculados ao comércio que interligavam interesses entre os três espaços fisicamente distantes, mas conectados pelas atividades comerciais lucrativas do período: o açúcar (produzido na Capitania do Espírito Santo), os escravos e a prata.

O neto do primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo faleceu em Buenos Aires em 1601, vitimado em um duelo contra Jácome Ferrufino. De seu casamento com Juana Holguin de Ulloa, nasceram outros dois filhos: Ana de Melo Coutinho, original de Buenos Aires, c. de 1591, casada duas vezes: a primeira, com Juan Diaz de Ojeda, a 05 de Junho de 1605, em Buenos Aires, sem descendência, e, a segunda, com Antonio Hurtado de Melo, a 22 de Agosto de 1611; e Francisco de Melo Coutinho, nascido em Buenos Aires, c. de 1593, casado com Juana Gómez de Saravia, a 24 de Novembro de 1611, deixando extensa descendência.

## Referências

- ARMAS, Antônio Rumeu de. *A Política Indigenista de Isabel La Católica*. Valladolid: Instituto “Isabel La Católica” de História Eclesiástica, 1969.
- BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- \_\_\_\_\_. *À Beira da Falésia*. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora do Rio Grande do Sul, 2002.

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Anno de 1712.
- CUNHA, Mafalda Soares da & FRANCO, Juan Hernández (Org). *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: Elementos para uma história comparada*. Edições Colibri: Lisboa, 2010.
- CUNHA, Maria José dos Santos. Vasco Fernandes Coutinho: notas históricas e genealógicas. *Revista Dimensões*, vol. 31, Vitória, 2013.
- DE CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano*. 2 vols., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000/2002.
- \_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- ELLIS Jr., *Meio século de bandeirantismo (1590-1640)*. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.
- ESPÍRITO SANTO: Documentos Coloniais*. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones do Santos Neves. Agosto de 1978.
- FELGUEIRAS GAYO, Manoel José da Costa. *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da “Pax”, 1938.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Itatiaia Editora: São Paulo, 1989.
- FREIRE, Mario Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores*. 2.<sup>a</sup> ed. Vitória: Flor&Cultura, 2006.
- GONZÁLES BONORINO, Jorge F. Lima. Dom Juan de Melo Coutinho y D. Juana Houguin de Ulloa. In: *Boletín 191*, do Instituto Argentino de Ciências Genealógicas, p. 40-46.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e a ocidentalização do México espanhol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LEITE, Serafim, SJ. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, Coimbra, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956, vol. I.
- MORAES, Paulo Stuck. Alguns aspectos da descendência de Vasco Fernandes Coutinho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 56, Vitória, 2002.

\_\_\_\_\_. Sucessão de donatários do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 62, Vitória, 2008.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII: as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho*. 2012. Tese de Professor Titular em História do Brasil apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Projeto Compartilhar. Coordenação Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. <<http://www.projetocompartilhar.org/SAESPp/perodemellocoutinho1653.htm>> Acesso: 10 de julho de 2015.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RUBIM, Brás da Costa. *Memórias pra servir a história da Capitania do Espírito Santo*. Lisboa, 1840.

SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1534-1700) — a presença de cristãos novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural - UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A morte de Vasco Fernandes Coutinho: uma controvérsia historiográfica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. N.º 63, Vitória, 2009.

SCHUARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, Volume II, 1918.

VENTURA, Maria das Graças A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidade e vivências*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.



## LUTAS E SOLIDARIEDADE NO FIM GRADUAL DA ESCRAVIDÃO. COMARCA DE VITÓRIA, ES<sup>1</sup>

*Michel Dal Col Costa\**

**Resumo:** As ações cíveis de liberdade podem ser consideradas fontes clássicas para o estudo da história da escravidão no Brasil, bem como da derrocada desse sistema. No entanto, no Espírito Santo, tais fontes ainda não haviam sido analisadas em série pela historiografia, que vem desde a década de 1980 estudando estas temáticas. Em alguns trabalhos, contudo, a historiadora Adriana Pereira Campos as empregou para constituir visões dos escravos a partir do Poder Judiciário da Província. Este trabalho consiste em um resumo de esforços que tem sido feitos para analisar uma série mais ampla destes processos judiciais. Em uma análise quantitativa e qualitativa de tais fontes judiciais relativas à liberdade obteve-se uma descrição de aspectos gerais de um montante de cerca de 460 processos relacionados à liberdade na Comarca de Vitória, que ao longo do século XIX praticamente abarcou toda a região central da Província capixaba. A leitura desta documentação propiciou coligir dados gerais sobre os processos, bem como a observação dos comportamentos, motivações e formas de agir de cativos, seus familiares e outros parceiros, constituintes de redes de solidariedade no empreendimento da busca pela liberdade oficial. Eles buscavam na Justiça a liberdade jurídica, entendida como mais uma forma de melhoria de vida e de solução de conflitos de interesses vividos na relação senhor-escravo. Alicerçada na historiografia brasileira mais recente, o trabalho aponta para uma compreensão da forma como se manifestou, no Espírito Santo, o projeto emancipacionista gradual empreendido pelo

---

\* Doutorando em História Social/UNIRIO. Cadeira 11 da Academia de Letras e Artes da Serra/ALEAS. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Professor da Rede Estadual de Educação.

<sup>1</sup> Uma versão desse artigo foi apresentada no II Seminário Fluminense de Pós-Graduação, realizado na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO / Campus Niterói, entre os dias 3, 4 e 5 de Dezembro de 2013. Trata-se de uma síntese de apresentação de alguns aspectos analisados na dissertação: COSTA, Michel Dal Col. *Caminhos da Emancipação: Redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Geraldo Antonio Soares. Coorientadora: Adriana Pereira Campos. PPGHIS, UFES, Vitória, ES, 2013.

Governo Imperial, a partir da decretação da Lei de 28 de setembro de 1871, que ficou para a posteridade conhecida pelo epíteto de Lei do Ventre Livre.

**Palavras-chave:** Ações de liberdade. Escravidão. Província do Espírito Santo. Justiça.

Os processos judiciais relacionados à liberdade têm sido fontes fecundas para pensar vários aspectos da escravidão, as lutas dos escravos e também a estrutura legal, institucional e jurídica do Brasil e outras regiões do mundo oitocentista<sup>2</sup>. São fontes que têm se popularizado no fornecimento de respostas sobre várias questões postas pela historiografia. Muitos autores as têm utilizado desde a década de 1980. Dentre eles, estão: Sílvia Hunold Lara<sup>3</sup>; Sidney Chalhoub<sup>4</sup>; Hebe Maria Mattos<sup>5</sup>; Keila Grinberg<sup>6</sup>, dentre outros. Esta última produziu inclusive trabalhos com as chamadas ações cíveis

---

<sup>2</sup> GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

<sup>3</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>4</sup> O autor analisa ações anteriores a Lei de 1871, buscando ilações entre as ações dos escravos na Justiça e o encaminhamento da questão e dos direitos dos escravos no período, inclusive a própria lei de 1871. Conforme Sidney Chalhoub, os principais preceitos desta lei podem ser compreendidos como “arrancados” pelos escravos às elites senhoriais brasileiras. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 95-174.

<sup>5</sup> Da mesma forma que Chalhoub, essa autora analisa as Ações de Liberdade na Corte de Apelação presentes no Arquivo Nacional. A autora não comentou mais detidamente as ações de liberdade posteriores a 1871, pois se tornaram mais raras na Corte de Apelação e mais sumárias. Disse que a partir da segunda metade do XIX ocorreu uma pressão pelo trânsito da escravidão para a liberdade que ultrapassou os aspectos tradicionais das relações privadas e se concentrou nos tribunais em larga escala, onde o poder senhorial fora questionado juridicamente. Os limites do poder senhorial baseado na “miragem da alforria” tornaram-se mais estreitos a partir daquele período. Mattos, Hebe Maria. *Das*

de escravidão, processo judicial oposto às ações de liberdade, pois eram abertos por senhores buscando reescravizar indivíduos por vários motivos<sup>7</sup>. Podemos citar ainda Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali<sup>8</sup>, Joseli Maria Nunes Mendonça<sup>9</sup> e Elciene Azevedo<sup>10</sup>. Dentre os mais importantes, há ainda o trabalho de Fernando Antonio Abrahão<sup>11</sup>, que não é uma narrativa histórica propriamente dita, mas um texto que organiza e classifica as ações judiciais relacionadas à liberdade na cidade de Campinas. Há ainda um uso frutífero de tais documentos em várias dissertações e teses nos últimos anos<sup>12</sup>.

Mesmo podendo ser consideradas fontes clássicas da historiografia da escravidão, no Espírito Santo, elas ainda não foram analisadas em série pela historiografia que estuda os escravos. Em alguns trabalhos, entretanto, Adriana Pereira Campos as empregou para constituir visões dos escravos a partir do Poder Judiciário da Província<sup>13</sup>. A historiadora capixaba utilizou uma amostragem do

---

*cores do silêncio, Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 185-190.

<sup>6</sup> Este livro, que foi a monografia de graduação da autora, também trata de modo geral de processos que chegaram à Corte de Apelação do Rio de Janeiro. A autora, além de analisar qualitativamente tais processos a partir de estudos de caso (o caso da família da escrava Liberata), realiza uma quantificação dos dados que computou em sua pesquisa. Cf. gráficos em GRINBERG, Keila. *Liberata. A Lei da Ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 107-117; e *O Fiador dos Brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Neste livro, realizou excelente estudo dos curadores no Rio de Janeiro, onde revelou uma complexidade no posicionamento de tais profissionais.

<sup>7</sup> Cf. GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX.* In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiças no Brasil. Ensaios de história social.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 101-128; e GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial.* In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 415-435.

maior corpus documental conhecido das ações de liberdade no Espírito Santo, que provém do *Fundo Comarca de Vitória. Judiciário. Juízo de Órfãos*<sup>14</sup>.

Tais processos cíveis de liberdade estão relacionados a indivíduos de várias localidades da região central do Espírito Santo. Todos os núcleos de povoação assinalados eram termos da Comarca de Vitória. Muitos deles, como Carapina, Santa Leopoldina, São José do Queimado, Cariacica, eram ainda pertencentes ao município de Vitória durante quase todo o século XIX. Apenas Viana emancipou-se durante o período, pois se tornou município em 1862, mas mesmo assim continuou ligada à jurisdição da Comarca da Capital. Há também documentação referente à Vila do Espírito Santo (Vila Velha); e ainda alguns pouquíssimos processos da Serra, Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus. Deve haver alguma explicação para a existência de processos dessas três últimas vilas. Ora,

---

<sup>8</sup> A autora analisa o processo gradual de emancipação através da legislação e das ações de liberdade e também o assunto correlato da tutela de crianças libertadas pela Lei do Ventre Livre, destacando o processo de manutenção de domínio sobre famílias escravas. Cf. PAPALI, Maria Aparecida C. R. Escravos, libertos e órfãos. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

<sup>9</sup> A autora analisa o processo gradual de emancipação desencadeado pelas chamadas leis emancipacionistas (leis do Ventre Livre e dos Sexagenários), até os arbitramentos de liberdade e ações de sexagenários. Cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Coleção Várias Histórias. 2.<sup>a</sup> Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

<sup>10</sup> A autora analisa ações de liberdade pautadas por buscas abolicionistas com base na Lei anti-tráfico de 1831. AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Coleção Várias Histórias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>11</sup> ABRAÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Coleção Instrumentos de Pesquisa. Campinas, SP: UNICAMP, Cento de Memória, 1992.

além de serem distantes, como a sulista (Cachoeiro do Itapemirim) e a nortista (São Mateus), esses lugares possuíam comarcas próprias ao longo da segunda metade dos oitocentos. É difícil definir o tipo de relação desses escravos e senhores com Vitória. Talvez, de passagem pela capital, buscaram utilizar a estrutura da Comarca de Vitória. Quem sabe, o escravo morasse em Vitória, onde trabalhava para o seu senhor, que residia distante. Poderíamos dizer que na capital havia uma estrutura judicial mais organizada para as libertações jurídicas, mas são apenas comentários hipotéticos secundários dentro do objetivo principal deste trabalho, como se verá.

---

<sup>12</sup> Dentre elas, conferir: DIAS, Silvania de Oliveira. *As ações de liberdade de escravos na Justiça de Mariana. 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus. Programa de Pós-Graduação em História, UFOP, Mariana, MG 2010. Disponível em: [http://www.ichs.ufop.br/pgh/index.php?option=com\\_content&view=article&id=96:acoes-de-liberdades-de-escravos-na-justica-de-mariana-1850-1888&catid=10:dissertacoes-.efendidas&Itemid=8](http://www.ichs.ufop.br/pgh/index.php?option=com_content&view=article&id=96:acoes-de-liberdades-de-escravos-na-justica-de-mariana-1850-1888&catid=10:dissertacoes-.efendidas&Itemid=8); GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870 a 1888)*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. José Murilo de Carvalho. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>13</sup> Cf. CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Barras dos Tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr. José Murilo de Carvalho; Co-orientador: Prof. Dr. Mano-lo Garcia Florentino. Rio de Janeiro, 2003, p. 210-217. Nesta parte de sua tese de doutorado, a autora utilizou uma amostragem das ações de liberdade para estudar a concessão jurídica da liberdade no Brasil com o intuito de acessar mais uma dimensão da prática efetiva do Direito Civil, objetivo de seu trabalho. Conferir também: SIMONATO, Juliana Sabino. *O Fundo de Emancipação: as prerrogativas da Lei do Ventre Livre como estratégia de mobilidade social*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n.º 66, 2011, pp. 137-163.

<sup>14</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

## **Processos de liberdade da Comarca de Vitória em números**

Um aspecto importante refere-se à natureza da forma como os processos foram abertos no juizado de órfãos da Comarca de Vitória entre 1850 e 1888. Os processos individuais representam a imensa maioria do conjunto de autos, contabilizando 96.7% de todos os casos; ou seja, 445 das entradas na Justiça. Apenas 15 processos, isto é, 3.3%, apontaram casos em que mais de um indivíduo participavam da ação. Isso significa, por um lado, que a grande maioria dos escravos buscava tratar de sua liberdade individualmente; e por outro, que o Estado favorecia o tratamento individualizante de cada caso de busca de liberdade. É claro que, como veremos, muitos indivíduos cuidavam da sua liberdade individual, mas recebiam a ajuda de amigos e familiares. Parece que a forma de construção da documentação por parte da Justiça local tendia a realizar o registro individualmente. Isso não impedia, contudo, que grupos maiores buscassem a liberdade por meio da lei.

Levando em consideração os 15 processos com registros coletivos, 11 manifestaram claramente conjuntos familiares buscando a liberdade, dentre os quais, oito correspondem a maridos e esposas. Há outro casal que foi alvo de processo coletivo; porém, por serem de um mesmo senhor, o seu caso foi agrupado com os outros dois cativos, e foi computado no índice de mais de dois indivíduos.

Os vínculos familiares entre cativos foram registrados na documentação em três processos onde mães e filhos eram os pleiteantes à liberdade. Houve ainda três processos onde dois indivíduos (um homem e uma mulher) entraram na Justiça para requerer, conforme a lei e as ferramentas disponíveis, a sua liberdade. Nos processos não consta nenhum dado sobre os vínculos familiares dos libertandos. Por fim, há um processo com três indivíduos, que na verdade são crianças entre 7 e pouco mais de 10 anos.

O conjunto documental da Comarca de Vitória analisado é composto de muitos autos de arbitramento de liberdade, ações de liberdade gerais, ações de liberdade pelo Fundo de Emancipação e várias ações de pleito de liberdade através de depósitos feitos por escravos junto a Tesouraria Pública e a Caixa Econômica. E ainda de registros burocráticos que a questão da liberdade dos escravos gerava ao longo da segunda metade do século XIX. A movimentação relativa à liberdade tinha como figura central o juiz de órfãos, mas outros magistrados participavam dos tramites do processo, como Juízes de Direito e o Juízes Municipal<sup>15</sup>.

A partir da leitura do material coligiu-se mais de 50 tipos de processos distintos. Muitos deles são complementares, mas se tornavam únicos na tramitação entre os escravos, as instituições e os despachos da Comarca na pessoa dos juizes e curadores.

No que tange à distribuição temporal dos processos relativos à liberdade na Comarca da capital capixaba, destacamos alguns períodos claros. A grande maioria dos processos na Comarca de Vitória, desde 1850, se concentrou a partir da instituição dos recursos de libertação da Lei de 28 de setembro de 1871. A chamada “Lei do Ventre Livre”, como ficou conhecida a Lei de 1871, criou possibilidades e estabeleceu direitos para os escravos ampliando as chances de realização dos sonhos e esperanças de liberdade. Apenas três processos, dos 460 registrados, foram abertos antes do tempo da Lei Rio Branco. Isto corresponde a diminutos 0.7%. A maioria, 82.4%, isto é, 379 processos relativos à liberdade, se concentraram entre 1871 e 1885, quando foi decretada a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários. No período entre 1885 e 1888, permaneciam as mesmas regras legais instauradas pela Lei do Ventre Livre, e alguns de seus dispositivos foram

---

<sup>15</sup> A petição inicial era direcionada ao juiz de órfãos ou ao juiz municipal, mas a homologação do arbitramento e a sentença eram realizadas pelo juiz de direito da Comarca.

ampliados pela Lei dos Sexagenários, de 1885. Na verdade, os dois documentos fazem parte de um mesmo conjunto legal que regulamentou o processo gradual de emancipação no Brasil. Entre 1885 e 1888, contabilizamos cerca de 22 processos ao ano. Se compararmos com o período anterior (1871-1885, em que a média foi de 27.1 processos anuais) pode-se notar pequena diminuição. As regras referentes aos arbitramentos regulamentados pela Lei dos Sexagenários podem ter favorecido os acordos entre senhores e escravos quanto ao valor a ser pago na indenização. Isso pode ter facilitado a resolução dos conflitos em âmbito privado, sem a participação da Justiça<sup>16</sup>.

O que salta aos olhos é a grande inferioridade da média anual e mensal de processos relativos à liberdade antes da lei de 1871. Em nosso levantamento, partimos do ano de 1850, quando foi proibido e melhor executado o controle contra o tráfico africano ilegal. Encontramos apenas três autos. Há alguns outros poucos processos do Espírito Santo que foram para a Corte de Apelação na Corte, antes da Lei de 1871. Mas, nos restringimos a analisar os processos que permaneceram arquivados na Comarca de Vitória, ou seja, na primeira instância judicial. O número baixo de processos anteriores a 1871 deve estar relacionado ao fato de que a relação senhor-escravo, nessa época, sofria uma menor interferência do Estado. Fator que se inverteu completamente a partir da Lei do Ventre Livre, que criou vários instrumentos que favoreceram aos escravos nas lutas pela liberdade junto aos seus proprietários.

Por fim, no período posterior à Lei Áurea (especificamente nos meses seguintes à decretação da lei) alguns processos relativos à liberdade foram abertos. Eram libertos pela lei que buscavam a Justiça para reaver pecúlios que tinham sido depositados para a sua liberdade. Encontramos 11 processos desse tipo.

---

<sup>16</sup> Para uma discussão das mudanças legais e processuais, conferir MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis*. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil, especialmente o capítulo 3.º.

A busca pela liberdade por intermédio dos recursos disponibilizados pela Lei de 28 de setembro de 1871 passava, na grande maioria de casos, pela capacidade de os cativos obterem o dinheiro necessário à compra de sua liberdade. Interessante é observar um elemento pouco comum de ser anotado nos autos — o empenho dos familiares. Em nossa investigação, pudemos notar a estreita ligação entre a capacidade de o escravo realizar certas ações com autonomia e seu potencial de reunir um pecúlio. Para isso, deveriam ser adultos ou ter uma idade plausível com o trabalho rentável. As crianças e menores estavam também envolvidos nos processos de liberdade através da indenização com o pecúlio para conquistarem a liberdade. Mas, elas, como dependentes, tinham sua luta encampada por padrinhos, amigos e, na maioria dos casos, por familiares, ainda que fossem escravos.

De um total de 402 escravos que pleitearam ou foram motivo de ação de liberdade na Comarca de Vitória, houve alto índice de processos que não assinalaram a idade dos libertandos, computando um número de 216 indivíduos (53,8%). É possível conjecturar que este número corresponda a cativos adultos, que tinham alguma condição de reunir, por meio de seu trabalho, algum pecúlio. Geralmente, nos casos dos menores e crianças (que eram representados por familiares, padrinhos ou tutores) não tratava de pecúlio adquirido com trabalho próprio. Os dados com alguma referência à idade somam 40,6% de adultos do total geral, restando apenas 5,6% de crianças e menores diversos. O percentual restante não indicou idade, mas tudo leva a crer que eram adultos, já que sempre que se tratava de crianças, era premente a indicação dos representantes e da idade do infante.

Foram computados 79 indivíduos com idade entre 20 e 39 anos e 57 com idade entre 40 e 59 anos. Por outro lado, o número de menores de 20 anos correspondeu a um total de 21 indivíduos apenas.

Há ainda um total de 27 pessoas que tratavam de sua liberdade com mais de 60 anos. Na verdade, alguns indivíduos, na condição de escravos ou mesmo depois de já estarem libertos, abriram novos processos solicitando novos despachos do juizado de órfãos. Solicitavam guias para depósito ou recolhimento de pecúlio (importância em dinheiro) em alguma instituição, e depois de algum tempo buscavam realizar novos depósitos, o que requeria abrir novos requerimentos. Em outros casos, o indivíduo abria um processo qualquer, e na relação direta com o senhor conquistava a liberdade. O escravo ou o senhor buscava a Justiça novamente com argumentações e documentos comprobatórios para reaver o dinheiro depositado. Para isso, o ex-escravo e também a parte do senhor necessitavam também de solicitar permissão do juízo. Muitas vezes, eram os próprios ex-senhores que buscavam a Justiça para retirar o pecúlio depositado pelo escravo a quem “concedera a liberdade”, por intermédio de pagamento.

### **A indenização: Motor do emancipacionismo gradual**

A grande maioria dos processos é relacionada ao acúmulo de pecúlio. São processos abertos geralmente por escravos que eram adultos e tinham alguma função de trabalho em seus locais de morada e na região em geral. Há alguns casos de familiares depositando para seus entes queridos, incluindo cativos menores. Enfim, a maior parte dos processos tinha alguma relação com o recurso da indenização da propriedade senhorial reconhecida e valorizada, pontos fundamentais da caracterização do gradualismo emancipacionista governamental. Até os processos anteriores à Lei do Ventre Livre, que é conhecida também como a lei que legalizou o pecúlio dos escravos, estão relacionados com a indenização dos senhores: todos os três processos são ações de arbitramento, mas

em contextos de falecimentos dos senhores. No momento da morte dos senhores, abria-se certa disputa entre os cativos e os órfãos dos falecidos. A formação dos inventários dava valor aos escravos, que muitas vezes, diante de promessas de liberdade, buscavam utilizar tais momentos para buscar a Justiça e abrir uma ação de liberdade.

O pecúlio dos escravos foi um dos elementos mais importantes dos processos. Isso só foi possível pela forma como se apresentou a estrutura do emancipacionismo gradual no Brasil, a partir da Lei de 1871. Possivelmente, muitos casos foram resolvidos fora dos tribunais, mas diante de negociações mais duras, a Justiça, inclusive, arbitrava o valor dos cativos, como ocorreu com 48 processos (10% da amostra), já que a lei admitia essa hipótese. Estes casos são de cativos que presumiam ter o valor necessário para o pagamento da indenização, mas os senhores consideram o pecúlio insuficiente.

Encontraram-se 305 processos (66.3%) relativos à poupança de pecúlio, depositadas na Caixa Econômica e Monte Socorro ou na Tesouraria Pública da Fazenda Provincial do Espírito Santo. Este número somado aos autos de arbitramentos dá um montante de quase 80% do total dos processos com alguma relação direta com o acúmulo de pecúlio.

Muitos desses processos tiveram alguma relação com o Fundo de Emancipação, instituído pela Lei de 1871. Tratava-se de recurso disponibilizado para libertar alguns escravos classificados por uma Junta Classificadora, com base em critérios específicos. Primeiro, os escravos que possuíam algum familiar liberto, especificamente cônjuges ou filhos, fosse pelo ventre livre fosse por outros meios. Em segundo lugar, os cativos com algum pecúlio economizado. Muitos escravos depositavam o pecúlio nos órgãos competentes e ao mesmo tempo solicitavam que fossem classificados no Fundo de Emancipação. Na verdade, solicitavam comunicação à Junta Classificadora da determinada região para que fosse feita sua inclusão

na lista do fundo, pois acreditavam cumprir os critérios exigidos. Assim, havia, ainda, os processos de liberdade baseados no Fundo de Emancipação. Dos 460 processos coligidos, 68 (14.4 %) tinham tal lei como objeto.

Os autos apresentam como se processou o emancipacionismo gradual institucionalizado na máquina estatal ao longo da segunda metade do século XIX, na Província do Espírito Santo. O pensamento do emancipacionismo gradual remonta a um período anterior a 1850, quando o tráfico foi extinto. Alguns não consideram que a lei antitráfico de 1850 possa ser considerada uma lei emancipacionista, pois a escravidão continuava existindo com vigor<sup>17</sup>. O tráfico interprovincial e o ventre escravo, por exemplos, possibilitavam fontes de escravos para, talvez, todas as regiões do Brasil, tanto as centrais como as periféricas, como a região central da Província do Espírito Santo. A Lei do Ventre Livre, com seus postulados gerais, instituída em 1871, consensualmente entendida como a grande expressão do gradualismo emancipacionista no Brasil, foi posterior às primeiras perspectivas gradualistas no Império<sup>18</sup>. Tais debates remontam à Representação à Assembleia Constituinte escrita por José Bonifácio no início da década de 1820, que já trabalhava com a possibilidade do fim da escravidão realizado de forma gradual<sup>19</sup>. A lei cumpria a expectativa de Pedro II: emancipação com respeito à realidade econômica do país e à propriedade por meio da indenização.

---

<sup>17</sup> Para uma visão aproximada desta perspectiva, ver RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio*. Propostas e Experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP/SECULT, 2000.

<sup>18</sup> Brasil Gerson, ao investigar os debates públicos e parlamentares da decretação e dos efeitos da Lei Rio Branco, a vê como sinônima da própria “emancipação gradual. Cf. GERSON, Brasil. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 85-244.

<sup>19</sup> A visão gradualista de José Bonifácio, nesse texto, é, porém, um pouco distinta das principais linhas que seriam privilegiadas pelas leis emancipacionistas

Além das indenizações por intermédio do reembolso financeiro, a legislação dava aos senhores a possibilidade de usufruto do trabalho dos ex-escravos, como libertos pelo ventre e os libertos pela idade, no caso da Lei de 1885, a Lei dos Sexagenários. Esse direito era motivo de esforço por parte dos senhores. Há um caso, registrado em uma ação de captura no início da década de 1880, em que Antonio Lyra Sobrinho entrou na Justiça para retomar a guarda de Maria, liberta pela Lei do Ventre Livre. Maria era filha de Faustina, liberta pelo Fundo de Emancipação. Ocorre que Maria, que tinha 9 anos, fora levada ou, como diz a fonte, “raptada”, pelo marido de Faustina, que não era o pai da criança segundo o ex-senhor. O senhor lutava pelo seu direito de ter a guarda da criança até os 21 anos que, no caso, se considerava com mais direitos do que a família da pequena liberta<sup>20</sup>.

---

que seriam decretadas na segunda metade dos anos oitocentos. Para ele, não se poderia acabar com a escravidão “de repente” pelo fato dos escravos não estarem preparados para a vida da liberdade. Seria importante então prepará-los e civilizá-los antes. Esta ideia, de certa forma também influenciou os debates sobre a lei de 1871, nos seus primórdios, quando da elaboração da proposta do Visconde de São Vicente. Para uma análise da relação de José Bonifácio com a escravidão conferir SANTOS, Estilaque Ferreira. *A Monarquia no Brasil: O Pensamento Político da Independência*. Vitória, ES: Edufes/CEG Publicações, 1999, p. 288-295. E sobre as ideias de São Vicente ver: CONSELHO DE ESTADO. *Trabalho sobre a Extinção da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868. Coleção José Antônio Soares de Souza. IHGB, 197.9.3, Nº 27. Para o acesso direto ao seu texto, conferi: COSTA, João Severiano Maciel da...[et. al.]. *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília; Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988, cap. 2.

<sup>20</sup> Cf. APEES. Ação de Captura de Maria. 11/10/1882. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1881-1883.

## **Redes familiares e a emancipação gradual**

O problema da guarda de escravos menores era motivo de disputas entre mães escravas e suas famílias e os senhores. Em 16 de abril de 1884 abriu-se ação de liberdade por arbitramento de acordo com a Lei de 1871 de Brígida, defendida pelo curador Afonso Cláudio de Freitas Rosa, famoso abolicionista capixaba. Brigida afirmou ser casada com Cirillo e mãe de cinco filhos. Um dos filhos era Hermenegildo. Ocorre que quando Brigida foi para o depósito público sob a guarda de Augusto Manoel de Aguiar, morador da Rua do Conde D'Eu, levou consigo Hermenegildo. Em 7 de maio de 1884, o senhor contra o qual era impetrada a ação, enviou requerimento ao juiz municipal relatando o fato, e alegando que Hermenegildo não era ingênuo e fora levado para o depósito público como se fosse. Depósito era o nome jurídico dado à hospedagem que o libertando tinha direito em casa neutra, enquanto o processo corria na Justiça. O senhor requeria devolução do referido cativo, pois era seu de direito. O depositário da escrava apelou do despacho judicial solicitando que fosse comprovada a alegação do senhor com documentos de matrícula de Hermenegildo. Ele alegava não ter conhecimento de ser depositário do “moleque”. O senhor apresentou os documentos confirmando que Hermenegildo estava matriculado em registro de 1872 e o juiz expediu mandado para reaver o cativo depositado por engano. A mãe, em luta pela liberdade, tentou levar consigo seu filho de 14 anos. Não fora o único, os outros quatro filhos estavam com ela, mas Hermenegildo não se encontrava abrigado pela lei. O registro de matrícula (inscrição de identidade de todos os escravos do país previsto pelas leis gradualistas) serviu ao senhor para ter do juiz o despacho favorável a sua causa<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> APEES. Ação de arbitramento para liberdade da escrava Brígida. 16/04/1884. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1884-1885.

Mas o sistema de matrículas estabelecido pela Lei de 1871 tinha como um de seus objetivos fundar uma base objetiva para a resolução de questões antes problemáticas. A lei estabeleceu o fim futuro da escravidão, anulando a reprodução da escravidão pelo nascimento de novos escravos e abrindo caminhos legais para a emancipação dos escravos existentes. Tudo era feito com base no princípio do respeito à propriedade privada através da indenização dos senhores de modo lento e ordenado, como já apontado. O processo de emancipacionismo gradual deu outro passo em 1885, na chamada Lei dos Sexagenários, de libertação de escravos com mais de 60 anos. Mais uma vez era estabelecido o respeito à propriedade senhorial, pois era necessário observar o tempo de cinco anos de serviço após os sexagenários serem libertados, isto é, uma indenização por prestação de serviços ou mesmo em dinheiro se o sexagenário quisesse se desvincular imediatamente do poder senhorial<sup>22</sup>. Tal diploma legal trouxe problemas, pois alguns escravos alegaram na Justiça capixaba que já haviam completado a idade prevista, mas eram mantidos em cativeiro ilegal, e buscavam questionar a idade alegada por seus senhores com base em documentos. Os senhores não queriam perder seus cativos idosos, mesmo sendo costume historiográfico pensar que tinham interesse em abandonar os cativos mais velhos, sendo a referida lei dos idosos um favor para seus interesses. Não é isso que mostra a documentação capixaba.

Os instrumentos do Estado, no Judiciário, favoreciam uma relação diferente entre os escravos que queriam a liberdade e os senhores

---

<sup>22</sup> Há um processo judicial para liberdade onde consta o registro da estimativa da época para o valor de dois anos de uma escrava na faixa etária de 46 a 47 anos, considerada prestadora de bons serviços e de ter uma boa “robustez”. Um perito avaliou os seus serviços em dois anos na quantia de 300 mil réis. Trata-se da escrava Brígida, mãe de Hermenegildo e outros quatro filhos, cuja história foi contada acima. Cf. APEES. Ação de arbitramento para liberdade da escrava Brígida. 16/04/1884. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1884-1885.

que não queriam receber um valor abaixo do que entendiam como correto. Trata-se de um contexto que perpassou também outras províncias como tem verificado a historiografia que analisa a luta dos escravos pela liberdade na Justiça<sup>23</sup>. Todavia, a riqueza dos processos judiciais relativos à liberdade preenche cada história regional com um colorido próprio e instiga os historiadores a conhecer cada história e cada experiência de luta, de cada indivíduo em especial.

No que tange a participação de escravos adultos, é possível analisá-las a partir de alguns critérios. A participação ativa desses escravos se dava através das estratégias, argumentações e motivações apresentadas para a consecução da abertura dos processos e do barateamento dos valores dos arbitramentos, que deveriam pagar aos senhores como indenização por suas cartas de liberdade. A forma de aquisição do pecúlio que utilizavam nos processos também é indicativo da participação ativa ou passiva dos escravos. Geralmente, os adultos que buscavam a liberdade conseguiam por si mesmos, através de suas “agências e trabalho”, o dinheiro que utilizavam para a liberdade. Então, os participantes ativos agiam decisivamente no processo em transcurso na Justiça e também utilizavam o cotidiano de trabalho diário e guardavam parte do dinheiro ganho para a realização do sonho da liberdade.

Em 12 de dezembro de 1854, por exemplo, foi aberta uma ação de liberdade em prol do escravo Delfino, de propriedade à época dos órfãos filhos do finado Francisco Pinto Ribeiro. No requerimento inicial, por intermédio do peticionário João dos Santos Lisboa, disse Delfino que:

---

<sup>23</sup> Cf. para a realidade Campinas, na Província de São Paulo: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis*. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil; e ABRAÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. E, para a cidade de Taubaté, também de São Paulo, PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos*. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).

Por suas economias, trabalho e proteção de alguns senhores que pretendem beneficiar o suplicante pode ajuntar a quantia necessária para sua liberdade e por isso espera que [...] ou receba o valor que já deram do suplicante ou mande proceder nova avaliação para o suplicante apresentar o valor que lhe foi dado, e espera obter porque todas as leis protegem a liberdade e não permite que seja escravo aquele que por seu dinheiro o pode tornar livre<sup>24</sup>.

O texto que abriu o processo de liberdade de Delfino é rico. Primeiramente, uma coisa não pode deixar de ser mencionada. Mesmo sendo um processo da década de 1850 ele já busca utilizar os mesmos argumentos legais institucionalizados na Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871<sup>25</sup>. Chega a mencionar que havia leis que “protegem” e “não permitiam” ficar na condição escrava aquele que conseguisse o dinheiro para pagar pela sua liberdade. E o dinheiro para tanto adveio da iniciativa do próprio Delfino, através de economias, trabalho pessoal e também da ajuda de “senhores” que objetivavam contribuir com sua liberdade. Mostra que além da capacidade de trabalho e de poupança, o escravo tinha relações sociais estabelecidas com pessoas de posses da época que pretendiam ajudá-lo. Seus avaliadores atribuíram valor a Delfino no dia 16 de dezembro de 1854.

---

<sup>24</sup> APEES. Ação de liberdade do escravo Delfino. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1832-1871.

<sup>25</sup> Quanto a isso é interessante mencionar o comentário feito por Adriana Pereira Campos sobre a busca de liberdade por via judicial. Segundo essa autora, “os aplicadores do Direito viam-se diante da difícil tarefa de equilibrar-se entre, de um lado, o reconhecimento das negociações entre escravos e senhores, e de outro, a preservação do Direito patrimonial”. CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Barras dos Tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*, p. 210. Ainda segundo Campos, o Conselho de Estado, em 1853, decidiu que o senhor não seria obrigado a alforriar o escravo contra a própria vontade, mesmo que o escravo apresentasse o seu valor em dinheiro, confirmando o direito à propriedade, previsto na Constituição brasileira vigente à época, p. 211.

Em outro contexto, na vigência da Lei de 1871, a escrava Iria entrou na Justiça para buscar arbitrar a sua liberdade e conquistar a sua carta de liberdade<sup>26</sup>. O processo foi aberto em 4 de março de 1872, mediante representação do Dr. José Camillo Ferreira Rabello. Este, atuando como peticionário, enviou ao Juiz de Órfãos substituto, João Chrisostomo de Carvalho, requerimento em que Iria evidencia a argumentação e motivação em prol da liberdade, como também as manobras senhoriais de acordo com seus interesses:

Tendo podido obter meios para a indenização de seu senhor, não pode, por intermédio de pessoa respeitável, chegar a acordo com seu senhor o Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira, que ultimamente fez recolher a suplicante a cadeia desta cidade, donde pretendeu exportá-la para o Rio de Janeiro. A suplicante além de ser evidentemente maior de 40 anos, padece de gastrite crônica, e de ophtalmia quando expõe-se ao calor do fogo, tendo um dos olhos defeituosos, razões porque mui diminuto deverá ser o seu valor, como dirão os árbitros prontamente.

Assim a suplicante, por seu curador, requer a VS. Que se digne mandar citar ao mencionado Dr. Ernesto [...] para na 1.<sup>a</sup> audiência deste juízo louvar-se e ver louvar-se em árbitros que dêem o valor real pela qual a suplicante deverá obter a sua alforria a que tem direito na forma do § 2.<sup>o</sup> do art. 4.<sup>o</sup> da Lei de 2040 de 28 de setembro de 1871, sob pena de revelia, portanto<sup>27</sup>.

Um dia depois da abertura do processo de Iria, a Comarca de Vitória, pelo seu juizado de órfãos, deu início a outro caso de li-

---

<sup>26</sup> Dentro da amostragem de ações de liberdade da Comarca de Vitória analisadas por Adriana Pereira Campos, a da escrava Iria estava presente. Cf. CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Barras dos Tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*, p. 215.

<sup>27</sup> APEES. Ação de liberdade da escrava Iria. Juiz de Órfãos. Judiciário, Maço: 1872, Cx. 1832-1880.

berdade. Essas duas histórias tramitaram simultaneamente no juízo de Vitória. No dia 5 de março de 1872, o arbitramento de Bonifácia, escrava de Justinano Rodrigues de Freitas se iniciou. Consta no processo que Bonifácia conseguira reunir:

De suas economias um pequeno pecúlio, e não podendo suportar por mais tempo o seu duro e pesado cativeiro, no qual é quase cotidianamente espancada e acabrunhada de serviços, ao passo que parcamente é alimentada por seu senhor, ao ponto de adquirir moléstias e achar-se com a sua saúde alterada, por isso vem requerer a nomeação de curador e depositário, e citasse ao senhor para a escolha de árbitros para dar valor para sua liberdade, de acordo com a Lei de 1871<sup>28</sup>.

A participação ativa de Bonifácia, que devia morar junto com o senhor em Santa Leopoldina, foi decisiva em revelar em juízo, sem temores, que vivia um cativeiro violento. Ela foi capaz de, mesmo vivendo dificuldades no cativeiro, trabalhar e economizar um pecúlio. A argumentação referente à saúde frágil, que aparecia sempre com o intuito de rebaixar o valor das avaliações, foi cotejada com a escolha por parte do curador e depositário, Manoel Gomes das Neves Pereira; e do procurador do senhor, o advogado José Camillo Ferreira Rabello. Os dois escolheram dois médicos para examinarem e apontarem o valor que tinha de ser dado pela liberdade de Bonifácia. O curador escolheu (ou como costumavam dizer, “louvou-se”) o Doutor Manoel Goulart de Souza; e o procurador do senhor louvou-se no Doutor Florêncio Francisco Gonçalves. Os dois foram aceitos. Em 16 de março, os dois peritos em conjunto avaliaram a escrava em 400 mil réis, com um texto de justificativa única, assinada pelos dois árbitros.

---

<sup>28</sup> APEES. Ação de liberdade da escrava Bonifácia. Juiz de Órfãos. Judiciário. Maço: 1872, Cx: 1832-1880.

Faltava agora pagar o valor e tomar posse da carta de liberdade. Mas, Bonifácia só tinha em mãos metade do dinheiro. Em 18 de março de 1872, o curador enviou petição ao juiz relatando o problema e apontando que a outra metade do dinheiro estava com a mãe de Bonifácia, moradora em local distante. Ela pedia 15 dias para viajar e buscar o dinheiro, pois sua mãe, doente, não poderia trazê-lo. No dia seguinte, o juiz despachou dando prazo de 10 dias para a realização da viagem, sob responsabilidade do curador perante o senhor da escrava. O curador teve até que assinar termo de responsabilidade lavrado pelo escrivão. Passando o prazo, no dia 30 de março de 1872, o escrivão certificou que passou carta de liberdade à escrava, o que evidencia ter ela cumprido sua parte no acordo.

Das várias histórias de liberdade registradas na Comarca de Vitória onde podemos observar a solidariedade de familiares nas lutas pela liberdade, as mães escravas ou libertas protagonizaram histórias de auxílio e podem ser consideradas com papel de destaque. Foi assim com a escrava Veridiana e seu filho Luiz, propriedades de Anna Maria das Neves. Em 17 de agosto de 1883, Veridiana, encaminhou petição para que fosse revertido o pecúlio depositado na Tesouraria da Fazenda em 22 de novembro de 1876, no valor de 135 mil réis, em favor da liberdade de seu filho Luiz, de 22 anos. Constam cálculos sobre os juros que fizeram crescer o pecúlio depositado, que deveriam também passar para Luiz. A história do escravo Manoel também mostra o caso de uma mãe que abriu poupança na Caixa Econômica em favor de seu filho. Maria Justina dos Remédios, em 5 de junho de 1885, requereu licença de depósito de 50 mil réis na Caixa Econômica. Ela queria formar pecúlio para o seu filho<sup>29</sup>. Enfim, essas mulheres depositavam

---

<sup>29</sup> APEES. Requerimento de transferência de poupança na Caixa Econômica em favor do escravo Luiz. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1881-1883. Cf. APEES. Requerimento de licença de depósito na Caixa Econômica para pecúlio do escravo Manoel. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1884-1885.

nos filhos seus projetos de liberdade e, possivelmente, incrementavam as redes subterrâneas de fortalecimento das ações de liberdade.

Houve, igualmente, casos de cônjuges libertos que buscaram ter os seus pares emancipados. Essa foi a história de liberdade de Maria, uma senhora com mais de 60 anos, escrava de Zeferino Coutinho Ferreira Rangel, representada por seu marido Valério José da Silva. Conhecemos parte de sua história através de uma ação de arbitramento de liberdade aberta em 10 de abril de 1872. Fora o marido Valério, “casado em face da Igreja”, que buscou a Justiça e reuniu o pecúlio necessário à libertação da esposa. O dinheiro que iria utilizar para libertá-la foi economizado por Valério por intermédio de seu trabalho, mas o senhor não quisera entrar em acordo sobre o preço, e, por isso, ele buscou o benefício da Lei de 1871. Por ser “avançada em idade”, os peritos escolhidos para o arbitramento examinaram-na e avaliaram-na em 200 mil réis. Depois de um prazo de 48 horas fixado pelo juiz, no dia 2 de maio de 1872, foi lavrado termo de quitação e passada carta de liberdade para Maria<sup>30</sup>.

Mulheres e homens, livres e libertos se uniam numa rede capaz de ampliar consideravelmente a força de libertação nos caminhos pós-1871. Famílias com libertos e escravos buscavam ampliar a liberdade de seus membros tendo em vista a meta da totalidade da liberdade no ambiente da casa. Somavam-se às redes familiares e de amigos, os padrinhos e também os adeptos da causa emancipacionista e abolicionista que gradativamente buscavam auxiliar solidariamente aos cativos em suas lutas por liberdade.

---

<sup>30</sup> APEES. Ação de liberdade da escrava Maria, representada por seu marido Valério José da Silva. Juiz de Órfãos. Judiciário. Maço: 1872, Cx: 1832-1880. Outro caso onde o marido lutou pela liberdade da esposa é a história de Vicência, escrava Maria da Penha Pereira Sampaio, e de seu marido Tomas (ou Lomar). Cf. APEES. Requerimento de depósito de pecúlio em favor de Vicência. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1875-1877.

A iniciativa escrava, com sua teia de solidariedade, foi capaz de multiplicar os efeitos do processo gradualista oficial de emancipação. Não se pretende afirmar que tais ações foram capazes, por si só, de demolir a escravidão no Brasil, mas apresentar a capacidade de certas atitudes dos escravos, e de suas redes de convívio, de apresentar possibilidades inesperadas pelos agentes do Estado. Portanto, evidenciar o protagonismo dos escravos e suas comunidades em interferir na história de suas vidas.

## **Referências**

### **Fontes primárias:**

APEES. Ação de arbitramento para liberdade da escrava Brígida. 16/04/1884. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1884-1885.

APEES. Ação de arbitramento para liberdade da escrava Brígida. 16/04/1884. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1884-1885.

APEES. Ação de Captura de Maria. 11/10/1882. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1881-1883.

APEES. Ação de liberdade da escrava Bonifácia. Juiz de Órfãos. Judiciário. Maço: 1872, Cx: 1832-1880.

APEES. Ação de liberdade da escrava Iria. Juiz de Órfãos. Judiciário, Maço: 1872, Cx. 1832-1880.

APEES. Ação de liberdade da escrava Maria, representada por seu marido Valério José da Silva. Juiz de Órfãos. Judiciário. Maço: 1872, Cx: 1832-1880.

APEES. Ação de liberdade do escravo Delfino. Juiz de Órfãos. Judiciário. Caixa: 1832-1871.

APEES. Requerimento de depósito de pecúlio em favor de Vicencia. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1875-1877.

APEES. Requerimento de licença de depósito na Caixa Econômica para pecúlio do escravo Manoel. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1884-1885.

APEES. Requerimento de transferência de poupança na Caixa Econômica em favor do escravo Luiz. Juiz de Órfãos. Judiciário. Cx: 1881-1883.

CONSELHO DE ESTADO. Trabalho sobre a Extinção da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868. Coleção José Antônio Soares de Souza. IHGB, 197.9.3, N.º 27.

**Livros e artigos consultados:**

ABRAÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Coleção Instrumentos de Pesquisa. Campinas, SP: UNICAMP, Cento de Memória, 1992.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Coleção Várias Histórias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Barras dos Tribunais: Direito e Escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr. José Murilo de Carvalho; Co-orientador: Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino. Rio de Janeiro, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, João Severiano Maciel da...[et. al.]. *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília; Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988, cap. 2.

COSTA, Michel Dal Col. *Caminhos da Emancipação: Redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Geraldo Antonio Soares. Coorientadora: Adriana Pereira Campos. PPGHIS, UFES, Vitória, ES, 2013.

DIAS, Silvania de Oliveira. *As ações de liberdade de escravos na Justiça de Mariana. 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus. Programa de Pós-Graduação em História, UFOP, Mariana, MG 2010. Disponível em: [http://www.ichs.ufop.br/pgh/index.php?option=com\\_content&view=article&id=96:acoes-de-liberdades-de-escravos-na-justica-de-mariana-1850-1888&catid=10:dissertacoes-efendidas&Itemid=8](http://www.ichs.ufop.br/pgh/index.php?option=com_content&view=article&id=96:acoes-de-liberdades-de-escravos-na-justica-de-mariana-1850-1888&catid=10:dissertacoes-efendidas&Itemid=8).

GERSON, Brasil. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

GRINBERG, Keila. *Liberata. A Lei da Ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. *Reescravidão, direitos e justiças no Brasil do século XIX*. In: LARA, Silvia Hunold;

GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial*. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 415-435.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870 a 1888)*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. José Murilo de Carvalho. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio, Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiças no Brasil. Ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e Experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/SECULT, 2000.

SANTOS, Estilague Ferreira. *A Monarquia no Brasil: O Pensamento Político da Independência*. Vitória, ES: Edufes/CEG Publicações, 1999.

SIMONATO, Juliana Sabino. *O Fundo de Emancipação: as prerrogativas da Lei do Ventre Livre como estratégia de mobilidade social*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, n.º 66, 2011, pp. 137-163.



## PORTO DA PEDRA: VIDA E MORTE<sup>1</sup>

José Carlos Mattedi

*Em um feriado de 2010, minha ex-esposa, meu filho e eu fomos descansar no município de Santa Teresa e passamos por Santa Leopoldina. Ao cruzarmos esta velha e adormecida cidade do Espírito Santo, reparei o casario antigo e o respirar lento e monótono do cotidiano. Gente de chapéu e sandália, rostos de traços étnicos misturados, carros e cavalos se atropelando, chão de pedras velhas e gastas.*

*Fiz questão de parar o meu cansado carro e, de cima da ponte velha, procurei o Porto da Pedra. Sim, o antigo cais fluvial de Santa Leopoldina, de tantas histórias e riquezas. Desse ancoradouro de canoas descia a riqueza do sertão capixaba até a foz no Canal de Vitória, como também subia rio acima o sonho do imigrante. E nesse vai e vem de canoas, o tempo foi passando — ficou para trás o século XIX da fartura, entrou no século XX com prosperidade, mas logo conheceu a decadência; cruzou o século XXI, aportando agora no esquecimento.*

*De lá de cima da velha ponte procurei o passado. E o achei coberto de lodo e lama, de mato e lixo. Havia, sim, uma grande pedra, achatada como uma mesa, adormecida na mansidão da água do rio que, sôfrego, já respira com dificuldade. A água, rala em sua profundidade, resvalava docemente no que um dia foi o Porto da Pedra. Ali não havia placa ou pedestal, um jardim ou uma simples trilha que levasse ao ancoradouro. Nada. Nada que lembrasse o passado de glória e riqueza daquela cidade. Um descaso com a sua lembrança, com a sua memória.*

---

\* O autor é capixaba de Vitória. Jornalista e escritor, nasceu em 1961. É membro do IHGES e da Academia Espírito-Santense de Letras (AEL). Publicou nove livros, incluindo o romance *O Mensageiro do Vento*.

<sup>1</sup> Em memória de João Ribas da Costa. Esse artigo só foi possível graças, sobretudo, aos seus relatos contidos no livro *Canoeiros do Rio Santa Maria*.

*Fiquei triste com aquela visão. Entrei e permaneci calado no carro. Pegamos a saudosa Estrada do Imigrante, de terra batida. Olhei no retrovisor — só poeira. E, ao ver aquela nuvem de pó que ficava para trás, decidi buscar na escuridão daquele passado a velha história do Porto da Pedra. Resolvi contar um pouco sobre a gente que frequentou aquele lugar, que cantou e chorou, que chegou e partiu...*

Palavras-chave: Canoeiro. Rio Santa Maria. Santa Leopoldina. Porto da Pedra.

Quando criança, nos idos de 1960 e 70, minha mãe Maria Amabile me falava do passado pitoresco e provinciano da sua bela e esquecida Santa Leopoldina. Contou-me, por exemplo, sobre as delícias dos banhos no Rio Santa Maria da Vitória e sobre os canoeiros que singravam suas águas. Eu, moleque atento a boas histórias, ficava encantado com aquele lugar que — na minha inocência — emoldurava o paraíso e a fantasia. Nos meus sonhos, mergulhei nas águas turvas do rio e flutuei até a sua foz...

Neste preâmbulo, choro as águas de um porto que, num passado já distante, constituiu-se na porta para o interior serrano do Espírito Santo. O Porto da Pedra, como pedra preciosa cravada aos pés de uma corredeira, deu vida à cidade de Santa Leopoldina na segunda metade do século XIX e no início do século XX. De Vitória, capital da então Província, partiam imigrantes para a colonização das terras selvagens subindo pela trilha sinuosa do Santa Maria. Depois, na abundância, canoas desciam o rio com as riquezas do sertão.

O Santa Maria nasce na região montanhosa. Seus afluentes são córregos e riachos que formam belas cachoeiras. Hoje, infelizmente, são quedas sem o pulsar e o vigor de outrora, vítimas do desmatamento e da erosão. As chuvas que tanto castigaram os colonizadores, agora são raras e miúdas. As águas espumantes e a mata densa são

coisas do passado, e o Santa Maria é um retrato triste: leito que se arrasta em um canal raso, barrento e coberto pela sujeira.

Do Porto da Pedra até o Canal de Vitória, o Santa Maria percorre 60 quilômetros. O rio não é mais aquela serpente vibrante, viçosa, de leito corpulento e profundo, cujas águas no período de seca não perdiam tanto volume e na época das chuvas invadiam estradas e plantações. No século XIX, em suas margens prosperavam ricas fazendas tocadas pelo braço escravo. E com a chegada do imigrante, o governo imperial autorizou, então, a criação da Colônia de Santa Leopoldina. O ano era de 1856.

Única porta de entrada para o interior serrano, o rio foi ponta de lança para o desbravador europeu: alemães, italianos, suíços, austríacos, poloneses, e outros. Tornou-se, assim, inevitável a formação de um povoado na cabeceira navegável do Santa Maria, aos pés de uma cachoeira, logo batizado de Porto do Cachoeiro. A sede original da colônia, entretanto, ficava a uma légua ao norte dali — acima da Cachoeira do Funil, na localidade de Suíça. Em 1860, nas águas do caudaloso rio navegou o imperador D. Pedro II e a imperatriz D. Teresa Cristina, que visitaram e pernoitaram não na sede, mas nas proximidades do porto fluvial.

Já em 1867, com a crescente movimentação no Porto do Cachoeiro, como entreposto de mercadorias e de passageiros que seguiam para o sertão, o povoado — um mosaico de nacionalidades — se tornou, oficialmente, sede da colônia com o nome de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Entre 1870 e 1880, centenas de imigrantes foram enviados à região. E a população inchava: em 1873 viviam na colônia 3.881 pessoas; quatro anos depois este número quase dobrou — 7 mil almas, ou 10% da população da Província. Com a riqueza do escoamento dos produtos das lavouras, em 1876 passou a operar ali a Companhia Cearense de Navegação Fluvial. Detalhe: os barcos eram a vapor, mas tiveram duração efêmera. Já em 1895, tentaram

introduzir canoas de ferro, porém, não vingou. Enfim, para navegar no Santa Maria, somente com canoas de madeira.

Longas e estreitas, as canoas navegavam carregadas de cargas na subida e na descida do rio. Esse tipo de transporte vigorou até por volta dos anos de 1940, período que marca o início da decadência de Santa Leopoldina. Motivo: a construção da estrada de rodagem ligando a cidade à capital, decretando o fim das canoas e, por conseguinte, do entreposto comercial da região. Ou seja, toda a produção do interior já não parava mais ali, seguindo direto para Vitória.

## **Luxúria e pompa**

Mas, falemos do Porto da Pedra, localizado em uma das mais importantes colônias brasileiras dos tempos do Império. Seu ancoradouro era uma reduzida enseada do rio, formada a partir da última cachoeira. Esta, fatiada logo abaixo pelas pedras, um dos braços seguia por uma área de águas calmas, escoradas por uma rocha plana que servia de trapiche, dando nome ao local. Ao lado, havia um banco de areia, esparramado e que formava um remanso. Em volta, nas partes planas de pedra e de areia, eram colocadas as mercadorias, empilhadas, para o embarque nas canoas que ficavam emparelhadas, lado a lado, esbarrando-se com o pulsar das águas.

O Porto da Pedra localizava-se na margem direita do Santa Maria, no sentido litoral. Logo, nesta margem ergueu-se o povoado. Ali, frutos da baldeação de mercadorias, dois meios de transportes da época se completavam: os ranchos de tropas com animais e a navegação fluvial. Esse tráfego comercial, que em poucos anos se tornou intenso, atraiu negociantes. Armazéns de carga e postos de abastecimento foram sendo construídos no barranco logo acima do porto, na parte alta que era cortada por longa rua — a principal

de Santa Leopoldina, cidade cravada entre montanhas, portanto, sem muita área plana. No período provincial havia ali, também, nas imediações do Porto da Pedra, barracões de madeira cobertos de palha que acomodavam os imigrantes europeus recém-chegados, antes de seguirem viagem para seus lotes no interior da colônia.

Nesta parte central do Espírito Santo, então tomada por densas florestas, não havia estradas — em 1874 chegaram a iniciar a construção de uma estrada, ligando Santa Leopoldina à capital, mas não foi concluída. Os colonos abriam trilhas fazendo picadas na mata. Capoeiras eram abertas em regiões inóspitas, e lavouras surgiam no mais completo isolamento da civilização. Tropas de burros, não somente da Colônia de Santa Leopoldina, mas vindas de outras bandas mais para o interior, como Santa Teresa, Vargem Alegre, Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, etc., e até mesmo do leste de Minas Gerais, galgavam e desciam serras até chegarem ao Porto da Pedra, e depois retornavam com mantimentos. Em pouco tempo, as matas que cobriam os morros laterais ao porto foram logo desbastadas, cedendo espaço para pastagens de aluguel que alimentavam os animais de carga das tropas.

Assim, nesse ponto de confluência e de turbilhão econômico, logo surgiram os homens de negócio, como o rico comerciante luxemburguês, Jerônimo Vervloet. Se os agricultores dependiam exclusivamente da sua produção, os comerciantes — como bons intermediários — tinham duas fontes de renda: lucravam na revenda da safra (sobretudo, o café) e ainda monopolizavam o suprimento aos colonos que, em pouco tempo, já não se contentavam apenas com enxadas, pás, querosene e sal. Santa Leopoldina passou a importar — diretamente da Europa — não só ferramentas, utensílios domésticos e tecidos, mas também comestíveis, bebidas, instrumentos musicais, e uma variedade de artigos de luxo. Importavam-se rendas caras, finas porcelanas, brinquedos, perfumes, máquinas de costura e vinhos. O dinheiro circulava, e muito, mas na mão de poucos.

Sobre os comerciantes locais, escreveu Renzo M. Grosselli no livro *Colônias Imperiais na Terra do Café*:

O comércio estava nas mãos dos europeus e de uma minoria de brasileiros [...]. Os comerciantes eram os únicos que nas colônias brasileiras tinham a possibilidade de fazer fortuna. Todo o trabalho dos camponeses acabava em suas mercearias e eles eram obrigados a comprar tudo o que necessitavam sempre nos mesmos lugares, a preços de monopólio.

O movimento comercial assegurou à cidade, em breve tempo, posição social de destaque. Seus festejos se tornaram famosos e concorridos — as festas juninas e religiosas e, depois, o Carnaval, atraíam turistas de todos os cantos, principalmente da capital. Havia concursos musicais e ricos prêmios. O lugar reluzia a luxúria e a pompa: algumas residências abrigavam o que havia de melhor na Europa, como os legítimos relógios de parede suíços. E assim, cada vez mais, chegavam forasteiros e aventureiros.

“A grandeza e prosperidade de Santa Leopoldina se baseavam, exclusivamente, no monopólio do tráfego fluvial. Assim como o Nilo é um fio de que se dependura o Egito, o Rio Santa Maria também era o único esteio da economia de Santa Leopoldina”, afirma João Ribas da Costa no precioso *Canoeiros do Rio Santa Maria*, publicado em 1951.

## Navegar era preciso

O rio era a artéria de ligação entre Santa Leopoldina e a capital da Província. O tráfego fluvial era intenso e a navegação era feita em longas canoas. Nos períodos de chuvas intensas, a navegação ficava

difícil devido a força da correnteza, e os víveres podiam escassear na cidade. Quem tinha pressa fazia a viagem a cavalo, curvando, subindo e descendo trilhas na mata, e passando pela outrora Vila do Queimado, na Serra.

As embarcações mediam, em média, 16m de comprimento por 1,70cm de boca e 1m de altura. Chegavam a transportar até 100 sacas de café. Segundo João Ribas, umas eram feitas de um só lenho; outras, construídas de várias peças justapostas e calafetadas. Havia dois estrados: um, pouco acima do fundo para proteger a mercadoria contra infiltrações, e outro sobreposto à carga, servindo de piso aos canoieiros.

Não se usava âncora — para fundear, amarrava-se a canoa numa galha ou numa vara fincada na lama do rio. Algumas embarcações possuíam vela, que só era usada no Canal de Vitória até a chegada ao porto. À noite, era obrigatório o uso de sinal luminoso: o mestre (chefe) suspendia na proa um lampião que alumiaava a escuridão. Já para evitar abalroamentos, usava-se um chifre de boi (chamado “buzo”, ou buzina) que o canoieiro soprava, emitindo um mugido. Outro item imprescindível às embarcações era o caldeirão de ferro em que, sempre em terra, se preparava a refeição dos canoieiros. O prato era quase sempre o mesmo: feijão, carne seca, toucinho e farinha.

Ribas conta que “na popa, entre a banquetta do mestre e a extremidade do estrado superior, ficava a estância, pequeno espaço livre onde podiam viajar até dez passageiros de primeira classe, com direito a toldo”. Já os passageiros de “segunda classe” viajavam por cima da carga. A maioria das canoas trazia um nome na proa, geralmente feminino. Ribas cita alguns: Julieta, Olga, Augusta, Lola, Flor do Cachoeiro, Santa Maria (a mais antiga de todas), União, Escorrega, Rio Bonito, Figueira, Flor de Santa Leopoldina, Guarani, Maria Luiza.

Minha mãe, Amabile (nasceu em 1929), cuja família criou três gerações naquelas paragens e que só deixou a cidade já no declínio dos anos de 1940, conheceu dois mestres-canoieiros: João Paulo,

vulgo “João Furamonte”, nascido em 1892, e Chico Calafate, “aquele que calafetava as canoas”.

Os canoeiros usavam calça comprida de brim dobrada nas bainhas até o tornozelo, e camisa de meia (a maioria, porém, preferia não usar). Enquanto aguardavam a carga no Porto da Pedra, eles se divertiam jogando cartas, às vezes com apostas a dinheiro. Logo, vez ou outra, saía uma fâisca, e nessa disputa sempre surgiam facas, navalhas e garruchas. Mas tudo acabava na santa paz, ao sabor de velhas toadas, como: *Bêra do Rio*, *Boiadeiro*, *Enganadêra*, *A Caçada da Onça*.

Havia também uma festa religiosa, como nos revela João Ribas:

Anualmente, a 20 de janeiro, sendo, embora, dia de São Sebastião, realizavam-se grandes festas em honra do Bom Jesus dos Navegantes, protetor dos canoeiros. As canoas se enfeitavam com bandeirolas de papel, em cores vivas, e, diante delas, no Porto da Pedra, havia missa, depois procissão. À noite, fogos de artifício e as diversões próprias dessas festas brasileiras.

Mas a vida ali no Porto da Pedra não era só de rixas, cantigas e festas. Tudo girava em torno do trabalho e dos negócios. As tropas carregadas de café chegavam ao porto quase sempre por volta do meio dia e deixavam a carga nos depósitos cobertos de zinco, que se alinhavam paralelamente à margem do rio. Os animais eram desarmados e iam refazer as forças em pastarias próximas. O movimento era constante: umas tropas chegavam e outras se aprontavam para regressar, carregadas de mercadorias.

O serviço fluvial mantinha-se ativo em carga e descarga. O próprio canoeiro realizava a tarefa de acomodar a carga, que transportava na cabeça até a embarcação. Nas canoas, além de mercadorias e passageiros, também seguiam as correspondências — valioso item de comunicação na época. Acrescenta Ribas:

A partida da embarcação não tinha hora fixa. Era calculada de modo que a canoa, descendo o rio, chegasse ao estuário em maré vazante. A viagem de volta se iniciava durante a maré cheia. Para descer o rio, usava-se remo, remando ora de pé, ora sentado. Para subir, era sempre a vara — só o mestre conservava o remo para servir de leme.

Canoeiros e tropeiros influenciavam-se mutuamente num intercâmbio de vivências e impressões. Mas era o canoeiro, à época, aquele que fazia a ponte entre as novidades que vinham da capital e do mundo e o interior da Província. Era ele a linha de transmissão num período em que as notícias circulavam de boca em boca. Depois, essas mesmas informações seguiam para o sertão com os tropeiros. Contam que a relação canoeiro-tropeiro não era lá muito amistosa e, vez ou outra, a conversa terminava em briga, principalmente quando regada à bebida. Completa Renzo Grosselli: “Os canoeiros eram mal remunerados e quase todos negros. Assim como os tropeiros, eram circundados por certa aura de aventura”.

## Um olhar estrangeiro

Vamos agora subir o Rio Santa Maria em uma canoa, tendo como “guia” o alemão Hugo Wernicke que, no livro *Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo*, publicado na Alemanha em 1910, narra sua visita à Santa Leopoldina na primeira década do século XX. Ele deixou Vitória às 16 horas, aproveitando a maré cheia:

Trouxemos conosco caixas e caixotes repletos de utensílios domésticos, arrumamos todos eles na parte dianteira da canoa, de modo que sobrou uma área relativamente plana sobre a qual estendemos uma lona. No nosso caso, a canoa é

feita de uma árvore imensa trazida da selva, depois escavada e talhada em forma de barco; os pontos permeáveis foram calafetados e, para que sobrasse mais espaço, encaixaram várias tábuas empilhadas na beirada. Na parte de trás do barco fixaram com pregos quatro arcos feitos de cipó duro, daqueles que existem na floresta enroscados nas árvores, e sobre essa estrutura colocaram uma esteira feita de junco e sobre ela uma lona alcatroada, a fim de nos proteger dos raios ardentes do sol tropical, bem como dos temporais frequentes. Acomodamo-nos, então, sob ela no chão de madeira.

Quem o conduziu rio acima foi o mestre Papagaio, que ficava na popa comandando a embarcação. Wernicke fez elogios ao timoneiro:

É um dos poucos barqueiros confiáveis, que sabe impor respeito frequente aos remadores e, nos locais onde paramos para saborear algo nas chamadas ‘vendas’ ou armazéns, consegue trazer de volta no momento certo os seus companheiros negros para retomarem o trabalho no remo.

Nas águas do canal usaram o remo; já no rio utilizaram longas varas. Deixaram para trás o Lameirão, em Vitória, em chegaram ao vilarejo de Queimado. O autor fez aqui um comentário interessante: “Lá (Queimado), não raramente, ocorre de a tripulação, quando não está satisfeita com os passageiros, desaparecer deixando-os perplexos esperando na canoa. Felizmente isso não aconteceu conosco”.

Com o seu olhar estrangeiro, atento e sensível, Wernicke se rendeu à beleza tropical: “Meus olhos não se cansam de observar a paisagem exuberante”. Mais à frente, ele narrou o trabalho dos canoeiros:

O sol já baixou bastante; não sabemos ainda onde passaremos a noite. A tripulação continua ativa nos remos e está satisfeita. As seis pessoas ficam

na ponta distribuídas nos dois lados do barco e enfiam as varas no fundo do rio. Apoiam-se nelas levando o barco a se movimentar para frente, atingindo uma velocidade relativamente considerável.

Depois, uma toada chamou sua atenção: “Um deles (canoeiro) começa a entoar uma canção e os restantes acompanham; ao final de uma frase ou de um verso, eles vão baixando a voz lentamente até ela se extinguir”. E completa: “Todos afirmam alegremente que se trata apenas de um cântico de louvor ao prato nacional, cujo refrão é o seguinte: ‘feijão preto e farinha de mandioca e carne secaaaaaa!’; e num impulso lírico, a voz sobe novamente na última sílaba”. Devia ser bonito ouvir uma toada cantada pelos canoeiros do Rio Santa Maria...

Sob os últimos raios de sol, o alemão se encantou com as propriedades rurais à beira do baixo Santa Maria: “As pequenas fazendas brasileiras e os sítios rodeados de palmeiras proporcionam-nos uma visão encantadora, e a forma primitiva de algumas construções com teto de folha de palmeira tornava-os ainda mais graciosos”. E seu texto em prosa continuou assim: “Uma mata formosa cobre agora ambas as margens. Um pássaro gracioso com um peito magnífico de cor escarlate e asas negras surge da mata voando de uma margem à outra [...]. Uma joia encantadora do reino das aves”.

Os animais que viviam às margens do rio também despertaram sua curiosidade: “Das florestas que cobrem as montanhas cada vez mais próximas, ouvem-se urros abafados de macacos descendo em nossa direção. Para os tripulantes, esse barulho já se tornou tão cotidiano que eles nem dão mais atenção”. Logo depois, ele narrou a agitação dos canoeiros que desceram do barco para capturar um grande tatu, que cavou o chão e desapareceu. “Os negros retornaram rindo ao barco; a presa havia escapado”.

Logo a noite caiu. A canoa foi amarrada numa das margens e aguardaram o surgimento da lua. “Quando ela brilhou no firma-

mento, semelhante a uma foice na posição horizontal, as pessoas apanharam novamente os remos; e observando admirados o rosto estranhamente oblíquo da lua, tão oblíquo como jamais vimos na Europa, prosseguimos viagem até a meia-noite”, relatou Wernicke.

Novamente amarraram o barco numa margem “absolutamente deserta e silenciosa”. A tripulação se enrolou em seus casacos e se esticou para uma soneca sobre as bagagens, enquanto os passageiros estenderam seus cobertores no chão e dormiram. Despertaram às 6 da manhã sob intenso nevoeiro: “Não vimos absolutamente nada a nossa volta, nem as margens, nem o rio; estávamos envoltos por uma densa névoa. Mas depois, com os raios de sol, ela foi diminuindo”. E seguiram viagem...

Cruzaram no caminho com algumas canoas carregadas de café que seguiam para Vitória. Pararam em Mangaraí, distrito de Santa Leopoldina, para rápido descanso e alimentação. E prosseguiram rio acima. Hugo Wernicke finalizou assim seu relato:

Finalmente — já eram quase 11 horas — a canoa entra na última das muitas curvas que compõem os meandros do caminho sinuoso de nosso rio; diante de nós vemos o destino de nossa viagem, a pequena cidade de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, a sede e o local de abastecimento desta colônia que, depois de Vitória e ao lado de uma cidade junto à fronteira do sul, é uma das localidades mais importantes do Estado.

## **Declínio e morte**

Um dia, então, decidiram construir uma estrada de rodagem em direção contrária ao litoral, galgando os altos de Santa Teresa, de onde outros caminhos desciam para outras paragens. Essa me-

Lhora no escoamento de mercadorias por esse veio impulsionaria ainda mais a navegação fluvial. Mas, sabia-se que um dia a estrada, ligando Santa Leopoldina a Vitória, chegaria. Era a certeza de um fim anunciado. E foi o que aconteceu poucos anos depois...

A estrada até Santa Teresa foi inaugurada em 11 de maio de 1919. Dentre outras festividades, um rico banquete foi oferecido a autoridades e a homens de negócio no salão do Palacete Vervloet, em Santa Leopoldina. Confira as apaixonadas palavras de Ribas sobre aquele acontecimento:

A alegria geral daqueles dias parece não ter sido perturbada pelo menor pressentimento do que estava para acontecer, antes de um decênio. No entanto, se, para o Estado, o início do desenvolvimento rodoviário foi um grande bem, para Santa Leopoldina aquelas festividades apenas marcaram o começo do fim [...]. Os veículos motorizados que invadiam seu território eram outros tantos cavalos de Tróia, que bem cedo destruiriam a base de sua frágil e artificial estrutura econômica [...]. Se havia sido possível construir uma estrada por entre as montanhas, seria muito mais fácil estendê-la, depois, até o litoral. E, nessa hipótese, ligado o interior distante ao porto marítimo, Santa Leopoldina perderia automaticamente todas as vantagens de sua posição privilegiada [...]. Mas, tudo leva a crer que a catástrofe não foi prevista a tempo de se adaptar a estrutura econômica do município à nova ordem de coisas. Antes, durante e depois das grandes festas inaugurais, e mesmo nos anos seguintes, não se estabeleceu um plano de ação para o futuro. E o pior aconteceu, sem que nada detivesse a marcha inexorável do destino.

O golpe de misericórdia ao transporte fluvial veio em 16 de janeiro de 1927. A Câmara Municipal de Santa Leopoldina aprovou o projeto de construção da estrada de rodagem até o município vizinho de Caria-

cica, ligando — por terra — a região central ao litoral. E assim a estrada “soterrou” a economia leopoldinense. Seus efeitos foram sentidos no Porto da Pedra: as sacas de café que vinham das lavouras seguiam direito para o Porto de Vitória pela nova estrada. O Rio Santa Maria, esteio da economia local, perdia ali a sua importância comercial. “A função de Santa Leopoldina como empório do qual as mercadorias partiam para os portos através do Rio Santa Maria acabara. As cidades vizinhas agora podiam comunicar-se diretamente com o mar”, sublinhou Grosselli.

Os canoieiros, com pouco serviço, ainda insistiram na profissão carregando passageiros e, também, as mobílias dos leopoldinenses que, com o fim da prosperidade da cidade e a chegada do crepúsculo econômico, foram buscar novas oportunidades em outras paragens. Santa Leopoldina, a partir de 1940, viu aos poucos diminuir o número de moradores, entrando em tristonho declínio, encerrando assim os seus dias de esplendor. De acordo com o recenseamento de 1920, o município tinha 18.136 habitantes e, provavelmente, cresceu nos anos seguintes. Mas, em 1950, trinta anos depois, a população havia diminuído, eram 17.840 habitantes.

Minha mãe conta que, no final dos anos de 1930 e início dos 40, ela e outras crianças costumavam brincar de pique na margem do rio e corriam sobre aquela pedra em formato de mesa, já no período de decadência do porto. “Lembro-me dos luares e do reflexo da luz na água do rio, deixando-o prateado. Ali sentávamos e cantávamos cantigas de roda ou de sertão. Era um tempo sossegado”, revela Amabile. Sua família desceu o Santa Maria carregando a mudança em uma canoa no ano de 1944. Meu avô Agenor estava desempregado há anos, e foram tentar a vida em Vitória.

Escreveu João Ribas, em 1951: “O rio está cada vez mais obstruído, atravancado de paus e entupido de areia e lama. Nem uma só das antigas canoas singra hoje suas águas plácidas. O Porto da Pedra está abandonado e deserto”.

## **Referências**

COSTA, João Ribas da. *Canoeiros do Rio Santa Maria*. 2.<sup>a</sup> edição, 1982. Prefeitura de Santa Leopoldina e Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias Imperiais na Terra do Café*. Edição do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Canaã, volume 6. Vitória-ES, 2008.

WERNICKE, Hugo. *Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo*. Tradução: Erlon José Paschoal. Edição do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Canaã, volume 18. Vitória-ES, 2013.

## **Entrevista**

Maria Amabile Silva Mattedi – Janeiro de 2013.



# TRADUÇÕES, DIREITO E CRIATIVIDADE EM LÊDA BOECHAT RODRIGUES

*José Octávio de Arruda Mello\**

Natural de Carangola, na mata mineira, foi por influência do pai, exportador de café, que Lêda Boechat Rodrigues, se consagrou, inicialmente, como tradutora.

Seu genitor costumava repetir que o importante era o que estava dentro da cabeça porque ninguém tirava, o que levou a filha voltar-se para as línguas estrangeiras — inglês, francês e alemão.

Dotada desse instrumental, Dra. Lêda não se limitou a traduzir os estudos de T. R. Shelleberg, quando o famoso arquivista norte-americano veio ao Brasil, em 1958, para assessorar o Arquivo Nacional então dirigido pelo historiador José Honório Rodrigues, marido de Lêda<sup>1</sup>.

## 1.1. Quatro grandes traduções

Sacramentada como tradutora, Lêda Boechat verteu para o português e reinterpreto os norte-americanos Benjamim N. Cardoso e Edward Corwin, e ingleses Sir Ivon Jennings e Ernst Hambloch.

Do primeiro, contemplou *A Natureza do Processo e a Evolução do Direito* (3.<sup>a</sup> Ed., 1978), com introdução de trinta e duas páginas!

---

\* Historiador de ofício, com doutorado em História Social pela USP. Integrante dos IHGB, IHGP, APL e Centro Internacional Celso Furtado. Professor aposentado das UFPB e UEPB, com exercício no UNIPÊ. Autor dos estudos sobre Epiácio Pessoa (1978) e Samuel Duarte (2014) na Série Perfis Parlamentares da Câmara dos Deputados, e de *História da Paraíba – Lutas e Resistência* (13.<sup>a</sup> ed., 2014).

<sup>1</sup> RODRIGUES, José Honório. “Theodore R. Schellenberg e a lição arquivista do Brasil” in *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 122.

Associando-o às concepções renovadoras *do New Deal*, do segundo Roosevelt, a publicista mineira reafirmou Roscoe Pound para quem Cardoso se converteu “em um dos dez maiores juízes da história judicial americana”<sup>2</sup>.

Do constitucionalista norte-americano Edward S. Corwin, Dra. Lêda voltou-se para *A Constituição Norteamericana e seu Significado atual* (1959).

Reconhecendo-lhe as técnicas de interpretação judicial e prática constitucional, a tradutora e hermeneuta louvou no publicista Yankee a visão histórica das apreciações, predominância da supremacia nacional de Marshall sobre o residual federalista de Taney, nova interpretação do famoso caso Madison versus Marbury e competência de o Presidente da República dos Estados Unidos decidir sobre Política Externa, como se viu na retomada das relações diplomáticas com Cuba<sup>3</sup>.

Na introdução a *Governo de Gabinete* (1979) de W. Ivor Jennings, a que também traduziu, Lêda enunciou as três obras básicas do mestre inglês, a saber, *Governo de Gabinete (Cabinet Government*, 1 ed., 1930), *Parlamento (Parliament)*, 1 ed., 1939) e *Partidos Políticos (Party Politic*, vol. I, 1960, vol. II, 1961, e vol. III, 1962). São então seus comentários: “obras extensas, eruditíssimas, altamente louvadas e de muitas edições e tiragens”<sup>4</sup>.

Já a quarta grande tradução de Dra. Lêda cercou-se de particularidades. Com efeito, a segunda edição, datada de 1981, de *Sua*

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. “Notícia Bibliográfica de Benjamim N. Cardoso” in CARDOSO, Benjamim R. *A Natureza do Processo e a Evolução do Direito*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1956, p. IX/XXX.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. “Prefácio” in CORWIN, Edward S. *A Constituição Norteamericana e seu significado atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. XVI.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. “Introdução” in JENNINGS, W. Ivor. *Governo de Gabinete*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. XVII.

*Majestade o Presidente do Brasil* — Um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934), do cônsul inglês Ernest Hambloch, não só se situou dentro da abertura política brasileira então em curso, como revelou parceria com o marido. Nesses termos, enquanto Lêda operava a tradução, José Honório responsabilizava-se por introdução favorável ao parlamentarismo<sup>5</sup>.

## 1.2. Parceria com Honório

Não foi essa a única vez que marido e mulher trabalharam juntos.

Outra dessas verificou-se nas homenagens ao escritor francês Jacques Lambert, na década de setenta. Ao tempo em que José Honório ressaltava a participação de José Bonifácio na direção do movimento da Independência, a separata de Lêda intitulava-se *La Cour Supreme des Etats Unis, La Liberté de Religion et La Separation de L'Église et de L'Etat*<sup>6</sup>.

Eram ambos capítulos de livros em preparo. No caso de Honório, *Independência, Revolução e Contra-Revolução* (5 vols., 1975) — e *A Corte de Warren* (1991), no de Lêda.

Este último continha implícita crítica à ditadura brasileira de 1964 cujo militarismo se exacerbava. Essa a razão por que, como

---

<sup>5</sup> Intitulado *Sua Majestade o Presidente do Brasil* – Um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934), o livro do cônsul Ernest Hambloch mereceu, além da segunda edição de 1981, pela UNB, de que nos valem, uma terceira pelo Congresso Nacional, com igualmente, prefácio de JHR e tradução de Lêda. Na edição da UNB, a propensão do historiador brasileiro pelo parlamentarismo desponta à pág. 24.

<sup>6</sup> Ambos os estudos do casal Rodrigues foram publicados nas separatas *Extrait des Etudes ofertes au Professeur Jacques Lambert do Institut de Droit Comparé de Lyon*, 1974. Na abertura do texto, tanto Lêda quanto José Honório confessaram aproveitar capítulos de livros em preparo.

ativista dos Direitos Humanos, Lêda B. Rodrigues enfatizava liberdade religiosa nas escolas, ajuda às escolas públicas, isenção do ensino obrigatório, vantagens econômicas da religião e objeções de consciência contra o alistamento militar<sup>7</sup>.

Os estudos sobre Jacques Lambert evocam o domínio do idioma francês pelos Rodrigues, com Honório perfazendo-o junto aos beneditinos no Rio de Janeiro e Lêda desde os tempos do ginásio Carangolense, na terra natal<sup>8</sup>.

Expressão dessa realidade residiu na tradução do importante *História das últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, de Pierre Moreau e Roulox Baro. Acrescida de nota introdutória de José Honório Rodrigues, a tradução lediana ensejou-lhe confissão sobre o tipo de trabalho em que se especializara<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. *História do Direito e da Política*. J. Pessoa: Linha D'Água, 2008, p. 234/5, com inserção da recusa do boxeador Cassius Clay em seguir para o Vietnã, invocando razões de consciência, no contexto da desobediência civil. Para o internacionalista Marc Hoffnagel, muitos recrutas norte-americanos seguiam esse caminho. Sendo o de Clay apenas o mais notório.

<sup>8</sup> Enquanto no discurso de posse de José Honório, na ABL, em 1969, o responsável pela saudação enfatizou o aprendizado de línguas pelo novo acadêmico, junto aos beneditinos, no Rio de Janeiro, o Ginásio Carangolense foi focalizado pelo publicista Paulo Mercadante em *Os Sertões do Leste* (1973) e *Da aventura pioneira ao destemor à travessia: Santa Luzia do Carangola* (2003). Este último foi resenhado por Lêda em "Santa Luzia do Carangola" in *Revista do UNIPÊ*. João Pessoa, Ano XV, n.º 1, 2011, p. 107/8.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. "Nota da tradutora" in MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, com tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues e nota introdutória de José Honório Rodrigues. São Paulo: EDUSP/Livraria Itatiaia, 1979, p. 14.

### 1.3. Casal nos States e livro institucional

As ligações culturais entre os Rodrigues haviam-se acentuado de 1943 a 44, nos Estados Unidos, para onde o casal embarcara, em razão de bolsa de estudos concedida ao marido.

Junto à Universidade de Colúmbia, Lêda não apenas assessorou o companheiro como pesquisou para uma de suas mais importantes obras — *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano* (1957, 92).

A rigor, essa obra prima trata-se de História dos Estados Unidos, a partir do Judiciário. Vislumbrando naquele, três distintas regiões, representadas pelo Norte industrial, sul escravista e oeste agrícola, a autora percebeu que a integração, ou seja, a unidade dessas áreas foi assegurada pelo Judiciário.

Este, embora recusando Governo de Juízes, exerceu *função política*, de poder, e social, de comunhão entre as classes, datando daí o relevo da presidência John Marshall (1801/35). A predominância da União sobre os Estados-membros proveio dessa orientação, o que explica o hino tecido por Dra. Lêda a esse *chiefjustice*<sup>10</sup>.

Temos assim em *A Corte Suprema* monografia de alcance institucional. Desde o famoso caso Marbury versus Madison, “certidão de batismo da Corte Suprema e o início de sua influência na vida americana”, o mais alto tribunal norte-americano empenhou-se pela supremacia da União sobre os Estados.

As magnas construções marshallianas — monopólio da interpretação das leis pelo Judiciário, predomínio institucional da Corte Suprema sobre os Judiciários Estadual e Federal, controle da cons-

---

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 22/54. Lêda ressalta em Marshall inabalável conservadorismo, ao lado de conteúdo jurídico criativo e inovador.

titucionalidade das leis, *due process of law* (devido processo legal) e Teoria dos poderes implícitos do Congresso — asseguraram a primazia da União, o que não era fácil.

Isso devido à força dos Estados-membros que se consideravam proprietários das estradas de ferro, que cortavam seus territórios, e dos bancos aí sediados. Segundo L. B. R., todavia, decisões da Suprema Corte, como o caso Fletcher versus Peck, e as cláusulas de comércio, próprias do *common law*, favoreceram o centralismo<sup>11</sup>.

#### 1.4. Duplo federalismo, declínio da Corte e macartismo

A reação dos Estados manifestou-se através do *duplo federalismo*, de acordo com o qual a União fôra constituída por Estados *detentores de soberania*. Formulada pelo *chiefjustice* Roger B. Taney (1835/63), o mais famoso do século XIX, depois de Marshall, essa doutrina chegou ao Brasil prestigiada pelos juristas da burguesia cafeeira paulista.

Um desses, Manuel Ferraz de Campos Sales, alcançou a Presidência da República (1898/1902) anunciando que a soberania nacional se deslocara para os Estados membros porque “o que pensam os Estados, pensa a União”<sup>12</sup>.

A insistência institucional da Corte Suprema no século XIX, marcada pelo contraponto entre o centrifugismo de Marshall e o centripetismo de Taney, não significa que aquele tribunal olvidasse a proteção dos Direitos Individuais. Estes obtiveram espaço durante a Guerra da Secessão, com o chamado caso Miligan em que Taney vetou o julgamento de civis por comissões militares, pretendido pelo Presidente da República Abraham Lincoln<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Ibidem*, mas na 1.ª ed., Forense, 1958, p. 42/46 e 49/53.

<sup>12</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. *História do Direito e da Política*. cit, p. 131.

De acordo com o raciocínio de Lêda, seguindo a cronologia de Corwin, a proteção exacerbada do *laissez-faire* econômico do período 1895/1937, e a excessiva contração do controle da constitucionalidade das leis de 1937 a 53 conduziram a Corte Suprema a sensível declínio<sup>14</sup>.

Esse coincidiu com o macartismo da Presidência Truman (1945/52), quando o *chiefjustice* Fred Winson coonestou o irracionalismo anticomunista das denúncias do senador Joseph Mc Carthy, como principal responsável por um dos períodos mais sombrios dos Estados Unidos.

O símbolo da época, marcada por espionagem, intriga e delação, consistiu no chamado caso Rosenberg em que, a 19 de junho de 1953, os físicos judeus Julius e Ethel Rosenberg foram eletrocutados, sob acusação de entrega de segredos atômicos à União Soviética<sup>15</sup>. O processo foi acelerado, para que não se repetisse algo equivalente ao caso Sacco e Vanzetti, na década de vinte.

## 1.5. Resposta da Corte de Warren e Cidadania

Foi dentro desse quadro que a Corte de Warren agigantou-se. Retomando as melhores tradições do liberalismo americano, não só

---

<sup>13</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 68.

<sup>14</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*. 2.<sup>a</sup> ed., p. 18.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 172 e segs. Para visão do tenebroso macartismo e seu reconhecido anti-intelectualismo consulte-se Hofstadter, Richard. *Antiintelectualismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967 e também PARENTI, Michael. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. E ainda ELIOT. Marc. Walt Disney — *O príncipe sombrio de Hollywood*. São Paulo: Marco Zero, 1995, com resumo do período à p. 259 e o original filme de Georges Clooney, *Boa Noite. Boa Sorte* em que o jornalista Edward B. Mussout enfrenta o terrível Mc Carthy.

enfrentou o macartismo, através, sobretudo, do *devido processo legal*, que conteve as deformações processuais da Comissão de Atividades Antiamericanas, anulando dezenas de processos, mas tomou posição em face do racismo e marginalização de minorias como chineses, chicanos, porto-riquenhos e caribenhos.

Sob a liderança do *chiefjustice* Earl Warren, equiparado por Lêda a John Marshall, o princípio de “iguais mas separados”, que oficializava o racismo, foi revogado, para que prevalecesse a integração racial em escolas, restaurantes e transportes públicos, mesmo em Estados como Geórgia, Virgínia, Alabama e Carolina do Sul. Na sequência dos acontecimentos, graças aos arrestos de Warren e seus colegas, a Presidência Eisenhower federalizou as milícias estaduais e enviou tropas para garantir a presença de pretos nos ginásios e escolas de Little Rock, neutralizando a resistência estadual ultraconservadora<sup>16</sup>.

A firme atuação de *justices* como Black, Douglas e Frankfurter, acarretou a extensão do *due processe* à autoridade coatora, mediante o “razoável poder de polícia”, e ao campo, na questão dos direitos eleitorais, para redução da influência do voto rural.

Na síntese da autora de *A Corte de Warren*, esta favoreceu as demandas cidadãos em educação, direito a advogado e privacidade, liberdade de religião, objeção de consciência, liberdade de palavra, reunião, associação, petição, liberdade de cátedra, controle de censura e liberdade de Imprensa.

Numa época em que ainda ressoavam as restrições da ditadura militar brasileira a várias dessas prerrogativas, foi enorme a repercussão do livro sobre *A Corte de Warren* (1991). A autora considerou-a seu melhor estudo.

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. *A Corte de Warren* (1953-1969) Revolução Constitucional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 85/99.

## 1.6. Na trincheira dos Direitos Humanos

Ao tempo em que elaborava essa monografia, Lêda Boechat e José Honório convertiam-se em ativistas dos Direitos Humanos. Isso significava formar ao lado da sociedade civil brasileira das OAB, CNBB e ABI contra o generalismo autoritário então vigente.

Da parte de Lêda, a publicação que melhor refletiu esse posicionamento foi a coletânea *“Direito e Política”* (1977,94). Constante de prefácios, estudos e conferências, divide-se em três partes, com a inicial intitulada “Três mestres do Direito Americano”, sobre os ministros Benjamim Cardozo, Edward S. Corwin e William O. Douglas.

Rigorosamente nova, “William Douglas e os Direitos Humanos” desdobra-se em elogios a esse defensor dos direitos civis que, como herdeiro e substituto do imenso Louis D. Brandeis, formou com o Juiz Black na vanguarda contra a histeria macartista, em razão do que, a certa altura, afrontou a direita, subscrevendo adiamento para execução dos Rosenberg<sup>17</sup>.

As duas produções que abrem a segunda parte — “As Liberdades Civis e as Comissões Parlamentares de Inquérito nos Estados Unidos” e “Separação da Igreja do Estado e Liberdade de Religião nos Estados Unidos” vinculam-se a *A Corte de Warren* (1991), principalmente essa última referente ao assinalado *approach* em homenagem a Jacques Lambert, quase inteiramente aproveitado no livro sobre o período da Suprema Corte que valorizou as liberdades civis.

Em *Direito e Política* figura uma das mais originais produções ledianas. Trata-se da conferência “Os Grupos de Pressão no Governo Representativo”, originariamente preparada para a Universidade

---

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. “William O. Douglas e os Direitos Humanos” in *Direito e Política* – Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos. Porto Alegre: Coleção Ajuris 8, 1977, p. 81.

Federal do Ceará e onde a temática recai entre Sociologia Política e Sociologia do Direito.

Embora reconhecendo maior importância aos grupos de pressão na França que na Inglaterra, “ou mesmo nos Estados Unidos” a autora louva a sistemática norte-americana que considera os grupos de interesse exercitando o direito de petição protegido pela Primeira Emenda. Essa abordagem de *Direito e Política* cresce de interesse pela alusão aos grupos de Pressão no Brasil, à luz de autores como Nehemias Gueiros<sup>18</sup>.

Enfim, a coletânea enfeixa “Federalismo nos Estados Unidos e no Brasil”, com substrato *de natureza técnica*. Nele distinguem-se as exposições constitucionais brasileiras, habitualmente teóricas, das americanas onde “Os livros de Direito Constitucional [...] são basicamente exposições de casos julgados pela mais alta Corte dos Estados Unidos, situados, assim, historicamente, em determinada conjuntura social, política e econômica.”

## 1.7. Lêda e a História do STF

A evolução intelectual de Lêda Boechat e sua produção científica levavam-na ao Supremo Tribunal Federal. Daí que a História deste, em quatro volumes, se tornou sua mais representativa obra.

Dir-se-á que esta vinha sendo cogitada desde que, com apenas dezenove anos, em 1936, se tornou taquígrafa daquela instituição onde perfez amizade com os ministros Hahnemann Guimarães e Orozimbo Nonato.

O momento para o início da série sobreveio em 1965, quando dos acontecimentos subsequentes ao movimento militar-civil do

---

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. “Os Grupos de Pressão no Governo Representativo” in *Direito e Política*, cit. p. 151/3.

ano anterior. Como este enveredasse por arbitrariedades como “deposição de governadores, prisões de parlamentares, aposentadoria de juizes, reformas forçadas de militares, demissões de professores e discussão da competência do foro comum ou do foro militar”, o período 1964/65 tanto se aproximava do florianismo 1891/94 “que me animei a publicar, antecipadamente, este primeiro volume”<sup>19</sup>.

Tais aproximações explicam como na série sobre o STF o primeiro tomo despontou como o mais contundente. Trata-se de livro de desafios em que o STF da fase estudada equivale ao de 1964/5, quando seu presidente, ministro Ribeiro da Costa, levantou as tábuas da lei contra o furor do discricionarismo castrense. Para o prefaciador, jornalista Hermano Alves, repetia-se a dicotomia do alvorecer da República: “de um lado, o Presidente com o Exército, de outro a magistratura com a Constituição”<sup>20</sup>.

O subtítulo do livro — “Defesa das Liberdades Civis” — delinea conteúdo em que ministros como Pisa de Almeida, Figueiredo Júnior, José Higino Duarte Pereira e Lúcio de Mendonça elevaram-se ao nível dos maiores do STF.

Na grande maioria, acolheram reclamações do advogado Ruy Barbosa que, sempre contrário às ameaças aos direitos e liberdades individuais, firmou algumas das maiores passagens da vida.

A certa altura, opondo-se à tese de que o Estado de Sítio impunha a jurisdição militar sustentou que

“[...] neste país, a consciência jurídica, como as outras denominações de consciência, não passa, entre os homens políticos, de um

---

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. “Introdução” in *História do Supremo Tribunal Federal, 1891-1898* — Defesa das liberdades civis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 6.

<sup>20</sup> ALVES, Hermano. “História do Supremo Tribunal Federal”, como prefácio ao primeiro volume dessa série (1965), inserido na orelha. Tanto no segundo tomo (Victor Nunes Leal) quanto no terceiro com Ênio Silveira, Lêda recorreu a adversários, punidos pelo regime militar.

artigo de guarda-roupa. Veste-se para obsequiar os amigos, porque, para tratar os antagonistas, o que nos serve é o arco e a azagaia”<sup>21</sup>.

Em pelo menos um julgado, a argumentação ruibarboseana fermentou a jurisprudência do constitucionalismo brasileiro. Tal ocorreu com parlamentares que o Governo insistia em manter desterrados em Fernando de Noronha, depois de revogado o Estado de Sítio. Consoante Lêda, acolhendo *habeas-corporis* impetrado pela Águia de Haia:

Foram incorporados no importantíssimo acórdão redigido pelo Ministro Lúcio de Mendonça, um dos pontos altos do Direito Constitucional Brasileiro, as teses subscritas por Ruy Barbosa, desde 1892, a propósito das emendas parlamentares e da cessação dos efeitos do estado de sítio.

Firmou-se então o entendimento de que as imunidades parlamentares não se suspendem com o Sítio com cujo levantamento cessam todas as medidas de repressão durante ele tomadas pelo Executivo<sup>22</sup>.

## 1.8. Institucionalização do Estado e Federalismo

Ao analisar a evolução do STF, a dra. Lêda não se despregou das inflexões norte-americanas onde a dialética organização do Estado versus Defesa dos Direitos individuais permeou a sequência *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Norteamericano* (1958, 92) e *A Corte de Warren* (1991).

No tocante ao Brasil, a relação, invertida, desponta na *História do Supremo Tribunal Federal* onde a angulação institucional constitui a tônica do segundo volume subtulado “Defesa do Federalismo”.

---

<sup>21</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*, vol. I, cit., p. 119, com remissão às Obras Completas de Ruy Barbosa.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 114/5.

Nele, debruçando-se sobre o período 1899/1910, a autora resalta nos ministros Epiácio Pessoa, Alberto Torres e Pedro Lessa, a firme disposição de, em nome da primazia da União, se oporem à descentralização oligárquica da República Velha, calcada na doutrina do federalismo dual, oficializada pela Presidência Campos Sales.

Segundo a Dra. Lêda, recorrendo à doutrina de John Marshall nos Estados Unidos e Ruy Barbosa no Brasil, foi nossa mais alta Corte Justiça quem freiou essas distorções, no sentido de que:

O Supremo Tribunal Federal nunca aceitou a concepção do federalismo dual e sempre defendeu o princípio da supremacia da União sobre os Estados, afirmando, solenemente, em acórdão, que ‘os Estados da União não são soberanos’. Nos regimes federados, disse o Tribunal, a soberania reside, exclusivamente, na União. Os Estados, simples entidades autônomas, obrigados a respeitar em suas leis, quaisquer que eles sejam, os princípios constitucionais da União (Constituição, art. 63) não podem, por isso mesmo, na reforma dessas leis, rebelar-se contra as proibições que lhe são feitas na carta federal<sup>23</sup>.

Tanto quanto as do colega Pedro Lessa, as colocações dos ministros Epiácio Pessoa e Alberto Torres fizeram-se emblemáticas.

Enquanto Epiácio reclamava sobre “o que se está observando desde o início do regime constitucional, ou seja, a invasão dos Estados nos domínios da União”, Alberto Torres, fiel a livros que o situariam como precursor do centralismo de 30, protestava contra o aspecto financeiro da questão porquanto “[...], nas finanças os Estados-membros invadiram com o maior desembaraço as rendas de

---

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *História do Supremo Tribunal Federal* – Tomo II 1899/1910. Defesa do Federalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 93.

receita exclusiva da União e perturbam, anulam e conculcam o amparo federal à liberdade do comércio exterior e entre os Estados”<sup>24</sup>.

À luz desse entendimento, o STF contribuiu para, verdadeiramente, fixar a União no centro do ordenamento político-jurídico brasileiro.

Tal se verificou no conflito com os beneditinos que assinalou a separação entre Igreja e Estado. Nos problemas de saúde pública em que os positivistas, aliados a Ruy Barbosa, se insurgiram contra os regulamentos sanitários e a vacina obrigatória, sob alegação de que esses violavam os direitos individuais. Na intrincada problemática dos limites interestaduais. E, enfim, no vergonhoso episódio de 1910, no Amazonas, quando Exército e flotilha da Marinha bombardearam Manaus para depor o governador Amaro Bittencourt, a seguir preso e compelido a assinar a renúncia.

## 1.9. A Doutrina brasileira do habeas-corpus

A perspectiva institucional do Supremo Tribunal Federal reafirmou-se no terceiro tomo da História de Dra. Lêda.

Nele, a historiadora-jurista ressalta o ministro Enéas Galvão que:

[...] nomeado em 1912 e morto em 1916, serviu ao Supremo Tribunal Federal apenas quatro anos. Mas esse tempo exíguo em que permaneceu não impediu que deixasse marcado na jurisprudência do *habeas-corpus* sua coragem, sua altivez e seu espírito criador. Ninguém mais que ele deixou seu rastro luminoso no *habeas-corpus* brasileiro e na sua ampliação, justificando a chamada *Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus*.

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 42 e 95.

[...] Muito criticada na época dessa providência, Galvão assim respondeu: 'Acho que não há erro na ampliação do *habeas-corporis*. Se o conceito do *habeas-corporis* evoluiu por esse modo é porque as necessidades de nossa organização social e política o exigiram, como resultado de ataque à liberdade individual, determinando, assinalando função maior, mais lata, ao instituto do *habeas-corporis*<sup>25</sup>.

Para que se possa compreender o alcance dessa formulação, faz-se necessário inseri-la no contexto histórico em que emergiu. De acordo com Dra. Lêda,

Diante da falta de outros remédios existentes no direito anglo-americano – o mandamus, a injunction, o certiorari e o quowarrant – o Supremo Tribunal Federal viu à sua frente apenas um caminho: ampliar o *habeas-corporis* através da interpretação lata ou construction do texto constitucional, art. 72, § 22 na visão liberal que dele teve, em primeiro lugar, como grande advogado e excelso constitucionalista, Ruy Barbosa<sup>26</sup>.

Nem sempre o STF acolheu os que lhe bateram às portas. Contudo, o calor dos debates travados, com frequente amplificação pela Imprensa, e a consciência e os votos vencidos, muitos dos quais posteriormente vencedores, fizeram com que a mais alta corte de justiça brasileira contribuísse para a definição da sistemática política-jurídica brasileira. Onde ela não transigiu foi na questão do *habeas* durante o Estado de Sítio. Para o Supremo, a vigência deste não impedia aquele<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *História do Supremo Tribunal Federal* — Tomo III 1910/1926. Doutrina Brasileira de *Habeas-Corporis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 33.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 168.

## 1.10. Repercussão e supressão da doutrina

Apesar de sua repercussão, a doutrina brasileira do *habeas-corpus* sofreu rude golpe com a Reforma Constitucional de 1926 que a suprimiu: a iniciativa pertenceu ao Presidente Arthur Bernardes que, exercendo todo mandato presidencial 1922/26, em Estado de Sítio, inquietou-se com as frequentes limitações do STF a suas arbitriedades. Data daí como:

Antes de reunir-se a Assembléia, Bernardes convocou, para algumas reuniões no Catete, os principais líderes e constituintes importantes. Deu-lhes suas ordens: em primeiro lugar, deviam liquidar, reduzir a pó, matar a Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus. O texto referente ao habeas-corpus na Reforma Constitucional de 1926 devia defini-lo, expressamente, como garantia única do direito de locomoção. Mandava retroagir anos luz a jurisprudência criativa do Supremo Tribunal Federal e encerrá-la num leito de Procusto.

Em seus indecorosos e ilegais conchavos, o Presidente Arthur Bernardes cometeu um atentado inominável contra as liberdades e direitos dos brasileiros. Mandou terminar a Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus que elevava o Supremo Tribunal Federal ao nível das maiores Cortes Judiciárias do Mundo, até subjugando-as nesse particular<sup>28</sup>.

A partir daí, os direitos líquidos e certos permaneceram *sem cobertura judiciária*, pelo menos até 1934, quando, por iniciativa do deputado João Mangabeira, criou-se o mandado de segurança. Então, este passou a proteger aqueles, retomando o *habeas* o primitivo leito de ir e vir.

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 21.

### 1.11. O STF de 1930 a 63

O quarto tomo da *História do Supremo Tribunal Federal* retoma a dialética dos direitos individuais e expressa uma singularidade. Trata-se de tomar como principais fontes os livros do ministro Edgard Costa e historiador Hélio Silva. Além disso, a maior parte das questões foram levantadas em bloco.

Foi o caso das decisões suscitadas pela Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947/48, como as mais palpitantes. Fechada por seis meses, pelo Governo, em julho de 35, após explosivo manifesto de Luiz Carlos Prestes, a ANL recorreu do ato governamental que o STF considerou legítimo. O mesmo verificou-se quando do cancelamento do registro do PCB, pelo TSE, em 1947, e supressão dos mandatos comunistas pela Mesa da Câmara, no ano seguinte. Com a acentuação do anticomunismo da Guerra Fria, os recursos vermelhos não obtiveram um voto sequer<sup>29</sup>.

### 1.12. Os casos Café Filho e Hélio Fernandes

A passagem mais dramática do IV volume da *História do Supremo Tribunal Federal* está contida nos capítulos VIII e IX – “Presidente da República (1955/56)” e “Liberdade de Imprensa” (1963) referentes aos casos Café Filho e Hélio Fernandes.

Em face de enfermidade do Presidente Café Filho, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu o Governo, recusando-se a punir o Coronel Mamede, da ESG, que se manifestara contra a posse dos eleitos.

---

<sup>29</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo IV. Volume I, 1930/1969, p. 61/80.

Sentindo-se menosprezado, o Ministro da Guerra, Gal. Teixeira Lott, renunciou, mas, antes, colocou as tropas na rua, depondo Luz. Quando Café Filho tentou reassumir, foi também impedido por Lott. Seu advogado, Jorge Dyott Fontenelle, impetrou mandado de segurança e *habeas-corporis*.

O primeiro, após extenso voto do ministro Ribeiro da Costa, que o concedeu, contra o relator Hahnemann Guimarães e o ministro Nelson Hungria, teve o julgamento sustado, até que fosse suspenso o estado de sítio, prorrogado pelo Senador Nereu Ramos que assumira a Presidência da República. Quanto ao *habeas*, os ministros “acordaram, por maioria, conhecer do pedido e dá-lo como prejudicado”<sup>30</sup>.

Já o caso do jornalista Hélio Fernandes refere-se a *habeas-corporis*, discutido a 31 de julho de 1963, diante prisão ordenada pelo Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro.

Este alegou que o periodista publicara, pela *Tribuna da Imprensa*, documento sigiloso da Presidência da República, em razão dos que sobreveio IPM acionado pelo Gabinete do Ministro. Detido, Fernandes impetrou *habeas-corporis* sustentado pelo advogado Sobral Pinto que, com sua bravura, reeditaria o apostolado de Ruy Barbosa.

Como a questão era política, o julgamento assumiu esse viés. Os ministros da área pessedo-trabalhista — Hermes Lima, Victor Nunes Leal, Gonçalves de Oliveira e Antônio Vilas Boas — votaram contra, e os de extração udenista — Ribeiro da Costa, Hahnemann Guimarães, Cândido Mota Filho e Pedro Chaves — a favor. A concessão do *habeas*, que consagrou a fidelidade do STF à liberdade de Imprensa, resultou de dois votos do ministro Ribeiro da Costa — um como integrante e outro como presidente, este para desempatar<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 213 e 15.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 231/63, com especialidade para 262.

### 1.13. Ponte com a História

Na bibliografia de Lêda Boechat, a conferência da coletânea *O Poder Judiciário e a Constituição* (1977), intitulada “A Suprema Corte dos Estados Unidos e sua contribuição ao Direito Constitucional Brasileiro”, serviu de ponte com a História.

A condição aprofundou o ocorrido em 1944 quando do regresso do casal dos Estados Unidos pelos Estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco. Nesses dois últimos, prepararam os Índices Anotados das *Revistas dos Institutos Históricos do Ceará e Pernambuco*, resultantes de projeto da direção da Biblioteca Nacional.

Esses índices concretizaram-se com a assistência de Dra. Lêda. O do Ceará justificava-se pela terra dos dois principais historiadores brasileiros — Capistrano de Abreu, em termos nacionais, e o barão de Studart, a nível regional. Daí o verdadeiro hino a esse último:

O Barão de Studart foi o maior historiador local do Brasil. Não há em nenhuma historiografia estadual ou regional brasileira, quem se lhe compare no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização, como cronista, geógrafo, historiador e editor de documentos. O Barão de Studart era a enciclopédia viva do Ceará, sabia-lhe a geografia, a crônica, a vida presente [...]. Ninguém trabalhou mais no campo da historiografia local que o Barão de Studart: este deve e pode figurar ao lado de Varnhagem como o maior acumulador de fatos da história brasileira, seu maior pesquisador, seu maior realizador<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> RODRIGUES, José Honório. Introdução – A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará” in RODRIGUES, José Honório e RODRIGUES, Lêda Boechat. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, do Tomo I ao XVIII. 1887-1954. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 45.

Precedido por edição em dois volumes, datado de 1959 pela Imprensa Universitária, o *Índice Anotado da Revista do Ceará* circulou, inicialmente, sem a assinatura de Lêda Boechat como coautora. Graças, porém, aos esclarecimentos desta e boa vontade do historiador Geraldo Nobre, a omissão foi sanada na mais completa edição de 2002. Nela, a coautoria lediana figura na capa, frontispício e ficha catalográfica<sup>33</sup>.

### 1.14. Dedicção a José Honório

A inter-relação de Lêda com José Honório não cessou sequer com a separação trazida pela morte deste. Ante o passamento de 7 de abril de 1986, a viúva não só lhe tributou conferência tipo “Os 80 Anos de José Honório Rodrigues”, a 10 de novembro de 1993, no IHGB, e providenciou registro do cinquentenário da *Teoria da História do Brasil*, a cargo de José Octávio, como se dedicou à obra honoriana. Tal se encontra contido na “explicação” de *Ensaios Livres* (1991):

[...] O primeiro e o segundo constituem a segunda parte (vol. II) da *História do Brasil*, formada pelo tomo I, *A Historiografia Conservadora* e o tomo II, *A Metafísica do Latifúndio. O ultrarreacionário Oliveira Viana*, lançados em 1988. Os outros serão os *Capítulos da História do Açúcar no Brasil*, publicados na forma de artigos no *Brasil Açucareiro*, em 1940, e os *Capítulos das Relações Internacionais*, acerca da história diplomática, a partir do curso dado no Instituto Rio Branco, em 1956. Estes aguardam publicações, além das correspondências de José Honório Rodrigues<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Depois da morte de Honório, rebuscando os papéis do marido, Lêda verificou que a omissão de seu nome como Coautora partira desse e não do pessoal do Ceará.

<sup>34</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat — “Explicação” in RODRIGUES, José Honório. *Ensaios Livres*. São Paulo: Imaginário, 1991, p. XIII.

Das publicações acima, não temos notícia dos *Capítulos do Açúcar*. Mas as demais saíram, sempre por iniciativa de Lêda. *Historiografia Conservadora* (1988) e o estudo acerca de Oliveira Vianna (1988) elevaram para três os tomos da série *Historiografia Brasileira* de José Honório, iniciada com *Historiografia Colonial* (1979). Já o ensaio sobre Relações Internacionais, resultante de sua passagem pela escola de diplomacia do Itamaraty, veio à luz, sob a organização da viúva, e coautoria do internacionalista gaúcho Ricardo Seittenfus, que com ele colaborou<sup>35</sup>.

Companheira dedicada, Lêda Boechat procurou manter viva a tradição honoriana. Um desses expedientes, residiu na montagem da:

Exposição das obras de Acadêmico José Honório Rodrigues na Academia Brasileira de Letras, sob a presidência do Embaixador Josué Montello — Inauguração em 8 de setembro de 1994, organizada por Lêda Boechat Rodrigues, com assistência técnica de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na instalação, o acadêmico Cândido Mendes ressaltou a propagação da obra de J. H. R., principalmente na Paraíba.

## 1.15. Correspondência honoriana, artigos e prefácios

O preparo da correspondência honoriana veio em seguida. O primeiro volume integrou a Coleção Afrânio Peixoto da Academia Brasileira de Letras, cujo tomo de 2000 intitulou-se *Correspondên-*

---

<sup>35</sup> RODRIGUES, José Honório e SEITTENFUS, Ricardo A. S., com organização de Lêda Boechat Rodrigues — *História Diplomática do Brasil 1931-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

cia de José Honório Rodrigues. Organização, Prefácio, Notas e Traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Nele, firmando o prefácio, a historiadora-arquivista ofereceu mais uma demonstração de dedicação e versatilidade:

[...] pus mãos à obra e consegui reunir, na Primeira Parte, cartas de 31 acadêmicos. A Correspondência total — 3100 pp. na qual trabalhei dois anos em tempo integral — abril 1987 a abril de 1989 — já começou a aparecer em 1991 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, iniciando-se com as cartas escritas em português, do grande historiador inglês Charles R. Boxer<sup>36</sup>.

O sucesso desse volume induziu madame Rodrigues a publicar, pela ABL, a *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* — Organização, Prefácio e Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. Inserida na coleção Austregésilo de Athayde, foi apresentada a 2 de junho de 2004, na ABL, pelo sociólogo Vamireh Chacon, a quem pertence o prefácio. O esquema é o mesmo do anterior, com os missivistas expressando atividades, predileções culturais e compromissos do historiador. A figura central é a do pernambucano Amaro Guimarães, também aproveitado na contracapa<sup>37</sup>.

A dedicação de dra. Lêda ao marido não a desviou da própria obra.

Para melhor ativação desta pôs-se a frequentar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com regular comparecimento às sessões do CEPHAS e colaboração na revista. As analogias motivadas

---

<sup>36</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat. “Prefácio” in *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, Prefácio, Notas e Traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: ABL, 2000, p. 16.

<sup>37</sup> RODRIGUES, Lêda Boechat (Org. Prefácio e tradução) *Nova Correspondência de José Honório*. Rio de Janeiro: ABL, 2004, p. 63/89.

pela História do Brasil continuavam a atraí-la. Quando do *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992, produziu artigo sobre o ocorrido com o norte-americano Andrew Johnson que, entre 1867 e 68, foi impedido de fato, embora , em parte absolvido, nos Estados Unidos. Publicado em *A União*, motivou comentários do constitucionalista Flávio Sátiro, da Academia Paraibana de Letras.

Alguns prefácios ocuparam-lhe a atenção. Foi o caso de *A Escravidão na Paraíba — Historiografia e História* (Preconceitos e Racismo numa Produção Cultural), do discípulo José Octávio, em 1988. Antes, também, na Paraíba, prefaciara *O Supremo Tribunal Federal é a instabilidade político-institucional* (1976), do cientista político Oswaldo Trigueiro do Valle.

### 1.16. De Volta às traduções — Bradford Burns

Curioso em Lêda Boechat Rodrigues é que sua obra profissional representou autêntica *quadratura do círculo*. Isso porque, iniciada com traduções, encerrou-se com uma dessas.

Tal se verificou em razão do entusiasmo pelo brasilianista norte-americano E. Bradford Burns do qual traduziu *A History of Brazil — Third Edition* (1993).

Esse historiador também se distinguiu por eruditos artigos. Um destes, “The destruction of a Folk Past: Euclides da Cunha and Cataclismic Cultural Clash”, publicado no primeiro número do terceiro volume da *Review of American Studies* (1990) chamou a atenção de Lêda. Esta o considerou “extremamente bem escrito, escrito de um ponto de vista revisionista do assunto”.

A intérprete do STF ficou tão empolgada com o estudo que, imediatamente preparou “Uma Nova Interpretação de *Os Sertões*”, como reinterpretação de Bradford Burns. Esse mini ensaio foi en-

caminhado aos colegas do IHGB e da Paraíba onde *A União* o transcreveu a 10/11 de novembro de 1990. Como o americano morreu pouco depois, o suplemento literário *Correio das Artes* publicou seu necrológio, antes da conversão em separata pela *Revista do IHGB*<sup>38</sup>.

Quanto à tradução de *A History of Brazil*, esta chegou a termo e foi encaminhada por Dra. Lêda a uma editora devendo existir cópia junto aos livros do casal, arrecadados pelo sobrinho. Faz algum tempo que alertei o presidente do IHGB, dr. Arno Welling, para essa possibilidade<sup>39</sup>.

Isso também asseguraria à obra de Dra. Lêda, iniciada com valiosas traduções, encerrar-se com outra.

---

<sup>38</sup> BURNS E. Bradford. The Destruction of a Folk Past: Euclides da Cunha and Cataclysmic cultura clash in Review of Latin American Studies e RODRIGUES, Lêda Boechat, Consciência Histórica em Bradford Burns. Cit, RODRIGUES, Lêda Boechat. *Necrologia do sócio correspondente* E. Bradford como separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* n.º 158, n.º 394, 1997.

<sup>39</sup> Os contactos do autor com o dr. Arno Welling foram mantidos após entendimentos com a enfermeira Maria da Penha Moreira como derradeira cuidadora de Dra. Lêda. Essa informou que o Sr. Júlio, datilógrafo de Lêda B. Rodrigues, digitou a tradução do livro de Bradford Burns.

## ESTUDOS GENEALÓGICOS SOBRE VASCO FERNANDES COUTINHO (C.DE 1492-A. DE 16.X.1561)<sup>1</sup>

*Paulo Stuck Moraes\**

Vila Velha, 23 de Maio de 2015, Quadringentésimo octogésimo da Colonização do solo Espírito-santense.

Em um dia como o de hoje, aportava nesta Prainha, a nau Glória, trazendo o donatário Vasco Fernandes Coutinho, e os primeiros portugueses que desembarcaram em solo capixaba.

Na ocasião, Coutinho já ia perto de seu 45.º aniversário, a se considerar que, em 1510, era considerado “como sendo bem moço”, conforme João de Barros, em *Décadas da Ásia*, Década Segunda, Livro V, Capítulo X.

Coutinho retorna a Portugal por volta de 1526/1527. Em princípio de 1525, vende uma embarcação que possuía o que pode confirmar o retorno a Portugal. É certo que em 1529, já esta em sua quinta em Alenquer, pois recebe mercê de D. João III, mandando a Câmara local não obrigar Coutinho ao pagamento da SISA, referente à compra dessa sua quinta.

Deve ter contraído matrimônio com Maria do Campo por essa época, posto que antes disso não seria possível, estando na Índia. Estaria, então, bem próximo de 40 anos de idade. Três documentos existentes no arquivo da Torre do Tombo podem confirmar que Maria do Campo seria não mais que uma menina, por volta de 1530,

---

\* Historiador e genealogista. Bacharel em História pela UFES. Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia.

<sup>1</sup> Palestra proferida em 23 de Maio de 2015, por ocasião do 480.º aniversário da chegada de Vasco Fernandes Coutinho ao Espírito Santo, no recinto da Igreja do Rosário, em Vila Velha-ES.

visto seus pais terem casado por volta de 1515. Desse casamento de Coutinho, segundo Felgueiras Gayo, teriam sido gerados 4 filhos, sem comprovação de descendência de 3 deles. Jorge de Melo, casado com Jerônima Juzarte, faleceu sem filhos. Já Martim Afonso de Melo, herdeiro de Jorge, por este não ter tido descendência, Gayo sugere que teria se casado, mas não cita com quem e nem os prováveis filhos. Maria Coutinho, uma das filhas, que alguns querem que seja a esposa de Marcos de Azeredo, também teria se casado, segundo Gayo. Guiomar, a outra provável filha, teria tido até um neto, sem que, no entanto, haja mais qualquer informação. Todos esses filhos legítimos, poderiam ter nascido entre 1531 e 1535, tempo de permanência dele em Alenquer.

Pesquisas genealógicas mais recentes dão a Coutinho, de seu relacionamento com Ana Vaz de Almada, além de Vasco Coutinho filho, ainda Catarina e Yamar. Catarina teria se casado com Manoel Fernandes, e seria a mãe de Maria de Melo Coutinho, esta sim, a esposa de Marcos de Azeredo, e de João de Melo Coutinho, tornando-se, assim, a genearca de dois grandes ramos, os Azeredo Coutinho, no Brasil, e os Melo Coutinho, na Argentina. Esse ramo argentino tem hoje, como representante mais conhecida, a atual rainha da Holanda, Máxima Zorraguieta, descendente direta dos dois filhos legítimos de João de Melo Coutinho. Yamar (ou Gomar) teria se casado em Vitória, por volta de 1581 ou 1582, quando da passagem, por Vitória, de Ruano Tellez, fiscal de rendas do governo, para assumir seu posto em Charcas (La Plata), atual Sucre, na Bolívia. Sabe-se que Tellez já estava em Charcas, em 1583. O legado do bispo de Charcas registra que, ao passar por Vitória em 1586 (entre 12.08 a 04.10), Vasco Fernandes Coutinho teria pedido que levasse a sua irmã, como presente, a quantia de 2 mil pesos. É ainda um tanto nebulosa essa composição da descendência, dadas vozes discordantes sobre quem seriam, de fato, os pais desses descendentes. É extrema-

mente escassa a documentação da época, que poderia confirmar ou não certos detalhes.

Que uma irmã de Vasco Coutinho filho foi, já casada, para a hoje Bolívia, já não resta mais dúvida, à vista de documentação que registra tal fato. Genealogistas argentinos atestam, também, que seria João de Melo Coutinho, inclusive, capixaba de nascimento. No testamento de sua filha legítima Ana, ela afirma ser herdeira de uma partida de açúcar, que lhe legou seu pai, partida essa que lhe devia Marcos de Azeredo, capitão do Espírito Santo, nas partes do Brasil, o qual era casado com a irmã de seu pai. Pela época e idade que deveriam ter, tanto João, quanto Maria, esposa de Marcos de Azeredo, devem ter nascido por volta de 1565/1570, portanto após a morte do primeiro donatário, mostrando ser impossível que a esposa de Marcos de Azeredo fosse filha do primeiro Vasco, e, mesmo que ele ainda fosse vivo, como afirmam alguns, já estaria muito avançado em anos para ser pai, principalmente se fosse nascido em 1480, como também afirmam alguns, com o que não concordo.

Essa Maria de Melo Coutinho, ao casar-se com Marcos de Azeredo, pouco antes de 1590, visto que a data provável de nascimento do primeiro filho do casal é 1591, tornam-se os genearcas de uma grande família que teve grande influência na formação do atual estado do Rio de Janeiro, à qual pertenceram diversos senhores de engenho, tanto na região de Campos dos Goytacazes, quanto da região de São Gonçalo, e, já durante o Império, na própria Corte, tendo vários de seus integrantes agraciados com títulos de nobreza. Também a província de Minas Gerais, contou com descendentes desse casal, principalmente com a ramificação que, por casamento, teve por preponderante, o sobrenome de Pinto Coelho da Cunha, sendo um desses descendentes agraciado com o título de barão de Cocais.

Na província do Rio de Janeiro, temos, além de vários militares, membros do governo imperial e eclesiásticos, vários nobres, com

títulos concedidos durante o Império, como o visconde e depois conde de Araruama, o barão e depois visconde de Ururai (que foi casado com uma filha do Duque de Caxias), o barão de Monte de Cedro, entre outros, além de nobres por casamento, como é o caso da esposa do segundo barão de Guandu, fazendeiro na região de Castelo, e que era da família Pinto Coelho da Cunha, e que tiveram descendência nascida em Cachoeiro de Itapemirim.

Para os capixabas atuais, podemos afirmar que a esposa do senador Atílio Vivacqua, Jenny Silva Vivacqua, era descendente de Marcos de Azeredo e Maria de Melo Coutinho, assim como as duas esposas do desembargador Eurípedes Queiróz do Valle, senhoras Maria José de Souza Valle e Eurídice Figueiredo Valle, além do nosso conhecido paleógrafo, reconhecido internacionalmente, João Eurípedes Franklin Leal. Também entre os descendentes deles encontramos o primeiro marido da Marquesa de Santos.

Tenho compilado, através dos anos, as várias genealogias que encontro, unificando informações de conceituados genealogistas nacionais como Carlos Rheingantz e Carlos Barata, além de outros menos conhecidos. Muitas genealogias esparsas acabam levando a Marcos de Azeredo e Maria de Melo Coutinho. Nesta ocasião, tenho catalogadas cerca de 2.500 pessoas, entre descendentes e cônjuges, mas há muitos ainda a incluir. É minha intenção lançar, brevemente, um estudo envolvendo todas essas informações, gerando uma grande genealogia dos descendentes de Vasco Fernandes Coutinho, mesmo não estando plenamente definido quem são os pais dos irmãos Maria e João de Melo Coutinho. Há hipóteses que só seriam confirmadas com a consulta aos livros de batismos e casamentos de Vitória, mas como não se sabe onde estão se é que ainda existem, essas dúvidas provavelmente nunca serão sanadas, a menos que surja algum documento revelador arquivado em algum repositório de documentos portugueses, quer no Brasil quer em Portugal.

Se a descendência de Vasco Fernandes Coutinho, bem mais próxima a nós, com pesquisas e vários documentos disponíveis causa muitas dúvidas, falar de seus ancestrais gera mais dúvidas ainda. Mexe-se, aí, nas brumas dos tempos, revira-se o passado incerto. Baseando-se em grandes genealogistas do passado, com Felgueiras Gayo, que se baseou em antigos nobiliários, como os de Damião Góes e do Conde D. Pedro, além de pesquisas atuais, em documentos ora disponíveis on-line, pelo arquivo da Torre do Tombo, e edições eletrônicas de livros antigos, vai-se construindo a teia da dita Árvore de Costados do primeiro donatário do Espírito Santo. Também estou preparando um amplo estudo sobre a ancestralidade dos Coutinho do Espírito Santo, traçado a partir do último Coutinho a deter o domínio da antiga Capitania, D. Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, que vendeu a capitania a Francisco Gil de Araújo em 1674.

Vasco era filho de Jorge de Melo e Branca Coutinho, como tradicionalmente se sabe.

Jorge de Melo era integrante da pequena nobreza e, por sua mãe, Leonor Barreto, era trineto de Pedro de Menezes, que foi o segundo conde de Viana e o primeiro conde de Vila Real. Diversos outros ancestrais foram detentores de cargos junto à corte portuguesa. Há vários detentores de pequenos senhorios e morgados em diversas regiões de Portugal. Um de seus pentavôs teria sido João de Brito, que foi Bispo de Lisboa. Uma de suas sétimas avós seria Teresa Sanchez, filha bastarda do rei Sancho IV, de Castela, em fins do século XIII. Este era filho de Afonso X, o Sábio, um dos mais importantes reis de Castela, na Espanha ainda fragmentada, durante a fase da Reconquista, que durou de 718 a 1492. Sancho IV descendia, ainda, da casa real do Sacro Império (entre esses ancestrais está Frederico Barba-Roxa) e da casa real da Hungria. Jorge também descende dos primeiros reis de Portugal, Afonso I, Henri-

ques e Sancho I, e, através deles, descende da casa real francesa, dos primeiros Sabóia, da ilha da Sardenha e da casa real de Aragão. O aprofundamento dessas linhas medievais leva a ascendência a Carlos Magno e até a Maomé, mas esse tipo de dedução deve ser vista com reservas, posto que o tempo decorrido pode levar a conclusões precipitadas e não embasadas em documentação fidedigna.

Branca Coutinho era filha de outro Vasco Fernandes Coutinho e Maria de Lima. Por outro ramo, era também descendente de Teresa Sanchez, a filha bastarda de Sancho IV e, ainda, descende de um tio do mesmo Sancho, chamado Manoel de Castela, ascendência essa que leva, por sua mãe, aos imperadores de Constantinopla, do Império Bizantino, além da casa real da Hungria, como já citado no caso de Jorge de Melo.

Vasco Fernandes Coutinho é um nome recorrente, entre os ancestrais do “nosso” Vasco. Dois deles, em linha direta, inclusive: seu avô, e também seu tetravô possuíam esse nome. Em 7 gerações (cerca de 250 anos), temos 5 Vasco Fernandes Coutinho, entre o primeiro e pentaneto, que era o “nosso” segundo Vasco, ou seja, 4 Vasco Fernandes Coutinho, em linha direta por 7 gerações. O quinto Vasco Fernandes Coutinho é tio do avô materno do nosso Vasco. Este foi o primeiro Marques de Marialva, além de terceiro Marechal do Reino, e dele descende toda a parte mais nobre dos Coutinho.

O mais antigo Vasco Fernandes Coutinho viveu no século XIV, e era, ele sim, senhor do couto do Leomil, no final da primeira dinastia portuguesa (1128-1383), e batalhou lado a lado com o mestre de Avis, na manutenção do reino português, tendo combatido na batalha decisiva de Aljubarrota, a 14 de Agosto de 1385, que definiu a independência portuguesa ante as pretensões de D. Juan I, de Castela, e consolidou o reinado de D. João I, de Portugal. Podemos atribuir a esse Vasco, parceiro de armas em Aljubarrota a posse original do brasão dos Coutinho.

Na Sala de Sintra, estão registrados os brasões da Nobreza antiga portuguesa, reunidos durante o reinado de D. Manoel I (1495-1521), e os vemos, ao centro, primeiro os da família real, e a seguir, circundando, em ordem de importância, as principais famílias do reino: O brasão dos Coutinho ocupa lugar de destaque, posto que é o segundo em maior importância, superado apenas pelo dos Noronha.

Até o reinado de D. Manuel os brasões eram de livre uso pelas famílias, não tendo sido concedidos, oficialmente. Esse rei mandou que fosse efetuado um levantamento dos brasões existentes, entre 1495 e 1509, e desse levantamento origina-se o Livro do Armeiro-mor, que pode ser encontrado atualmente na Torre do Tombo, e que foi base para oficialização e normatização dos brasões até então existentes. Após sua execução, enviou el-Rei representantes para verificar como o assunto era conduzido em outras partes da Europa, e vendo os erros que se cometiam em Portugal, adequou a legislação para a concessão de novos brasões, dentro de normas rígidas.

Dessa forma, o brasão atribuído ao nosso Vasco, na realidade foi utilizado por seu tetravô, pelo menos 150 anos antes dele. Com a normatização adotada por D. Manuel, um brasão só poderia ser utilizado por quem o obteve ou por membros da família devidamente reconhecidos. Nada impediria, portanto, a utilização do mesmo pelo nosso Vasco. No entanto, não foi concedido a ele, pessoalmente, como tem sido divulgado, inclusive com afirmações categóricas na internet, que, se repetidas, tornarão impossível quaisquer tipos de retificação.

Mas, com a internet, também ficou possível a obtenção de documentos preciosos sem o deslocamento a outros centros e, mesmo, outros países. Vários documentos importantes tem sido disponibilizados, principalmente pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que tem aclarado pontos obscuros da biografia do nosso Vasco, estabelecendo atuação, datando fatos, enfim, melhorando o pouco que se sabia a respeito do fundador desse pequeno grande

estado. No entanto, volto a frisar que, como tenho visto em vários sites pela internet, muita informação errada tem sido divulgada, principalmente no campo da genealogia, e, pior ainda, já tem sendo repetidas e propagadas, e se se alastrar em excesso, as correções ficarão muito mais difíceis. Cabe a nós, que prezamos a memória do fundador, primarmos pela correta divulgação dos atos e fatos que envolvam o nosso Vasco.

Só a título de curiosidade, para encerrar: D. Jorge Menezes também era tetraneto do primeiro Vasco Fernandes Coutinho, pois a irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, que foi o segundo Marechal de Portugal, e trisavô no nosso Vasco, Teresa, foi sua trisavó. Vasco e Jorge eram primos distantes, portanto.

## DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSO DE POSSE\*

Ilustríssimo Senhor Presidente,  
Senhor Vice-presidente  
Demais componentes da Mesa,  
Caros consócios,  
Senhoras e Senhores,

Com muita honra recebi o convite para, em meu nome e dos demais colegas que hoje tomam posse como membros desta Casa fazer este pequeno discurso. Quero agradecer a presença de cada um que neste momento aqui se encontra para prestigiar a admissão destes seis novos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Compartilho com todos a grande alegria que estou sentindo desde o momento que recebi a notícia da aprovação do meu nome para o quadro do Instituto.

Desde que cheguei ao Espírito Santo falando a todo momento “uai”, “trem”, “sô”, “dez” e outras “mineirices” aprendi a ser um mineiro meio capixaba e amar a minha terra de adoção, Aracruz.

Descendente de bandeirantes paulistas e de emboabas que desde o final do século XVII abriram caminhos para as minas guardo apreço sem tamanho pela minha história de mais de 300 anos em Minas Gerais, mas foi nos últimos 30 anos que forjei a grande consideração que tenho pelo estado do Espírito Santo que me recebeu no ano de 1987, onde trabalho, estudo, tenho amigos e vivo em meio a este caldeirão de etnias, o que me faz muito feliz com minha família capixaba e as amizades que cultivei.

---

\* Discurso de Posse dos novos associados pronunciado por Geraldo Magela Silva Araújo na Sessão Solene de Junho de 2015.

Fui residir bem próximo a Santa Cruz, terra de indígenas, onde pisaram os primeiros jesuítas e primeiros colonizadores da terra capixaba. E foi procurando conhecer um pouco mais sobre a história do município que encontrei um historiador adormecido nas páginas do jornal *O Espírito-santense* do ano de 1882: Antônio Machado Bittencourt Melo Júnior. Por causa dos escritos do Capitão Bittencourt vim conhecer este Instituto e seu trabalho.

Publicados os *Estudos Históricos* no ano passado, eu, admirando tanto a cultura capixaba apresentei meu nome para o honrado posto de sócio junto a Adilson Silva Santos, Dionne Miranda Azevedo, Josvaldo Maria dos Anjos, Madson Gonçalves da Silva e Maria José dos Santos Cunha. Ao apresentarmos nossos nomes a esta Casa, apresentamos também nossa paixão por este caldeirão racial e cultural e o nosso compromisso de, imbuídos de amor à cultura capixaba, propagar a história do Espírito Santo. É com imensa satisfação que neste momento nos unimos aos consócios que hoje, assim como há noventa e nove anos, vêm fazendo desta Casa o baluarte da cultura espírito-santense.

Relembro aqui nomes de personalidades espírito-santenses, fundadores desta Casa, entre outros, Carlos Xavier Pais Barreto, Archimimo Martins de Matos e Antônio Francisco de Athayde que no longínquo 12 de junho de 1916 se uniram para lançar a primeira e tímida pedra desta obra, hoje formada pelos mais diferentes profissionais, todos unidos em prol da história, da geografia e cultura capixaba.

Não poderia deixar de salientar aqui a presença de vários forasteiros nesta Casa, como o próprio atual presidente e vice-presidente, além de mim, mas que vejo todos comprometidos com o amor à cultura capixaba.

Agradeço ao Deus Onipotente por tudo. Agradeço ao meu finado pai José e à minha mãe, Maria, nas altaneiras e distantes terras

de Minas, mas presentes, ambos, aqui, pelo caráter e moral com que me educaram para o convívio na sociedade e me incentivaram nos estudos e busca do conhecimento. À minha esposa, capixaba da gema, companheira a todo momento e às minhas filhas. Também aos meus mestres, inclusive agora consócios, com quem muito aprendi e aprendo. Ao Paulo e Diovani, a cada um dos envolvidos na escolha dos nossos nomes e muitos outros amigos com quem nos relacionamos e que nos incentivam.

Comprometemo-nos a honrar o encargo assumido hoje e darmos a nossa humilde colaboração em prol da cultura capixaba.

Muito obrigado.



## NAS COMEMORAÇÕES DA COLONIZAÇÃO DO SOLO ESPÍRITO-SANTENSE – 2015\*

Como vem fazendo há alguns anos, o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha — Casa da Memória toma este ano a frente das comemorações da Colonização do Solo Espírito-santense. É salutar que assim seja, porque uma vez perdida a memória, a população fica sem referenciais. O que, aliás, temos visto acontecer de forma assustadora nos tempos atuais.

Neste sentido é que o trabalho — voluntário, diga-se, porque em toda parte é assim — dos Institutos Históricos e Geográficos e outras casas similares Brasil afora é tão importante. E apaixona tanto aos que nele, neste trabalho, estão envolvidos, como se percebe do entusiasmo que põem em cada tarefa que planejam os meus consócios no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha.

Esse movimento de Institutos Históricos e Geográficos remonta, no Brasil, a 1838, ano da instalação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na capital do Império, que desde sua ascensão ao trono passou a imediata proteção do Imperador Dom Pedro II. Entre nós, remonta a 1916, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que ano que vem completa o seu centenário de funcionamento. Sua instalação, a instalação dos Institutos Históricos e Geográficos, obedece a lógicas e a necessidades diversas ao longo dos tempos. Mas hoje todos os estados brasileiros e vários municípios importantes contam com essas instituições, sempre na forma de associações civis sem fins lucrativos, dedicadas à guarda da memória local, regional e nacional, conforme o caso.

No último colóquio de Institutos Históricos e Geográficos, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2014, discutiu-se não só o patrimô-

---

\* Discurso proferido por Getúlio Marcos Pereira Neves, presidente do IHGES, na Igreja do Rosário, em Vila Velha-ES, no dia 23 de Maio de 2015.

nio histórico acumulado pelas casas, mas também o papel que estas desempenham na conservação da lembrança das tradições locais. O que se faz, também, por meio da comemoração de efemérides significativas, como é o caso da comemoração do início da Colonização do solo espírito-santense. Capitaneando essa comemoração, como tem feito de uns tempos para cá, o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha — Casa da Memória mostra-se afinado com os propósitos que regem a atuação dessas casas de História.

Em 2012 a então Casa da Memória de Vila Velha organizou-se em Instituto Histórico e Geográfico. Passou, assim, a constituir um braço do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em Vila Velha, com toda autonomia funcional e administrativa, e desde então vem sendo o mais atuante Instituto municipal de nosso estado. Realizando suas ações por meios próprios, através de esforços e de recursos a maior parte das vezes particulares, o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha adaptou-se bem aos tempos atuais, em que o Poder Público tem inúmeras outras demandas a atender.

No entanto, e dedicando-nos todos nós nos Institutos Históricos — e voluntariamente, reafirmo — a uma atividade que é de interesse público, ainda que muitos não pensem dessa maneira, cabe sim ao Poder Público prover condições mínimas de funcionamento. Da mesma maneira, aliás, que é cobrado a fazer por inúmeras outras organizações que se dedicam a resguardar interesses setoriais, corporativos, sob a, muitas vezes, falsa alegação de interesse público.

Seja por que viés se olhe a questão — o histórico, o funcional, o utilitário — não há dúvida de que nossas instituições não merecem menos atenção do que outras organizações da sociedade civil, até mesmo porque é fato que nós proporcionamos retorno. Ainda que simbólico, ainda que fora das exigências prementes de pragmatismo e resultados imediatos que regem a lógica da atuação de grupos, organizações, pessoas e governos nos tempos atuais.

No caso do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — onde nossas instalações, embora adequadas às atividades científicas e culturais que desempenhamos, não nos permite a exibição condigna de nosso acervo — no nosso caso, cientes que somos de nossa responsabilidade social, disponibilizamos, há anos, uma parte desse acervo. É que, sabedores do nosso papel, a diretoria de então preferiu colocar a nossa coleção ao alcance do público, ainda que não através de nossos próprios meios, já que desde que ocupamos a sede atual não os temos para esse fim específico. Atualmente, e já há alguns anos, estamos trabalhando junto ao governo do estado por uma sede maior, mais adequada aos propósitos e à função social da nossa Casa. Porque sabemos nós da Casa do Espírito Santo que temos muito retorno a dar à sociedade.

Como sem dúvida nenhuma um grande retorno vem dando à sociedade o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, que através de parcerias bem sucedidas com o Poder Público e a iniciativa privada vem dotando Vila Velha de um pólo de atrações turísticas, onde está o recém-restaurado bonde e a partir de hoje estarão a réplica da caravela Glória, o canhão autêntico recuperado e a estátua em tamanho natural de Vasco Fernandes Coutinho, como imaginamos tenha sido sua aparência. A Prainha, local de início da colonização, a partir de agora vai poder contar um pouco dessa história, que é a história do povo capixaba; contar não somente a eles — a nós, capixabas — mas a todos que nos visitem, que queiram saber como foi que tudo começou e como foi que escrevemos a nossa História ao longo dos tempos.

Num local privilegiado pelas lembranças da História, ladeada pela antiquíssima Igreja do Rosário, ao pé do mais que simbólico Convento da Penha, abrigando não só o Instituto Histórico e Geográfico local mas também a atuante Academia de Letras de Vila Velha, o Museu Homero Massena, os quartéis das Forças Armadas

e as sedes do Poder Público, o Legislativo e o Judiciário municipais, a Prainha tem um grande potencial a ser desenvolvido, e é bom que todos nós nos ocupemos dele.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo se regozija com o congênere vila-velhense, orgulhando-se de servir de exemplo no qual pautam suas ações os caros consócios canela-verdes. Parabéns pelas realizações, parabéns a todos pelo presente que ora nos proporcionam.

Muito obrigado.

## MEMORIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA\*

Essa é uma solenidade repleta de significados. Em boa hora o Egrégio Tribunal de Justiça inaugura o seu Memorial. Em boa hora, porque há uma demanda cada vez mais crescente do público por informações. Em boa hora, porque há uma orientação geral, e em particular do Conselho Nacional de Justiça, para a preservação da memória institucional.

Mas esta ação significa também, simbolicamente, um reencontro do Poder Judiciário consigo mesmo. O que há de ser salutar para que nos conheçamos melhor, para que possamos saber como chegamos até aqui, para que valorizemos o que somos e o serviço que prestamos. É que, conhecendo melhor a nós mesmos, o levantamento das dificuldades, o planejamento para lhes fazer frente, as ações para superá-las, essas atividades ficam acrescidas de mais informações, o que por certo ajuda no desempenho de todo esse processo de gestão.

Ao longo dos 124 anos de funcionamento deste Tribunal de Justiça esta não é, por certo, a primeira iniciativa neste sentido: outros já estiveram sensíveis a esta necessidade de preservação da memória, cada um a seu modo, desde ao menos o desembargador Carlos Xavier Paes Barreto.

Mas a atual iniciativa é, por certo, a de maior envergadura. Isto porque envolve um presidente do Tribunal de Justiça particularmente sensível a esta necessidade, o eminente desembargador Sérgio Bizotto Pessoa de Mendonça, meu confrade na Academia Espírito-santense de Letras, e servidores particularmente mobilizados pela ideia, caso do gestor documental do Tribunal de Justiça, Fábio

---

\* Discurso proferido pelo associado Getúlio Marcos Pereira Neves, presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por ocasião da inauguração do Centro de Memória do TJES, no dia 9 de Julho de 2015.

Buaiz de Lima, e seus comandados Marcelo e Karla, que literalmente puseram a mão na massa, localizando processos e documentos, restaurando móveis, providenciando as presentes instalações.

Logo no início da gestão ouvi do eminente desembargador Sérgio Bizotto que gostaria de que esta fosse uma das marcas de sua passagem pela presidência. De minha parte, e sem prejuízo da jurisdição, incrementamos o trabalho junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e juntamente com os servidores do setor de gestão documental passamos a priorizar o atendimento às demandas geradas pelos arquivos judiciários, tanto na Grande Vitória quanto no interior. Estamos desenvolvendo ações para otimização da atividade de gestão documental, tentando fazer com que a massa documental que resulta da nossa atividade diária deixe de ser um estorvo para passar a ser fonte de informações tanto para partes e pessoal da justiça quanto para a sociedade, que é o que nos impõe a legislação.

Esse trabalho é longo, é árduo, nem sempre valorizado, mas não resta outra alternativa para o Poder Judiciário em geral que não seja gerir de forma eficaz a massa documental que detém.

E vemos aqui, hoje, um dos resultados práticos desse trabalho que nos foi determinado por S. Ex.<sup>a</sup> o desembargador presidente. Graças ao tratamento do material pudemos pôr em exposição itens de interesse público, como a cópia da ata de instalação do TJ em 1891, objetos, processos, documentos e fotos, itens que contam um pouco de nossa história, e que são de modo a nos inspirar, pelo exemplo do que ao longo dos anos já enfrentamos, a enfrentar as dificuldades do nosso dia-a-dia.

Obrigado ao presidente por nos proporcionar as condições para realizar, obrigado aos servidores sem quem não seria possível. Obrigado aos colegas que de alguma maneira vêm apoiando este trabalho. Estamos de parabéns, não só o Poder Judiciário, mas toda a sociedade capixaba.

## NOS 160 ANOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL\*

Agradeço o convite da diretora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, a professora Rita de Cássia Maia, o convite para proferir umas breves palavras nesta Mesa Redonda. À professora Rita Maia devo o convite para, no âmbito das comemorações pelos 155 anos de fundação da nossa Biblioteca Pública, produzir uma pesquisa sobre Braz da Costa Rubim, que é o idealizador da instituição. A pesquisa encomendada por ela rendeu tão bons frutos que foi de Braz Rubim como historiador que tratei na minha conferência de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O texto foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.

Mas com relação à Biblioteca, a ideia de Braz Rubim data de 1852, tendo a ela aderido o presidente da província, Dr. Evaristo Ladislao e Silva. Dois anos e meio depois era a Biblioteca instalada numa das salas do palácio da presidência, no mesmo dia 16 de julho em que se licenciava o presidente Sebastião Machado Nunes, sucessor de Evaristo Ladislao e que da mesma forma encampara a ideia, como veremos.

A instalação da Biblioteca, por sua importância, consta do Relatório com que o Barão de Itapemirim, vice presidente que assumira direção da província com a licença de Sebastião Machado Nunes, passa o governo ao sucessor.

O jornal *Correio da Victória* do dia 18 de julho de 1855 registrou o acontecimento, transcrevendo o discurso pronunciado na ocasião, que ficou a cargo do padre João Clímaco de Alvarenga Rangel.

João Clímaco de Alvarenga Rangel dispensa maiores apresentações. Sua importância para a vida cultural da cidade e da pro-

---

\* Discurso proferido pelo associado Getúlio Marcos Pereira Neves, presidente do IHGES, na mesa redonda pelos 160 anos da instalação da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, no dia 16 de Julho de 2015.

víncia nos foi atestada na biografia publicada em 1902 por Afonso Cláudio de Freitas Roza, autor da célebre *História da Literatura Espírito-santense*.

Nascido em Vitória, em 30/03/1799, aqui mesmo faleceu, em 23/07/1866. Sacerdote, foi orador sacro de destaque, chegando a pegar na Capela Imperial. Elegeu-se deputado geral quando ainda estudante do curso de Direito. Advogado, defendeu os escravos presos no episódio da Insurreição de Queimado. É o patrono da Cadeira 03 da Academia Espírito-santense de Letras.

Feitas essas rápidas considerações, devemos esclarecer por que motivo foi o padre João Clímaco o orador daquela segunda-feira, 16 de julho de 1855, em que a cidade ganhava a sua primeira biblioteca pública.

Surgida a ideia da instalação, tendo Braz Rubim comentado a respeito com amigos aqui residentes, o fato chegou ao conhecimento do presidente da província, Evaristo Ladislao e Silva, como já referido anteriormente. O presidente, então, nomeou uma comissão para se ocupar das diligências necessárias, que foi composta pelos Drs. José Joaquim Rodrigues e José Camilo Ferreira Rebello e mais o cidadão João Malaquias dos Santos e Azevedo.

Assumindo Sebastião Machado Nunes o governo da província, sucedendo a Evaristo Ladislao, entre outras providências fez instalar em 1854 o Liceu da Victoria, criado por lei de 1843, nomeando o padre João Clímaco como lente de filosofia racional e moral. Também lhe deu um lugar na comissão que cuidava da instalação da Biblioteca, em substituição ao dr. José Joaquim Rodrigues. Quando da instalação, aliás, era o padre João Clímaco o diretor do Liceu.

Fosse por suas reconhecidas qualidades de oratória, fosse porque tenha passado a presidir a comissão encarregada, coube a ele proferir as palavras com as quais se deu por instalado aquele núcleo inicial desta Casa.

Registro que o exemplar microfilmado do jornal Correio da Victória que publicou o pronunciamento estava mutilado, e foi assim, incompleto, que passou aos arquivos nacional e estadual. Não me ocupei de procurar na íntegra as palavras proferidas na ocasião, nem mesmo de saber se terão sobrevivido. É que os trechos que podem ser transcritos das páginas do periódico, aliás a maior parte do discurso, nos põem a par da linha de raciocínio do orador e nos permitem dividir a fala em três momentos distintos, que tentarei assinalar durante a leitura do:

**Discurso recitado pelo Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, presidente da comissão encarregada da biblioteca publica da cidade da Victoria no acto de sua instalação no dia 16 do corrente, é este o título do tópico. A partir daqui, fala o padre João Clímaco:**

“As letras e as sciencias, Srs, no sentir dos varões mais illustrados, e esclarecidos, tem sido sempre o garante o mais eficaz da felicidade dos povos, e o sustentáculo o mais firme e o mais seguro das instituições assim naturaes, como convencionaes; e seu estudo servindo, como o manifesta a experiência, a iluminar o espirito, a estabelecer a rectidão do pensamento, a dispor a facilidade do raciocínio e a elevar-nos ao conhecimento da verdade, é sem duvida o vehiculo o mais conducente e próprio de fazer chegar o homem ao conhecimento perfeito dos deveres, que a religião lhe prescreve, e a sociedade lhe incumbe. Sim nelas pelo socorro da consciência, e da intelligência, encontra ele o pensamento de que VIVE no Soberano Árbitro, o Regulador do Universo aquelle amor, e SUBMISSÃO, que inspira necessariamente o benefício de sua criação, e da criação da infinidade de entes postos a sua disposição para servir a suas necessidades, e ao seu deleite, e cuja marcha regular é determinada depois de o encantar sobre maneira, e de um modo maravilhoso e estupendo coadjuva essas mesmas

necessidades; nelas descobre elle, que deve a si próprio defeza e proteção; e a seos semelhantes justiça, amizade e beneficência, como obrigado pela natureza a conservação das obras que das mãos potentíssimas do Supremo criador”

Prossigo eu, deve constar nascem, ou vêm, para dar sentido ao período.

Assim falou o pregador, o professor de filosofia racional e moral, que vê o princípio de tudo no Criador, por inspiração de quem são instituídos pelos povos os princípios de regulação social.

Na segunda parte prossegue desenvolvendo a ideia iniciada acima, pondo em relevo a necessidade da instrução e o meio pelo qual se pretendia fazer frente à demanda. Faz, ainda, um breve relato das ações práticas que culminaram naquela solenidade:

[...] “complementos de uma instrução mais elevada, e aperfeiçoada, quero dizer, era mister franquear-lhe os meios de obter uma maior amplitude de esclarecimentos aos princípios e noções elementarmente recebidos. E como obter-se um tal desideratum numa cidade tão reconhecidamente balda de recursos literários, a senão crear uma livraria pública, onde os mancebos esperança do porvir da nossa pátria podessem beber mais solidamente as doutrinas indispensáveis ao perfeito desempenho do serviço público, e das obrigações sociaes?

O nosso ilustre patricio Braz da Costa Rubim comprehendeo esta necessidade, e esta sua comprehensão coadjuvada pelo espirito de um elevado patriotismo, e animada pela observação da marcha sobre o mesmo respeito seguida pelas províncias mais ilustradas do Império o convidou, ou como que o impelio a tomar a iniciativa de tentar a fundação de um estabelecimento tão reconhecidamente útil, e condicente para a illustração dos seos patricios. Communicou pois

este tão honrado, como distincto, e prestimoso jovem o seu feliz pensamento a alguns dos seus amigos desta cidade e com a oferta de 400 volumes de livros e brochuras para servir de núcleo na criação projectada da livraria pública os interessou neste relevante serviço, e solicitou a sua coadjuvação.

Esta ideia reconhecida de suma importância e vantagem não somente por aquelles, a quem o mesmo se havia dirigido, mas até por todos, a quem estes a tinham comunicado mereceu uma geral approvação, e levada aos ouvidos do ex-presidente desta província o Dr. Evaristo Ladislau e Silva, este iniciou uma subscrição, em que ele e o Exmo. barão de Itapemirim subscreveram generosamente as primeiras quantias. Mas, porque debaixo de um caracter particular era reconhecidamente impossível dar-se realidade a este tão vantajoso pensamento, começou o mesmo ex-presidente a revesti-lo de um caracter público e official nomeando immediatamente uma comissão para encarregar-se da impresa, e pedindo a cooperação da assembleia provincial no seu primeiro relatório que a esta apresentou.

Feliz foi esta sua atilada lembrança, e pois que aquella tão ilustrada, como patriótica corporação abraçou satisfatoriamente o pensamento levado a seu seio pelo Dr. Evaristo, e como permitiram então as finanças da província quotizou uma quantia em favor do novo estabelecimento”.

Há, neste ponto, outra lacuna no texto. Mas o orador encerrou sua fala exortando a assembleia provincial a continuar dotando a Biblioteca dos meios materiais que permitam sua consolidação e regular funcionamento:

[...] “fazer prosperar a província, cujo destino está confiado a sua solicitude e dependente das disposições das boas leis emanadas do seu seio, não deixe de dotar a este útil estabelecimento

com os meios indispensáveis a obter as obras elementares, e quaesquer outros livros necessários para se conseguir o fim a que nos propomos. Se assim acontecer veremos brevemente enriquecido o núcleo da livraria pública da Cidade da Victoria, que apenas começa hoje pobrementemente, mas sobre cuja elevação e engrandecimento nutre os mais sinceros e ardentes dezesos, e as mais bem fundadas esperanças”.

A mesma exortação ao legislativo fez o Barão de Monjardim, como vimos um dos que logo acorreram à ideia, ao prestar contas de seu governo à assembleia provincial.

Senhores, a biblioteca passou por altos e baixos. Depois de Braz Rubim, de Evaristo Ladislao e Silva e do Barão de Monjardim, teve no seus anos iniciais ao menos outro benfeitor na pessoa de Eliseu de Souza Martins, que presidiu a província entre 1879 e 1880, e foi chamado por Inglês de Souza, presidente da província em 1882, de seu fundador.

Mas esta é outra história. Depois de tudo, penso que as fundadas esperanças referidas na sua fala pelo padre João Clímaco de Alvarenga Rangel de fato frutificaram, e da elevação e engrandecimento de nossa instituição não temos, 160 anos depois, nenhuma dúvida.

Muito obrigado.



Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m<sup>2</sup>, e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m<sup>2</sup>.

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Novembro de 2015.

Tiragem: 300 exemplares.